


A Defesa Nacional

N.º 640

NOV/DEZ 1971

Neste número :

- 
- A Entrevista
 - Excertos da História de um Batalhão de Infantaria, Sustentáculo da República
 - Caxias e a Revolução Farroupilha
 - Canudos — Guerrilha e Antiguerrilha
 - Pesquisa Operacional
 - Presente e Futuro das Telecomunicações Espaciais
 - Censo Demográfico de 1970
 - A Guerra de Clausewitz

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDOS BRASILEIROS

Rio de Janeiro — Brasil

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

ANO
57º

Rio de Janeiro, GB — Nov/Dez 1971

Número
640

SUMÁRIO

	Página
A ENTREVISTA — Ten Cel Art Ney Eichler Cardoso	3
TROPAS E TROPEIROS — UM RELEVANTE FATOR DA UNIDADE NACIONAL — Prof. J. Pires Braga	11
EXCERTOS DA HISTÓRIA DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA, SUSTENTACULO DA REPUBLICA — Gen Bda Epaminondas Ferraz da Cunha	17
CAXIAS E A REVOLUÇÃO FARROUPILHA — Cap Cav Almir José Menna Barreto Seyfarth	41
A INCOMPATIBILIDADE DA IDEOLOGIA COMUNISTA COM OS IDEAIS DA NAÇÃO BRASILEIRA — Ten Cel Nilson F. Mello	61
ANÁLISE DE SISTEMAS — Maj Inf Omar Lima Dias	69
A SEMANA DO EXÉRCITO NO JOCKEY CLUB BRASILEIRO — Gen Div Tasso Villar de Aquino	75
CANUDOS — GUERRILHA E ANTIGUERRILHA — Maj Art Antonio Carlos Cid	81
PESQUISA OPERACIONAL — Ten Cel Cav Paulo Emilio Silva Garcia	99
MESTRE-DE-CAMPO "ad honorem" HENRIQUE DIAS — Maj Eng Claudio Moreira Bento	105
PRESENTE E FUTURO DAS TELECOMUNICAÇÕES ESPACIAIS — Tradução da Revista Défense Nationale, pelo Cel Rubens Mário Brum Negreiros	111

INFORMAÇÕES

CENSO DEMOGRÁFICO DE 1970 — Min Planejamento João Paulo dos Reis Veloso	127
A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA — Professora Maria Isabel de Carvalho Cunha	131
O CAFÉ — Ten Cel Prof. Paulo Corrêa Ferraz Junior	135
NOSSOS LEITORES PERGUNTAM	147
CONCURSO DE ADMISSÃO EPC/70 (Provas de Conhecimentos Gerais) ..	149

DE REVISTAS E JORNAIS

A GUERRA DE CLAUSEWITZ — Revista The Army Quarterly and Defense Journal	169
VIETNA: ARMADILHAS MORTAIS — (Revista EME)	177
OS EUA E A GUERRA DAS CHINAS — "Jornal do Brasil" (Earl C. Ravenal) ..	183
TRANSPORTE E ESTOCAGEM SÃO OS GRANDES PROBLEMAS DO TRIGO — "Jornal do Brasil"	191

A ENTREVISTA

Ten Cel Art
NEY EICHLER CARDOSO

1. UNIVERSALIDADE E PERENIDADE DA ENTREVISTA

As margens do Nilo — calcula-se que entre 2700 e 2200 AC — o alto funcionário Ptah Hotep resolveu transmitir a seu filho a experiência de govêrno que acumulara e deixou escrito:

"Se te fizerem alguma petição permanece calmo enquanto ouvires o que o peticionário tem a dizer. Não o mandes embora antes que êle tenha varrido de si tôdas as mágoas ou antes que tenha dito tudo aquilo que o trouxe a ti. O peticionário gosta de atenção para as suas palavras, mais ainda do que a realização daquilo para que veio... Não é necessário que se concorde com tudo que êle pede, mas um pouco de atenção é confortador para o coração". (Wilson, John A — *The burden of Egypt* — Chicago University Press).

Da mesma maneira, o Marquês de Pombal, em carta ao Gen Joaquim de Melo e Póvoas, nomeado Capitão-Mor do Maranhão, assim se expressava sôbre como proceder no govêrno da capitania:

.... "Tiradas as horas de seu precioso e natural descanso, dê V. Excia. audiência todos os dias e a todos e em qualquer tempo que lhe queiram falar. Das primeiras informações nunca V. Ex.^a se capacite, ainda que venham acompanhadas de lágrimas e a causa justificada com o sangue do próprio queixoso, porque nesta mesma figura podem enganar V. Ex.^a e, se a natureza deu com providências dois ouvidos, seja um para ouvir o ausente e o outro para o acusador. Atenda V. Ex.^a e escute o aflito que se queixa, lastimado e ofendido; console-o, mas contudo não lhe defira sem plena informação, e esta que lhe seja pelo ministro ou pessoa muito confidente, para que assim defira V. Ex.^a com a madureza e retidão, sem que fique lugar de se arrepender do que tiver obrado; com êste método livre-se V. Ex.^a também de muitas queixas vãs e falsas de muitos que sem verdades as fazem, confiados na prontidão com que alguns superiores castigam, levados da primeira acusação

que se lhes faz. Quando assim sucede que a V. Ex.^a enganarem, mande castigar o informante e o queixoso, ainda que tenha mediado tempo; isto tanto para satisfação da justiça e do respeito, como para exemplo dos que quiserem intentar o mesmo".

Os conselhos do velho papiro e de Pombal sobre os contatos do chefe com os subordinados continuam de pé na era dos satélites e a entrevista mantém-se como um dos principais instrumentos para a solução dos problemas de pessoal.

2. ATITUDE DO CHEFE PARA COM A ENTREVISTA

Cabe assim ao chefe, como conselheiro em questão de pessoal, conhecer, no mínimo, os rudimentos da técnica da entrevista, já que, em qualquer escalão, terá oportunidade de utilizá-la. Do âmbito estrito da subunidade ao do estado-maior divisionário ou, mesmo, do exército de campanha, ele, normalmente, encontrará os problemas de pessoal dos subordinados ligados às suas relações com um ou mais dos elementos da triade: *chefe, função e família*.

Em qualquer dêles necessitará possuir uma atitude científica que se traduza em compreender que todo o comportamento tem causas e que é necessário aprender a procurá-las, identificar as áreas onde se encontram e, finalmente, reconhecendo que a modificação das causas pode resultar na alteração do comportamento, agir nesse sentido.

O desenvolvimento dessa atitude permitirá que tanto o capitão como o general possam aprender a procurar as causas da conduta nos impulsos básicos e secundários, nas capacidades e incapacidades herdadas, nas condições físicas, no ambiente passado e atual, e nas circunstâncias do momento.

E, mais importante ainda, a permanecerem vigilantes, indo em busca do subordinado uma vez que o caminho inverso é bem mais difícil. As pesquisas norte-americanas indicam que, durante um ano de serviço, só metade dos soldados procuram os superiores para discutir seus problemas e, destes, dois terços o comandante da subunidade e o restante, o capelão.

O jovem é mais confiante, mais dependente, menos vivo. Pode-se, portanto, imaginar que o sargento e o oficial, com maior conhecimento, maturidade e experiência serão ainda mais arredios devido a essa menor dependência do chefe, ao maior orgulho profissional, que os levará a resolver o problema sozinho, e ao sentimento de que é necessário evitar trabalho ao superior. Além disso, aquilatar a extensão de uma situação em que estamos envolvidos é bastante difícil. Caberá ao chefe, atento às mudanças de comportamento ou quedas do desempenho, julgar da oportunidade do contato mais íntimo.

Há quinze anos, minha unidade recebeu mais um tenente igual a muitos. Passado algum tempo, no entanto, surgiram problemas: desleixo, atitudes contraditórias, fanfarronice, choques disciplinares. Na época, a

solução do regulamento era a panacéia, mas o resultado foi negativo. Uma conversa com um seu companheiro de república lançou o alerta e o comandante agiu em outra linha. Era, porém, tarde e o IPM aberto para apurar o suicídio averiguou que as transferências e tratamentos de saúde anteriores eram consequência de uma psicose maniaco-depressiva.

Um caso extremo e isolado?

Quando comandante de subunidade no CPOR/RJ, em fascinante experiência profissional realizada com a cooperação do capelão e incentivo do comandante, verifiquei não só a eficiência de um programa ativo de aconselhamento como também o vulto e a complexidade dos problemas de pessoal entre universitários em serviço militar. Posteriormente, na EsAO e, particularmente, na ECEME meu contato com as Seções Psicotécnica e de Dinâmica Individual e Grupal mostrou que, entre capitães e oficiais superiores, a incidência de casos pessoais que devem merecer a atenção do comando não é pequena.

Dai por que a necessidade da atuação do chefe.

3. CONSELHO

Conselho é o auxílio que uma pessoa dá a outra para obter uma adaptação satisfatória de seus problemas.

Seu propósito é *"concorrer para a melhor formação, a mais feliz e integrada personalidade tendo por base a natureza e as experiências anteriores da vida do indivíduo"* (Trabus, MR — Recent developments in testing for guidance — Review of Educational Research). Saliente-se a expressão — *concorrer* — que afasta a idéia de direção específica ao aconselhado e se adapta mais à de auxílio à sua própria decisão de obter o ajustamento.

Na área de conselho que nos interessa, a do conselho pessoal, procura-se, assim, contribuir para que o aconselhado obtenha uma visão correta de seu caso e uma compreensão dos sentimentos que expressa e, conseqüentemente, predispô-lo para enfrentar seguramente o problema.

O meio mais usado nos casos comuns de conselho é a entrevista, utilizada concomitantemente com as informações ou, ainda, se necessário e por intermédio de pessoal especializado, com os testes psicológicos.

4. A ENTREVISTA DE ACONSELHAMENTO

A entrevista de aconselhamento é velha como a Sé de Braga. Os espíritos esclarecidos sempre aconselharam. As técnicas é que evoluíram. É saboroso apreciar a concepção de Carlo Corsi e compará-la com a do Manual de Comando da ECEMAR, de 1950. Em ambas existe a preocupação com a criação de um ambiente favorável, mas o militar italiano pende para a verborragia aconselhante ao passo que o manual orienta para ouvir e ser parcimonioso em demonstrar experiência pessoal. As duas, porém,

ainda permaneciam amarradas à idéia de uma solução pelo chefe. Os métodos não diretivo e eclético, expostos para o conselho, eram e continuam praticamente ausentes do meio militar, ainda dominado pelo exortativo e pelo autoritário.

De 1966 a 1968, realizei uma pesquisa com cerca de 300 alunos da ECEME sobre a entrevista de aconselhamento. Grande maioria dos oficiais apontou como maior dificuldade a inibição inicial do entrevistado devido a diferenças de nível e de posição hierárquica, preconceitos, etc. Seguiam-se a falta de conhecimento das técnicas por parte dos entrevistadores e, ainda, os inúmeros encargos dos comandantes, que lhes proporcionavam pouco tempo para dedicar-se mais amplamente a esse contato. Com menor freqüência surgiram a incompreensão dos escalões superiores quanto às finalidades da entrevista, o difícil acesso do subordinado ao chefe e a falta de acompanhamento posterior do entrevistado.

A simples enumeração dessas dificuldades configura um quadro no qual, a par de inferências genéricas sobre deficiências de formação do oficial e da distribuição dos encargos de comandantes, avultam, em primeiro plano, condutores de homens angustiados e perplexos, se conscientes de sua incapacidade, ou testemunhos de uma mentalidade que compromete o futuro, se crentes que as causas são as conseqüências.

A entrevista de aconselhamento merece uma maior compreensão.

5. CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMUNICAÇÃO

A entrevista é um ato de comunicação humana de alguma dificuldade. Quando praticada, é necessário ter em mente que sua execução esbarra em grandes obstáculos devido à personalidade dos indivíduos e à própria linguagem. Assim, o contato inicial ("approach") é de grande importância para a derrubada do muro de separação entre as duas personalidades em comunicação.

Foi observado que a mente humana trabalha, no mínimo, quatro vezes mais rápido que a palavra de qualquer orador. O entrevistado, desconfiado se a iniciativa não foi sua, estará tentando descobrir as intenções do entrevistador ou procurando argumentos para refutá-lo e, se teve a iniciativa, medindo as palavras a ponto de não expressar a totalidade de suas idéias. Quem se encontra em posição menos elevada por hierarquia ou função assume, pois, uma atitude defensiva que só se atenua ao descobrir o que acredita ser o motivo da entrevista ou após assegurar-se da receptividade ao seu apêlo.

William J. Reilly, ao analisar como os outros se sentem a nosso respeito, traduz bem a idéia do espírito fechado e da progressividade de sua abertura admitindo quatro patamares em níveis cada vez mais elevados: *espírito fechado, espírito aberto, confiança e crença.*

No primeiro temos a hostilidade. A pessoa é do contra: está contra tudo e contra todos. No segundo, a pessoa ouve o que se tem a dizer mas é preciso apresentar-lhe muitas provas daquilo que se afirmou para que

possa acreditar no que se diz. No terceiro, a atitude é de cooperação e de boa vontade, uma vez que deposita confiança no interlocutor. Desde que sejam apresentadas as razões principais, a pessoa gostará de realizar o que deseja. No último, a pessoa não faz perguntas e não precisa de provas, pois acredita no interlocutor. Quando, nas relações entre duas pessoas existe a crença mútua, pode-se dizer que atingiram o plano mais elevado das relações humanas.

6. PREPARAÇÃO DA ENTREVISTA

A preparação da entrevista exige a obtenção de todas as informações pertinentes ao problema, a elaboração de um esquema ou plano de como conduzi-la e a escolha do ambiente.

Levantadas as informações, podem ser estabelecidas hipóteses sobre a natureza dos casos, verificados os pontos que necessitam ser conhecidos ou aclarados e delineada uma conduta a tomar para que o entrevistado possa chegar às suas próprias conclusões sobre o problema e à sua solução.

A preparação permite que o entrevistador ouça e observe melhor, condições fundamentais de êxito. Ouvir é uma arte. Ouve-se marginalmente, no limiar da atenção, como minha filha estudando de eletrola ligada; ouve-se atentamente, procedimento normal, mas no qual a mensagem do interlocutor é interpretada de acordo com a nossa estrutura de referência; ouve-se empaticamente, por fim, quando procuramos nos colocar na pele do interlocutor, interpretar suas palavras, seus silêncios, seus gestos, o que diz, o que não quer dizer e o que aparentemente não pode dizer.

Esta audição ideal nunca é atingida, no entanto, e, conseqüentemente, sempre devemos estar precavidos de nossa tendenciosidade. Stuart Ryce cita o exemplo de duas mil entrevistas com indigentes do Albergue Municipal de New York. Um entrevistador antialcoólico, entre outras razões, atribuiu a decadência de 62% deles ao álcool e 7% às condições econômicas desfavoráveis; outro entrevistador de tendência socialista, ouvindo os mesmos indigentes, concluiu que 22% haviam decaído devido ao álcool e 30% às condições econômicas desfavoráveis...

O ambiente, por fim, deve ter intimidade e conforto, de modo a permitir uma atmosfera de calma. O gabinete do comandante, conforme a distância hierárquica, pode não ser indicado, pois o halo que o envolve e as restrições da posição regulamentar perturbarão o clima de reciprocidade necessário. Tive um chefe que utilizava o passeio às baías, outro que gostava de convidar para observar o estádio, conversando ao lado do riacho, à sombra dos salgueiros. Esses partidários da escola aristoteliana instintivamente beneficiavam-se do relaxamento da tensão, tanto por via muscular como por via oral, apesar de perderem a observação das reações fisionômicas e dos gestos...

7. CONDUÇÃO DA ENTREVISTA

O ideal de uma entrevista seria o de encontrar-se, no mínimo, um espírito aberto ao iniciá-la. Na prática, já se viu que é difícil. A primeira preocupação será, pois, abrir o espírito do entrevistado para a comunicação mantendo uma atitude de empatia que é revelada pela audição inteligente e simpática e pela busca do clima de reciprocidade. Herbert Hyman salienta que se trata da reciprocidade ótima e não da máxima, uma vez que esta, ao tocar as raízes da intimidade, pode levar o entrevistado a achar melhor não ferir os sentimentos do entrevistador ou, ainda, ficar ansioso por buscar ou concordar com sua opinião.

Em certa ocasião, assisti a uma entrevista na qual, para iniciá-la, o entrevistador lançou uma piada sobre situação financeira do entrevistado. A infeliz abertura levantou uma muralha que a entrevista não conseguiu abater, mesmo porque, em vez de ouvir com paciência e interesse encorajador o desabafo que provocou, se deixou arrastar a uma discussão sobre as deficiências da assistência social do Exército. Ignorava ele as virtudes da confissão, da catarse e da autocritica, tão conhecidas da Igreja, de Freud e do Kremlin. E feria a norma de que a pergunta do entrevistador deve ser de tal modo elaborada que sua neutralidade evite a introdução de julgamento moral que possa criar oposição ou, no método não diretivo, parcela de conselho que venha a deformar a solução procurada.

Ele poderia perguntar, no entanto. Pergunta-se dentro da linha citada, quando permanece vaga a situação porque o entrevistado não tem habilidade no expressar-se ou não ousa dizer o que gostaria. Pergunta-se para ajudar o entrevistado a definir o problema, utilizando uma questão sumarizadora ou uma assertiva que cristalize o que já foi obtido. Pergunta-se, enfim, para responder a outra pergunta, levando o entrevistado a continuar sua exploração interna com um sentido mais específico.

E se tomam notas?

Sua maior dificuldade é que perturbam o desenvolvimento normal da entrevista. Muitos não as aconselham e todos são unânimes em que não se deve anotar antes de que seja atingido um clima satisfatório. Na realidade, as notas são úteis para a rememoração e, às vezes, fazem com que o subordinado se sinta importante.

8. OS SETE CONSELHOS

A condução da entrevista pode ser resumida em sete conselhos:

- a) O bom entrevistante é, acima de tudo, um bom ouvinte. O relato do interessado deve ser ouvido com paciência e interesse encorajador, evitando-se as interrupções e, quando fôr o caso, tomar notas à vista do interessado.

- b) Procure entender o que o entrevistado diz ou tenta dizer. Às vezes, é mais importante aquilo que não diz. Aprenda a observar as reticências, associações de idéias, incoerências e mudanças de assunto.
- c) Encoraje-o a prosseguir. Faça perguntas que o ajudem a pensar, compreender ou exprimir suas idéias e os sentimentos reais, deixando-o livre para encontrar as soluções que, se optar pelos métodos diretivo ou eclético, poderá apresentar para sua escolha.
- d) Lembre-se que as barreiras da linguagem são devidas à confusão entre fatos e opiniões, entre inferências e observações e ao mau uso das palavras abstratas. Certifique-se, pois que entrevistado e entrevistador estão usando a mesma linguagem.
- e) Não se precipite na desaprovação. Se o que o entrevistado diz parece desleal ou ofensivo, mantenha as aparências e passe por cima dessa explosão apaixonada, procurando entender a causa específica desse gesto.
- f) Não discuta. As discussões se incendiam e as atitudes adotadas dificilmente se modificam por meio da discussão.
- g) Sugira o fim da entrevista com habilidade, tendo o cuidado de não prometer mais do que pode dar ou tentar decidir o que deve ser feito. Demonstre confiança na decisão tomada.

9. ACOMPANHAMENTO

A entrevista em si é de grande eficácia na solução dos problemas de pessoal, mas não pode prescindir do natural acompanhamento ("follow-up") que servirá para aquilatar sua eficiência e permitir medidas posteriores de aperfeiçoamento e correção. Se necessário, poderá ser repetida a entrevista e reexaminado o problema, sempre dentro do espírito de que cabe ao aconselhado elaborar as decisões para que elas tenham validade íntima e, conseqüentemente, sejam de fato bases para uma solução.

10. FONTES CONSULTADAS

- 1 — CORSI, Carlo — Educação moral do soldado. Biblioteca Militar. 1939
- 2 — REILLY, William J. — Sucesso nas relações humanas. Fundo de Cultura. 1960
- 3 — SCHEEFER, Ruth — Aconselhamento psicológico. Fundo de Cultura. 2.^a ed. 1970
- 4 — THOMASON (e Clement) — Relações humanas. Ibrasa. 1961
- 5 — WHITAKER PENTEADO (J. R.) — A técnica da comunicação humana. Pioneira. 1964
- 6 — Notas de aula Sobre Liderança do autor (ECEME — 1966 a 1968).

«Sem um código de conduta e um sentimento dominante, um país se desintegra; falta-lhe um ponto central. Uma nação que é um ajuntamento de aventureiros não é absolutamente uma nação. Preservar a coesão nacional é, em parte, missão da família, da igreja e da escola. Mas o serviço militar é também parte vital da escola, da cidadania e dos valores nacionais. Talvez seja a mais rija e a mais valiosa das experiências educacionais em uma democracia, porque exige que a inteligência seja combinada com coragem e lealdade aos ideais — muitas vezes com o risco da própria vida.

Em um sentido real, portanto, as Forças Armadas são a pedra angular do sistema educacional, onde os cidadãos recebem as qualidades essenciais a uma sociedade livre. Se isso fôr percebido pelo povo, então também será compreendido o papel construtivo das Forças Armadas».

TROPAS E TROPEIROS — UM RELEVANTE FATOR DA UNIDADE NACIONAL

J. PIRES BRAGA

Prof. da Universidade Católica do Paraná

O aspecto da unidade nacional brasileira é de molde a causar a mais forte impressão: admiração pelo passado e entusiasmo pelo porvir. O significado dessa maravilhosa e incomum unidade de língua, costumes, sentimentos e tradição, representa verdadeiro milagre.

Em um país territorialmente tão grande o fenômeno é impressionante. Tanto mais se considerarmos a sua formação ecológica — pois ocupamos quase dois hemisférios com zonas diversificadas: altitude, clima, vegetação, etc.

Evidentemente que esse surpreendente panorama resulta de causas convergentes para tão extraordinária concretização.

A História não apresenta multiplicidade de situações semelhantes. A regra parece ter sido mais a dispersão fragmentária, os desmembramentos, a secessão (v.g. o império colonial espanhol, na América que ruiu ante o domínio napoleônico na Metrópole). Do mesmo modo grandes impérios quais o Persa, Macedônio, Romano e Árabe, puderam manter-se à força do poderio militar

— por isso efêmero sempre, já que subsistiram em função apenas de um indivíduo resultando impraticável a perfeita integração das partes num todo, produzindo — para usar expressão química: "mistura" e não uma "combinação", quando através da comunhão de sentimentos.

Exemplo também surpreendente, quase só pode encontrar-se na Grécia, onde a unidade espiritual propiciou análogo painel guardadas as peculiaridades geográficas. A Grécia no seu conjunto — parte continental ou Hélide, peninsular (Peloponeso) e insular (ilhas do Mar Egeu), medindo pouco mais de 80.000 km²; o Brasil representado por enorme bloco continental de território contínuo com área de 8 milhões e meio de km².

Esse detalhe, entretanto, não vem ao caso comparativo apontado.

Lá, se a parte territorial propriamente dita era muito menor, a dispersão que a natureza geográfica acarretava era quase tão grande quanto aqui; com a agravante de que o grego, desde os primórdios, caracterizou-se por

uma peculiar noção íntima de liberdade e de autonomia tais que produziram acendrado individualismo característico do cidadão helênico. Avêso, portanto, a toda sorte de submissão. Por isso mesmo infenso a quaisquer tipos de governo despótico — salvo limitados períodos de sua história.

Cumprê lembrar que as suas, como a generalidade das cidades da Idade antiga foram cidades-Estado, cuja jurisdição política abrangia por vezes vasto território, contínuo (p. ex. Babilônia, etc.) ou descontínuo (insular: Knosso etc.). Temos, assim, estes caracteres dispersivos: índole independente; situação geográfica fracionada e autonomia política local.

A vista do exposto, o que explica ali a unidade, a uniformidade da civilização helênica?

Temos que o motivo principal — a par do feito próprio do grego de então, apaixonado pelas coisas do espírito — foi a admiração que o gênio intelectual em todos despertava.

Igualmente, como razão primordial — foram as Olimpíadas periódicas (1) após interlúdios preparatórios, geralmente bienais, dos povos nemeus, ístmicos ou pitícos. O caráter das competições que nelas se realizavam foi realmente importante por que não somente torneios esportivos (denominação de uso generalizado até os nossos dias) mas representavam o conagraamento de todos os cidadãos. A elas concorria todo o povo grego. Para ver ou atuar, falar ou ouvir, comprar, vender ou expor. Poetas recitavam as suas composições épicas

ou líricas; filósofos, as suas sentenças; os artistas expunham os seus trabalhos. Toda a intelectualidade grega estava ali representada de "corpo inteiro" para viver e sentir o fruto do gênio de seus contemporâneos.

De qualquer forma o que importava era a presença para consagrar o gênio de seus mais qualificados representantes pela inteligência, pelo engenho ou pela arte.

Eram, pois, as Olimpíadas Feiras, verdadeiros mostruários de tudo quanto a Grécia produzia.

Dai por que constituíram o fator preponderante da unidade espiritual.

No tocante à unidade brasileira há muitos aspectos a apontar, dentre os quais se nos afiguram predominantes os seguintes:

I. A uniformidade da língua indígena (tupi-guarani) determinou, pré-históricamente, a unidade brasileira (2).

A circunstância de o elemento tupi ocupar toda a orla costeira do Brasil, onde naturalmente primeiro atingiria o elemento colonizador, foi de grande importância conforme o tempo demonstrou. Tanto é verdade que se é certo que os nomes dos acidentes da costa, batizados pelos portugueses eram designativos da nomenclatura cristã, mais para o interior prevaleceram os topônimos indígenas que, ao contato com os descobridores, iam indicando os acidentes pelas suas denominações sempre descritivas (3).

II. A atuação uniforme e inteligente dos Jesuitas na sua obra civilizadora de catequese. Através da "língua tupi" decifravam a alma do silvícola. Primeiros cultores do idioma nativo que tanto entusiasmo causou aos discípulos de Loyola, no Nôvo Mundo e que, do litoral, penetraram pelo Sertão. (4)

III. Instituição do Governo Geral em 1549. Não obstante a autonomia de cada uma das Capitânicas centralizou a administração geral da Colônia, pois fôra criado para ser "a cabeça de cada uma" delas (5).

IV. Invasões Estrangeiras (francesa e holandesa) e as incursões inglesas, quando por ocasião de sua expulsão coincidente com a dominação espanhola sobre Portugal (1580 — 1640) D. João IV, da Restauração ante tão grandes dificuldades a enfrentar celebrou uma trégua com a Holanda, não obedecida pelos valerosos representantes de 3 raças e 4 povos diferentes: Vidal de Negreiros (brasileiro), Filipe Camarão (índigena), Henrique Dias (negro) e João Fernandes Vieira (português) numa unidade de pontos de vista, sentimento e patriotismo — que já se esboçava — como um símbolo, espelharam a Nação brasileira.

V. Entradas e Bandeiras (séculos XVI e XVII) cujos sertanistas afrontando tôda sorte de perigos "dilataram" a linha demarcadora de Tordesilhas, realizando a "conquista de fato" de 2/3 de nosso território.

VI. O Tratado de Madrid de 1750, orientado pelo gênio e pela

vidência de Alexandre de Gusmão então Ministro de D. João V, fazendo vitoriosa a tese da ocupação efetiva como fundamento de domínio ("uti possidetis"), consagrado depois pelo Direito Internacional Público, e que compeliu a Espanha ao reconhecimento de direito de uma situação de fato existente (conquista bandeirante).

VII. A Regência. Quando ao abdicar, D. Pedro I teve o alto senso de inteligência, esquecendo desentendimentos, deixou como tutor de seu filho a figura ímpar de José Bonifácio allada à circunstância de o Governo colegiado a princípio, uno depois, haver recaído em homens de envergadura moral e alto patriotismo. A frente o Pe. Feijó, primeiro como Ministro da Justiça durante a Regência Trina e Regente após (Regência Una). Aquêlê mestiço extraordinário, por vêzes intransigente no cumprimento do dever, em quem João Ribeiro viu "a energia de seu tempo", se "não era um grande erudito" foi "um campeão da autoridade" (6). Feijó representou um dos principais mentores da Unidade Nacional.

Num período serlíssimo para a sorte do País, em que o exemplo vizinho fôra, pouco antes, o fracionamento dos grandes Vice-Reinados Espanhóis, em múltiplas Repúblicas — sômente o alto espírito dos Estadistas de então pôde preservar a integridade política e territorial do Brasil.

VIII. A vinda da Família Real Portuguesa (1808) que, em razão da extrema bondade e contagian-

te simpatia do Príncipe Regente e revelado amor ao País, apagou de todos, velhos ressentimentos, que havia antes da Independência de que é exemplo conhecido o anedotário popular: "esta é de português". E realizou a Independência de fato.

IX. A ação pacificadora de Caxias, no Norte, no Centro e no Sul, durante a Regência, após a Maioridade e junto aos Farroupilhas, no Rio Grande do Sul. E, após, na Guerra do Paraguai quando generalíssimo, conduziu-se na Paz Vitoriosa como um verdadeiro pacificador da Família Ibero-americana.

X. Finalmente as Tropas e Tropicais, não porque constituam o último dentre os mencionados Fatores de Unidade Nacional, porquanto outros — antes e depois — certamente houve vez que a História constituiu um encadeamento por vezes complexo de fatos em que as consequências de uns são as causas de outros muitos.

Se é certo que o Bandeirismo representou o desbravamento do Sertão interior, o Tropicais foi, sob vários aspectos, o verdadeiro povoador, como veículo do comércio e através desta atividade útil do homem, o portador do intercâmbio econômico e social (7). Enquanto aqueles, numa ação violenta, na azáfama da caça ao índio, menos povoaram do que despovoaram, ao passo que os últimos, sem qualquer ânimo de luta representaram verdadeiro formigueiro por invias veredas, através dos "pousos de tropas" fizeram surgir florescentes cida-

des de que são exemplo no sul, em linha intermediária entre Vacaria e Sorocaba: Lajes, Rio Negro, Lapa, Palmeira, Ponta Grossa, Castro — tôdas depois com a sua rua das Tropas, quase sempre a principal (também Curitiba: a Marechal Deodoro, depois).

* * *

O Centro — coração do País — a princípio e durante largo espaço de tempo, enquanto senão exauriram os velos auríferos, a região das Minas Gerais, (9) onde a atividade mineradora absorvia tôdas as atenções em detrimento de atividades outras — v.g. agrícola-pastoril, — para o seu abastecimento, supriam-nos diferentes e recuados pontos do país: Piauí, Pernambuco, Bahia (Norte), Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo (Centro), Paraná (10), Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em "bruacas" pendentes de "cangalhas" (11) sobre o lombo de mulas que as mercadorias chegavam às zonas mineradoras.

E mais tarde, esgotadas aquelas fontes econômicas do ciclo da mineração, "pari passu" ao "ciclo do couro" (7) ou da pecuária propriamente dita — outro Ciclo, o agrícola-mercantil (Café), despontava em S. Paulo, — o mesmo afluxo que se verificara no "coração do País", deslocar-se-ia para o rincão dos bandeirantes em demanda às fazendas de Café, para supri-las de muarees como animais de tração.

Surgia, assim, Sorocaba com as suas famosas e concorridas Fel-

ras, de mal. E, se, sob o ponto de vista intelectual aquela cidade não desempenhou o mesmo papel que Olímpia para os gregos foi, contudo, a "Polis" brasileira em sentido comparativamente "mirim", no cômputo do vasto panorama histórico da Civilização, representou, sem dúvida, relevante papel para os fastos de nosso passado.

Foi o ponto de convergência, de intercomunicação comercial e sentimental. E por que não dizê-lo — "cultural" pois "cultura" é ato ou efeito de cultivar. "Cultu-

ra" é pensamento. Cultura é Civilização.

* * *

Tão grandes exemplos de dignificação da Pátria devem servir de estímulo para que conservemos incólume a Unidade Nacional, conquistada, não a preço bélico, nem pela usurpação, mas pelo valor de nossos antepassados; pela clarividência diplomática e patriotismo de nossos estadistas, pelo denôdo heróico e épico de nossos ousados Bandeirantes e Tropeiros.

NOTAS

(1) Cidade grega próxima ao Monte Olimpo (2880 m alt.) entre a Macedônia e a Tessália, segundo a lenda, residência dos deuses e em cujo ápice reuniam-se em conselho, sob a presidência de Zeus (Júpiter) para as grandes "deliberações sobre assuntos" do céu e da terra".

(2) Pedro Calmon — "História do Brasil".

(3) Exemplos: Norte — Cabo de Santo Agostinho — "Maragogipe" (rio dos maracujás); Sul: São Vicente — Piratininga (peixe fácil, visível — SP).

(4) "O Tupi foi o índio com quem o português mais privou". Possuía a língua geral que o colono começou logo a falar. Esta língua foi o "fermento" da unificação entre "portuguêses" e "índios", foi o agente da agregação política. — Jaime Cortesão, historiador português recentemente falecido.

(5) Regimento que nomeou Tomé de Souza.

(6) João Ribeiro — "História do Brasil".

(7) A maior significação (político-social), porém, do ciclo do gado, é ter proporcionado a ligação geográfica dos movimentos de expansão da Bahia e de S. Vicente, de Pernambuco e do Maranhão unidos, no norte de Minas, no primeiro caso, no interior do Piauí ou do Ceará no segundo, por intermédio dos "passadores de gado" processou-se a verdadeira união terrestre do Sul, do Centro, do Nordeste e do Norte. Hélio Viana — Hist. Adm. e Econômica do Brasil.

(8) "Para que essa Capitania (Rio de Janeiro) e as mais do Sul abundem em gados e se possam prover com eles as Minas.

"Me pareceu ordenar-vos deis de Sesmaria a maior parte que vos fôr possível das terras dos campos das Minas" Carta Régia de D. João V (7 maio 1703).

"Os campos não têm fim. O número de gado são milhões". — Pe. Simão de Vasconcelos.

(9) "As Tropas e Tropeiros, de todas as proveniências para todas as direções são os vasos e nervos que comunicam os órgãos brasileiros entre si" Roberto Simonsen — Hist. Econômica do Brasil.

(10) "Encontramos, ainda em 1723, o bando de D. Rodrigo C. de Menezes (Governador da Capitania de S. Paulo) permitindo o transporte de gado vacum do sertão de Curitiba e dos Campos de Vacaria para as Minas de Cuiabá — Gen Borges Fortes — "Cristóvão Pereira".

(11/12) Cruzeta de couro sustendo 1 par de "malas" quadradas de "couro cru".

SOLICITAÇÃO

VOCE, que tem idéias sôbre muitos problemas do Exército e do Brasil, ponha-as no papel e remeta-as para esta Redação. Use a sua tribuna para difundi-las.

VOCE, que estuda para a ECEME e organizou seu ponto, mande-nos para que seja publicado, servindo assim a todos.

VOCE, S-3 de unidade, que montou e executou um exercício no terreno, envie-no-lo para ser publicado.

VOCE, oficial instrutor das inúmeras Escolas e Cursos do Exército, que redigiu um nôvo ponto de instrução, que leu um artigo interessante em revista estrangeira, que montou uma demonstração, que fez algo nôvo, digno de ser divulgado e apresentado a todo o Exército, tome a iniciativa de nos mandar uma cópia, para inserirmos na Revista.

VOCÊS, sargentos, da tropa, das escolas, monitores, alunos, enviem-nos suas colaborações.

Serão bem-vindos!

A REDAÇÃO

EXCERTOS DA HISTÓRIA DE UM BATALHÃO DE INFANTARIA, SUSTENTÁCULO DA REPÚBLICA

Gen Bda

EPAMINONDAS FERRAZ DA CUNHA

(Conclusão do número anterior)

30. O 7.º BI teria participado dos fuzilamentos de Destêrro?

Não temos uma resposta segura para tal indagação. O que podemos admitir é que Moreira César, não querendo traumatizar o "seu" Batalhão com tais cenas, pode ter deixado este encargo para outra tropa da guarnição. Afinal, esse Batalhão deverá voltar, um dia, para a sua "parada", o Rio de Janeiro — centro nervoso do país — e não será interessante que, então, oficiais e praças digam a parentes e amigos, da dramaticidade dessas execuções.

Não faltam elementos locais, embora não necessariamente naturais do Estado, para cumprir tais missões.

Quando Lucas Boiteux descreve os fuzilamentos do Barão de Batovi e de um filho deste, dá a uma escolta de "patriotas" a autoria dessas mortes na Fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim, onde, conforme afirma Moreira César, se encontram antigos soldados da guarnição local comandados por um oficial honorário. Serão homens do Batalhão patriótico "Frei Caneca"?

Com tão frágil prova como afirmarmos que os homens do 7.º BI não tomaram parte nos torvos atos de justiça do Governo?

31. Torvos atos de justiça de Moreira César....

Seria, acaso, menos torva a justiça do "Comitê" da Salvação Pública que exterminou, aos magotes, os inimigos da República instalada na França?

Relendo o pouco que se escreveu sobre a personalidade de Moreira César, sentimos que as suas atitudes têm semelhança — em certos aspectos — com as de Robespierre, o convencional por Arras.

É certo que a revolução que derrubou um Império conduzido por um Imperador justo e manso, não tem paralelo com a rebeldia dos franceses. A nossa mudança de regime foi um ato político sem pretensões a operar modificações radicais no "statu quo" social. Não havia restrições à liberdade como aquelas que oprimiam o povo fran-

cês; e os desníveis entre as classes resultavam — como ainda hoje — mais de razões de ordem econômica, do que das raízes — nobre ou plebéia — de seus componentes.

De qualquer forma, ambas as revoluções tiveram um instante decisivo, um divisor separando, drasticamente, os destinos das correntes contrárias.

Em 1793 — a 16 de janeiro — cada convencional é obrigado a votar, ostensivamente, pela vida ou pela morte de Luís XVI, embora ele já não seja rei, e sim, Luís Capeto.

Para consolidar a República, a Assembléia não trepida, embora contra os votos corajosos de muitos girondinos, em levar a cabeça do rei ao cêsto. E para que essa consolidação seja completa, Robespierre cuida para que tal cêsto nunca fique vazio.

Exatamente cem anos depois, no Brasil, quando a República, proclamada sem sangue, balanceia, sacudida por homens que não a querem, e por outros que a desejam para o seu uso —, cabe a Floriano consolidá-la, combatendo sem tréguas os inimigos do regime. E o momento decisivo é aquêlê em que aceita o repto de Custódio José de Melo e dos chefes federalistas. E é aí que surge esta figura contraditória que é Moreira César, o qual também cuida para que não sobrem vivos aquêles que — no seu entender ou de Floriano? — possam voltar-se contra a deusa amada — a República.

Além dêste desvelado amor à mulher de barrete estranho, tanto Robespierre quanto Moreira César têm como traços comuns de seus caracteres, a incorruptibilidade e o desprezo pelas futilidades. E são, ambos, duros e frios.

Será aplicável, pois, a Moreira César o que diz Stefan Zweig sôbre Robespierre?

“Inebriado pela sua própria incorruptibilidade, hipnotizado pela sua inflexibilidade dogmática, julga que tôda a opinião contrária à sua é, não sômente de qualidade inferior, mas ainda uma traição e, eis por que com o gesto glacial de um inquisidor, êle empurra, como heréticos, todos aquêles que não pensam como êle, para essa fogueira de um nóvo gênero, que é a guilhotina.”

E Floriano? Aprova os atos praticados pelo seu preposto em Santa Catarina?

Diz Joaquim Nabuco:

“A Capital de Santa Catarina é hoje, em linguagem popular, uma cidade mal assombrada, e se a responsabilidade do morticínio que a ensangüenta não foi imputada pelo Marechal Floriano ao seu lugar-tenente, também não foi nunca reclamada por êle.”

Se Floriano não deseja uma repressão violenta, também não é do seu feitio dar muito ensejo aos inimigos da República. Que o diga o sargento Silvino.

Segundo o historiador Pedro Calmon, o Senador Barão de Ladário leu da tribuna do Senado um telegrama que talvez explicasse a frenética solidariedade de Moreira César a Floriano. Eis o seu texto: "Marechal Floriano Peixoto — Rio — Romualdo, Caldeira, Freitas e outros fuzilados segundo vossas ordens. Antônio Moreira César."

Tivemos a oportunidade de ler, nos originais, vários telegramas recebidos na "estação" do Itamarati, então palácio presidencial e oriundos do palácio do Governador de Santa Catarina, naquele dramático período.

Cremos poder afirmar que os despachos eram invariavelmente assinados pelo "Coronel César". Estranhamos, pois, esse "Antônio Moreira César", em telegrama, sem o posto e com o prenome por extenso, o que somente vimos em ofícios por ele assinados.

Mesmo que este telegrama tenha sido passado em código, ainda nos custa crer que seu signatário, de temperamento desconfiado, tanto quanto o destinatário, expusesse tão grave notícia à curiosidade dos assessores do Marechal. Afinal, podia haver entre ambos, para as comunicações dessa natureza, uma forma mais eufêmica, como aquela aludida por Lucas Boiteux, endereçada ao Comandante de Anhatomirim: "Fulano posto em prisão segura."

Moreira César gastou laudas de papel para justificar o paradeiro desconhecido de certos prisioneiros; depois, em outra ocasião, respondeu a altas autoridades interessadas nos fatos, com um lacônico — não!

Por isso, em que pese o nosso maior respeito pelo corajoso Barão de Ladário, fica-nos uma dúvida no espírito: não terá o Barão, de boa fé, dado crédito a um documento apócrifo? Não cremos que Moreira César abrisse a guarda com uma mensagem tão crua.

Em sua obra "Floriano", Silvio Peixoto contesta aqueles que imputam ao Consolidador a responsabilidade pelos crimes do "Km 65" e diz que Floriano não aprovara atrocidades praticadas no debelar revoltas:

"A prova está em a não promoção de Moreira César, oficial que, com extraordinária bravura e competência técnica, se bateu pela legalidade, mas que, também, sempre aliou à sua ação militar, um frisado sentimento de maldade. Morreu sem a promoção a General, o Coronel Moreira César..."

Sobre essa possível promoção, cumpre ficar esclarecido que Moreira César tem à sua frente coronéis cujos méritos não podem ser

desprezados. E, afinal, se ele fôsse promovido por Floriano (que deixaria o poder a 15 de novembro desse ano de 1894), teríamos o Capitão de 1889 General em cinco anos, ou seja, uma carreira meteórica em tempo de paz.

32. O 7.º BI ficará na capital de Santa Catariana até outubro de 1896. Serão, pois, dois anos e meio de permanência fora do Rio.

Em uma cidade de pequeno porte como, então, é Destêrro, onde alguns oficiais estão isentos dos liames da família, manifestam-se — raramente, é certo — casos desagradáveis que enfocam a Unidade ante a opinião pública. Mas a mão pesada de Moreira César aplica as boas regras da disciplina aos recalcitrantes. Para dois Alferes que exageram nas homenagens a Baco em festa pública, a pena é de 30 dias e com sentinela à vista! Um Capitão e um Alferes, por dançarem em um baile público onde existiam praças e mulheres de reputação duvidosa, ficam por 25 dias recolhidos ao estado-maior. Em Tubarão, pelas graves alterações que dá na ordem e tranqüilidade da cidade, é licenciado um Alferes, não antes de ficar prêso por 25 dias. Igual pena outro Alferes vem a merecer quando, turvado pelo álcool, quebra vidraças em Destêrro. Mais um Alferes é recolhido por 30 dias, em face do mau comportamento em casa de uma mulher de moral duvidosa. E quando outro Alferes tenta enleiar uma respeitável senhora casada nas telas da sedução, Moreira César aplica-lhe 25 dias de prisão, com sentinela à vista.

33. As punições impostas, envolvendo oficiais e lançadas nas ordens do dia ostensivas com a humilhante "sentinela à vista", dizem bem do rigor com que Moreira César mantém os princípios da disciplina e da moral na tropa, a começar pelos oficiais.

Também, devido à sua condição de "interventor", sob o título de Governador (além de Comandante do Distrito Militar, independente do 5º Distrito Militar de Curitiba, conforme portaria de 19 de junho de 1894), Moreira César quer dispor de tôdas as forças possíveis, existentes em Santa Catarina. Dai determinar aos militares do Exército que mantenham boas relações com o pessoal do Corpo de Segurança, punindo as praças que não prestam continência aos oficiais do dito Corpo.

34. Até a posse do Governador eleito, as atividades de Moreira César e do 7º BI devem ter sido intensas; e o Batalhão terá sido largamente empregado por constituir uma tropa de confiança, pois as demais que ali já se achavam antes da chegada de Moreira César tinham sofrido o "contágio" dos revoltosos.

O 7.º é empregado na Defesa do território do Estado e em operações militares destinadas — informa Moreira César:

"... não só a libertar as localidades que ainda se achavam em poder dos revoltosos, ou por ele ameaçadas, como a cor-

tar a retirada dos revoltosos que ocupavam, então, o vizinho Estado do Paraná e pretendiam fugir através dêste para o Rio Grande do Sul.

De fato, após a minha chegada, tive notícias que Aparício Saraiva, irmão de Gumerindo, vinha com cerca de 1.200 homens em marchas forçadas para a vila do Rio Negro, da qual, pela excelente estrada de rodagem "D. Francisca" poderiam cair as cidades próximas de Joinville e São Francisco, ganhando em seguida Itajaí e Blumenau a fim de reunir-se em Curitiba a Gumerindo tendo percorrido, assim, o mesmo caminho por onde viera quando invadiu êste Estado.

Ao mesmo tempo que isso se dava, verificava eu pelos autógrafos de telegramas dos chefes revoltosos expedidos nos últimos tempos que aqui estiveram, que o sul do Estado se achava ameaçado pelo pretenso Coronel Batista, que com cerca de 1.500 homens, segundo asseveraram, descia da serra sobre as cidades de Tubarão e Laguna.

Dispondo apenas de cerca de quinhentos, vi-me na necessidade de aproveitar todos os recursos de força que pude aqui apurar, a fim de poder acudir aos vários pontos ameaçados e as localidades em que se mantinham ainda bandos revolucionários em armas, fazendo depredações e violências verdadeiramente bárbaras."

Aí está, mais um depoimento de Moreira César, colhido de documentos originaes. Pelas suas palavras toma-se conhecimento da débil força que conta, face aos efetivos dos adversários; e, certamente, o 7º é o mais numeroso e adestrado componente dêsse ralo efetivo.

O afã com que diãriamente Moreira César ocupa o seu tempo no cumprimento da missão recebida, ou seja, "a fim de tratar da reorganização do Estado" —, deve ter sido assombroso e próprio de um homem de seu temperamento.

Não somente se preocupa com a defesa do interior do Estado, mas também dedica seu tempo e cuidados, à defesa das barras de acesso a Destêrro:

"Acontece que, por motivos que devem estar no vosso conhecimento, tem o governo dêste Estado justas razões para estar prevenido contra a espionagem militar, principalmente agora que se está trabalhando ativamente na fortificação das barras sul e norte desta capital, cujo plano de defesa é natural que queiram conhecer..."

Por causa dessas inspeções às obras e às guarnições dos fortes, êle está, numa fra manhã de junho, impaciente, à beira do cans.

Não é para menos! Na véspera, o Alferes Comandante do rebocador "Audaz" fôra avisado de que êle iria nesse barco visitar as fortalezas das barras.

O "Audaz" deveria ter voltado para o Rio com a esquadra, mas Moreira César insistira junto a Floriano, para que o navio ficasse em Destêrro. Telegrafara-lhe, dizendo que o "Audaz" era necessário para serviços importantes e indispensáveis.

Agora, nem sinal do Alferes e nem mesmo do escaler que deve levar as autoridades para bordo do rebocador.

A consequência é a exoneração do Alferes do comando da embarcação, com um forçado "descanso" de 4 dias no estado-maior do Batalhão.

É nomeado para o comando do "Audaz" um muito ativo Alferes, que fica atento ao serviço, tanto mais que bem conhece o Comandante que tem. Este, bem depressa, aprecia a correta atuação do subordinado: nem doze dias são passados, e o nôvo Comandante do rebocador recebe, prazeroso, um elogio do Comandante da Brigada, "por se esforçar no cumprimento dos seus deveres, concorrendo para que o serviço público seja feito inteligentemente e de modo a agradar a todos." Esse Alferes, sem o saber, já emprega a técnica das "relações públicas..."

Quando o Alferes deixa o comando do "Audaz", Moreira César, na qualidade de Comandante do Distrito Militar, o elogia "pelo lindo comando que fêz como Comandante do "Audaz", tornando essa embarcação uma regular arma de guerra, sendo auxiliar eficaz do Governador de Santa Catarina, durante os cinco meses de reorganização do Estado".

Esse eficiente Alferes continuará no Batalhão até o término da campanha de Canudos; e somente uns quatro dias depois do fim da luta, com a destruição do povoado dos jagunços, é que dá parte de doente. Pelo diagnóstico e prazo de tratamento, verificar-se-á que êle já devia estar doente na fase mais dura daquela campanha. Além de eficiente, esse Alferes deve ter sido um valente militar do 7.º BI.

Os exemplos acima enunciados — da punição pelo desleixo e do reconhecimento do mérito — não são bastantes para edificar o comportamento de um outro oficial.

O imprudente é o Comandante do navio "Itapemirim", o qual, como não pode deixar de ser, é um outro Alferes.

De nôvo repele-se a cena: a mesma autoridade, Moreira César no comando do Distrito, na mesma beira de cais, em uma gélida madrugada semelhante, espera o mesmo escaler, que também não vem! E não é tudo! Marcado o embarque para as 4 horas, tem-se notícia,

já às 5, de que o Alferes, tranqüillo, dorme o sono da inocência; e o 2.º cadete, seu auxiliar imediato, nada faz para impedir tamanho desacêrto.

Moreira César tira-lhe o comando do navio e, "por tanta falta e irregularidade", prende-o por 15, e ao cadete, por 5 dias.

35. Mas as atividades de Moreira César não se circunscrevem à área militar; preocupa-o, também, reorganizar as atividades da administração civil. De sua intensa labuta nesse terreno e no campo político, colhemos proveitosas informações nas latas dos arquivos, onde fazem os maços de telegramas por êle enviados a Floriano.

As demissões maciças ocorridas nos quadros do funcionalismo federal, estadual e municipal, haviam aberto vastos claros no corpo administrativo, repercutindo negativamente na eficiência dos serviços públicos.

Se é verdade que os efetivos em funcionários nas repartições estaduais e municipais podem ser recompletados pelo Governador e pelos Prefeitos, o mesmo não acontece com a Alfândega, os Correios, os Telégrafos, a Caixa Econômica e outras organizações federais.

Quando se diz que Moreira César tem poderes absolutos... isso é relativo! A prova disto está na mensagem que êle envia a Floriano, mensagem que podemos classificar de algo tímida, para um homem que é acusado de determinar fuzilamentos ao seu alvedrio:

"N.º 175 — 18 de junho de 1894 — Do Palácio do Destêrro — Marechal Floriano Peixoto — Presidente da República — Alfândega tem poucos empregados em vista demissões. Devo apresentar propostas? Coronel César."

Floriano, cofiando os bigodes de gulas abaixadas, deve ter esboçado um discreto sorriso. Sua resposta é afirmativa, pois logo no dia seguinte sai de Destêrro esta mensagem:

"N.º 181 — 19 de junho — Para preencher vagas Alfândega: para primeiro escriturário etc... Peço demissão a bem serviço do tesoureiro... e escriturário... e depois mandarei indicação substitutos. Proposta mandarei ao Coronel Aguiar e Correios ao Coronel Costallat. Coronel César".

Nesse telegrama há um despacho feito a lápis azul — que admitimos seja de Floriano — nos seguintes termos: "Ao Sr. Ministro para atender com urgência. Em 20-6-894." O Vice-Presidente, em exercício na Presidência da República, atende ao seu auxiliar de confiança e exige presteza nesse atendimento.

Enquanto os cargos são de nível médio ou inferior, as solicitações são logo atendidas. Mas, quando se trata de preencher cargos de

maiores responsabilidades (e, em consequência, de melhores remunerações ou possibilidades de prestígio político), o governo central auscultá aquêle que virá a ser o candidato vitorioso no próximo pleito, a realizar-se em Santa Catarina. Embora estejamos ainda em junho, e as eleições não tenham sido marcadas, esse candidato, cuja vitória se deve estar delineando como certa, merece tôda a atenção do Governo de Floriano.

É elle o Dr. Hercílio Pedro da Luz, que se encontra no Rio de Janeiro, enquanto Moreira César arruma a administração do Estado de Santa Catarina.

Diz o Governador de Santa Catarina a Floriano:

"N.º 188 — 20-6-894 — Palácio Destêrro — Marechal Floriano Peixoto — Presidente da República — É preciso serem demittidos por traidores República seguintes empregados Caixa Econômica: ... (nomes) ... Proponho para substituirem os nomes acima, conselho fiscal ... (nomes) ... Coronel César."

O lápis azul funciona na parte superior da mensagem, com uma indagação: "Dr. H. Luz o que diz?"

Na parte inferior da mensagem, a tinta, e com outro talhe de letra, uma informação: "Tôdas as indicações são acertadas. Vejo que o Alferes reformado ... cujo nome indiquei para o cargo ..." (a frase não se completa por ter terminado o papel; talvez continuasse em outra fôlha).

Os bons cargos — os seleccionados e desejados — vão surgindo, e Moreira César consulta o chefe e amigo:

N.º 186 — Palácio do Destêrro — 20 de junho de 894 — Marechal Floriano Peixoto — Lugar procurador seccional vago e sendo urgente nomeação proponho o bacharel ... Saúdo-vos. Coronel César."

No alto, o lápis azul interroga. "Dr. H. Luz o que diz?" A resposta está ao pé da mensagem: "Não conheço o bacharel indicado. O candidato *combinado* (grifamos) é o bacharel ..., cunhado do ... O Dr. ... tem pedido (ilegível) neste sentido. Rio 22-6-94 — (assinatura que se assemelha a "H. Luz").

36. Não há mãos a medir para que a missão seja corretamente cumprida. Moreira César mantém a segurança do Estado, como Comandante da área; zela pela melhoria da administração civil, como Governador; e, mais como um "interventor", estabelece condições para que as eleições corram com normalidade... "torcando", naturalmente, para que vença o candidato do Governo.

Sentindo que a ação empreendida para reorganizar Santa Catarina já apresenta resultados promissores, mesmo com os incômodos que os rebeldes ainda causam, Moreira César resolve consultar Floriano sobre as eleições que virão permitir o preenchimento dos cargos eletivos de direção estadual e de representação no Congresso Nacional:

"N.º 105. 24 de julho de 1894 — Marechal Floriano Peixoto — Presidente da República — Estado em condições proceder eleições. Peço vossa opinião. Preciso avisar interior grande antecedência. Saúdo-vos. Coronel César."

Floriano deve ter autorizado o Governador de Santa Catarina a fixar a data, pois, dias após, recebe esta mensagem:

"N.º 139 — 30 de julho de 1894. Marechal Floriano — Telegrama retardado. Marquei eleição Governador e Vice-Governador para oito setembro. Senador e Deputados federais, nove mesmo mês. Reputando inconveniente poderei adiar. Saúdo-vos. Coronel César."

Acertados, com Floriano, os ponteiros para as eleições, Moreira César informa ao Marechal:

"N.º 3 — 1.º de agosto de 1894 — Marechal Floriano — Municípios todos enviaram representantes a esta capital elegerem previamente seus candidatos. Recaiu votação: Hercílio Governador; Polidoro Vice-Governador; Richard Senador; Lauro, Tolentino, Paula Ramos e Blum, Deputados. Saúdo-vos. Coronel César."

Os convencionais acertaram em cheio. Confirmam, adiante, os resultados das eleições.

37. Apesar de ter de respeitar determinadas injunções políticas, Moreira César, que pedira a Floriano a "demissão de traidores da República", não se permite calar quando tais injunções ultrapassam do razoável. Verifica-se isto, no caso que apontamos a seguir.

A 18 de setembro de 1894, Moreira César dirige ao secretário do Ministro da Viação, o Major Dr. Pôrto Carreiro, o seguinte telegrama:

"N.º 144 — 18 de setembro de 1894 — Major Dr. Pôrto Carreiro Secretário Ministro Viação. Causou má impressão reintegração Dr. lugar chefe distrito telegráfico. Com este ato será de justiça voltarem todos que saíram do Telégrafo. *A manterem o ato será conveniente que não venha para este estado (grifamos).* Saudações. Coronel César."

O telegrama é incisivo e contém velada ameaça ao demitido. O Major Pôrto Carreiro deve ter mostrado o documento ao Ministro. Ao pé da mensagem há a seguinte nota: "Marechal. Acabo de receber este telegrama. O decreto de nomeação deste funcionário *por quem se empenha o Dr.* (grifamos) foi remetido ontem para o Itamarati. *Resolvereis o que fôr melhor* (grifamos) (a) B C".

Pelo final do encaminhamento do telegrama a Floriano, seu signatário lavou, como Poncio Pilatos, as mãos...

Floriano deve ter pedido esclarecimentos a Moreira César, porque o Governador, dias depois, envia-lhe a "ficha" do candidato a chefe do distrito telegráfico:

"N.º 259 — 28 de setembro de 94 — Marechal Floriano — Presidente da República — Dr. gozou passagens bordo esquadra revolucionária indo a Paraná e voltando. Pediu e obteve licença Governo revolucionário, foi promovido a Major, cumprimentou Governo provisório sua instalação, pediu dispensa Major dizendo desejar servir como simples cidadão, felicitou por telegrama ministro Governo revolucionário. *Em melhores condições que ele estão todos empregados telégrafos que foram demitidos visto que imitaram-no como chefe e talvez com menos entusiasmo* (grifamos) Fui seu companheiro Escola Militar mas não se queixou (?) a pedir-me documento sua justificação. Saudações. Coronel César."

A "ficha" do rebelde está, assim, apresentada a Floriano. De novo este Coronel dirige-se ao Marechal de Ferro sem circunlóquios: diz-lhe a verdade e dá-lhe a sua opinião. Afinal, não tem nenhuma graça que ele — há seis meses vem sendo acoimado de executor impiedoso — tenha de dar posse em pingue cargo a um rebelde que devia estar pôsto de joelhos, dando graças a Deus de não ter ido para a fortaleza de Anhatomirim, "pôsto em prisão segura".

Não sabemos a quem Floriano atendeu — se a Moreira César, se ao Dr., padrinho do "cristão novo".

38. Como teriam transcorrido as eleições?

A 11 de setembro, Moreira César comunica a Floriano que a eleição havia transcorrido em ordem e fôra concorrida. Apresenta ao Vice-Presidente os resultados parciais, e em mensagem de 12, dá os resultados finais:

"Brilhante votação Estado. Para Governador Dr. Hercílio Luz 7334; Vice-Governador Dr. Polidoro 7311; Senador Coronel Richard 5521; Deputados Dr. Lauro Sodré 7040; Paula Ramos 4957; Tolentino 4459; Emílio Blum 4225. Faltam seções e mu-

nicipios serra. Em Campos Novos talvez não haja eleição, em vista grupos deixados forças Gumerindo tocados do Rio Grande que ali apareceram alarmando população. Saudações. Coronel César."

Face ao resultado, cabe a Moreira César entregar o Poder Executivo do Estado ao Governador eleito. É o que ele faz a 27 de setembro de 1894, dando, do fato, ciência a Floriano:

"N.º 259 — 27 de setembro de 1894 — Palácio do Destêrro — Marechal Floriano — Presidente da República — Cumprimento comunicar-vos que se acha reorganizado este Estado e tendo sido eleito seu Governador o Dr. Hercílio Luz entreguelhe hoje o governo. Viva a República. Coronel César."

A Assembléa que se reúne em Destêrro, e denominada de Congresso, na sua sessão de instalação aprova, por unanimidade, a seguinte moção:

"O Congresso representativo, reunido em sessão de instalação, agradece os leais serviços prestados à pátria catarinense após a revolta, pelo Coronel Antônio Moreira César. O Presidente do Congresso — F. Tolentino — Joaquim S. Tiago, 1.º Secretário — Mário Lotero, 2.º dito." (Transcrita no "Diário Oficial" de 29-9-1894.)

Termina, assim, o governo de Moreira César, no Estado de Santa Catarina.

Inicia-se uma nova fase na vida e na história daquele Estado, porém, nem Floriano, nem Prudente de Moraes que o sucede a 15 de novembro de 1894, substitui o Comandante do 7.º BI que — pelo seu posto e antiguidade — está continuamente no comando da guarnição e, eventualmente, no do Distrito Militar. Esta situação permanecerá até outubro de 1896.

Por quê? O que moverá Prudente de Moraes, que não tem as afinidades de natureza militar nem o sentimento de confiança que ligavam Floriano a Moreira César, a manter este último em uma comissão militar naquele estado? Um homem que, afinal, é apontado como o autor da morte de tantas pessoas ligadas às famílias daquela área?

Moreira César se terá tornado um "insubstituível"? Ou será que o novo Presidente, conhecendo bem as facetas do caráter daquele homem que se considera soberano em suas atitudes, prefere mantê-lo fora do Rio de Janeiro?

A indagação é digna de maiores pesquisas, pois Moreira César, não fossem os insucessos de Canudos, talvez tivesse modificado muitas páginas de nossa História.

No momento, entretanto, elle, como militar, ainda é necessário em Santa Catarina, face à tormenta revolucionária que continua no sul. Gumerindo Saraiva morre no combate de Carovi, a 10 de agosto dêsse ano, porém Saldanha só é vencido a 24 de junho de 1895, no combate de Campo Osório, onde é morto por um grupo de João Francisco, lanceado por um de seus soldados.

Esvazia-se o movimento revolucionário, mas assim mesmo a luta continua; afinal, a 23 de agosto, na cidade de Pelotas, dois Generais, representantes do Governo e dos revolucionários, acordam em cessar a luta.

A anistia, manto do esquecimento, é decretada pelo Congresso Nacional, a 21 de outubro de 1895.

39. Embora o ex-governador limite suas ações ao campo militar, decerto é elle, mais do que o poder civil, o sustentáculo da República naquella região, em dias tão difíceis.

Faz-se mister, entretanto, desprover-se daqueles auxiliares mais prestimosos que souberam, com dedicação, cumprir missões que elle julgou necessárias para preservar a sua deusa — a República. Foram homens que, certamente, não discutiram suas ordens, amigos incondicionais.

Um dêsses homens merece de Moreira César um elogio final que, embora não seja uma girândola de adjetivos enaltecedores, é uma louvação que elle pouco exercita.

Trata-se do Chefe de Polícia ou Prefeito de Polícia de seu Governo, o Tenente Manoel Belerofonte de Lima. Leiam:

"Por passar nesta data a administração do estado ao Snr. Governador eleito, deixará também nesta data o cargo de Prefeito de Polícia em vista de seu pedido, o Tenente do 7.º BI, Manoel Belerofonte de Lima, que muito me auxiliou na reorganização dêste estado durante os cinco meses passados. Já era bem assinalado o patriotismo dêste illustre militar, porém, ainda mais acentuada se tornou a sua attitude digna de imitar-se, *no momento angustioso em que parecia perdida a República* (grifamos). Deixando tudo que lhe era caro no lar, com toda a abnegação e solicitude procurou os lugares mais perigosos. Salva a República é bem justo relembrar, ainda que em leves traços, os seus serviços durante a revolução. Na nova esquadra, desde a sua organização, junto ao Governo Federal como Ajudante-de-Campo do cidadão Ministro da Guerra e neste estado no cargo que ora deixa, foram salientes e proveitosos os seus esforços. O Tenente Belerofonte ficará pronto a seguir na primeira oportunidade para a Capital Federal a serviço dêste Comando."

Não lemos, nos registros das ordens do dia do 7.º, nenhum outro elogio dado por Moreira César que tenha semelhança ou equivalência ao dado a Belerofonte.

Houve, evidentemente, uma sólida amizade entre ambos, desponsada, talvez, de uma afinidade de temperamento ou, possivelmente, de um parentesco.

40. Pela sua presença durante tanto tempo no comando interino do Batalhão, o Capitão Caldwell deve, também, ter sido um homem da confiança de Moreira César. Não há dúvida de que este o aprecia; elogia-o pela agradável impressão que lhe causa durante uma inspeção, o aquartelamento do 7.º, a boa ordem e o asseio reinantes, as obras realizadas e a presteza e a correção com que as praças atendem ao alarme.

Afinal, apresenta-se ao Batalhão um Major — Pedro de Alcântara Fonseca, que assume o comando interino da Unidade.

A rotina não muda porque o 7.º está "em forma", moldado à vontade do Comandante efetivo. A novidade é que as ordens do dia citam, no título, o novo nome da cidade: Florianópolis.

De passagem por Santa Catarina soubemos — por tradição oral que, na época, ao serem consultadas as autoridades dos municípios sobre a nova denominação da capital, determinada câmara ou prefeito, não recordamos, dissera que o topônimo "Florianópolis", além de patriótico era eufônico.

O fato é comunicado à tropa pelo Comandante do Distrito — o titular do 7.º, em 2 de outubro de 1894:

"Faço público que o cidadão doutor Hercílio Pedro da Luz, Governador do Estado, comunicou-me ontem haver sancionado o decreto do Congresso que muda a denominação desta capital para Florianópolis. Ao registrar esta justa homenagem ao cidadão que tão tenazmente lutou pela vitória da Pátria e da República, sinto justo orgulho..."

Quanto à mudança do topônimo da capital de Santa Catarina, assim escreve Joaquim Nabuco, em 1896:

"É sempre uma homenagem mal-entendida mudar o nome de uma cidade. Essa mudança, além do mais, causa imensa confusão nos correios do mundo inteiro; obriga a alterar todas as guias postais e exige também a correção de geografias, mapas, cartas marítimas etc. e se hoje é o nome de uma cidade, amanhã, sob autoridades ainda mais entusiastas, pode ser o do País. Não havia, porém, razão especial para dar-se o nome do Marechal Floriano à cidade do Destêrro. Destêrro foi a principal causa do desastre da Revolta,

mas é uma homenagem duvidosa glorificar o vencedor pelo erro fatal do vencido: é como se os romanos tivessem dado o nome de Clplão a Cápua. Havia, porém, outra razão para não se dar ao Destêrro o nome de Florianópolis antes que o de Cesaréia, se queriam perpetuar a odiosa lembrança da guerra civil. A capital de Santa Catarina é hoje, em linguagem popular, uma cidade mal-assombrada, e se a responsabilidade do morticínio que a ensangüenta não foi imputada pelo Marechal Floriano ao seu lugar-tenente, também não foi nunca reclamada por ele."

41. No início de novembro, Moreira César deve ter recebido a notícia triste: falecera, no Rio, a 28 de outubro, o seu grande auxiliar, Belerofonte. Uma semana antes havia sido promovido a Capitão, "em atenção aos seus serviços prestados à República na repressão à revolta".

Estava classificado no 2.º BI, mas continuava adido ao 7.º. Não viveu nem um mês após a sua saída da Prefeitura de Polícia da, então, cidade de Destêrro.

A 15 de novembro de 1894, a par do 5.º aniversário da República, dá-se a passagem da Presidência da República para o Dr. Prudente José de Moraes Barros.

Moreira César, no comando do Distrito, torna público:

"... Olhando para o seu passado, pode o Exército dizer: tenho em todos os tempos sabido honrar a confiança que em mim depositou a Nação; conquistei um nome imaculado que preciso garantir. Essa garantia ao seu passado glorioso, que deve o Exército zelar no futuro, não depende dos seus oficiais veteranos; esses já têm dado provas demais da sua correção de proceder; não depende igualmente das praças de pré, pois sempre souberam como os melhores soldados do mundo seguir seus chefes —, e, sim, dos jovens oficiais da República que agora conquistaram os seus galões em defesa dela. É a esses a quem dirijo um apêlo nesse dia.

Jovens oficiais da República! A Nação vos confiando uma espada exige o cumprimento exato dos vossos deveres e esses não podem ser senão — defendê-la a todo transe, submeter-se e fazer cumprir a lei e, finalmente, respeitar e prestigiar a autoridade. Vosso fim é tão digno, elevado e nobre e é tão honrosa a vossa missão de militar, que nem de leve deveis vos desviar dela, atraídos por qualquer outro gênero de atividade humana, principalmente pela política, mais forte e reigente contra a disciplina que é o condão mágico que nos traz sempre unidos, fortes e em condições de bem servir a República."

42. Ressalte-se que, naquela época, era dado especial relevo à expressão "República" — citada três vezes na ordem do dia acima.

Nesse período instável da "consolidação", não se duvida do patriotismo dos brasileiros das facções em luta. Apesar das ligações da família imperial com as famílias coroadas da Europa, ninguém põe em dúvida o patriotismo dos monarquistas que souberam, no momento oportuno, defender o solo pátrio contra a arrogância estrangeira.

Patriotismo é sentimento que está sedimentado na alma dos brasileiros e vem dos tempos em que esta Nação ainda não tinha o seu nome impresso na folha de rosto de uma Constituição.

O sentimento instintivo do amor à terra, a nosso ver, a raiz mais profunda do patriotismo, vem de lutas como aquela contra os holandeses, quando os nativos — e, como tal, somavam-se índios, brancos e negros, com caribocas e mulatos — fundiram músculos e vontade, rilharam os dentes e aferraram-se ao solo, cuspiram sangue e blasfemaram, rezaram e lutaram para legar aos filhos, aos netos, aos que viriam depois, o diploma de Guararapes, título de propriedade desta nação-continente. Daí por diante, outros lutaram, aqui, ali e acolá, para manter inquestionável tal título. E conseguiram. E aí está o legado que nos cabe defender e engrandecer.

Não há portanto que estranhar, se depois do "15 de novembro" a "palavra mais constante na boca de um brasileiro seja "República", ao invés de "Pátria". Esta já residia no coração de ambas as correntes políticas; o que as separava era o regime que cada qual julgava ideal para a Pátria. Daí existirem os "restauradores" de um lado, e do outro, os "sustentáculos da República".

Tal separação continuará a existir e tomará incremento na época da campanha de Canudos e manter-se-á na virada do século, durante os primeiros anos da nova centúria.

Somente na década em que estruge a 1ª Grande Guerra é que a República tomará a posição de menos deusa e mais regime político. A Monarquia está longe; velhos impérios caíram, e os que sobreviveram não têm mais ilusões quanto ao continente americano. Não há mais lugar para aventuras do tipo Maximiliano do México. Acabou-se o romantismo, acabou-se a "belle époque..."

Por aqui, desaparecida a obrigatória expressão de "cidadão", os documentos conservaram, por muito tempo, uma outra expressão, resíduo dos velhos tempos da República-deusa: "Saúde e Fraternidade" com que se fechavam muitos documentos oficiais.

Mas esta saudação também resignou-se em sumir nos poeirentos arquivos.

43. Com a extinção do Distrito Militar de Florianópolis, Moreira César retorna ao comando do Batalhão, em 15 de novembro de 1894, despedindo-se dos seus ajudantes-de-ordens, em número de quatro, que se recolhem, um ao 7.º e os demais ao Rio. "São jovens ainda, mas corretos militares, diz deles Moreira César, acrescentando: "... a todos a minha eterna gratidão".

Para que se avale o grau de importância que o novo Governo — do civil Prudente de Moraes — dá à presença de Moreira César em Florianópolis, citemos um fato.

Por haverem cessado os motivos que haviam determinado a separação do território do Estado de Santa Catarina, da jurisdição do 5.º Distrito Militar (sede em Curitiba) desde 19 de junho, o Ministro manda, a 14 de dezembro, que o referido Estado volte a pertencer àquele Distrito. Por lhe caber, subordinado aos ditames da hierarquia, o comando do Distrito, Moreira César vai a Curitiba receber das mãos do Comandante do 1.º Regimento de Cavalaria (que se retira para a sua sede no Rio), o referido comando.

Mas o Ministro determina — e aí está o importante do fato — que, provisoriamente, o 5.º Distrito Militar tenha sede em Florianópolis.

Deduz-se da ordem do Ministro que Moreira César ainda não deve ser afastado de Santa Catarina; por isso, aquela autoridade prefere transferir a sede de um Distrito Militar a ter de mandar o seu Comandante interino mudar de cidade.

Dura pouco essa comissão. Vemo-lo, em janeiro de 1895, no comando de uma Brigada constituída com os corpos existentes no Estado de Santa Catarina e o Batalhão patriótico "Frei Caneca", conforme determinação do novo Comandante do Distrito, cuja sede volta a ser em Curitiba. Moreira César, em uma ordem do dia n.º 1, declara que a 2ª Brigada é constituída pelos 7.º e 37.º BI, o "Frei Caneca" e o 10.º RC.

É efêmera a existência desta Brigada, o que prova achar-se o perigo revolucionário em pleno declínio, em Santa Catarina.

O 7.º, que está sob o comando interino do Major Pedro de Alcântara Fonseca, passa ao comando de Moreira César a 7 de fevereiro, em virtude da extinção da Brigada que este comandava.

Mais uma vez há despedida de oficiais jovens que muito o teriam ajudado no antigo comando e governança, elogiados pela dedicação ao serviço e esforços eficazes empregados na organização da Fortaleza de Araçatuba.

Por sua vez, Moreira César é elogiado ao deixar o comando da 2ª Brigada, pelo Comandante do 5.º Distrito Militar. Diz este que Moreira César, no desempenho daquele comando mostrou sempre "lealdade, zelo e critério, não poupando esforços nem sacrifícios para

bem desempenhar-se da comissão que em boa hora lhe foi confiada". Dai louvar e agradecer:

"...a tão distinto camarada os importantíssimos serviços que prestou à causa da lei da qual foi verdadeiro sustentáculo, como oficial valente e brioso que é."

Eis a síntese da citação: valentia e brio! Negar — não é possível — a existência de tais qualidades em Moreira César, em que pesem os epítetos tremendos com que os seus inimigos ferretelam a sua personalidade.

Chamam-no de epilético, cruel, sanguinário, ambicioso, anátemas que se referem às "tendências monstruosas" a que alude Euclides da Cunha. Os republicanos mais ardentes o enaltecem, fazem-lhe loas, proclamam-no pilar ou sustentáculo da República.

Nenhuma bôca vitupera a sua honra pessoal: esta não é contestada.

44. Se Moreira César não mais comanda, como titular, o Distrito ou uma Brigada, não deixa, entretanto, de enfeixar em suas mãos um virtual comando sobre as tropas do Exército em Santa Catarina, por ser o Comandante da Guarnição.

E é nessa qualidade que, no transcorrer do ano de 1895, êle se afasta de Florianópolis, indo para o interior, por ordem do Comandante do Distrito e passando o comando do Batalhão a Caldwell, a 15 de junho.

São três meses de ausência (reassumirá a 25 de setembro, vindo de Lajes), mas as ordens do dia em Florianópolis são tôdas assinadas por Moreira César. Deve-se a essa estranha ubiqüidade estar por êle assinada a ordem do dia do Batalhão de 1.º de julho de 1895:

"Camaradas! É ainda sob a dolorosa impressão da irreparável perda porque acaba de passar a Pátria Brasileira, que eu venho cumprir o triste dever de comunicar-vos a lutuosa notícia esta que me foi transmitida em telegrama de hoje pelo comando do 5.º DM. A compunção que vai em tôdas as almas patrióticas e a tristeza que nos punge melhor atestam o quanto valeu para a sua Pátria e o quanto se esforçou pela sua classe o grande vulto que anteontem desapareceu de entre os vivos.

Camaradas! O General que perdemos já vinha de há muito laureado pelas vitórias das nossas armas nos campos do Paraguai. Só por êsses serviços que são valiosos êle bem merecera da Pátria. A República, porém, reclamara maiores esforços, sacrifícios ingentes para a sua consolidação. E êle tendo sempre diante de si a imagem da Pátria, enfrentou

os seus inimigos, e glorioso e invicto soube levá-los de vencida, salvando dêste modo o princípio da autoridade republicana, legando a nós fecundissimo exemplo de amor às instituições vigentes. E, assim, meus camaradas, interpretando o nosso sentimento de pesar eu vos convido a tomardes luto por 8 dias, como último preito de sincera homenagem, neste momento em que o Exército Brasileiro ajoelha-se ante o túmulo que inesperadamente se abre para guardar os despojos do imortal consolidador da República. Soldados! Por tão solene e triste acontecimento, armas em funeral!"

Esta é a despedida de Moreira César a Floriano, o Marechal de Ferro, o Consolidador da República.

45. Teria havido uma tentativa para instalar-se o "continuismo" de Floriano no poder, quando ficou caracterizada a vitória de Prudente de Moraes?

Qual seria, bem no íntimo, o sentimento de Moreira César para com Floriano? Se, no cumprimento da missão que Floriano lhe confiara houve excessos, por que o Marechal não deteve Moreira César dizendo-lhe: "Basta"?

Que recompensa Moreira César recebeu de Floriano? Teria Moreira César agasalhado um sentimento de frustração pelo fato de Floriano não o ter promovido a General, coroando uma carreira relâmpago?

Se houve especulações sobre a continuação de Floriano no poder — na qualidade de ditador — teria Moreira César ciência das confabulações, tão distante êle estava do Rio de Janeiro?

É José Maria Belo quem nos conta, na sua "História da República" que, vencida a revolta da Marinha, se teria tramado com as maiores precauções, o golpe de Estado para entregar a ditadura a Floriano. Porém, as condições de saúde dêste e a oposição encontrada por parte de alguns florianistas radicais, como o próprio Coronel Moreira César, teriam feito abortar o plano.

46. A situação no Sul está pacificada, e a 25 de agosto — supomos que com acentuada presença do povo, cansado de tanta luta e sangueira — realiza-se um "Te Deum" na matriz da cidade de Florianópolis pela extinção das hostilidades.

A partir daí, as atividades do 7.º BI decorrem em clima menos bélico, pendendo para o da rotina do tempo de paz.

Com a apresentação do Major Olegário Antônio de Sampaio, ora é êste, ora é Caldwell, o comandante interino da Unidade nos afastamentos eventuais do titular. Durante o restante de 1895, e por

algun tempo em 1896, Moreira César comandará interinamente o 5.º DM. Em cêrca de um ano, comanda o Distrito por mais de cinco meses.

Moreira César tem, por isso, mais tempo livre para dedicar-se à instrução, seja a de seu Batalhão, seja a do Exército em geral, sua preocupação permanente.

Faz poucos anos, êle integrara uma comissão juntamente com o Major João de Souza Castelo e o Tenente Napoleão Felipe Aché, comissão presidida pelo General-de-Divisão José Clarindo de Queiroz, designada para elaborar uma obra bem significativa para a Infantaria da época: as "Instruções para a Infantaria do Exército Brasileiro, tomando-se por base a instrução portuguesa". Estas Instruções abordavam o ensino do recruta, o ensino da campanha e o ensino do Batalhão e da Brigada.

O tempo passa e agora torna-se necessária uma revisão da referida obra. Da missão é incumbido Moreira César. Êle a cumpre e na 3.ª edição de 1897, lê-se no volume a seguinte declaração: "Declaro haver revisto a 3.ª edição das Instruções para a Infantaria do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1896. Antônio Moreira César — Coronel."

Em outra fôlha está o seu retrato, certamente uma homenagem póstuma. Apesar da data, a edição só deve ter sido lançada em circulação em 1897, e aí...

47. Na qualidade de Comandante da Guarnição, nos últimos dias de 1896, êle estabelece uma proibição que se faz necessária para fortalecer os princípios da disciplina entre as praças da guarnição:

"Tendo chegado ao meu conhecimento que alguns inferiores desta guarnição organizaram um clube, de fins innocentes, mas de conseqüências funestas à disciplina militar, como em poucos dias bem claramente se verificou; não se compreendendo força militar sem disciplina, porque é ela a base de toda a organização, e garantia única de seus elevados intuitos — defesa da Pátria no exterior, manutenção da ordem interna e guarda da Unidade Nacional sob o sistema republicano; e, considerando que tudo foi filho da inexperiência própria dos moços e atendendo ao bom procedimento que até hoje têm tido os inferiores que assim se associaram, limito-me a mandar repreender todos verbalmente e determinar de uma vez proibida qualquer agremiação ou reunião constituída por militares praças de pré, sem ordem expressa de seu superior competente."

48. Esta é a sua última determinação como Comandante da Guarnição de Florianópolis.

Desde algum tempo o pessoal do 7.º anda em "suspense" com as notícias de uma nova mudança de guarnição. Não dizemos mudança de "parada", porque, até então, o Batalhão continua com sede no Rio, embora destacado em Santa Catarina.

Mas, agora, é uma portaria datada de 25 de julho e publicada na Ordem do Dia da Repartição de Ajudante-General de n.º 760/1896, e conhecida pelo Batalhão em 1.º de setembro, que designa o Estado de São Paulo como território da nova parada do 7.º.

Pelo Almanaque "Laemmert" — preciosa publicação anual — verifica-se, em suas edições de 1896 e 1897, que a sede do 7.º BI é Mogi-Mirim, cidade paulista. Entretanto, como veremos, o velho e muito útil recipiendário de informações históricas está, neste ponto, equivocado, induzido ao equivoco, certamente, por aquela portaria.

O Batalhão não segue para a sua nova sede. A mão do destino está sobre a destra de Moreira César quando escreve, em 30 de outubro de 1896, o seguinte registro para ser transcrito na ordem do dia:

"Torno público ao Batalhão que por ordem do cidadão Ministro da Guerra, seguiremos amanhã para a Capital Federal num transporte que vem expressamente buscar o Batalhão. É cheio de satisfação que dou ciência dessa determinação do Governo, pois ela quer dizer que mais uma vez o Governo e a República apelam confiantes neste dedicado Batalhão que tem o seu passado glorioso e tão devotado à República *que falar no 7.º é dizer garantia da República* (grifamos). O Batalhão embarcará horas depois da chegada do transporte."

No dia seguinte, 31 de outubro de 1896, Moreira César assina, pela última vez na vida, uma ordem do dia do 7.º BI. Dessa data até fevereiro de 1897, quando deixará o comando do Batalhão para comandar uma Brigada, as ordens não serão assinadas, permanecendo em branco o espaço deixado para tal fim.

Mas, nesse dia, ele está orgulhoso, vendo a diligência e a alegria com que a Unidade apresta-se para o embarque rumo à sua verdadeira "parada", o Rio de Janeiro.

Daquela mudança para São Paulo, ninguém mais cogita. Não encontramos a anulação daquela portaria; também ela nunca será cumprida.

49. Há um Alferes — um bom e bravo Alferes — que pede, insta e consegue, nesse dia afanoso, véspera do embarque, passar a adido ao batalhão — ele pertencia ao 37.º BI — por ordem do Ministro. É incluído no Batalhão e mandado servir na 4.ª Companhia.

Chama-se Vicente Poll êsse Alferes, e dêle ouviremos falar mais tarde.

No dia de "Todos os Santos", o 7.º já está a bordo do transporte "Itaipu", e a 4 de novembro, no Rio. Pela terceira vez o 7.º entra pela barra da Baía da Guanabara.

A viagem, rápida, é perturbada por um fato de cujo relato abrimos espaço para ouvirmos Euclides:

"Embarca com o seu Batalhão, o 7.º, num navio mercantê; e em pleno mar, com surpresa dos próprios companheiros, prende o comandante. Assaltara-o — sem que para tal houvesse o mínimo pretexto — a suspeita de uma traição, um desvio na rota, adrede disposto para o prender e aos soldados."

Euclides, com estas palavras, quer vincular tal atitude de Moreira César a um momentâneo desequilíbrio de sua mente.

O historiador Pedro Calmon, referindo-se a Moreira César, chama-o de "herói doente", e sôbre o caso do "Itaipu" relata:

"Embarca Moreira César com o 7.º de Infantaria no Itaipu para o Rio de Janeiro, e a bordo, desvairadamente, "prende o comandante e parte da guarnição — rezam os jornais de 4 de novembro de 1896 — por suspeitar que levavam noutro rumo o navio. Saltou na Capital Federal com fanfarras no cais e o povo a aclamá-lo, como ao impoluto vingador do Exército, desafiado, na cidade e nos campos, pelo "sebastianismo recalcitrante."

Tirante uma intempestiva alienação de sua mente, haveria alguma razão plausível para Moreira César praticar o ato violento, em uma viagem que se fazia plácida?

Há que se voltar ao seu tempo para melhor entendê-lo.

Em que pesasse o patriotismo dos monarquistas, tanto quanto o dos republicanos, como a que em linhas atrás nos referimos, aqueles talvez não desprezassem uma ajuda estrangeira para repor as coisas como estavam, antes de 15 de novembro de 1889. Não se poderia — naqueles tempos — duvidar que os "sebastianistas" aceitassem a ajuda de famílias coroadas de outros países, para virem auxiliar os parentes — e que não o fôsem — apeados do poder, no Brasil. A ajuda, nestas condições, seria uma consequência da solidariedade no médo.

De fato. Convenhamos que, afinal, deve ter sido irritante para as monarquias européas saberem que o único Império digno dêste

título existente "la-bas", fôra derrubado por um piparote de um decidido grupo de republicanos. Fera-lhes o orgulho, o exemplo; aguilhoava-lhes a alma, o medo.

— Hoje, Pedro II. Quem sabe, amanhã, nós? — pensariam.

Há em velha obra um registro interessante sôbre o assunto que julgamos oportuno refrescar. Encontramo-lo na edição de 1890, do livro "A Revolução Brasileira", de J. Candido Teixeira:

"O Liberal", de Madri, em data de 21 (de novembro de 1889) publica o seguinte despacho de Paris:

"Os telegramas de Berlim afirmam que o Sr. Bismarck propõe-se intervir nos acontecimentos do Brasil, pretendendo restaurar o Império.

O "Post", órgão de Bismarck, desmente em termos ambíguos a intervenção da Alemanha no Brasil. Acrescenta o periódico alemão que a intervenção sômente é provável dado o caso de que os acontecimentos realizados hajam sido obra de vários conspiradores e não um movimento nacional. Nesse caso, bem que fôsse uma conspiração coroada de êxito, mas sem corresponder ao sentimento de toda a nação, a Alemanha, diz a "Post", auxilliaria de um modo sério e eficaz a restauração do Império."

Allando esta política de autodefesa do regime monárquico à de preservação e ampliação das áreas de influência econômica na América Latina, os reis e os imperadores existentes na Europa da época podiam estar tentados em derrubar, embora por vias travessas, a República nascente, ainda trôpega, que esbarrava aqui e se amparava ali, na luta pelo equilíbrio indispensável à marcha que estava encetando.

É verdade que logo após o "15 de novembro", Rui Barbosa, o Ministro da Fazenda, ridiculariza os boatos de uma pretensa interferência das monarquias européias na política interna do Brasil.

Segundo nos conta o Visconde de Ouro Preto, o grande Rui mandara a Latino Coelho, em Lisboa, telegrama em que diz em certo trecho:

"D. Pedro está sendo explorado pelos antigos diplomatas imperiais. As pretensões à ingerência das monarquias européias no Brasil são simplesmente ridículas. A república brasileira terá por si a aliança ofensiva e defensiva da América inteira."

O esclarecimento de Rui não invalida a possibilidade de que as chancelarias reais venham a maquinar contra a estabilidade do novo regime. A simples afirmação enfática de uma aliança americana

contra essa ingerência vinda de além-mar, já é uma tácita admissão de que tal idéia — o quanto hoje possa parecer esdrúxula — tinha algum cabimento.

Assim, vivendo intensamente esse clima de apreensões, com o fantasma do "sebastianismo" sempre presente, não teria Moreira César vislumbrado em alguma atitude do Comandante do navio algo que não veio à luz, mas que lhe despertara a suspeita de um perigo próximo, para si e para a tropa que estava sob a sua responsabilidade?

BIBLIOGRAFIA

- ORDENS DO DIA DO 7.º BATALHÃO DE INFANTARIA — 1892/1896 — Arquivo do Exército.
- ORDENS DO DIA DA REPARTIÇÃO DE AJUDANTE-GENERAL — Arquivo do Exército.
- FÊS DE OFÍCIO — Arquivo do Exército.
- DOCUMENTOS ORIGINAIS — Arquivo do Exército.
- DOCUMENTOS ORIGINAIS — Arquivo Histórico do Itamarati.
- DOCUMENTOS ORIGINAIS — Arquivo Nacional.
- A GUERRA CIVIL NO BRASIL DE 1893/1895 — Almirante Thompson.
- HISTÓRIA DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR — Ministro General Raimundo Rodrigues Barboza.
- NOTAS PARA A HISTÓRIA DE SANTA CATARINA — Lucas Boiteux — Ministério da Marinha — 1940.
- JOSEPH FOUCHE — Stefan Zweig — Editora Guanabara — 1938.
- REVISTA "O CRUZEIRO" de 2 Set 1961.
- A INTERVENÇÃO ESTRANGEIRA DURANTE A REVOLTA — Joaquim Nabuco — Tip. Leuzinger — 1896.
- HISTÓRIA DA REPÚBLICA — José Maria Belo.
- INSTRUÇÕES PARA A INFANTARIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO TOMANDO-SE POR BASE A INSTRUÇÃO PORTUGUESA — 3.ª edição — 1897.
- A REPÚBLICA BRASILEIRA — J. Candido Telxela — 1890.
- ADVENTO DA DITADURA MILITAR NO BRASIL — Visconde de Ouro Preto — Imprimerie Pichon-Paris — 1891.
- OS SERTÕES — Euclides da Cunha — 13.ª Edição — 1936.
- O RIO DE JANEIRO — Moreira de Azevedo.
- JORNAIS DO RIO GRANDE DO SUL.
- ALMANAQUE LAEMMERT — 1896.
- FLORIANO — MEMÓRIAS E DOCUMENTOS — Vol. V Roberto Macedo — MEC — 1939.
- ENSAIOS — Graça Aranha — Coleção Centenário — 1969.
- A REVOLTA DA ARMADA — Epaminondas Vilalba.
- A HISTÓRIA DA CASA DO TREM — Antonio Pimentel Winz.
- O RIO DE JANEIRO DO MEU TEMPO — Luiz Edmundo — 1938.
- UM CONSOLIDADOR DA REPÚBLICA — Antonio Pimentel Winz — 1967 — EGGCF.
- DIÁRIOS DO CONGRESSO e OFICIAL — Biblioteca Nacional.

CAPÍTULO IV

DOS REPRESENTANTES

Art. 86 — Em cada Corpo de Tropa, Quartel-General, Repartição ou Estabelecimento Militar, haverá um representante da Revista, escolhido entre os assinantes ou associados.

Art. 87 — São deveres dos representantes:

- a) servir, em todos os atos, de intermediário entre a Revista e os assinantes;
- b) angariar assinantes, trazer a Administração informada sobre o movimento das assinaturas e a ela enviar semestralmente uma relação nominal dos oficiais prontos, no corpo, repartição, etc.;
- c) distribuir prontamente os números recebidos, devendo logo reclamar à Administração sobre quaisquer irregularidades do recebimento da Revista;
- d) enviar ao Diretor-Secretário os trabalhos dos colaboradores, e bem assim as sugestões ou reclamações provocadas pelos artigos publicados;
- e) receber as importâncias das assinaturas e remetê-las ao Diretor Administrativo, deduzidas as despesas indispensáveis à execução desse serviço;
- f) providenciar, quando tiver de deixar as suas funções, sobre quem o deve substituir, e entregar ao seu substituto todos os documentos relativos à Revista, de tudo dando conhecimento à Administração;
- g) remeter diretamente à Administração todas as quantias pertencentes à Revista e que se acharem em seu poder, quando tiver de passar a outrem as suas funções.

(Do Estatuto de A DEFESA NACIONAL.)

CAXIAS E A REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Cap. Cav

ALMIR JOSE MENNA BARRETO SEYFARTH

1. INTRODUÇÃO

Esta revolução julgamos de grande importância na consolidação da integridade pátria. Consideramos nunca ser demais voltarmos nosso pensamento aos anos de 1835 e 1845 e buscarmos na Epopéia Farroupilha, nos fatos e na atuação dos contendores de ambos os lados, ensinamentos que ainda hoje empregamos em nossos estudos militares.

Recordaremos a atuação de Caxias, o instrumento que a Divina Providência utilizou para a pacificação da Nação Brasileira. Foi ele um predestinado, um desses homens ilustres, que só de raro em raro surgem na vida dos povos. Foi o anti-revolucionário, o homem preclaro que teve o dom, a sublime faculdade de saber pacificar. Veremos, em sua atuação na Revolução Farroupilha, que Caxias pacificava pelas armas e pela conciliação.

No Rio Grande, pelas armas quebrou o encanto das vitórias Farrapas; pela política bem conduzida, consolidou seu trabalho pela amizade e pela gratidão.

Acreditamos, sinceramente, que Caxias possuía uma ação de comando peculiar. Esta ação, cujos princípios tivera oportunidade de pô-los em prática na pacificação do Maranhão, Minas, São Paulo e na Revolução Farrapa.

Parece-nos que essa ação de comando, combinando perfeitamente as Operações de Combate, a Arma Psicológica e os Assuntos Cíveis, foi bastante avançado para a época em que viveu Caxias e explica convincentemente o seu sucesso, particularmente como Pacificador e Consolidador da Integridade Nacional e como grande estrategista militar.

Verificamos que as ações realizadas por Caxias na Revolução Farroupilha permanecem perfeitamente válidas nos dias presentes, mudando, contudo, de denominação.

Constatamos ainda que Caxias, um homem à frente de seu tempo, foi um precursor nas Operações de Combate, no emprego da Arma Psicológica e no trato dos Assuntos Cíveis.

2. A REVOLUÇÃO DE 1835 — 1845

a. Acontecimentos até Caxias

Vejamos o que acontecia na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul antes de Caxias assumir o Governo e Comando das Operações.

Forte rivalidade política existia na Província entre os conservadores, "caramurus" ou retrógrados de um lado e liberais ou "farroupilhas" de outro. Nas mãos frouxas do Presidente Fernandes Braga, a administração local relaxara as rédeas do Governo e era acusada de reacionária. Outros motivos avultavam, como a tremenda carga tributária imposta pelo Império, os acontecimentos, as mágoas e os ressentimentos ainda recentes da Guerra Cisplatina, de triste memória, principalmente no que se referia aos melindres por questões de comando.

Vejamos o que a esse respeito nos conta o ilustre historiador gaúcho Walter Spalding:

"O rio-grandense vivia de armas às costas, espada na mão, o pé no estribo, defendendo o Brasil contra o estrangeiro. Ao primeiro grito de alarma, quem primeiro corria eram os filhos da Província, os gaúchos. Eram eles que davam o sinal de rebato, a primeira carga, defendiam os lugares mais em perigo e tomavam sobre si as maiores responsabilidades da guerra; sempre de ânimo sereno, eram os últimos a depor a espada e a lança nos seus ranchos, ao pé da cama, para retomá-las novamente ao primeiro grito de recelo do Brasil".

E acrescentava:

"a metrópole nada disso via ou fingia não ver".

Com a escaramuça da Ponte da Azenha na noite de 19/20 setembro de 1835 e a tomada da Capital (Pôrto Alegre), começa efetivamente a Revolução Farroupilha. Era seu chefe o Coronel Bento Gonçalves. No começo o movimento era puramente reivindicatório e visava, apenas, à deposição do Presidente da Província Fernandes Braga. Só mais tarde, com o decorrer dos acontecimentos, adquiriu outra feição, tomando como objetivo principal a Independência de São Pedro do Rio Grande do Sul, sob o regime republicano. Vale lembrar que os principais chefes da Revolução estavam impregnados dos ideais republicanos.

A guerra generaliza-se. Entre os Farroupilhas destacam-se, além de Bento Gonçalves, os chefes Côrte Real, João Manuel de Lima e

Silva, Neto, Crescêncio, Onofre Pires, David Canabarro, Gomes Jardim, Domingos José de Almeida e, entre os legalistas, Bento Manuel (figura controversa), Martins de Souza, Sebastião Pinto Bandeira, Silva Tavares, Manuel Luiz Osório, Francisco Pedro (mais conhecido pela alcunha de "Moringue"). Nessa guerra, a coragem, o denôdo e o heroísmo não constituíam apanágio de um ou de outro lado — brilhavam em ambos — já que ambos eram constituídos da mesma massa. Farrapos e Imperiais alternam-se em vitórias e derrotas, porém, a balança sai pendendo paulatinamente para o lado que possui maiores recursos.

Pôrto Alegre foi reconquistada e não mais cairia nas mãos dos revoltosos, apesar das sérias tentativas que fizeram.

Os Farrapos ganham o importante combate de Selval e, em seguida, de surpresa, o General Antônio de Souza Neto, comandante-geral do Exército Farroupilha e uma das mais destacadas figuras de soldado da Revolução, proclama a Independência da Província, que passaria a constituir a República Rio-Grandense (11 Set 1836).

Com êste acontecimento, os Farroupilhas tomam novo alento; é o momento de maior gravidade — o perigo da secessão alastra-se pelas coxilhas da dadivosa terra pampeana.

O perigo da secessão torna-se maior face à proclamação do Chefe da República Oriental, Oribe, com quem o General Neto tivera algum entendimento. El-la:

"A República Rio-Grandense e a do Uruguai unidas formariam um colosso capaz de resistir à totalidade das falgas brasileiras".

Todavia, o combate da Ilha de Fanja conjura o perigo e a Revolução quase termina pela perda da maior parte do Exército Republicano e pelo aprisionamento dos principais líderes, como o Coronel Bento Gonçalves e Onofre Pires. Ambos foram recambiados presos para o Rio de Janeiro, onde Onofre Pires conseguiu fugir, razão pela qual Bento Gonçalves foi conduzido à Bahia, de onde mais tarde também conseguiria fugir, retornando ao Rio Grande, dando novo alento à República de Piratini.

O movimento, após o insucesso da Ilha de Fanja, entra em colapso e terminaria, com certeza, não houvesse o Governo Imperial, por motivos políticos, demitido Araújo Ribeiro e colocado em seu lugar o Brigadeiro Antero José de Brito, cuja atuação provocou sério descontentamento.

O Brigadeiro passou a perseguir com atos e palavras a Bento Manuel (homem de caráter mal formado), conduzindo êsse militar aos braços da Revolução, que dessa maneira ganha novo impulso.

Sucedem-se diversos Presidentes na Província, nenhum dêles, porém, empolgando ao mesmo tempo o poder militar e o político. O que era um erro. A Revolução continua. Felizmente, a aventura de Santa Catarina (Proclamação da República Juliana), termina em fracasso, circunscrevendo o movimento ao Rio Grande.

Em 22 de agosto de 1840, o Gabinete da Maioridade concedeu anistia aos rebeldes de todo o Brasil que desejassem depor as armas e entregar-se à autoridade legal. Pela atuação hesitante do Presidente da Província do Rio Grande, o efeito da medida foi quase nulo e, praticamente, não diminuiu o número de insurgentes.

As tentativas de paz fracassaram e a luta continuou.

Mas, chegava o começo do fim. Em 28 de setembro de 1842, o Governo Imperial nomeou a Caxias, Presidente e Comandante das Armas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Além do acerto da escolha, a reunião em um só homem dos poderes civil e militar, possibilitava a tão necessária e não conseguida unidade de esforços.

b. Atuação de Caxias

O Barão de Caxias assumiu suas espinhosas e importantes funções em Porto Alegre, no dia 9 de novembro de 1842. As operações estavam estacionárias. Os Farroupilhas dominavam, efetivamente, um terço do território da Província, muito embora realizassem incursões por toda a Campanha. O efetivo dos Republicanos era de pouco mais de 3.500 homens, porém valentes soldados, quase todos exímios ginetes, pertencentes à Cavalaria e excelentemente montados.

Abasteciam-se, em particular, através de seus aliados uruguayos, em víveres, munições, cavalos e muare. No entanto, o insucesso sofrido por Dom Frutuoso Rivera em Arroio Grande e o conseqüente domínio do Uruguai por Oribe, ocorrido alguns dias depois da posse de Caxias, viriam criar-lhes sérios transtornos.

O Barão de Caxias utilizou contra os Farrapos as suas próprias armas, combatendo a guerrilha com a própria guerrilha. Aos exímios guerrilheiros farrapos antepôs guerrilheiros tão ou mais hábeis.

Inicialmente dividiu seu Exército em três grupamentos:

— 1.º Grupamento:

- Cmt — Barão de Caxias
- Efetivo — 2.000 homens
- Região — Bagé e São Gabriel

— 2.º Grupamento:

- Cmt — Bento Manuel
- Efetivo — 3.500 homens
- Região — Alegrete

— 3.º Grupamento:

- Efetivo — 1.000 homens

— Território entre os rios Camaquã, São Gonçalo e Jaguarão.

Seu plano era simples e baseava-se nas diretrizes que baixou:

“Agir com energia, tendo, porém, sempre em vista a pacificação real da Província.

Estancar tôdas as fontes de abastecimento favoráveis aos Farrroupilhas e sitas nas Repúblicas Platinas.

Tirar o máximo proveito dêsses recursos em favor dos legais.

Procurar aumentar sua Cavalaria até igualar a dos Rebeldes”.

Por outro lado, Caxias estava ciente de sua superioridade em Infantaria e Artilharia e soube usar tais vantagens.

Jamais deu trégua aos adversários, continuando as operações até durante o inverno, que no Rio Grande é chuvoso e frio, coisa que nenhum dos seus antecessores pudera ou ousara fazer.

Batidos em muitos combates, os Farrapos fogem à destruição internando-se em território uruguaio e retornando mais tarde por outros pontos da fronteira. Triste e constante perspectiva: emigrar e voltar em seguida para vencer ou emigrar novamente.

Era a decadência completa. Divididos por dissensões internas, os republicanos foram ficando em situação desesperadora. O entusiasmo e a energia que havia tantos anos os vinham sustentando, já lhes faltavam. Perderam o controle permanente das cidades, depois das povoações e viram-se forçados a peregrinar pelas coxilhas e canhadas, sem pouso certo, quase sempre pontilhados por combates desfavoráveis.

Seus insucessos culminaram com a derrota de Porongos, onde Canabarro — o melhor estrategista da República — fôra surpreendido por Francisco Pedro, quando êste, desrespeitando ordens de Caxias e valendo-se de uma carta apócrifa, ataca o acampamento republicano. Este ato de Francisco Pedro foi desastroso, apesar da vitória, porque Caxias tinha ordenado a suspensão das hostilidades para que

fôsse iniciados os entendimentos para uma paz honrosa. Este fato deixou o grande chefe farrapo — David Canabarro — e seus comandados desalentados.

Desarticulados por completo, os Farrapos começaram a solicitar a paz, a princípio sem grande sinceridade, mas, paulatinamente vencidos pela marcante personalidade de Caxias e pela política leal e humana que imprimia à Guerra, passaram a desejá-la.

Volveriam seus olhares para o caudilho argentino Rosas e vendo-o sonhar com a reconstituição do Vice-Reinado do Prata, sentiram o perigo. Naquele momento histórico, apesar de tudo quanto se dissera e escrevera contra o Império durante a Revolução, falou mais alto o espírito de brasilidade, pois mais uma vez era a Pátria Comum a ser ameaçada pelos "castelhanos", tendo à frente o caudilho Rosas.

Assim aqueles bravos que haviam lutado quase dez anos por um ideal de liberdade, depuseram suas armas de tantas batalhas e aceleraram a paz num tratado honroso para ambas as partes, onde não houve vencedores nem vencidos, mas homens livres que trocaram um amplexo fraterno, sabendo que daquele momento em diante iriam lutar ombro a ombro para preservar a integridade da Pátria que estava novamente ameaçada.

3. ENSINAMENTOS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

a. Como Guerra Insurrecional

O conceito moderno de Guerra Insurrecional, preconizado pela ECEME, define-a assim:

"É a guerra interna que obedece a processos geralmente empíricos, de possível adoção por movimentos revolucionários de qualquer inspiração, em que uma parte da população, sem estar necessariamente apoiada em uma ideologia, empenha-se contra a autoridade que detém o poder, com objetivo de substituí-la ou, pelo menos, forçá-la a acelerar as condições que lhe forem impostas".

Como vemos, a Revolução Farroupilha, decorridos mais de cem anos, não se enquadra em todos os seus sentidos dentro desse conceito, contudo, podemos sentir pontos de contato na sua inspiração, não estar apoiada em ideologia e no empenho contra a autoridade que detinha o poder, no caso o Presidente da Província.

A Guerra Insurrecional tem por objetivo:

"O domínio da população para a tomada do poder através da queda e dissolução do poder constituído".

Esse objetivo não faltou à Guerra dos Farrapos.

Os liberais, a longo tempo, faziam ativa propaganda contra os adversários e o governo constituído, a quem chamavam retrógrados e reacionários. Os Farrroupilhas acabaram ascendendo ao poder através da queda e dissolução do Governo do Presidente da Província, Fernandes Braga.

Sabemos que a Guerra Insurreccional necessita de condições mesológicas e de ambiente psicoemocional, que criam o "clima" ideal para seu desencadeamento. Em particular:

- líderes atuantes, ativos e admirados;
- contradições internas, antagonismos, desigualdades, concepção e venalidades nos Podêres Públicos;
- ineficiência das Forças Armadas;
- área geográfica ampla, francamente desenvolvida, de acesso difícil e fácil defesa;
- apoio da população civil.

A Revolução Farrroupilha atendeu à maioria desses fatores; o "clima" era favorável porque:

- Havia líderes atuantes e admirados, como Bento Gonçalves, Gomes Jardim, David Canabarro, Domingos José de Almeida, etc.
- Existia forte antagonismo político entre farrroupilhas (liberais) e conservadores (caramurus). Queixavam-se os farrroupilhas de desigualdade e injustiça e acusavam os órgãos governamentais da Província de corrupção e venalidade.
- As Forças Armadas regulares eram numericamente insuficientes para cobrir e dominar a Província.
- A área geográfica era ampla, se bem que não fôsse difícil seu acesso nem defesa.
- Havia o apoio da população civil que, em sua maior parte, era partidária dos liberais. Em consequência, existia apoio e conivência nas localidades.

Do conjunto de considerações que acabamos de fazer, verificamos que a Revolução Farrroupilha apenas por extensão poderá ser chamada de Guerra Insurreccional dentro da conceituação aceita na atualidade militar, uma vez que lhe faltam algumas das características dessa forma de guerra. Foi, sem dúvida, uma Guerra Irregular, onde a guerrilha se fez presente em toda sua plenitude.

A guerrilha é a principal arma de que lança mão a Guerra Irregular.

Numéricamente inferiores, logo após a 1.ª Fase das Operações, os Farrapos foram obrigados a lançar mão da Guerrilha, evitando o choque direto com as forças legais, só o realizando em último caso ou na certeza de uma vitória compensadora.

Quando se estuda desapaixonadamente a Guerra dos Farrapos, custa-nos crer que os Farroupilhas julgassem ser possível derrotar o Império que, em comparação com eles, possuía uma gama muito maior de recursos. Parece-nos que visavam ao desgaste e à desmoralização do Governo Imperial, gerando o desinteresse e a reação da opinião pública nacional. Parece-nos também, sem sombra de dúvida, que pretendiam alastrar o movimento, integrando-o com outros realizados nas Províncias de Santa Catarina, São Paulo, Bahia e no Nordeste.

Somente desta maneira teriam probabilidade de êxito.

Para alcançar os objetivos a que se propunham os Farroupilhas:

- Atuaram pela multiplicação e repetição de pequenas ações de guerra, algumas bastante bem preparadas.
- Procuraram aproveitar adequadamente o terreno, beneficiaram-se dos rios, das canhadas, das coxilhas, da serra e dos esconderijos e abrigos fornecidos pelos estancieiros simpatizantes e correligionários.
- Jamais se prenderam a objetivos e ao terreno, abandonaram sucessivamente as 4 capitais que tiveram (Pôrto Alegre, Piratini, Caçapava e Alegrete). Falharam apenas com relação a Pôrto Alegre que, teimosamente, disputaram aos Imperiais, sofrendo, com isso, enorme desgaste.
- Na Campanha, foi justamente onde obtiveram suas maiores vitórias. Entenderam a Guerrilha em toda sua plenitude. Essa Guerrilha "que é a estratégia do 1 contra 10, a tática do 10 contra 1 e a ação psicológica do 1 que corresponde a 100". Isso comporta o segredo e a minúcia na concepção, a informação rápida e precisa através de vasta rede de "bombeiros" e informantes, a rapidez, a brutalidade e a surpresa na execução e a variedade nas táticas, que desarticula as reações.
- Por viverem em seu próprio "habitat", reuniam-se ou dispersavam-se com grande rapidez. Como válvula de escape, tinham a Banda Oriental para onde fugiam, quando necessário, com a complacência e cumplicidade dos uruguaios.
- Como todos os guerrilheiros tiveram o seu "Calcanhar de Aquiles" no apoio logístico e essa situação piorou quando Oribe assumiu o Governo do Uruguai.

Mao Tsé-tung, desgraçadamente para nós democratas, considerado como um dos maiores mestres da Guerrilha, em seu livro "A Estratégia da Guerra Revolucionária na China", aconselha o seguinte:

- Se o inimigo avança, nós nos retiramos;
- Se o inimigo se entrincheira, nós o inquietamos.
- Se o inimigo está esgotado, nós o atacamos;
- Se o inimigo se retira, nós o perseguimos".

Vemos portanto que há mais de um século era essa, exatamente essa, a forma de proceder dos Farrapos, face às Forças Imperiais.

- Recuaram durante quase toda a guerra porque os Imperiais se apresentaram mais fortes.
- Cercaram e inquietaram os legais entrincheirados, por diversas vezes, em Porto Alegre, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, Jaguarão, etc.
- Atacaram os Imperiais, quando estes estavam esgotados. Como exemplo, temos Bento Gonçalves lançando-se sobre Manuel Jorge, quando este, em condições precárias, procurando esquivar-se ao combate, realizava a travessia do Rio Taquari.
- Perseguiam os Imperiais, quando estes se retiravam. São exemplos as perseguições realizadas por Teixeira contra os Imperiais ao Norte, em direção a Santa Catarina, indo, após a morte do Brigadeiro Cunha, até Lajes.
- Para finalizar, é fácil verificar o emprêgo naqueles tempos idos de 1835 a 1845, pelos Farrapos, das recomendações hoje sistematizadas pelo Vietcong na Guerra do Vietnã, pois:
 - combateram com inteligência (empregando ardis, fintas, emboscadas, etc.);
 - conservaram, até o comando de Caxias, a liberdade de movimentos;
 - demonstraram em todas as oportunidades acentuado espírito ofensivo;
 - decidiram com presteza;
 - guardaram segredo, visando à obtenção da surpresa;
 - agiram sempre com grande rapidez e mobilidade.

b. Atuação de Caxias face a princípios atuais

Julgamos ser importante fazer um confronto entre alguns princípios atuais, como os mais adequados à ação da contraguerrilha e a atuação de Caxias, face à Guerrilha na Revolução Farroupilha.

PRINCÍPIO N.º 1

"O poder legal não pode dar qualquer indício de fraqueza em relação ao movimento insurrecional.

Torna-se indispensável uma vontade firme e perseverante de vencer, atuando com determinação no aniquilamento da insurreição".

Foi essa exatamente a orientação seguida por Caxias e essas idéias estão contidas no seu Plano de Campanha — firmando o princípio da autoridade, caracterizando a legalidade, mostrando-se forte embora humano e justo sem ser demasiadamente severo. Teve em tôdas as oportunidades uma vontade firme e perseverante, dando continuidade às operações, indepedentemente das estações climáticas, das condições militares ou dos interesses pessoais.

Suas ações e decisões sempre tiveram como objetivo final o sufocamento da Revolução.

PRINCÍPIO N.º 2

"A vitória contra o movimento irregular só pode ser completa com a destruição do organismo político e administrativo irregular".

Caxias cuidou, desde logo, de tirar aos Farroupilhas sua organização estrutural, dificultando-lhes o exercício daquilo que, embora caricatural, eles chamavam de Governo Republicano. Apossou-se de suas cidades, conquistou sucessivamente tôdas as capitais que erigiram, transformando-os em bandos sem apoio ou ligação. Dessa maneira, negou-lhes o direito de ser o que julgaram um dia querer ser, um País republicano.

PRINCÍPIO N.º 3

"É imprescindível conquistar a população civil e conservar sua adesão moral".

Caxias procurou pacificar não apenas por palavras vazias de qualquer sentido prático, mas respeitando as populações civis e suas propriedades privadas. Determinou o pagamento imediato de tudo quanto suas forças consumiam; impediu o saque, o roubo, a crueldade e a vingança que fazem o homem desmerecer sua condição humana. Passou a dar clemência aos vencidos, desarmando-os e restituindo-os a liberdade sob palavra de honra de que não retornariam à luta. Reconhecida e agradecida, a parte da população que era contrária ao Governo Imperial foi ficando cada vez mais reduzida, aderindo

senão ao Império pelo menos a Caxias. Com tais atos terminou por conquistar o respeito absoluto e a profunda admiração por parte até das forças inimigas.

PRINCIPIO N.º 4

"Tôda região onde há insurreição deve ser isolada do exterior, moral e materialmente".

Caxias estabeleceu ligação com o Governo Provincial de Santa Catarina, a fim de impedir qualquer contato aos Farroupilhas com o norte. Dominou, por completo, a navegação dos rios que possuíam algum trecho navegável e em particular a entrada da lagoa dos Patos, interrompendo assim qualquer ligação através do Atlântico.

Determinou aos seus 3 Grupamentos de Forças anteriormente enumerados (o de Bento Manuel, o de Francisco Pedro e o diretamente sob suas ordens), a missão de isolar a fronteira com o Uruguai. Foi gradativamente diminuindo o número de portas de escape e exercendo contínua e forte pressão sobre os republicanos.

PRINCIPIO N.º 5

"Para destruir as forças guerrilheiras não basta vencê-las no campo de batalha. Torna-se mister, também, ocupar as bases de onde elas retiram os recursos humanos e materiais".

Esse princípio, já naquele tempo era atendido em sua plenitude, pela clarividência de Caxias.

Essa compreensão está presente na distribuição por todo o território rio-grandense de Forças Armadas do poder legal para, em íntima ligação com a população simpatizante, imporem sua vontade aos Farroupilhas.

PRINCIPIO N.º 6

"O melhor princípio para combater as guerrilhas consiste em lançar sobre elas outras guerrilhas que ameacem constantemente os bandos inimigos, cercando-os e esgotando-os".

Caxias determinou que suas forças adotassem o processo de combate das guerrilhas semelhantes ao empregado pelos Farrapos. Os extraordinários guerrilheiros, que foram David Canabarro, Teixeira e General Neto, tiveram a fazer-lhes frente mestres guerrilheiros do valor de Bento Manuel, Chico Pedro e Juca Ourives (bons guerrilheiros mas péssimos como cidadãos). Aos poucos os farroupilhas foram perdendo sua liberdade de ação e conduzidos ao desespero.

PRINCÍPIO N.º 7

"A conquista definitiva da população pelo poder legal será conseguida pela onipresença das forças da ordem".

Assim que chegou ao Rio Grande, Caxias sentiu que era necessário vencer os Farrapos o mais rápido possível, não só no campo militar como nos psicológico, econômico, cultural e social. Para atingir esse desiderato era indispensável estar presente em toda a parte, o que demandaria grandes efetivos e enormes recursos. Essas limitações foram óbices que ele com sua clarividência e descortino soube contornar.

4. ALGUNS FATOS NOTÁVEIS DA REVOLUÇÃO FARROUPILHA

Vamos apresentar alguns fatos que marcaram profundamente a atuação de Caxias na Revolução Farroupilha. Apresentaremos um fato vivido pelo grande chefe farrapo David Canabarro e também sua proclamação por ocasião da pacificação do Rio Grande.

a. As proclamações de David Canabarro e de Caxias

Apresentamos estas duas proclamações para mostrarmos os notáveis exemplos de patriotismo, lealdade e compreensão contidos em ambas.

— *Proclamação de David Canabarro*

Anunciando a pacificação do Rio Grande do Sul, David Canabarro lançou a seguinte

"Proclamação

Concidadãos! Competentemente autorizado pelo magistrado civil a quem obedecemos, e na qualidade de Comandante-em-Chefe, concordando com a unânime vontade de todos os oficiais da força de meu comando, vos declaro que a Guerra Civil que há mais de 9 anos devasta este belo país, está acabada.

A cadeia de sucessos por que passam todas as revoluções tem transviado o fim político a que nos dirigíamos, e foge à continuação de uma guerra, tal seria o ultimatum da destruição e do aniquilamento da nossa terra. Um poder estranho ameaça a integridade do Império, e tão estólida ousadia jamais deixaria de ecoar nos corações brasileiros. O Rio Grande não será o teatro de suas iniquidades, e nós participaremos a glória de sacrificar os ressentimentos criados no furor dos partidos ao bem geral do Brasil.

Concidadãos! Ao desprender-me do grau que me havia confiado o poder que dirigia a revolução, cumpre-me assegurar-vos que podeis volver tranqüilos ao seio de vossas famílias. Vossa segurança individual e vossa propriedade está garantida pela palavra sagrada do Monarca, e o aprêço de vossas virtudes, confiado ao seu magnânimo coração. União, fraternidade, respeito às Leis e eterna gratidão ao ínclito Presidente da Província, o Ilustríssimo e excelentíssimo Sr. Barão de Caxias pelos afanosos esforços que há feito na pacificação da Província.

Campo em Poncho Verde, 28 de fevereiro 1845

DAVID CANABARRO".

— *Proclamação do Barão de Caxias*

A proclamação de Caxias, divulgada a 1.º de março foi a seguinte:

"Rio-Grandenses !

E sem dúvida para mim de inexplicável prazer o ter de anunciar-vos que a guerra civil que por mais de 9 anos devastou esta bela Província, está terminada. Os irmãos contra quem combatíamos estão hoje congratulados conosco e já obedecem ao legítimo Governo do Império Brasileiro. Sua Majestade o Imperador, ordena por Decreto de 18 de dezembro de 1844 o esquecimento do passado, e mul positivamente recomenda no mesmo Decreto que tais brasileiros não sejam judicialmente nem por qualquer outra maneira, perseguidos ou inquietados pelos atos que tenham sido praticados durante o tempo da revolução. Esta magnânima deliberação do monarca brasileiro há de ser religiosamente cumprida, eu o prometo sob minha palavra de honra.

Uma só vontade nos una, Rio-Grandenses ! Maldição eterna a quem ousar recordar-se das nossas dissensões passadas... União e tranqüillidade seja de hoje em diante nossa divisa.

Viva a Religião ! Viva o Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil ! Viva a integridade do Império !

Quartel-General do Presidente e Comandante-em-Chefe do Exército Brasileiro sito nos Campos de Alexandre Simões, margem direita do Santa Maria, 1.º de março de 1845.

Barão de CAXIAS".

b. Caxias e o "Te Deum"

Após a pacificação, Caxias achava-se acampado em Bagé; foi procurado por uma comissão que o vinha convidar para assistir a um "Te Deum" em ação de graças pela pacificação da Província.

Caxias gentilmente agradeceu o convite e declarou que iria assistir, e com grande satisfação, a uma missa, se a mandassem rezar por alma de todos os que morreram durante a Revolução. Mas, "Te Deum" não".

Este episódio revela o respeito de Caxias por aqueles bravos, que de ambos os lados, haviam tombado no campo da luta. Ele não fazia distinção entre vencidos e vencedores, tratando-os sempre como irmãos que por algum tempo tiveram suas desavenças.

c. Caxias e o respeito à população civil

Todos sabemos que as normas disciplinares de Caxias eram rígidas. Uma delas, em tôdas as campanhas onde tomou parte, foi o respeito integral à população da região de operações. Naquela época onde ainda não existiam as Leis de Guerra e os abusos contra a população civil eram uma constante, é de admitir-se a preocupação e a energia com que Caxias reprimiu tais atos.

Os historiadores da Revolução Farroupilha são unânimes em registrar as diferenças marcantes entre o comando de Caxias e os seus antecessores, no que diz respeito à proteção da população da Província contra os excessos cometidos pela tropa de ocupação.

As ordens do Dia de Caxias registram o empenho do Chefe no sentido de evitar os excessos.

Eis o que dizia um pequeno trecho de suas famosas Ordens do Dia:

"O mesmo Sr. General não pode deixar de contristar-se pelos abusos que, a despeito de suas terminantes ordens, têm sido cometidos pelas imediações dos acampamentos das forças do Exército, vexando os proprietários estancieiros, matando-lhes seus gados, apropriando-se de suas cavalhadas e praticando outros atos em nada dignos do Soldado Imperial. S. Ex.^a espera que não mais reproduzam-se semelhantes extorsões, para que de nôvo não lhe apareçam as tão frequentes representações, que a seu conhecimento têm chegado; e por este motivo recomenda aos Srs. Comandantes de Divisões, Brigadas e Corpos que desenvolvam sobre este ponto tôda a sua vigilância, para pôr termo a tão escandalosos procedimentos, fazendo prender imediatamente à sua ordem qualquer praça ou individuo que fôr encontrado, ou ao certo conhecer-se como infrator, a fim de ser exemplarmente castigado".

Em 1846 surgiu no Rio Grande do Sul um trabalho, de autor anônimo, intitulado "Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias", que nos informa ser o objetivo da recomendação acima transcrita evitar que "para o futuro continuassem a aparecer atos escandalosos que pudessem indispor a população da campanha contra as forças imperiais." O mesmo autor anônimo registra a atuação de Caxias para proteger a população: "Se o General exigia o cumprimento exato dos deveres de suas tropas, quando elas marchavam em perseguição do inimigo era, por assim dizer, inexorável sobre a execução das ordens que lhes dava quando elas iam ocupar ou estacionar-se em alguma povoação. A mais pequena falta era punida pronta e severamente. Os comandantes das forças de ocupação tinham uma restrita recomendação do General para não deixarem insultar por seus soldados nenhum habitante, sob pena de sua pessoal responsabilidade: e essa exigência além de ser justíssima, contribuiu muito para legalizar os rebeldes que viram, na nossa ocupação paternal, um contraste bizarro e uma imensa diferença comparativamente com a do jugo de ferro da rebelião que os tinha até então esmagado."

Além de punir com rigor aqueles que ofendiam a população, concedeu anistia e indultos aos vencidos, tratando-os sempre com honra e respeito.

Outro episódio notável de sua atuação no Rio Grande, foi ter ido pessoalmente à casa de uma viúva de um revoltoso e pedir-lhe desculpas pelos insultos que lhe haviam sido feitos por um oficial de sua tropa.

d. Contribuição de Caxias ao desenvolvimento do Rio Grande

No que diz respeito ao desenvolvimento do Rio Grande, Caxias realizou um formidável esforço, visando ao soerguimento da economia gaúcha, depauperada pelos efeitos da guerra. Restabeleceu o comércio com o interior da Província, proporcionando um grande desafôro para toda a população. Atendeu às necessidades mais imediatas da população, reduziu o contrabando com o Uruguai e aumentou a arrecadação da Alfândega.

Além dessas medidas de efeito imediato, preconizou alguns planos de longo alcance. Determinou o início do comércio com o Rio de Janeiro. Aconselhou a abertura da Barra do canal de São Gonçalo, a melhoria do canal da Barra do Rio Grande, a limpeza do Vacacaí até São Gabriel e a eliminação das cachoeiras que impediam a navegação através do rio Jacuí.

Num documento, afirmou: "Para que seja navegável todo o interior da Província, bastaria, por meio de um canal, estabelecer-se a comunicação do Vacacaí ao rio Santa Maria, desde São Gabriel até o passo de São Borja ou da Lagoa."

e. Caxias e o tratamento para com as mulheres

Na Revolução Farroupilha, Caxias procurou dar um tratamento mais distinto às mulheres e buscou, através delas, a confiança e o apoio de toda a população. Ordenou que fossem abatidas mais reses que as necessárias à manutenção da tropa, a fim de fornecer alimentação às pessoas sem recursos, particularmente para as viúvas. Determinou também que os uniformes para a tropa fossem confeccionados pelas mulheres das diversas cidades, independente do partido do chefe da família. Elas receberiam um preço justo pelo seu trabalho e o pagamento seria feito à boca do cofre e logo após receber o fardamento pronto.

f. Caxias e David Canabarro

Ao chegar ao Rio Grande, Caxias de imediato sentiu que estava tratando com homens diferentes, chegando à conclusão que era mais fácil exterminar a população rio-grandense em armas contra o Império do que obrigá-los a entrarem em acôrdo, como exigia o Governo, isto é: rendição incondicional. Caxias com sua clarividência, após mais de ano e meio de lutas constantes, ficou convencido que o Rio Grande revolucionário não era nem o Maranhão, nem São Paulo e nem Minas Gerais. Em reunião com David Canabarro, Caxias declarou-lhe que os farroupilhas estavam praticamente aniquilados. O Comandante-em-Chefe das Forças Farroupilhas respondeu:

"Engana-se V. Ex.^a Sr. Barão. Ainda temos elementos para lutar durante mais dez anos."

O episódio acima relatado ocorreu no ano de 1844.

Nesta época, entretanto, na Argentina, o Caudilho Don Juan Manoel de Rosas que sonhava reconstituir o Vice-Reinado do Prata, convidou David Canabarro para colaborar com ele, prometendo enviar, caso aceitasse, tropas de seu comando para ajudarem a derrotar o Império. David Canabarro, num gesto de grande patriotismo, respondeu ao caudilho argentino:

"Senhor — O primeiro de vossos soldados que transpuser a fronteira, fornecerá o sangue com que assinaremos a paz com os imperiais. Acima de nosso amor à República, está nosso brio de Brasileiros. Quisemos, ontem, a separação de nossa Pátria, hoje almejamos a sua integridade. Vossos homens, se ousarem invadir nosso País encontrarão, ombro a ombro, os republicanos de Piratini e os monarquistas do Sr. D. Pedro II."

Em outra reunião com Caxias, a fim de tratarem da pacificação do Rio Grande, Canabarro mostrou-lhe a resposta que dera ao oferecimento de Rosas.

Com esse notável documento em suas mãos, Caxias vendo os horizontes desanuviados, começou a agir com maior segurança explorando, diplomaticamente, o patriotismo dos farrapos. Após tais fatos, entraram em fase definitiva as negociações entre imperiais e farroupilhas para a assinatura de uma paz honrosa.

5. CONCLUSÃO

Para concluir, recordemos que, Caxias, pelas armas, reduziu o impeto dos Farrapos, pela política conciliadora assegurou seu trabalho pela amizade e pela gratidão. É muito difícil encontrar na gloriosa história do Rio Grande, pontilhada de acontecimentos relevantes, outro homem que tanta influência tivesse adquirido e tantas amizades sinceras houvesse conseguido.

E a grande prova está no fato de que em 1851 levou na guerra contra Rosas os chefes legais que haviam sido seus companheiros e os chefes farrapos a quem recentemente vencera. Na Guerra do Paraguai, muitos deles haveriam de morrer combatendo sob suas ordens.

No dia imediato ao término dessa revolução sangrenta, não havia uma recriminação, uma represália, uma vingança que perturbasse os regozijos populares.

"Sucedendo a 9 presidentes e a 8 Generais-em-Chefe que ali tinham ido perder o ouropele das falsas glórias militares, ou, alguns, destruir o renome de capacidade política, soube evitar o domínio das parcialidades e buscar auxiliares leais, sem lhes indagar as simpatias ou antipatias".

Considerava perda lamentável o sangue que corria nos combates entre irmãos, procurava amenizar a guerra ao máximo. Vencia os revoltosos. Desarmava-os e pela bondade os atraía para suas próprias tropas ou os mandava para casa tranquilos. Assim, diminuía as forças farrapas, tornava possível o esquecimento dos ressentimentos políticos e amalgamava a real união dos habitantes da Província.

Entre suas tropas estabeleceu normas rígidas de disciplina e de respeito à propriedade dos revoltosos e a máxima consideração para com suas famílias. Através dessas enérgicas medidas, que se constituíam um dever de humanidade e num instrumento eficaz para fortalecer a disciplina, Caxias conseguiu conquistar o apoio da população civil para a causa imperial e pôde substituir o ódio ou a indiferença dos habitantes por uma colaboração espontânea para suas tropas. Nos dias em que vivemos, podemos sentir quanto essa colaboração contribuiu para o sucesso das operações, pois o apoio da população passou a ser um dos principais fatores do sucesso, particularmente na Guerra Insurrecional.

A análise da atuação de Caxias no Rio Grande revela um grande tino militar, senão vejamos: providenciou para que os revoltosos não pudessem mais utilizar-se dos principais centros populosos da Província, dotando-os de guarnições de segurança; dividiu sua força em destacamentos e procurou ativamente os adversários. Conseguiu recalá-los sobre a fronteira. A sua estratégia (chamemo-la assim) foi a mais adequada à circunstância e, no domínio tático, logo percebeu a grande vantagem de proporcionar à cavalaria meios de fogo mais poderosos que lhe facultassem, ao lado da velocidade, maior eficiência no ataque e na defesa.

O autor anônimo das "Reflexões sobre o Generalato do Conde de Caxias", já anteriormente citado, revela profundos conhecimentos militares.

São dêle as seguintes palavras:

"Cabe exclusivamente ao Conde a feliz lembrança dos pontos matematicamente dispostos e fortificados. Sem êles tôdas as forças do Império seriam insuficientes para domar a rebelião."

Passa depois a citar as linhas em que Caxias baseou seu plano, "aproveitando alguns pontos, que a necessidade pura e simples fez fortificar por seus antecessores".

A primeira linha "principiava em São José do Norte, tocava em Pôrto Alegre e correndo ao longo da margem da lagoa dos Patos, Guaíba e esquerda do Jacui, ia terminar em Rio Pardo".

Mais tarde, quando dispunha de maior número de infantes, traçou a sua segunda linha que, partindo de Rio Grande vinha terminar em Caçapava, grande depósito estrategicamente situado no centro da Campanha gaúcha. Foi também nessa época que as fortificações da cidade de Rio Grande, bem como as da capital, receberam maiores aperfeiçoamentos.

Conquistada, finalmente, por meio de uma severa disciplina, e por uma bem combinada estratégia, uma superioridade decisiva sobre o seu inimigo, Caxias estabeleceu a terceira linha que, principiando no Cerrito, sobre o rio Jaguarão, continuava por Bagé, São Gabriel e Alegrete, e ia terminar em Santa Ana do Uruguai, pontos êsses que foram sucessivamente ocupados e fortificados.

Era esta de tôdas as linhas, a mais extensa do famoso plano de campanha de Caxias, que desarticulou todos os planos do inimigo, tirou-lhe todos os recursos, e fez-lhe extremamente perigosos ou impossíveis todos os seus movimentos estratégicos e ia, paulatinamente, conduzindo-o à impotência de manobrar, à destruição de todos os meios de resistência e à derrota final.

A retaguarda da direita desta linha foram ocupados, por guarnições permanentes, três centros militares importantes: Santa Maria da Bóca do Monte, Cruz Alta e São Borja.

Sem aceitarmos por inteiro o exagêro de atribuir a Caxias uma estratégia de linhas fortificadas, o que verificamos é que êle organizou defensivamente e ocupou certos núcleos populacionais importantes da Campanha Gaúcha, negando-os ao reaprovisionamento do inimigo e servindo-lhe de pontos de apoio.

Mas aí terminava sua ação defensiva; a decisão procurou-a com suas tropas sempre alerta e móveis e com os seus exímios guerrilheiros. Assumiu atitude ofensiva pela "manobra", isto é, "coordenando movimentos cuja perfeita convergência fazia com que o inimigo cedesse a pressões inesperadas".

Todos nós que estudamos a Revolução Farroupilha sabemos que a cada ação, quer de um quer do outro lado, seguia-se uma paralisação completa de movimento. Esse fenômeno repetiu-se até a chegada de Caxias. Com tal proceder, as Forças Imperiais, possuidoras de maiores recursos, faziam o jogo das Forças Farroupilhas.

Caxias deu nova orientação à campanha, fazendo aquilo que hoje chamariamos de Operações Antiguerrilhas.

Caxias, que por instinto, por formação, por sentimento, por vocação, estava fadado a ser mestre da guerra regular e maciça, adaptou-se, mercê de sua invulgar competência profissional, como já o fizera contra os Balaos, às condições que a guerra apresentava no Rio Grande do Sul.

Já vimos também que Caxias não só adaptou-se às condições especiais da Guerra Farroupilha, como naquela época, através de sua ação empregou princípios hoje ainda válidos e aceitos pelas Forças Armadas dos mais adiantados povos.

Para concluir nosso trabalho repetimos: Caxias foi um predeterminado, um homem à frente do seu tempo.

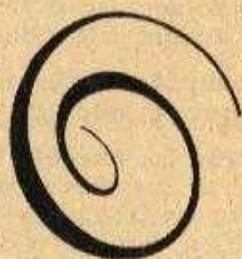
"O seu gênio militar, irmanado ao sentimento de comunhão nacional, advertiu-lhe desde logo que a maquinação externa poderia ser facilmente combatida no ânimo rio-grandense, de modo emocional e evocativo, a que a alma gaúcha se rende e prosterna na mais rápida vibração de solidariedade e de sacrifício".

BIBLIOGRAFIA

1. TE 31-15 — OPERAÇÕES CONTRA FORÇAS IRREGULARES
2. TE 31-16 — OPERAÇÕES ANTIGUERRILHAS
3. TE 320-5-1 — VOCABULARIO DA ECEME

4. "REFLEXÕES SOBRE A GUERRA INSURRECIONAL" — General Luiz Augusto da Silveira
5. "A REVOLUÇÃO FARROUPILHA" — General Tasso Fragoso
6. "A REVOLUÇÃO FARROUPILHA" — Walter Spalding
7. HISTÓRIA DO BRASIL — Pedro Calmon
8. A DEFESA NACIONAL — Números 566 — 567 — Set e Out 1961
9. CAXIAS (Rev. Clube Militar) — General Flamarion Lima
10. REVISTA MILITAR BRASILEIRA — Números 1 e 2 — Jan a Jun 69

NR — Este artigo se constituiu em monografia do autor quando aluno da ECEME e foi seleccionado pela direcção da Escola para publicação.



"Mais importante do que a organização e as armas são os homens que compõem um moderno Exército. A modernização exige que o soldado seja bem preparado, alerta e inteligente. Ele deve saber pensar e agir rapidamente e ter versatilidade. E deve saber combater em condições superiores contra um inimigo acirrado.

Deve possuir, pelo menos em igual medida, a coragem moral e a devoção ao dever demonstrados pelos seus antepassados".

A INCOMPATIBILIDADE DA IDEOLOGIA COMUNISTA COM OS IDEAIS DA NAÇÃO BRASILEIRA

Ten Cel
NILSON F. MELLO

1 — INTRODUÇÃO

O mundo moderno apresenta-se dividido entre duas concepções de vida: a democrática e a comunista. Essa polarização das nações gera, por si só, tensões e antagonismos. Considerando que, a par dessa perigosa bipolarização, se somam os perigos da ideologia intolerante e agressiva que professam as nações de um dos pólos de poder mundial, teremos o clima de inquietação e insegurança em que se acha mergulhada a humanidade.

É certo que se têm registrado esforços para criar uma terceira posição, capaz de absorver parte da tensão resultante dessa exacerbada bipolarização. Todavia, essas tentativas ainda não lograram modificar substancialmente a conjuntura mundial.

O panorama do mundo de hoje, portanto, se apresenta em termos de oposição do comunismo (intolerante e exclusivista) a todas as demais formas de vida social que, por simplificação, chamaremos de ocidentais. É dessa intransigente oposição que resulta o clima de guerra permanente em que vive a humanidade. Para os comunistas, tal situação só terá fim quando todos os demais regimes de organização social tiverem desaparecido.

Para atingirem seus objetivos de aniquilamento desses regimes, os Estados comunistas vêm adotando técnicas de ação indireta. Dentro dessas técnicas se situam as guerras localizadas de desgaste (Coreia, Vietnã); a ação dos partidos comunistas nacionais; o apoio, incentivo ou usurpação de revoluções internas (Cuba); a Guerra Revolucionária; e, finalmente, um estilo de política exterior ou de estratégia mundial soviética conhecido como Guerra Fria (o caso de Berlim, o conceito de "coexistência pacífica", etc.).

Para os países não plenamente desenvolvidos, esse quadro mundial é peculiarmente desfavorável. Se nenhum país consegue se furta totalmente a essa atmosfera de guerra, muito menos os subdesenvolvidos, campo fértil para se lançar as sementes da subversão através da Guerra Revolucionária.

Dai a importância de se ter bem presentes os verdadeiros ideais da nacionalidade para que possamos achar as soluções para os nossos graves e urgentes problemas, de conformidade com a alma nacional.

2 — OS IDEAIS BRASILEIROS

Os ideais de um povo surgem e se sedimentam ao longo de sua evolução histórica. Esses ideais, a que poderemos chamar de *Objetivos Nacionais*, compõem a alma da nação e dão vida e sentido à comunidade pátria.

Distinguimos duas ordens de ideais nacionais: os *permanentes* e os *conjunturais* ou *atuais*.

Os permanentes independem do tempo considerado e são comuns à totalidade da nação. Os atuais constituem-se num estágio intermediário para se atingir os permanentes, ou então resultam de pressões ocasionais ou de interesses de setores ou grupos. Claro está que estes últimos poderão evoluir no sentido de se tornarem ideais permanentes.

O que caracteriza um povo como nação é justamente a existência, de maneira pacífica e em grau maior ou menor de consciência pública, desses ideais permanentes fundamentais.

Feitas essas considerações iniciais, tentaremos chegar à seleção de alguns dos ideais brasileiros que mais interessam aos propósitos deste trabalho através de um ligeiro perpassar pela nossa evolução histórica.

2.1. A evolução histórica

O Brasil foi descoberto sob a égide do Cristianismo. Profundamente cristão era o povo que o descobriu e exacerbadamente religiosa a época das Grandes Navegações.

Sob as velas enfunadas das naus de Cabral, nas quais se via a Cruz de Malta, chegava ao Brasil a fé cristã e com ela e em seu nome se iniciava a conquista e a colonização da nova terra. A fé assim implantada, no momento mesmo da descoberta, iria impregnar profundamente a vida nacional ao longo de toda a nossa evolução, contribuindo de forma decisiva para a nossa formação cultural.

A medida que se firmavam a conquista e a colonização, iam se diferenciando os interesses de colonos e metropolitanos. As ameaças estrangeiras, notadamente dos holandeses, às quais fizemos frente com pouca ou nenhuma assistência da Metrópole, contribuíam para revelar nossa capacidade de autodefesa. As atividades agrícolas e pastoris e da agro-indústria do açúcar representavam um suporte

econômico para a Colônia e inculcavam nos seus filhos um crescente sentimento de auto-suficiência. O fenômeno extraordinário do Bandeirismo, obra acentuadamente de brasileiros miscigenados e já aculturados, além de influir decisivamente na nossa expansão territorial, contribuía para incrementar o orgulho nacional pelos feitos dos brasileiros.

Também a mineração, dilatando a ocupação do território e revelando novas riquezas, avidamente cobiçadas pela Metrópole, cada vez mais acentuava as divergências de interesses entre a Coroa e a Colônia.

A tudo isso se somava a pressão liberal e libertadora formada com as idéias trazidas pelas elites coloniais que iam estudar no exterior, alimentada pelo exemplo dos Estados Unidos da América do Norte, e pelo intercâmbio com o estrangeiro que resultou da abertura dos portos.

A pouco e pouco se fortaleceu o sentimento nativista e a idéia de independência e soberania que iria conduzir ao episódio do 7 de setembro.

Declarada a independência política, a falta de união das províncias, agravada com as dificuldades de ligação, puseram em perigo a unidade nacional. Havia certas tendências separatistas em algumas delas, em outras dominavam as forças portuguesas (foi o caso da Bahia, somente libertada em 2 de julho de 1823). Porém prevaleceu o ideal mais alto de nacionalidade, favorecido pela habilidade política de se preservar o fator aglutinante representado pelo Trono. Livramo-nos, assim, da fragmentação ocorrida com a Hispano-Sul-América, realizando o prodígio de aglutinar em um todo político um vastíssimo território, carente de meios de comunicação entre suas diversificadas regiões.

Nesse ponto de nossa evolução histórica, podemos já distinguir alguns ideais nacionais bem definidos.

Havíamos alcançado a independência política; conseguimos manter a unidade nacional; preserváramos — e mais do que isto, dilatáramos — nosso imenso território; processávamos uma miscigenação racial que nos livraria de perniciosos preconceitos; mantivêramos a unidade lingüística; professávamos a mesma fé; enfim, tínhamos formado uma Nação.

Vencida a Guerra da Independência e afastados os perigos de secessão, consolidava-se a nossa emancipação política. O reconhecimento de nossa soberania pelas potências estrangeiras, corolário indispensável da independência, foi porém difícil e oneroso. Para alcançá-lo, tivemos de hipotecar nossa independência econômica, concedendo e renovando privilégios a outras nações. Aí está a origem de muitos dos males que ainda hoje nos afligem, pois nossa

soberania nasceu à custa do sacrifício da nossa independência econômica (poderíamos dizer, segundo expressão muito em voga atualmente, que nascemos "espoliados").

Com a Regência, tivemos uma experiência republicana que veio confirmar o acerto de se ter feito a independência com a monarquia. Sem a força centripeta do Trono, cedo irromperam sedições e ameaças separatistas que puseram em sério risco a unidade nacional.

Ultrapassada a agitada fase da Regência, entrava o país no largo período do Segundo Império. Era a oportunidade que se necessitava para a consolidação e aperfeiçoamento dos ideais já alcançados e a formulação de outros que a dinâmica nacional indicaria.

Assim é que as ameaças à coesão nacional verificadas nesse período, entre as quais avultam as revoltas de 1842 em São Paulo e Minas, de 1835/1845 no Rio Grande do Sul e de 1848 em Pernambuco, terminaram por afirmar a união dos brasileiros numa pátria comum.

Aqui cabe lembrar o papel preponderante do Patrono do nosso Exército — o insigne Duque de Caxias — na tarefa benemerita de pacificação do ambiente nacional e de extirpação dos focos separatistas. Intérprete fiel e artifice admirável de uma das mais sentidas aspirações nacionais — a união de todos os brasileiros — Caxias encarna com perfeição a vocação de nossas Forças Armadas de servir com fidelidade aos interesses nacionais.

Quando, com a independência, se teve de escolher a forma de Governo, entre as várias então surgidas, desde a monarquia absoluta à república radical, evidenciou-se a tendência da maioria por um governo constitucional representativo em que houvesse a divisão e a harmonia de poderes. Temos, pois, uma tradição democrática que remonta ao alvorecer da nacionalidade, afirmada que foi em 1823, confirmada em 1824, revigorada em 1891 e em todas as Constituições seguintes, embora com os intervalos ditatoriais de 1930/34 e 1937/45. Esses intervalos, no entanto, sempre soaram à nação como uma imposição passageira, por isso que não resultaram de uma aspiração nacional.

A abolição da escravidão veio ao encontro dos sentimentos de tolerância racial do povo brasileiro, do seu amor à liberdade e do seu repúdio à violência.

Nos fins do século XIX, a nossa evolução se processava no sentido de manter os objetivos nacionais já alcançados de independência e soberania, integridade territorial, unidade nacional, regime democrático, liberdade para todos os brasileiros, e de alcançar outros que as tendências do sentimento nacional indicavam.

A maior participação popular na direção dos negócios públicos era um deles. Na Monarquia, as províncias eram governadas por presidentes indicados pelo Imperador. Ansiava-se por um regime no

qual os problemas regionais tivessem sua solução entregue às populações interessadas. A República Federativa veio como resposta a esses anseios.

O desenvolvimento econômico e o bem-estar começaram a se afirmar como ideais nacionais com a República. Embora fôssem ideais que germinavam há muito, suas manifestações eram vagas e destituídas de senso prático. Constituíam algo que se desejava, subjetivamente, mas que não se sabia bem como e quando obter.

Somente após a 2ª Guerra Mundial é que o país tomou viva consciência, em termos claros e objetivos, da necessidade de se promover o bem-estar social, não apenas através de legislação justa e adequada, mas também de uma vigorosa aceleração no desenvolvimento econômico. Essa tomada de posição face aos problemas sociais e econômicos não é, de resto, um fenômeno brasileiro. Todas as nações participam dessa ânsia de prosperidade. As estruturas marginalizadoras de largas parcelas de população, as injustiças sociais, a incompetência e a corrupção administrativa são coisas inadmissíveis e intoleráveis, atualmente.

2.2. Os ideais atuais

Após esse rápido e muito superficial exame do nosso processo evolutivo, no qual pretendemos evidenciar as origens e o encadeamento de alguns ideais nacionais, cremos poder apresentá-los numa lista que nos permita sua sintetização:

- 1º. Filosofia cristã de vida, na qual se inclui o respeito à dignidade humana, o espírito de tolerância e a aversão à violência.
- 2º. Manutenção e afirmação de nossa independência e soberania.
- 3º. Preservação de nossa integridade territorial.
- 4º. Fortalecimento da unidade nacional, particularmente pela superação dos desníveis regionais sócio-econômicos.
- 5º. Organização política democrática, consubstanciada num regime representativo de governo e na temporariedade dos mandatos e repúdio às ditaduras e aos extremismos.
- 6º. Promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar social, neste incluídos a extensão e o aprimoramento da educação, da saúde pública e das medidas de justiça social.

3 — A IDEOLOGIA COMUNISTA

A ideologia comunista tem, como base filosófica, o materialismo dialético e o materialismo histórico, segundo formulação de Marx.

Essa base filosófica foi posteriormente adaptada por Lenine por forma a torná-la mais adequada como instrumento da revolução mundial.

Sem pretendermos resumir, nos acanhados limites dêste trabalho, os fundamentos do marxismo-leninismo, o que nos levaria a desvirtuá-los, tentaremos apresentar apenas alguns traços característicos da doutrina comunista.

Para os marxistas, o mundo é material por natureza. Todos os fenómenos do universo resultam da matéria em movimento, prescindindo de qualquer espírito criador.

As estruturas económicas das sociedades constituem as bases sobre as quais se constroem as superestruturas jurídicas e políticas. Essas superestruturas jurídicas e políticas, bem como as manifestações religiosas, artísticas ou filosóficas, são ilusões coletivas, mistificações ou representações falsas que os homens têm de si mesmos ou recebem pela tradição ou pela educação.

A religião é obra do homem. Deus é uma mera criação humana e nunca o Ser criador.

O Estado é uma entidade na qual o homem se aliena. É a divisão do trabalho, que cinde a sociedade em classes, que conduz à necessidade do Estado. É, portanto, um instrumento de opressão nas mãos da classe dirigente.

O homem se aliena no trabalho em virtude da propriedade privada. Para atender às suas necessidades, vende o único bem que possui aos detentores do capital, isto é, vende seu trabalho, tornando-se "mercadoria".

Somente a abolição da propriedade privada permitirá que o usufruto dos bens seja universal, eliminando, conseqüentemente, as classes sociais e as contradições nas relações económicas. Neste ponto, não haverá mais necessidade do Estado. O governo dos homens será então substituído pela administração das coisas.

Mas, para se chegar a êsse ideal de uma sociedade igualitária, em que cada qual usufruirá os bens comuns segundo suas necessidades, em que não haverá o poder normativo e coercitivo do Estado, (enfim, êsse paraíso na terra, utópico, distante e de difícil conciliação com as reconhecidas imperfeições humanas) o caminho a seguir é a luta de classes. Ao proletariado caberá a missão de redimir a humanidade, levando-a a se reencontrar consigo mesma naquela sociedade ideal.

Mas, antes disso, há necessidade de uma fase intermediária neste processo. É a ditadura do proletariado, de duração indefinível, instalada após a destruição do Estado burguês.

Essa, meus senhores, é a ideologia que professam os Estados comunistas, no nível puramente filosófico. Poderíamos mais dizer que

ela se traduz em dogmas, supostamente verdadeiros e, portanto, definitivos, donde o caráter intransigente, totalitário e intervencionista de suas manifestações.

Todavia, no nível operativo, isto é, fora da ortodoxia dogmática, a ideologia comunista se apresenta extraordinariamente pragmática.

Os Estados comunistas, particularmente a União Soviética, de há muito fizeram a transição do determinismo histórico para o voluntarismo político.

Essa transição entre a ideologia marxista e as necessidades pragmáticas tem implicado em novas interpretações, distorções ou simples abandono dos princípios ideológicos originais, principalmente na União Soviética. A China Continental, devido às suas condições peculiares e ao menor tempo de implantação do regime, apresenta-se hoje em dia até mesmo em frontal oposição a muitos aspectos da realidade soviética, por ela considerados como "revisionistas".

Tôdas essas adaptações, distorções e novas interpretações da ideologia têm sido chamadas de "táticas" e têm servido para orientar as operações concretas do movimento comunista em todo o mundo. Na realidade, pouco ou nada têm de ideologia, mas muito de maquiavelismo político para a captura do poder. Constituem mesmo a mais impressionante coletânea de normas realísticas e cínicas, postas a serviço do imperialismo das potências comunistas.

Na aplicação dessas táticas, o marxismo clássico é invocado apenas para cercar a busca do poder com uma aura de moralidade científica. Para tanto, deixa-se intato, como filosofia, um elenco de proposições acêrca do desenvolvimento histórico (proposições essas que têm sido negadas pela própria História) com os seguintes objetivos:

- 1º — Dar ao movimento comunista objetivos finais que o justifiquem moralmente.
- 2º — Libertar a elite comunista de inibições morais e éticas, tornando-a mais desembaraçada na luta pelo poder.
- 3º — Justificar a intolerância e a hostilidade a tôdas as pessoas ou organizações não engajadas no movimento, sancionando como lícitos todos os meios, mesmo os mais vis e violentos.
- 4º — Promover a crença no triunfo inevitável do comunismo.

De tudo isto resulta a realidade de serem os países comunistas as potências mais imperialistas do mundo atual.

Do ponto de vista da classificação de seu regime político interno, os países comunistas estão enquadrados no grupo atualmente chamado de *monocracias*, juntamente com os regimes fascistas.

Monocracia é uma expressão moderna que significa governo de um só, de poder não dividido. Opõe-se frontalmente à democracia,

que se entende como o governo de poderes divididos e harmônicos e exercido por delegação de todo o povo e não apenas de um grupo, partido ou classe.

São esses países, cujos povos vivem ainda debaixo do anacrônico regime totalitário ditatorial, que comandam o implacável movimento de extinção das democracias em todo o mundo.

4 — CONCLUSÕES

Cremos que a incompatibilidade entre os ideais brasileiros e a ideologia comunista resulta evidente da simples síntese expositiva que fizemos de uns e de outra. Apenas para destacar alguns pontos capitais apresentamos a seguir um quadro comparativo desses pontos.

IDEAIS BRASILEIROS

- 1º — Filosofia cristã de vida, na qual se inclui o respeito à dignidade da pessoa, o espírito de tolerância e a aversão à violência.
- 2º — Manutenção de nossa independência e soberania.
- 3º — Ideais democráticos.

IDEOLOGIA COMUNISTA

- 1º — Filosofia materialista; massificação do indivíduo, intolerância e aceitação da violência.
- 2º — Internacionalismo; sujeição aos centros mundiais do comunismo internacional.
- 3º — Totalitarismo ditatorial.

Essa incompatibilidade torna-se ainda mais flagrante se, por detrás dos "slogans", das "idéias-fôrça" e da propaganda com que o movimento comunista busca imbuir as consciências, conseguirmos vislumbrar o mal disfarçado imperialismo russo e chinês.

Para finalizar, queremos ressaltar que:

- 1.º — não se trata, para países democráticos, de combater uma ideologia unicamente no plano científico ou filosófico; a realidade atual, como pretendemos mostrar, é bem diversa;
- 2.º — tanto a ideologia comunista, quanto a pragmática soviética ou chinesa, baselam-se na negação da essência espiritual do homem, ignorando ou violentando todos os princípios éticos, morais e espirituais que ornaram a civilização cristã ocidental;
- 3.º — as soluções para os problemas nacionais de cada país devem se conformar com o sentimento de suas populações, pois seria preço muito alto a pagar por gerações sucessivas ver negados seus valores e tradições, em nome de um utópico, distante e ainda não comprovado paraíso terrestre.

ANÁLISE DE SISTEMAS

Maj Inf
OMAR LIMA DIAS

1. GENERALIDADES

A adoção dos sistemas de atividades no processo administrativo brasileiro foi consolidada pelas diretrizes contidas no Decreto-lei n.º 200, Reforma Administrativa. Desde sua promulgação tem sido impulsionada sua aplicação através de definição de atividades administrativas, elaboração de sistemas específicos e fixação de órgãos de direção, controle e execução.

Todo o sistema, genericamente considerado, possui, segundo Daniel Katz e Robert Kahn, em seu funcionamento, três grandes ciclos — o de indução, o de transformação e o de produção. Nos ciclos de indução e produção são mantidos relacionamentos com o meio ambiente. Tais relacionamentos exercem influências externas nas formulações de objetivos e programas, no ciclo indutivo, e nas decisões e produtos do ciclo de produção. Todavia, no âmago dos sistemas, o ciclo de transformação se processa, recebendo indutos e formulando produtos, totalmente isento de influências externas. Neste ciclo, onde os objetivos e programas propostos entram em fases dinâmicas de transformação para elaboração de decisões ou produtos, há intenso trabalho para o qual é necessária uma análise no sentido da obtenção de reformulações do sistema que propiciem eficiência maior com menor custo.

A análise racional dos sistemas constitui uma atividade contínua e visa sempre a obtenção de resultados cada vez melhores. Para tanto, uma dotação de meios e de pessoal especializado é de capital importância para a análise, mormente no que se refere aos sistemas administrativos.

A Análise de Sistemas adquiriu grande importância por ocasião da gestão do Sr. Robert S. McNamara no Ministério de Defesa dos Estados Unidos da América do Norte. Através da Análise conseguiu, em curto prazo, reformular o processo da tomada de decisões, bem como consolidar os programas, o controle e a direção centralizada de atividades funcionalmente semelhantes.

Anteriormente à introdução da Análise de Sistemas no Pentágono, as atividades de toda a ordem como orçamento, equipamento, estratégia e outras, estavam totalmente diversificadas, sem nenhu-

ma integração comum, sem avaliação de custos e eficiência, faltando, portanto, uma verdadeira definição de sistemas e reformulação de órgãos administrativos. McNamara tinha a indiscutível convicção de que as Forças Armadas deveriam ser administradas como uma grande empresa, através das mesmas técnicas e princípios. Julgava também que a obtenção do controle e a tomada de decisões somente seria obtida através de uma análise quantitativa para o estabelecimento de soluções alternativas (linhas de ação), da comparação das quais se obteria a melhor decisão.

A implantação da Administração Científica no Pentágono, feita em menos de dois anos, foi impulsionada por um grupo de técnicos civis e militares. Ao Dr. Alain C. Enthoven, membro deste renomado grupo, coube relevante papel, sendo-lhe afeta a análise do custo/eficiência do sistema de armas estratégicas.

2. A NOVA SISTEMÁTICA

Desde muito tempo o homem vem realizando análises dos mais variados fenômenos, no sentido de obter, principalmente no campo da guerra ou do trabalho, um maior rendimento para os fatores que são postos em jogo. Com o estabelecimento dos princípios filosóficos em busca da razão e com a evolução da matemática, buscou o homem uma quantificação dos fatores básicos dos processos, dando origem ao estabelecimento de métodos científicos de análise. Assim, na 2ª Grande Guerra, os métodos quantitativos foram usados em grande escala como auxiliares na tomada de decisões. Tais métodos quantitativos, conhecidos como Pesquisa Operacional, extrapolaram os cânones militares e se estenderam ao campo econômico, às atividades governamentais e mesmo a outros setores das Forças Armadas. O interesse que a Pesquisa Operacional despertou na comunidade econômica ensejou a difusão dos métodos quantitativos, bem como fomentou a criação de Sociedades e Centros de Pesquisa, em elevado número, e que suscitaram um evolutivo aperfeiçoamento. Todavia as Sociedades e Centros sentiram que o campo da Pesquisa Operacional era um tanto limitado, pois restringia-se à aplicação sobre operações ou eventos restritos com execução prevista para curto prazo.

Com a assunção de Robert McNamara no Departamento de Defesa, foram feitas reavaliações dos métodos de pesquisa visando sua expansão para um campo maior, abarcando sistemas completos de atividades. Tal tarefa foi afeta a um grupo de analistas, muitos dos quais foram trazidos da Rand Corporation por McNamara. A expressão "Análise de Sistemas", adotada pelo Pentágono, adquiriu grande notoriedade, apesar de já ter sido empregada na Rand Corporation, donde provinha McNamara e muitos de seus assessores.

A expressão "Análise de Sistemas" deve ser entendida no seu

sentido mais amplo e não somente no da computação eletrônica que, aliás, é um meio de que se vale a Análise de Sistemas para atingir seus propósitos, mormente quando entram em conta dados numéricos de grande magnitude, implicações financeiras ou estatísticas. Assim, pois, no dizer do Dr. Alain C. Enthoven, a "Análise de Sistemas é um estudo disciplinado, com lógica própria, decorrente em grande parte, mas não inteiramente, de pesquisas econômicas e operacionais. No entanto, esse estudo não é feito por pessoas que possam ser consideradas economistas ou pesquisadores operacionais". Cabe, portanto, ao planejador de alto nível, e, no caso das Forças Armadas, ao Oficial de Estado-Maior, o "estudo disciplinado, com lógica própria". Tal análise não foge de muito ao Estudo de Situação, possuindo uma lógica semelhante. Seu faseamento em diversas etapas e seu amplo campo de aplicação exigem uma gama de recursos em analistas, pesquisadores, técnicos e material, incluindo computadores eletrônicos.

3. A ANÁLISE DE SISTEMAS

A Análise de Sistemas, como "estudo disciplinado, com lógica própria, decorrente em grande parte, mas não inteiramente de pesquisas econômicas e operacionais", é naturalmente um processo integrado de métodos e análises, consubstanciados por especialistas relacionados com os objetivos da pesquisa, equipes de levantamento e processamento de dados e equipamentos.

Tal análise é executada em 3 amplas fases, a seguir enumeradas:

1ª fase: Estabelecimento dos Objetivos ou Programas

Esta fase é caracterizada pelo início da formulação dos objetivos da pesquisa ou programas e sua expedição à equipe de análise. Nesta fase, a autoridade responsável mantém estreita ligação com a equipe de análise. Os objetivos ou programas emitidos são ainda passíveis de reformulações no decorrer do processo.

2ª fase: Análise das Alternativas

Esta fase é dividida em 5 etapas, em algumas das quais são lançados ao trabalho todos os recursos disponíveis, incluindo técnicos e equipamentos.

Etapa n.º 1 — Formulação das Alternativas (A1, A2, An)

Nesta etapa são formulados todos os modos através dos quais é possível atingir-se os objetivos propostos na 1ª fase. Trata-se, em outras palavras, da formulação de "esboços de linhas de ação" que possam resolver o problema. Daí podermos concluir que as alternativas A1, A2, An são soluções teóricas, imperfeitas, sem análises e confrontos.

Etapa n.º 2 — Levantamento de Dados (Da)

Esta etapa se inicia teoricamente no momento em que estão formuladas as alternativas A1, A2, An da etapa anterior. Na prática, os diversos elementos com encargos de Levantamentos de Dados (Da), economistas, administradores, estatísticos, sociólogos, assistentes, etc., deram início à coleta por ocasião do estabelecimento dos objetivos ou programas. Com a formulação das alternativas, as equipes especializadas empenham-se na coleta efetiva dos dados necessários.

Etapa n.º 3 — Estabelecimento dos Modelos (M1, M2, Mn)

Esta etapa caracteriza a consolidação de cada alternativa (linha de ação) pelos dados obtidos no levantamento. Permite, portanto, o estabelecimento pela Equipe de Análise, de um modelo de solução, ou seja, uma linha de ação totalmente enunciada, para cada alternativa. Tais modelos M1, M2, Mn englobam todos os fatores que devem intervir na solução. Os analistas relacionam, para cada modelo, todas as implicações positivas e negativas. Tais implicações permitirão uma análise posterior, na etapa seguinte.

Etapa n.º 4 — Análise de Sensibilidade

Esta etapa, sensivelmente analítica, caracteriza-se pelo estabelecimento do confronto custo x eficiência para cada modelo M1, M2, Mn, bem como da variação de fatores ou parâmetros para verificação da sensibilidade de cada modelo. Surgirão modelos intermediários M1', M2', Mn' numa 1.ª reformulação.

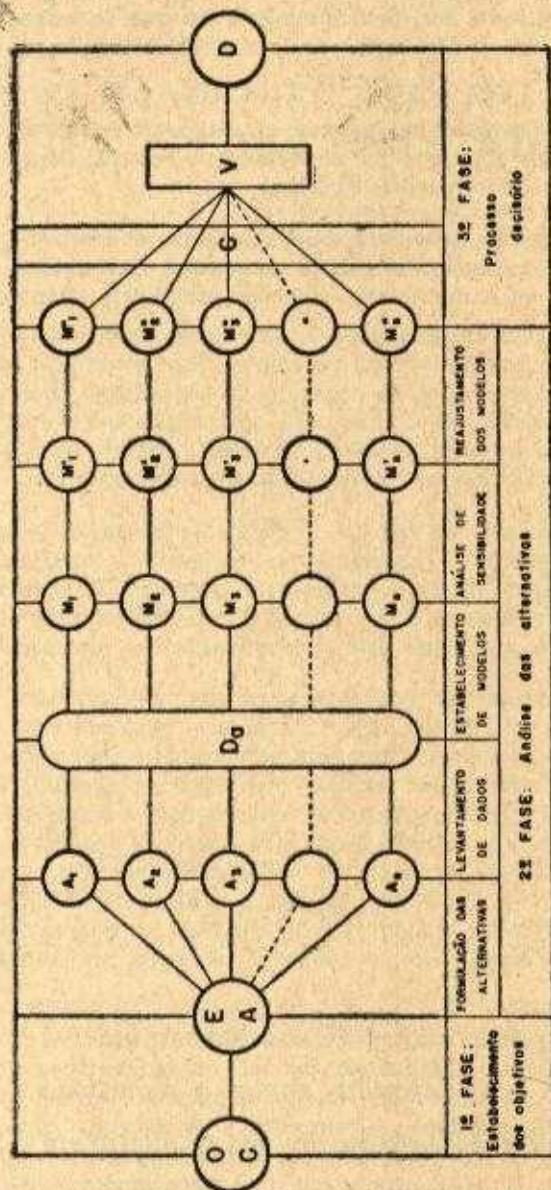
Etapa n.º 5 — Reajustamento dos Modelos

Com base na Análise de sensibilidade, com a reação do confronto custo x eficiência e variação de fatores e parâmetros, cada modelo M1', M2', Mn' é reajustado no sentido de seu aperfeiçoamento final. Nesta ocasião, cada alternativa inicial A1, A2, An estará consolidada num modelo M1', M2', Mn', estruturado em toda sua plenitude (2.ª Reformulação).

3ª fase: Fase Decisória ou Produtiva

Esta fase caracteriza-se pelo estudo de cada modelo face a Critérios de Decisão (C), em outras palavras, fatores preponderantes, estabelecidos para fixação de uma escala quantitativa de valores. São pois, as alternativas, já consolidadas em modelos completos, já analisados e aperfeiçoados, relacionadas em ordem de valor quantitativo. Deste valor (V) e da sua comparação, a autoridade responsável escolherá qual a alternativa que comporá sua Decisão (D) ou Produto (P).

ANÁLISES DE SISTEMAS - FASEAMENTO



OC - ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA

EA - EQUIPE DE ANÁLISE

A₁, ..., A_n - ALTERNATIVASD₀ - DADOSM₁, ..., M_n - MODELOS INICIAISM₁' ..., M_n' - MODELOS / 1ª REFORMULAÇÃOM₁'', ..., M_n' - MODELOS / 2ª REFORMULAÇÃO

C - CRITÉRIOS DE DECISÃO

V - VALOR RELATIVO DOS MODELOS

D - DECISÃO

Legenda

4. IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE SISTEMAS

Como vimos, a Análise de Sistemas é um método para se chegar a uma decisão (D), seja qual fôr, principalmente no que se refere às decisões que norteiam os atos que regulam a estruturação de atividades importantes.

Estamos em fase de adoção de sistemas de atividades, através dos quais devemos atingir objetivos que se referem a Pessoal, Orçamento, Ensino, Logística, Informações, Finanças, etc.

A adoção da Análise de Sistemas, convenientemente desenvolvida, servirá como um instrumento valioso nas mãos das autoridades para orientá-las no caminho das soluções exequíveis quanto a custo e eficiência.

A boa disciplina está intimamente aliada à lealdade. Pode ser definida como a condição mental que leva indivíduos ou grupos a aceitarem espontaneamente a autoridade e a supervisão do chefe.

A SEMANA DO EXÉRCITO NO JOCKEY CLUB BRASILEIRO

Pronunciamento do Gen Div TASSO VILLAR DE AQUINO,
na homenagem prestada ao Exército pelo Jockey Club Brasileiro, na Semana de Caxias — 22/VIII/971.

Neste sadio ambiente, de cordialidade e confraternização, cumprio a honrosa incumbência de falar em nome do Exército para dizer da alta significação da presença do Jockey Club Brasileiro nas festividades comemorativas da Semana do Exército, centralizadas no vulto imortal do Duque de Caxias, e manifestar o reconhecimento e a alegria dos chefes militares por esta participação.

O gesto cavalheiresco e fidalgo dos dirigentes do Jockey Club Brasileiro — todos os anos repetido — simboliza, na sua espontaneidade e grandeza, o excelente clima de entendimento e cooperação entre os brasileiros conscientes e responsáveis, bem como a confiança que a Nação deposita nas suas Forças Armadas.

Representa, concomitantemente, êste instante que estamos vivendo, marcado por esta reunião, inspirada em elevados propósitos e nobres sentimentos humanos, exemplo fecundo de Integração; de Unidade na Variedade. Unidade de propósito, independentemente de profissões e atividades, sobretudo porque não é esta uma iniciativa isolada. Ao lado dela, têm idêntico sentido e expressão outras iniciativas semelhantes de entidades e organizações durante a Semana do Exército e a Semana da Pátria, e também manifestações pessoais ou de instituições, de apolo e solidariedade às Forças Armadas, em situações especiais ou quotidianamente.

Constitui também afirmação de que a Nação brasileira, consciente e ativa, entende o seu Exército; confia na sua dedicação, no seu desprendimento, na sua constante e grandiosa vocação de servir. Servir à Nação; servir ao povo brasileiro, assumindo com convicção, consciência e sem medir sacrifícios ou temer obstáculos, a parcela de responsabilidade que lhe cabe na sublime tarefa — comum aos brasileiros responsáveis de tôdas as profissões e atividades — de não admitir arranhões na soberania, na integridade e na honra nacionais; de impulsionar e acelerar a valorização do homem comum brasileiro e o desenvolvimento do Brasil.

Inspirado na vocação de Servir com desprendimento, elevação e grandeza, o Exército brasileiro — de ontem, de hoje, de amanhã, de sempre — lutou, luta e lutará, por cumprir o seu dever, ao lado das demais Forças Armadas e outras Forças vivas da Nação, nas frentes da ação governamental em que se trava ainda árduo combate, pela segurança, tranquilidade e bem-estar da família brasileira, pela consolidação do clima de dignidade, autoridade e respeito, propício ao trabalho, à prosperidade e ao desenvolvimento; pela elevação do homem brasileiro; pela ocupação de espaços vazios ainda existentes e posse efetiva deste país-continente; pelo desenvolvimento adequado e acelerado do Brasil como um todo; pelo fortalecimento e aprimoramento da Democracia brasileira.

Os campos de ação do Exército são:

- os quartéis espalhados pela vasta extensão do Brasil. Quartéis que são escolas de trabalho, de disciplina, de civismo, em clima de compreensão e solidariedade, onde se ensina a defender e amar ao Brasil, conhecendo-o na sua história e geografia grandiosas, nos seus recursos e possibilidades, nas suas limitações, no valor e capacidade realizadora do seu povo;
- os colégios militares e as escolas de formação, aperfeiçoamento, especialização, técnicas e científicas do mais alto padrão;
- as fábricas, parques, arsenais do Exército, onde se prepara mão-de-obra especializada da maior utilidade para o parque industrial brasileiro;
- regiões pouco assistidas do interior, levando às populações rurais apoio médico, odontológico e escolar, e também orientação e recursos veterinários aos pequenos proprietários, em cooperação com os poderes públicos federais, estaduais e municipais;
- clareiras abertas na floresta amazônica e regiões fronteiriças de Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, em que as Unidades de Fronteira constituem marcos vivos da nossa Soberania, elementos de ligação e entendimento com povos irmãos da América e pontas de lança da civilização, estimulando o progresso da periferia para o centro;
- Os grandes espaços vazios do Brasil amazônico, do Brasil centro-oeste e outras vastas áreas onde as Unidades e Grupamentos de Engenharia, isoladamente ou em cooperação com outras organizações públicas ou privadas, implantam condições que assegurarão a ocupação por contingentes humanos bem assistidos e apoiados, capazes do trabalho produtivo que gera prosperidade, progresso, desenvolvimento, no esforço bem

sucedido de deslocar cada vez mais para Oeste os marcos da cultura e da civilização, como os nossos antepassados fizeram recuar o meridiano de Tordesilhas, que pretendia conter o nosso destino de grandeza.

É a continuidade da gigantesca obra de Rondon iniciada no começo deste século. Obra em que, ao mesmo tempo que se asseguravam ligação e comunicação entre regiões até então isoladas, tomava-se conhecimento de grupos numerosos de brasileiros vivendo em estágio primitivo de civilização — os índios. Buscava-se desde logo ampará-los e respeitá-los na sua cultura, civilização, organização social e moral e revelava-se o Brasil — na sua grandeza, possibilidades e recursos — à gente brasileira.

Exemplo magnífico de cooperação e ação integrada o trabalho de Rondon de que participaram altas expressões da inteligência e da cultura brasileiras nos ramos da geografia, botânica, geologia, zoologia, astronomia, antropologia, apoiadas na organização, disciplina de trabalho, meios e recursos do Exército, sob a direção de um chefe militar de tempera de aço, experimentado e culto, alma sensível e generosa — Rondon — cuja grandeza está refletida nesta diretiva aos seus comandados para o trato com o índio:

"Morrer, se fôr preciso. Matar nunca".

A obra de Rondon foi muito bem compreendida, apreendida e definida por Teodoro Roosevelt, que em sua companhia viveu pessoalmente parte dela, percorrendo-a entre Cuiabá e Porto Velho.

O norte-americano ilustre, duas vezes presidente dos Estados Unidos da América, homem de cultura e de ação, em entrevista à imprensa norte-americana logo após o regresso do Brasil, definiu o trabalho de Rondon nos seguintes termos:

"Nunca vi, nem tenho conhecimento de obra igual. Os homens que a estão realizando são os maiores que existem. Uma Pátria que tem tais filhos há de vencer."

O espírito imortal de Rondon impulsiona a Engenharia do Exército que, na Amazônia, constrói rodovias de integração da mais alta expressão econômica e social:

- BR 364: Cuiabá — Vilhena — Abunã — P. Velho;
- BR 236: P. Velho — Rio Branco — Cruzeiro do Sul — fronteira com o Peru;
- BR 165: Cuiabá — Santarém;
- BR 174: Manaus — Caracará — Boa Vista — fronteiras com a Guiana e a Venezuela;

- BR 319: Abunã — Guajará-Mirim; e participa da construção da Transamazônica, gigantesca realização que ligará o Atlântico do Pacífico através dos sistemas rodoviários do nordeste brasileiro e do Peru, por sobre a portentosa Amazônia, bastante ao sul da calha do grande rio.

No Rio Grande do Sul, constrói a BR-285 — São Borja — Passo Fundo — Lagoa Vermelha — Vacaria e no Estado de Santa Catarina a BR-282 — Florianópolis — S. Miguel do Oeste na fronteira com a Argentina, e ainda rodovias no nordeste e leste brasileiros e ferrovias no sul e centro do país.

O Exército que constrói, que educa e instrui, que assiste, participando do esforço comum de valorização do homem brasileiro e desenvolvimento acelerado do Brasil é o mesmo Exército de Monte Castelo, La Serra, Castel Nuovo, Montese, Collechio, Fornovo; páginas de ouro da História Militar do Brasil escritas pela Fôrça Expedicionária Brasileira, combatendo, em igualdade de condições, ao lado de nações poderosas, contra inimigo aguerrido e forte, até então considerado o melhor soldado do mundo. É o mesmo Exército das missões de paz de Suez e S. Domingos.

Na paz como na guerra, tem sido o Exército brasileiro guiado pelo espírito de destemor, altivez, compreensão, solidariedade, abnegação, desprendimento e grandeza de que são exemplos a vida e a obra dos seus imortais e grandes chefes. Cite-se aqui, por exemplo, episódio da Revolução Farroupilha entre os inúmeros que atestam a incomensurável grandeza espiritual e moral do maior Soldado e Chefe militar do Brasil — Caxias. Ao entrar vitorioso em Bagé, procurado pelo pároco que lhe vinha anunciar programação de missa festiva, sentenciou Caxias, que, como é sabido, era homem de profunda convicção religiosa:

"Reverendo! Precedeu a êsse triunfo derramamento de sangue brasileiro. Não conto como troféus desgraças de concidadãos meus.

Vá, reverendo, vá em lugar de Te Deum, celebre missa de defuntos, que eu, com o meu estado-maior e a tropa que na sua igreja couber, irei amanhã ouvir-lha, por alma dos nossos irmãos que pereceram nessa luta."

E Osório, ao ser instado por amigos e correligionários políticos para fazer deflagrar o movimento republicano: "A República ainda não é uma idéia triunfante na opinião nacional. A espada que desembainhasse agora, tentaria uma imposição, só derramaria sangue; não faria a felicidade da Pátria. A que cinjo é para combater os inimigos dela e não para tiranizá-la".

Aí está, Senhores, porque é fácil, via de regra, o atendimento e a cooperação entre os brasileiros responsáveis e bem intencionados.

Aí está porque, também, no Jockey Club Brasileiro desenvolve-se a atividade fecunda com o espírito e o entendimento elevados, sempre presentes nos grandes empreendimentos e realizações brasileiras.

Aqui, homens da maior expressão social, profissional e cultural, das mais variadas atividades, reúnem-se na tarefa comum de engrandecer cada vez mais a esplêndida realização que é o Jockey Club Brasileiro e de consolidar o turfe nacional em benefício do prestígio e do conceito internacional do Brasil. Desta forma, dá-se aqui continuidade, com dedicação e firmeza, à grandiosa obra do eminente brasileiro que foi o Dr. Linneo de Paula Machado, idealizador, realizador e impulsionador do Jockey Club Brasileiro a que dedicou, com alma e fé, a sua extraordinária energia e capacidade criadora e o seu espírito aberto ao aperfeiçoamento e à renovação.

E a obra fecunda do idealista e invulgar homem de ação encontrou continuadores, inclusive e principalmente no seu ilustre filho, o Dr. Francisco Eduardo de Paula Machado, que há anos dirige os destinos do Jockey Club Brasileiro. E de tal forma e com tal acerto e eficiência que o Jockey Club Brasileiro conquistou alto conceito internacional, destacando-se pela grandiosidade, solidez e conforto das suas instalações, construídas dentro da mais avançada técnica, em local de extraordinária beleza panorâmica, dos mais encantadores do mundo; pelo alto nível de elegância e bom gosto das suas reuniões sociais e turfísticas; pela alta expressão social e cultural dos seus quadros dirigente e social; pela capacidade técnica dos seus funcionários e profissionais; pela alta linhagem dos puros-sangues que aqui disputam os páreos com excelente estado e preparo.

O Grande Prêmio Brasil, disputado todos os anos neste mês de agosto e a Noite de "Longchamps" que se lhe segue, são dos mais grandiosos e imponentes espetáculos turfísticos e sociais do mundo.

Desta forma cumpre o Jockey Club Brasileiro o seu dever, elevando o prestígio internacional do Brasil como expressão de cultura, de bom gosto, de alto nível social; colaborando com o Governo no esforço pela valorização do homem comum brasileiro através de assistência e boas condições sociais que proporciona aos seus quadros de funcionários e profissionais; pela participação no fomento e aprimoramento da equinocultura nacional, considerada muito apropriadamente pelo Governo Federal como "estritamente ligada à defesa e à segurança nacional".

E essa participação constitui mais um magnífico exemplo de ação conjunta e integrada em que estão presentes os Ministérios do Exército e da Agricultura; os Jockeys Clubs em atividade no país; as Associações de Criadores do Cavalo PSI, de esporte, de serviço e de emprego militar; a Confederação Hípica Brasileira, através da Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional, órgão do Governo subordinado ao Ministério do Exército.

E a participação do Jockey Club Brasileiro, como a dos demais Jockeys Clubs em atividades no país, principalmente os de grande expressão como os da Guanabara, S. Paulo e Rio Grande do Sul, faz-se através da utilização, fomento e aprimoramento do mais nobre representante da espécie equina — o puro-sangue inglês —; da me-

lhorla do rebanho equino nacional pela continua injeção de sangue selecionado, dos reprodutores oriundos dos hipódromos; da contribuição à melhoria do animal de esporte, de serviço e de emprêgo militar e, também, de apoio e estímulo ao desenvolvimento de atividades turfísticas no país que tenham condições de cumprir as elevadas finalidades a cargo do turfe nacional, através de recursos atribuídos à Comissão Coordenadora da Criação do Cavalo Nacional, na forma regulada em lei.

Neste ambiente responsável e sério, julgo oportuno lembrar a necessidade de que homens e instituições com o pensamento voltado para a grandeza, a prosperidade e o desenvolvimento da nação e do povo brasileiro, cerrem fileira em torno dos ideais e dos objetivos perseguidos pela Revolução de 31 de março de 1964, e que vêm sendo executados pelos Governos da Revolução com integral compreensão, confiança e apoio da opinião pública brasileira.

Esses objetivos são, em síntese, como sabe a Nação:

- a afirmação e consolidação do prestígio internacional do Brasil com soberania, altivez e elevado espírito de solidariedade internacional;
- o restabelecimento da autoridade, da dignidade, da austeridade, da eficiência no exercício de função pública e no trato da causa pública;
- a valorização do homem brasileiro;
- o desenvolvimento adequado, planejado, equilibrado e acelerado do Brasil como um todo;
- a posse efetiva do Brasil pelos brasileiros e para os brasileiros;
- o fortalecimento e aprimoramento da Democracia brasileira.

Realizemos essa grandiosa obra em ação conjunta, coordenada e integrada dos poderes públicos, iniciativa privada, universidade, povo, tendo sempre presente o ensinamento — cheio de beleza e profundidade, do grande pensador árabe Gibran Khalil Gibran, que tomo a liberdade de lembrar:

“A vida é escuridão quando não há um impulso. E todo impulso é cego quando não há saber. E todo saber é vão quando não há trabalho. E todo trabalho é vazio quando não há amor.

E quando trabalhais com amor vos unis a vós próprios e uns aos outros, e a Deus.”

Com este espírito e com esta compreensão é que, em nome do Exército, por delegação do seu Chefe, Ministro Orlando Geisel, agradeço a participação do Jockey Club Brasileiro na Semana do Exército e a gentileza desta reunião de cordialidade e confraternização, elevados propósitos e grande alcance.

CANUDOS — GUERRILHA E ANTIGUERRILHA

Maj Art
ANTONIO CARLOS CID

I. INTRODUÇÃO

Canudos. Guerra sanguinolenta. Luta fratricida. Incompreensões. República versus Monarquia? Fenômeno sociológico que abalou os alicerces da jovem República, saída há pouco das mãos de ferro de Floriano Peixoto.

Canudos. Sertão baiano. Um arraial como muitos outros, encravado numa região inóspita, sem recursos, debruçada sobre o Vaza-Barris. Uma depressão presa em uma das curvas deste rio, circundada de colinas. Ao fundo, o morro da Favela. Estava assim montado o palco dos acontecimentos.

Canudos. Ponto final da longa peregrinação de Antônio Conselheiro, nascido Antônio Vicente Mendes Maciel, de Vila Nova do Campo Maior do Quixeramobim; "Aos 22 de maio de 1830 batizei e pus os santos óleos nesta matriz de Quixeramobim ao párvulo Antônio, pardo, nascido aos 13 de março do mesmo ano supra, filho natural de Maria Joaquina. Foram padrinhos Gonçalo Nunes Leitão e Maria Francisca Paula. Do que para constar, fiz este termo, em que eu assinei. O vigário Domingos Alvaro Vieira". Aos três anos assiste a luta entre os "Maciéis e Araújo". Seu pai, um Maciel, afastado da luta, pensa apenas em fazê-lo padre. Inicia-o nos estudos de português, francês e latim. O tempo passa. Vamos encontrá-lo casado e perambulando em busca de estabilidade econômica. Sua mulher ama às escondidas. Abandona-a. Comerciante, mestre-escola, advogado dos pobres. Seu traje não se assemelha mais ao sertanejo. Camisolão de profeta, sandálias. Ninguém sabe de onde vem ou para onde vai. Perambula aquém e além do S. Francisco. Acusam-no da morte da mãe e da esposa. Acusam-no de monomania religiosa. Proíbem suas pregações. Mas já é adorado como se fôra um Deus. Perseguido, procura refúgio longe das leis da República que odiava.

Canudos. Paragem remota. A idéia inicial é pacifista. Mas não acatavam a lei ou a ordem. Mil e quinhentas famílias inicialmente. A fama crescente de Conselheiro, as notícias da vida patriarcal e preguiçosa que levavam atraem novos adeptos. Fanáticos religiosos, desertores, criminosos de todos os matizes. Os jagunços começam as tropelias.

Exigem contribuições dos fazendeiros. Ameaça de invasão de Juazeiro. Uma expedição da Polícia é desbaratada. O governo baiano solicita auxílio federal. Era o começo da guerra... sem quartel... cruenta de parte à parte.

"Canudos foi o seu erro de vagabundo religioso; e a responsabilidade, que o sertão lhe impôs, esmagando-o, transformou aquela grotta do Vaza-Barris em um calvário dantesco, pavoroso" (Nertan Macedo).

Canudos arrasado foi o epílogo da guerra.

2. A ÁREA DE OPERAÇÕES

a. Aspectos Fisiográficos

Região em geral desértica. Predomina como revestimento a caatinga. Cursos de água de pequeno volume. O Vaza-Barris cresce de importância. Localidades sem expressão. Abandonadas. Pequenos cerros formando ondulações. Chuvas escassas. Quando ocorrem são torrenciais. Clima quente e seco.

b. Transportes

Canudos era centro de convergência das principais estradas: Juazeiro — Uauá — Canudos; Simão Dias — Jeremoabo — Canudos; Queimados — Monte Santo — Canudos; Monte Santo — Cambaio — Canudos.

A única estrada de ferro chegava a Juazeiro passando por Queimados. Muar, cavalo e carroça, meios de transporte usuais.

c. Recursos econômicos

Gado vacum, muares e cabras. Criação extensiva ou em estado selvagem. Agricultura de subsistência nos vales úmidos.

d. Aspectos Político-Sociais

Sertão inóspito. Falta de recursos. Fome. Doenças. Coronelismo. Quadro ideal para a ação de Antônio Conselheiro. Problema sócio-cultural do Brasil. Fanatismo religioso. Banditismo. Tudo nos leva ao perfeito entendimento de Canudos.

A requisição de tropas federais causa as primeiras animosidades entre o Governo baiano e o Comandante do Distrito Militar. Conflitos de jurisdição. Por outro lado a Monarquia era uma palavra proibida. O relatório do Frade João Evangelista acirra os ânimos: "É um estado dentro de uma estado, ali não são aceitas as leis, não são

reconhecidas as autoridades, não é admitida a circulação do próprio dinheiro da República. Antônio Conselheiro já não é mais um monomaniaco religioso, é um *cartouche* feroz ou quando muito um assalariado da Monarquia, chefiando milhares de bandidos e assassinos que vêm devastando o interior e a costa. Canudos é um castelo à moderna, com subterrâneos e armas, muralhas de duas braças, fossos e pátios onde se exercitam hostes e legiões de homens dominados pela fé e pela riqueza".

3. GUERRILHA E ANTIGUERRILHA

Difícil é caracterizar à luz dos conceitos modernos a guerra de Canudos. Certo é que os jagunços conduziram-na a seu modo, com os meios de que dispunham, com o aproveitamento judicioso do terreno, desde as emboscadas à defesa do reduto final. Foram guerrilheiros e se portaram com maestria. Já o Exército não soube se adaptar. Foi inflexível. Cometeu pecados capitais. Tentou enfrentar em combates clássicos, opositores irregulares. Salvou-o no final a superioridade em número, em armamento, em suprimento. Salvaram-no ainda jovens oficiais e praças que, longe das artimanhas da política, heróicamente morriam pela Pátria. Salvaram-no estes oficiais que por sua coragem e abnegação encobriam as falhas de seus chefes.

A vaidade pessoal dos comandantes das expedições contribuía para os fracassos sucessivos. Bismarck afirmou que só os tolos desprezam a experiência alheia. Qual expedição se valeu das informações ou relatórios das anteriores? Nenhuma.

No meio de imprudências, imprevidências, riscos desnecessários, justo é se fazer algumas poucas exceções. Entre elas, podemos citar o General Savaget. Planejou. Reconheceu. Informou-se. Adaptou-se... Venceu. E o Ten Cel Siqueira de Menezes que cumpriu a sua missão de reconhecimento e ainda conduziu uma operação primorosa, o cerco da cidadela.

O Exército preparava-se unicamente para o combate regular. Além disso viviam seus integrantes na rotina e no conformismo. Pensavam lograr êxito numa luta que não era frontal, mas indefinida. Luta caracterizada não pelo bombardeio ou assaltos a baionetas, mas pela desintegração, pela incerteza, pelo inimigo invisível e traiçoeiro.

Os jagunços não frequentaram escolas militares. A maioria nem soldado fora. Mas no seu viver, na senha do banditismo, no palmilhar aquele terreno inóspito, na lei do mais forte, aprenderam a lutar pela sobrevivência. Segredo. Surpresa. Rapidez. Dispersão. Aparecimento e desaparecimento instantâneos por toda a parte. Grande resistência física e moral. Elevada mobilidade. A noite, de preferência ao dia. Conhecimento do adversário e do terreno.

E as tropas que deveriam enfrentá-los? Estruturadas em organizações rígidas, complexas. Incapazes de reagirem instantânea e adequadamente a ameaças inopinadas e traiçoeiras. Equipamento pesado e inútil. Amarradas ao terreno. Escravizadas às estradas. Uniformes quentes, impróprios ao clima local. E uniformes ainda berrantes, coloridos.

O terreno — fator primordial da ação militar — e o inimigo — presente em qualquer decisão — foram imperdoavelmente esquecidos.

Mas, afinal, a vitória nos coube. A decisão final não poderia ser outra. As guerrilhas não são forma de guerra independente. Por si só não conduzem ao objetivo decisivo. É um recurso de quem está em inferioridade. Há que evoluírem até se constituírem em forças regulares ou terem o apoio destas. Canudos não ofereceu esta oportunidade aos jagunços... não tinham condições para tal. Foram somente guerrilheiros. "Na guerrilha deve-se escolher a tática da simulação, fazer crer que um golpe vem do oeste, e desfechá-lo de este; atacar pontos fracos; atacar e retrair" (Mao Tsé-tung)... Fizaram isto.

4. O INIMIGO INTERNO

a. Seus Líderes

(1) Antônio Conselheiro — A principal figura em torno da qual giravam famílias ou cangaceiros. Não interferia nem dava opiniões na parte militar. Morto ao fim da guerra, de doença ao que se afirma.

(2) Antônio "Beatinho" — Meio sacristão, meio soldado, espianando, observando.

(3) Taramela — Auxiliar do "Beatinho". Guarda das Igrejas. Chaveiro. Coordenava e dirigia o trabalho das beatas.

(4) Manoel Quadrado — Curandeiro. Encarregou-se do conserto e confecção de armas e munições.

(5) Macambira — Tinha medo até da sombra. Mas era o responsável pela maioria dos "planos de operação".

(6) João Abade — Chefe da "labuta de sangue". Mais tarde "comandante de rua". Era o comandante militar do arraial. Respeitado por todos. Acaba enlouquecendo por ter se ferido no olho e é morto por Pedrão.

(7) Pedrão — Segunda autoridade militar. Disputava a liderança com João Abade. Um dos poucos que sabia ler. Abandona o arraial antes do fim, em companhia de uma mundana.

(8) Pajeú — Ágil, sêco, anguloso. Tímido na aparência. Rápido na faca. Não se assombrava ou perdia a calma. Não caía em ciladas. Morto em ação.

(9) Antônio "Fogueteiro" — Encarregado do recrutamento.

(10) José Venâncio e Norberto — Chefes que se notabilizaram por permanecerem em seus postos até o fim. Assumiram a direção geral nos últimos dias de Canudos.

Ainda tiveram papel saliente nos combates: Lalau (lugar-tenente de Pajeú), Chiquinho e João da Mota (comando dos piquetes em Cocorobó), Tranca-Pés, Bôca Torta, Chico Ema e outros. Como aprovisionador, Vila-Nova.

b. Fôrça de Guerrilhas e de Sustentação

É difícil delimitá-las. Todos estavam dispostos à luta e a sustentá-la. Já a Fôrça Subterrânea não foi caracterizada. O arraial era uma zona liberada. A sua população estava em torno de 10.000 pessoas. Todos dedicavam-se tanto às rezas como à luta ou o apoio a esta. E mais, toda a região ao redor de Canudos, parece, fazia parte da Fôrça de Sustentação. Pois jagunço não era só o habitante deste arraial. Era toda aquela gente que se espalhava do Cabrobó a Queimados e Jacobina, da volta do São Francisco a Pombal. Todos prontos a cooperar, inclusive a derramar o sangue. Dai as informações, os suprimentos de bôca, armas e munições.

c. Canudos, Base de Operações

Não fôra escolhida por Antônio Conselheiro. Motivos militares de longe sentido pelos chefes. Oferecia ótimas condições de inexpugnabilidade. A guerra era esperada e preparada de longa data. Uma verdadeira fortaleza natural. Um paredão abraçava o arraial em sua maior parte. Apenas para defender, facilmente, o corte do Vaza-Barris.

d. Defesa de Canudos em face das Expedições

(1) Expedição Pires Ferreira

Pedraõ designado inicialmente para ir de encontro à Expedição em Uauá arquitetara o seguinte plano: "200 cabras duros. Uauá é por demais conhecida. Só tem água no córrego. Chegar à noite, em silêncio, direto ao córrego. A vegetação protegerá. De tocaia. Tiro em cima de quem se aproximasse. Na praça somente Siá Maroca tem cacimba no quintal. Não dá para o gasto da tropa. Soldado da cidade abre o bico em cinco dias. Homem com sede é mais podre do que pau de mandacaria. A expedição ou se retirava ou avançava. Em campo aberto, jagunço abrigado é vitória na certa."

Plano simples e objetivo. Tocaia, emboscada. Aproveitamento do terreno e da situação. Surpresa. Não enfrentar uma tropa preparada em campo aberto.

Designado, a última hora, João Abade para substituir Pedraõ, muda os planos deste. Pensou em avançar à luz do dia, como numa

procissão. Os jagunços ladeados pelos fanáticos religiosos. Na praça matariam os soldados de surpresa.

Assim foi feito. Porém, a farsa foi descoberta às portas da vila. Dado o alarma, tudo precipitou-se. Vencidos em campo aberto, os jagunços se retiram e preparam uma emboscada mais à frente. Sàbiamente, a Expedição também se retira. Já escasseavam os suprimentos. E os fanáticos eram numerosos. Instado a persegui-los, principalmente por Pajeú, Abade não cede e volta ao arraial contrariado pelo elevado número de baixas.

COMENTARIOS

Pedraõ e João Abade mostraram ser chefes experimentados. O plano original parecia mais eficiente. O segundo foi audacioso. Mas poderia ter dado certo. Serviu como ensinamento. Não tinham condições de enfrentar os soldados no combate corpo a corpo.

O terreno, o inimigo, os meios disponíveis, a surpresa, a tocaia sintetizam os dois planos. Derrotados, aprenderam a lição.

(2) Expedição João Febrônio

Pedraõ em Barafunda é informado da nova expedição. Trezentos homens já se encontravam em Queimados.

Pedraõ retornando, reúne-se com os chefes guerreiros, João Abade, Pajeú e Macambira. Como sempre presidia a reunião, sem opinar, o Conselheiro. Pedraõ informa as providências que já tomara, antes mesmo de chegar. Romão e Cesarino e mais 28 cabras estavam de "atalaias avançadas". Enquanto tivessem armas e munições inquietariam os legais. "Tudo na malícia da emboscada. Avançar por dentro do mato, ao comprido da estrada. Cada homem em separado. Não tanto que se perdessem do pio da taquara do companheiro mais próximo, nem tão junto que não pudessem atirar avulso. No escuro só atirar na certeza do tombo. Com o progresso do inimigo na direção do arraial, a posição de cada jagunço havia de se tornar menos à feição. Cada vez que isso acontecesse, o cabra devia se afundar na caatinga, sempre avisando no pio, dar volta por trás do companheiro e se colocar mais adiante, tomando nova posição no caminho dos macacos. Ai tratasse de catar um pé de pau mais folhudo ou um buraco no chão, para recomençar o tiro. Os soldados não podiam descobrir de onde partia a bala. Nesse movimento viessem trazendo a força. Soldado, ainda mais carregado de tarecos e canhão, só caminha na largura da estrada."

Acreditava Pedraõ que o canhão seria colocado no Morro da Favela já que seu peso não permitiria atravessar na areia do rio. João Abade discordou porque homem ali é homem fora da guerra. Declaram então realizar uma emboscada na garganta da serra do Cambaio

com Pajeú e João Grande. Guardar o morro da Favela. O corte do rio seria defendido por eles mesmos.

A emboscada no Cambaio foi planejada pelo velho Macambira: "Tiro sempre de cima para baixo, sem lugar certo de sair. Representação de jagunço era bala. Não havia carência de homem se mostrar no claro. João Grande ficaria avançado na saída da garganta com 30 homens. Ao todo 200 cabras da peste".

O Major Febrônio atinge o local da emboscada. João Grande se antecipa. Põe tudo a perder. Violentíssima batalha. Vitória incontestante do exército. A expedição prossegue em direção a Canudos.

João Abade assume o comando, com mais 150 jagunços, da posição do alto da Favela. Pedrão guarda a entrada do arraial pelo rio.

Como se esperava, a traição dos guias leva a tropa para a Favela. Antes que se apercebam, Pajeú ataca de costas para Canudos, de cima para baixo. Por outro lado sabiam que sem comida e sem munição (os cargueiros haviam desaparecido) os soldados não poderiam prosseguir e, se prosseguissem, jamais desceriam a vertente para o arraial por ser escarpada. A solução seria o contorno para investir pelo corte do Vaza-Barris. Mas o guia era jagunço e não deixaria. Previam então uma retirada, o que se concretizou. Deslocam-se para nova emboscada aos retirantes, ainda no Cambaio.

A fibra de João Febrônio leva os soldados a avançarem gritando que "milagre de Conselheiro era jagunço nas profundezas do inferno." O pânico domina agora os revoltosos. Apenas Abade atirava como um louco. A coluna passa desfilar em ordem.

COMENTÁRIOS

As instruções dadas aos bandos avançados enaltecem qualquer chefe. Não faltaram os mínimos detalhes. Comprovam o profundo conhecimento que tinham do terreno, dos soldados legalistas, de seus próprios homens e das táticas rudimentares da guerrilha. Cortaram o fluxo de suprimentos, trazendo para si as provisões de bôca e munições. Inquietaram a Coluna. Buscaram informações. Na primeira emboscada, uma precipitação colocou os homens frente a frente. Ponto fraco dos jagunços.

A visão do que iria acontecer na Favela. As ações conseqüentes dão-nos a impressão de que deveriam ter alguma instrução militar, além dos instintos naturais de defesa e da vida no sertão. Talvez a assessoria de algum desertor. Sentem a retirada e voltam a emboscar no Cambaio. A disciplina férrea do Major Febrônio, a coragem de seus soldados põem em fuga os rebeldes. Percebe-se a grande vulnerabilidade desses homens: o combate em campo aberto. Nada disso, no entanto, desmerece a precisão dos planos, a conduta dos chefes nos combates, as decisões sempre acertadas. Apenas nem sempre os executantes estavam à altura de seus chefes.

(3) Expedição Coronel Moreira César

A 3.ª Expedição já se encontrava em Quelmados.

Entre os jagunços as atividades cresciam. Munição. Mantimentos. Treinamento de novos adeptos. Instalação de postos avançados. Abertura de trincheiras. Pedrão lançado à frente pela estrada de Jeremoabo obtém informações pessimistas e retorna. Nova reunião do conselho de guerra. Despacham Arlequim com uma carta ao "Barão de Rancharia" solicitando reforços de pessoal e material. O alferes, desertor da Polícia, deserta mais uma vez.

Pajeú acompanha a Coluna. Em Pitombas prepara uma emboscada que é bem sucedida. Trinta soldados mortos. Continua inquietando até a vista da Favela.

Pedro espalhou sua gente, bastante numerosa, entre Umburanas e o Alto. Protegidos pelo cerrado, vigiando. João Abade pela encosta esquerda, ligado a ele pelo "pio". A vertente da direita, por ser suja e de grande inclinação, defendia-se por si só, diziam.

Começa então o combate principal. Moreira César, bem assessorado por um guia leal, faz exatamente o que não esperavam. Investe pela vertente da direita, desguarnecida e mantém uma parte da Infantaria fixando o inimigo. João Abade percebe a manobra e determina que "Pajeú segure a tropa de qualquer maneira na Favela" e desce pela vertente da esquerda em direção ao arraial. Mas a Cavalaria já atravessara o Vaza-Barris. A invasão é anunciada pelo sino de Taramela. A situação torna-se crítica. Aquém do rio não existia mais a caatinga, escudo de jagunço. Contavam agora com as trincheiras e o casario emaranhado. Concentram os fogos no corte do rio, dividindo o exército em dois. Pajeú investe de peito aberto e é morto. Contam que fôra mordido por uma cascavel na trincheira. A resistência no interior do arraial é dirigida por Manoel Quadrado. Conseguem deter Moreira César na primeira linha do casario. Então acontece o inesperado. Uma bala de Doralice abate o comandante da expedição. Segue-se uma retirada que se transforma em vergonhosa fuga. Pedrão enceta uma feroz perseguição.

COMENTARIOS

Os guerrilheiros eram cangaceiros, acostumados a matar, a maioria sem medo de morrer. Conhecedores profundos da região. Seus planos eram corretos. Simples mais completos. Deixaram desguarnecida a vertente da direita do Morro da Favela porque não conheciam as qualidades afoitas, tempestuosas de Moreira César. Rápida e com grande flexibilidade, adaptam-se à situação. Não se deixam envolver. Sem contestação, eram audazes guerrilheiros. Ao sentirem a tropa fraquejar, perseguem, inquietam, desbaratam a Coluna.

(4) Expedição General Arthur Oscar

Canudos crescia sempre. As vitórias se sucediam. Os combates forjaram seus líderes.

Todos os acessos ao arraial estavam fortemente guardados. Pedrão nas vertentes de Cana Brava, Estevão no Cambalo, Tranca-Pés em Angico, Chico Ema vasculhando os arredores. Antônio Fogueiteiro recrutando novos jagunços. E a sua tarefa não era difícil, pois as novas irradiavam-se ao Piauí, Ceará, Goiás e Mato Grosso. Afluíam famigerados valentões e bandidos.

Jeremoabo, Monte Santo e outras localidades forneciam o necessário. Os desertores instruíam os jagunços no manejo das armas, noções primárias de tática e prática de tiro.

Os chefes decidiam sobre a renovação da força, distribuição de novas chefias e a organização da defesa para a outra "guerra" que certamente viria. Já patrulhavam a região de Cocorobó. Tranca-Pés tomou o caminho de Jeremoabo.

Chegam informações da nova Expedição: "Uma sujeira de canhões, todo o Exército da República da peste".

O velho Macambira traça o plano de operações: "Tranca-Pés com alguns volantes continuaria em sua tarefa de informar e inquietar. Bôca Torta acompanhando a reserva do governo desde Monte Santo, fustigando-a. Pedrão, na frente, agüentando bala do cemitério para baixo. Eu, na defesa do arraial. João Abade cortar por riba das Ipueiras para sustentar fogo por trás dos macacos. Bôca Torta deveria vir tateando no tiro solto, do lado sul, para eles não arrepiarem caminho até Pitombas. João Abade os aguardaria aí. Seria tiro dos dois lados e de retaguarda. Em Umburanas, o grosso de Agostinho espera eles. Venâncio mais por baixo. No que eles se juntar, de telma, nós tenteia na fuzilaria. Meu filho segue no Caldeirão Grande, Bôca Torta pára no morro do Maia. Tranca-Pés permanece na estrada de Jeremoabo porque Savaget vem de Sergipe. Norberto com 130 homens na municiacão. Quando os macacos chegarem ao morro da Favela, Pedrão sobe pelo caminho que desceu Moreira César, à noite, aproveitando as trincheiras e faz a matança. Bôca Torta desce para Angico, onde está o grosso, a comida e munição, e se serve."

Tudo ocorreu de acôrdo com as previsões. Mas as forças legais estavam melhor preparadas. Grande efetivo. Armas e munições. E as duas Colunas vencendo as resistências, se aproximaram rapidamente. Canudos novamente bombardeada.

João Abade arquiteta um plano para desbaratar o comboio de suprimentos: "O jeito é deixar de mão os soldados que já estavam dentro. Se pudesse impedir os comboios... sem munição e sem rancho havia de ficar tudo avariado e dava tempo de sobra de se fazer muito estrago; soldado da capital é bicho que nem sabe que fôlha

presta para matar a sêde braba de junho. Haviam de abrir o bico mais que mocó sangrando." A noite desbarata o comboio conforme previra. Morrem 42 bois e 80 cargueiros.

Após um período de espera, em que a situação estava se tornando insustentável, Arthur Oscar recebe reforços em tropas e mantimentos. Investe então Canudos. O emprêgo da Cavalaria, como sempre, deixa os jagunços estonteados. João Abade, o grande líder, é ferido por sua própria arma, enlouquece, e é morto por Pedrão. Outros chefes vão morrendo. Há uma primeira rendição. Pedrão abandona o arraial. Conselheiro deserta pela morte.

Rompe setembro. A resistência heróica, incrível, continua. No comando Norberto. De dia ainda restavam 135. A noite... 28. Logo acabou Canudos.

COMENTARIOS

O plano de Macambira ressalta o seu valor. Inteligente, objetivo e simples. Que outra ação poderia intentar com os recursos de que dispunha e com o inimigo em presença? Agora era questão de vida ou de morte. Defender Canudos a todo o custo. Procurou tirar partido das deficiências do Exército. Aproveitamento ao máximo do terreno. A emboscada sempre presente. Inquietar dia e noite. O ataque aos cargueiros quase leva a uma nova derrota, evitada apenas pela chegada de novos reforços. Sofrem o peso das tropas legais com o apoio de todo o país. Quando à beira do colapso a 1ª Coluna, o grande General Savaget a salva. Assim cedem à pressão. Resistem no arraial. Perdidos os chefes, os remanescentes defendem-se por instinto. Loucamente. Até o fim. E a epopéia desta resistência os engrandeceu.

5. NOSSAS FORÇAS

O Governador da Bahia, em face dos fracassos das diligências policiais, decide solicitar 100 praças do Exército ao Comandante do 3.º Distrito Militar. A Inconstitucionalidade do ato seria o início da desavença entre as duas autoridades com reflexos graves para as Expedições que se organizariam. Por decisão do Ministro da Guerra o Governador é atendido. Assim é organizada a 1ª Expedição Militar.

a. 1.ª Expedição Militar

Sob o comando do Tenente Manoel da Silva Pires Ferreira à frente de 100 praças do Exército e 100 da Polícia Militar.

O Governador determinou que a tropa seguisse de trem até Juazeiro e, em entendimento com o juiz de direito local, eliminasse a ameaça dos jagunços. Quanto ao apoio, recomendava-o a pessoas influentes.

Chegam sem novidades. Afoito por natureza, Pires Ferreira parte imediatamente para Uauá, pretendendo investir Canudos a seguir.

A sua chegada, a população desaparece. E logo a seguir, em pleno dia, aproxima-se a procissão, o ardil dos jagunços. Após quatro horas de feroz combate, os rebeldes se retiram vencidos. A contragosto, premido pelas circunstâncias, o valoroso oficial é obrigado a se retirar. Findara a 1.^a Expedição.

O Governador procura tirar a importância do acontecimento, atribuindo o insucesso à deficiência militar e insiste então em nova Expedição.

COMENTÁRIOS

A missão foi dada vagamente. Não caracterizada. Faltavam informações. Entre defender Juazeiro e investir o reduto rebelde, o Comandante prefere o movimento. Marcha 192 km. Em Uauá toma as medidas de segurança. Os jagunços, afoitamente, atacam em força, embora mascarados inicialmente. No entrechoque, a vitória coube aos legais. Segue-se a retirada.

Neste primeiro embate, a surpresa da ação, o modo como se desenrolou, não nos permite um comentário mais profundo. No entanto, os soldados se mostraram à altura e lutaram de igual para igual. No final 150 jagunços mortos. Mas foi um entrevêro sem técnica, cada um procurando salvar a própria pele. De parte então da Expedição não caracterizamos uma antiguerrilha.

b. 2.^a Expedição Militar

100 soldados do Exército, 200 da Polícia Militar, 2 canhões, 4 metralhadoras e 800.000 tiros. Comandante: Major João Febrônio de Brito.

Parte imediatamente. Em Quelmados aguarda reforços prometidos. Como demorassem, desloca-se para Monte Santo. Já pisavam em território inimigo. Nada de reforços. Nenhuma informação. Atrás dos bastidores a situação se agrava. General Solon ordenando que o Major retroceda. O Governador insistindo no avanço temerário. A politicalha triunfa. O General é afastado do comando.

Afinal chegam os reforços. Mais 300 praças. Um mês depois, com gula da região, pela estrada Monte Santo — Cambaio — Canudos, a Expedição avança.

Na serra do Cambaio constata a impossibilidade de atacar frontalmente. Gargantas impenetráveis e fortemente guarnecidas. Desborda sob intenso fogo. Ultrapassa a trincheira natural na rocha viva empregando a Artilharia e à base do assalto. Canudos a 5 km. Acampa neste sítio. No dia seguinte reinicia a marcha. Então é assaltado inesperadamente por cerca de 4.000 jagunços. Adotando o clássico dispositivo em quadrado, em voga na época, enfrenta o inimigo. Analisada a situação decide-se pela retirada, o que faz rompendo o cerco.

COMENTÁRIOS

Mais uma Expedição preparada sem maiores considerações. Escolhido o chefe, corajoso, impetuoso e reunindo soldados do Exército e da Polícia Militar. Era tudo. Nada de missão definida. Nada de informações. Nada de apoio administrativo. Por outro lado, a valdade pessoal imperava entre os Comandantes. As experiências anteriores não eram levadas em conta. Achavam que jagunço era só o habitante de Canudos e que o inimigo estava todo concentrado aí. Percorriam as estradas sem delas se afastar, como numa marcha de treinamento. Uniformes berrantes oferecendo alvos compensadores. Entram em Monte Santo sem saberem que era uma base rebelde. Os gulas, invariavelmente, os levam às emboscadas. A mortandade é grande. Marcham como se fôsem encontrar o inimigo formado, a esperá-los em campo aberto. Ou então como se realizassem uma diligência policial.

Atacada a Expedição de "surpresa", por todos os lados, tática rudimentar de guerrilheiros, a tropa reage como se estivesse num combate regular. É o desastre total. Os mesmos erros repetem-se. O mesmo menosprezo pelo inimigo. O mesmo despreparo para enfrentar uma nova situação, uma luta irregular.

Para vencer um guerrilheiro é necessário agir como um guerrilheiro, usar suas técnicas e táticas. Mas teimavam em não considerar a natureza da luta, as características do adversário, o suprimento adequado à vida e à luta no sertão. Havia que se pensar numa revisão do processo de emprego da tropa, já de si desprovida de instrução tática. Some-se a isso a imprevidência e o assomo do Comandante da Expedição.

c. 3.ª Expedição Militar

Agora é organizada uma Brigada constituída dos 7.º, 9.º e 16.º RI, 1 Esqº do 9.º RC e de 1 Bta do 2.º RA. 1.200 homens sob o comando do Coronel Antônio Moreira César.

O Governador Luiz Viana preocupado em manter a autonomia do seu Estado. Os militares vendo apenas uma reação regionalista pela restauração da Monarquia. E os fracassos se sucediam.

Novamente acreditavam que bastava um chefe capaz. E assim vão buscar um herói das últimas campanhas do sul do país. Fama legendaria. Espírito irrequeto. Olente de seu valor.

Monte Santo é transformada em base de operações. Centraliza todas as ações. Senhor único da guerra. Avança sempre. Seu plano é o mais simples possível: "Abelrar-se do Vaza-Barris, bombardear o arraial e, após o mesmo danificado, assaltá-lo com a "Infantaria". Um passeio.

Prosegue, sempre hostilizado pela frente, flancos e retaguarda. Mas não pára. Val perdendo gente. São mosquitos a picar um elefante, dizia. Bombardeia o arraial e investe-o. Não passa com sua tropa da primeira linha do casario. Hostilizados. Batidos. Desbaratados. Ferido o Comandante. Retrocedem. Decide pela retirada. Moreira César, moribundo, não concorda. Morre pela madrugada. O novo Comandante é fraco. Iniciam a retirada. Perseguição implacável dos jagunços. O pânico. A exceção da Artilharia do intrépido Salomão da Rocha, a debandada é geral. Armas e munições enriquecem o arsenal rebelde.

COMENTARIOS

Desconhecimento da área de operações. Falta de informações. Armamento velho e desgastado. Munição deficiente. Não existia sistema de suprimentos. A regra era viver dos recursos locais.

Moreira César não meditou sobre o terreno desconhecido e desprovido de recursos, principalmente de aguadas. Os descampados castigavam a tropa. A agressividade e a inospitalidade do sertão não foram levadas em conta. Muito menos o inimigo presente. A ele só ocorreu avançar célere sobre Canudos e acumular novas glórias..." Com suas trambulhadas de carrêtas, metralhadoras, granadas, Cavalaria, 1.200 homens fardados de calças listradas de carmesim, bonés de fita vermelha, tão pouco indicados para uma campanha a ser efetuada num meio todo ele pardo como o próprio inimigo, como o chão, vegetais e as pedras ..."

Inquietado, não se preocupa. Não se protege. Ao rufar dos tambores prossegue a largos passos para o desconhecido. Tenta envolver o arraial por todos os lados. Adota um dispositivo acertado. Não obtém sucesso devido ao efetivo reduzido e porque Canudos era uma cidadela fortificada.

A morte de Moreira César causa um tremendo impacto. Numa guerra em que as ações individuais deveriam predominar, em que a liderança deveria existir em todos os escalões, o que se viu foi toda uma força gravitar em torno do Comandante-em-Chefe. Mas afinal o problema era um só: estavam se defrontando com um inimigo irregular e teimavam em reagir regularmente.

d. 4.^a Expedição Militar

A nação inteira se levanta. A República está em perigo. Urge sufocar a base rebelde de Canudos. A nova Expedição vai merecer mais atenção. Começam a abrir os olhos. Convidado para comandá-la o General-de-Brigada Arthur Oscar de Andrade Guimarães. Duas Colunas são organizadas. Os Generais Barbosa e Savaget as comandam. 16 BI. 2 Div e 1 Rgt Art. Ala do 9.º RC. Comissão de Engenheiros. Assim estava constituída a Divisão Expedicionária.

Os problemas de suprimentos são aventados. Depósitos são instalados em Quelmados e Monte Santo.

(1) Plano Geral de Operações

A Divisão iria operar em duas Colunas. A 1ª pelo eixo Monte Santo — Rosário — Canudos. A 2ª, depois de reunidas em Aracaju, pelo eixo Jeremoabo — Canudos. Junção em dia apazado à vista do arraial. A seguir um ataque coordenado.

(2) Operações da 1ª Coluna

A concentração em Monte Santo demorou dois meses. Dificuldades em reunir viveres e munições. Transporte difícil. Falta de animais, carroças e cargueiros. Com a data de junção marcada, a Coluna é obrigada a se deslocar. E o fez por Brigadas sucessivas. O plano de marcha foi feito pelo Ten Cel Siqueira de Menezes da Comissão de Engenheiros. Um trabalho consciente. Pela primeira vez se faziam reconhecimentos.

A Coluna começa a sentir a demora do comboio de suprimentos. Em Angico a vanguarda encontra resistência. A posição é vencida. E ao anoitecer, após intensa luta, ocupam o alto da Favela. Mas aí, a situação se torna crítica. Desabrigados, em posição desconhecida, aglomerados em massa compacta. Três Brigadas num pequeno espaço. Incessante fogo varria a posição. Os suprimentos escasseiam. Sabem que o comboio está cercado e sob tremenda fuzilaria. Solicitam então o apoio da 2ª Coluna.

(3) Operações da 2ª Coluna

O General Savaget só havia iniciado a marcha após resolvidos todos os problemas administrativos. Jeremoabo, seu primeiro destino. Serra do Cocorobó, a seguir. As margens das estradas eram cobertas de mata densa que se prolongavam através dos desfiladeiros das serranias. Região apta às emboscadas e propícia à resistência. A Coluna sob o comando de um verdadeiro chefe adaptou-se ao terreno e ao modo de combater dos jagunços. Penosamente, depois de árduos embates, com maestria no emprêgo de suas peças de manobra, conquista a serra de Cocorobó. Savaget é ferido. Mas os combates prosseguem. Tomam o dispositivo para investir o arraial e aguardam a junção com a 1ª Coluna. Porém esta, em situação desesperadora, pede socorro. A junção é feita então no morro da Favela, onde se encontrava cercada a 1ª Coluna. Savaget abre caminho a ferro e fogo.

(4) Operações Subseqüentes

A Expedição num círculo de fogo. O comboio de suprimentos quase destruído.

Emboscados nas imensas grotas, nos penhascos, nas caatingas, os jagunços batiam com seus fogos o acampamento, dia e noite. Numa manobra audaciosa conseguem romper o cerco e assaltam o arraial. Formam a "linha negra", um sistema de trincheiras na linha de contato.

A situação se estabiliza. Os chefes, agora, preocupam-se com a regularização do sistema de transportes. Chega a Brigada Girard bastante desfalcada. Encarrega-se da segurança dos comboios.

Mas as escaramuças prosseguem. A Fazenda Velha é tomada. Chamam-na Forte 7 de Setembro. Comemorava-se a nossa Independência.

O final da operação dependia de um cerco completo de Canudos que privasse o inimigo de receber suprimentos e reforços.

(5) Realização do Cerco

O Ministro da Guerra chega a Monte Santo e resolve o problema dos suprimentos. Duas a três vezes por dia as tropas recebiam tudo o que fôsse necessário. O General Arthur Oscar podia se dedicar somente ao combate.

O Ten Cel Siqueira de Menezes, à frente de uma Brigada, sai em missão de reconhecimento. Mas não só reconhece, como vai ocupando o terreno por onde passa. Assim fecha a saída da serra do Cambaio. Reconhece a estrada do Calumbi e encurta a viagem para Monte Santo de 20 km. Atua sobre as estradas de Uauá e Várzea da Ema, completando o isolamento do arraial. A linha, no entanto, era extensa e descontínua. Empregaram então a reserva.

(6) Assalto Final — Fim da Campanha

Novos reforços. Decide-se o assalto. Preparação da Artilharia. A 3.^a e a 6.^a Brigadas são empregadas. Apolo de fogo de tôdas as demais fôrças em posição. O povoado é investido a baloneta. Os fanáticos são encurralados em uma pequena área à retaguarda e flanco esquerdo da igreja nova. Restam cerca de 500 homens. Há as primeiras rendições. O fogo continua. Passam-se os dias. Teimam em resistir. Pura obstinação. Heróis desconhecidos.

É outubro. Investem o último reduto... Tudo termina.

COMENTARIOS

Assim estava terminada a sanguinolenta guerra. A heróica resistência não encontra exemplos nos anais da História. O caráter rijo e a natureza indomável do sertanejo... "antes de tudo um forte"... foi sobejamente demonstrado.

O plano geral de investir Canudos por duas direções exigia cuidadosa coordenação para evitar o esmagamento por partes. E quase a 1ª Coluna foi batida. Salvou-a o General Savaget. O plano deveria ter sido complementado por acertadas medidas para o isolamento do arraial. Ocupação dos acessos, interrompendo o fluxo de suprimentos e de reforços dos jagunços. Essas medidas fizeram falta até quase o fim da campanha. Os recursos continuavam chegando de Vila Nova da Rainha, de Uauá, de Várzea da Ema, das margens do S. Francisco, etc.

Nunca houve preocupação com a busca de informes, de reunir dados sobre o inimigo, seu efetivo, organização, recursos e processos de combate. A atitude de defesa de Canudos, onde pretendiam dominar, à ação de retardamento das Colunas, às emboscadas, à mobilidade extrema, afinal, ao combate irregular, respondiam com um passeio pelas estradas, com uma inflexibilidade difícil de se acreditar... respondiam com o combate regular da época.

"A guerra do mato é assim mesmo: mata o que se resguarda atrás do pau e se oculta na caatinga e morre o que combate a peito descoberto como se dava com os nossos soldados". Palavras precisas do Coronel Carlos Teles, um dos poucos chefes que estiveram em Canudos. Mas se sabiam disso, porque não vestiam a pele de guerrilheiros e combatiam como se guerrilheiros fôsem? Não temos a resposta.

É de justiça ressaltar, novamente, entre os poucos verdadeiros chefes que estiveram nesta luta cruenta, o trabalho do General Savaget e do Tenente-Coronel Siqueira de Menezes. O primeiro, sempre metódico, conduziu a 2ª Coluna sem deixar margem a crítica. Organizou os serviços de saúde, transporte e aprovisionamento. Conduziu os combates de acôrdo com o inimigo. Foi um vitorioso. O segundo teve atuação notável. Encurtou de três léguas o percurso dos comboios. Garantiu melhores aguadas. Protegeu as comunicações para Monte Santo com a ocupação do Cambalo. Cortou o fluxo de suprimentos e de reforços dos jagunços. Finalmente foi quem, com a Brigada de Reconhecimento, realizou o isolamento da cidadela.

6. CONCLUSÃO

O mérito de Conselheiro, chefe supremo, se resumiu na congregação inicial de um bando acéfalo. Além dos débeis mentais e miseráveis, elementos inofensivos, quase todos os demais viviam pelos matos, acuados de crimes decorrentes de outros crimes. Durante a longa caminhada, o passar dos dias se incumbiu de fazer a triagem de tanta gente agrupada. A nata resultante deu objetividade ao movimento terrível, desviando-se de sua essência.

Investem sem a necessária precaução contra a Expedição Pires Ferreira. Aprenderam rápido a lição. Dai por diante, a não ser em

posições bastante sólidas — nos desfiladeiros, serras e nas trincheiras — a sua tática preferida seria investir em grupos, realizando o envolvimento, o ataque de flanco ou de retaguarda, as emboscadas — utilizando ao máximo a surpresa — de outra forma não atacavam.

As margens das estradas apresentavam matas espessas que se prolongavam através dos desfiladeiros, tornando a região apta a guerrilhas. Permitia não só a proteção de um numeroso Exército como barrar uma força ponderável por um pequeno grupo de homens. E as caatingas eram um aliado certo. Entravam na luta. Armam-se. Agridem. Impenetrável ao forasteiro. Trilhas abertas ao nativo. E o nativo era o jagunço de Canudos.

O jagunço — aparência raquítica — traje de algodão azul, alpargatas nos pés, gorro azul à cabeça. Farinha, rapadura, raízes e frutas de imbu, sua alimentação. No bernal, 300 tiros. Mobilidade notável. Saltava de pedra em pedra, brigando agachado ou deitado. Nunca se expondo ou mantendo posição permanente, de tiro em tiro, recuando ou avançando, dificultando o alvo. Sem estar em terreno seguro, junto a uma árvore ou pedra onde se abrigasse, não oferecia combate. Atacava de preferência os flancos ou retaguarda, voltando em torno dos Batalhões, confundindo-os em fogo cerrado e cruzado. Atiradores exímios só alvejavam com certeza de ferir. Sem abusar de munição, atirando com método e regularidade, pouco se importando com a chuva de balas que os soldados, sem disciplina de fogo, lhes enviavam.

As nossas forças faltou flexibilidade. Não se adaptaram. Preparados para a guerra regular. Esqueceram-se das lições do passado. Encontraram guerrilheiros autênticos. Terreno apropriado. Sertão. Caatinga. Poucas estradas. Recursos poucos. E os chefes não tiveram a intuição ou a visão das dificuldades e da atuação dos jagunços. Por outro lado, as Expedições foram mal preparadas. Tudo improvisado. A tropa não estava aclimatada. Os uniformes coloridos destoavam da paisagem morna do palco da luta. Faltavam suprimentos. Os soldados não estavam afeitos a esforços físicos e aos exercícios militares. Chefes imprudentes, vaidosos. Nada da experiência da Expedição anterior. No entanto, a coragem e a bravura dos comandantes e comandados, isto todos tinham em altas doses, levavam-nos aos combates. Como resultado, desgastavam-se derrotados ou morriam em combate. Sob esse aspecto, a única exceção, a debandada da Expedição Moreira César é facilmente explicada, hoje em dia, à luz da psicologia.

Os poucos chefes que mostraram perfeito conhecimento da situação nova que enfrentavam, já tivemos oportunidade de citar anteriormente.

As Expedições não estavam preparadas para lutar. Contavam chegar a Canudos e receber a rendição. Uma Expedição policial. O

efetivo e valor combativo do adversário não era levado em conta. Eram necessários processos especiais de combate, cuidados com o abastecimento de víveres, água e munições. Segurança das colunas.

Concluindo, o jagunço brigava em tocala, dentro da cova, atrás de monte de pedras ou tóco de pau, emboscando, surpreendendo. As tropas legais a "peito descoberto", sob fogo de todos os lados... avançando conduzidas pelos Comandantes, espadas em riste, galões à mostra... mais uma carga... pela República.

N.R. — Este artigo se constituiu em monografia do autor quando aluno da ECEME e selecionada pela direção da Escola para publicação.

BIBLIOGRAFIA

1. OS SERTÕES — Euclides da Cunha.
2. CANUDOS (Diário de uma Expedição) — Euclides da Cunha.
3. A VERDADE SOBRE OS SERTÕES — Dante de Mello.
4. A GUERRA DE CANUDOS — Tenente Macedo Soares.
5. EXPEDIÇÕES MILITARES CONTRA CANUDOS — Marechal Tristão de Alencar.
6. GUERRAS INSURRECIONAIS NO BRASIL — Publicação da ECEME.
7. ANTONIO CONSELHEIRO — Nertan Macedo.
8. JOAO ABADÉ — João Felício dos Santos.
9. GUERRAS INSURRECIONAIS E REVOLUCIONARIAS — Gabriel Bonnet.
10. GUERRA REVOLUCIONÁRIA — Hermes de Araújo Oliveira.
11. A GUERRILHA DE MAO TSÉ-TUNG — Mensário de Cultura Militar (EMS).



"A arte do estrategista consiste em escolher as linhas de ação mais convenientes entre as disponíveis e orquestrá-las de tal maneira que produzam uma pressão psicológica suficiente para alcançar o desejado efeito no moral do oponente. Para que se possa determinar a melhor linha de ação, é preciso identificar e explorar os pontos vulneráveis do inimigo. Para isso, é necessário, através de uma análise sistemática, determinar exatamente o efeito que se deseja causar sobre o moral do inimigo".

PESQUISA OPERACIONAL

EVOLUÇÃO HISTÓRICA

Ten Cel Cav

PAULO EMILIO SILVA GARCIA

Cada ciência ou atividade científica tem sua origem num crescente interesse por alguma classe de problemas e no aperfeiçoamento ou desenvolvimento de métodos, técnicas e instrumentos científicos que se revelem adequados a resoluções desses mesmos problemas. Por esse motivo não se pode atribuir-lhes uma data de nascimento.

O que acabamos de afirmar aconteceu com a Pesquisa Operacional, cujas origens podem ser, talvez, confundidas com a da própria ciência. Entretanto, sua aplicação, como forma organizada de pesquisa, só começou a ser feita a partir de 1937, na Inglaterra, pouco antes do início da segunda Guerra Mundial, através do seu emprego no Campo Militar. Nos anos atribulados que se seguiram, os elementos que a ela se dedicaram, em ambos os lados do Atlântico, passaram a trabalhar, em ritmo acelerado, para fornecer aos Chefes militares e aos Estadistas, as bases para decisões que favorecessem ou precipitassem a vitória Alçada.

Uma vez terminada a Guerra, foi feita uma tentativa de reunião dos históricos e das reminiscências do trabalho dos diversos grupos de Pesquisa Operacional, cujos serviços haviam sido utilizados durante o conflito. No entanto, em que pese os esforços realizados, esses trabalhos, em sua maioria, não foram divulgados. Apesar disso, somente o que foi escrito e difundido sobre os trabalhos desses grupos, durante a guerra, foi o suficiente para que a pesquisa operacional começasse a chamar para si a atenção generalizada. Após a guerra, as organizações civis passaram a demonstrar seu interesse e a desenvolver suas aptidões para a condução e a aplicação da atividade que havia se projetado como um valioso auxílio para as decisões dos Chefes e Dirigentes, na época das hostilidades. Grupos e mais grupos de Pesquisa Operacional foram organizados; problemas novos e atuais passaram a ser propostos; uma ampla faixa de técnica para obter soluções, começou a surgir. Em decorrência disso, a "Pesquisa Operacional" passou a se projetar como atividade profissional, tão rapidamente, que lhe tem faltado tempo para traçar e controlar seu próprio crescimento e desenvolvimento.

Sem dúvida, a tentativa de descrição dos numerosos precursores da Pesquisa Operacional na história das guerras e da estratégia, antes da segunda Guerra Mundial, constitui trabalho por demais extenso. Desde o século III AC, quando Hieron, Imperador da Siracusa, solicitou de Arquimedes a concepção e criação de meios para acabar com o cerco naval, os maiores líderes políticos e militares do mundo têm buscado o auxílio dos cientistas para encontrar a solução de problemas de guerra. Ao longo da história podem, também, ser encontrados inúmeros exemplos de especialistas não militares que têm podido auxiliar os militares, mediante a criação ou desenvolvimento de novas idéias sobre as máquinas e sobre as táticas e as estratégias de guerra. Leonardo da Vinci desenhou os verdadeiros protótipos dos canhões de múltiplos canos, dos carros de combate, dos submarinos e dos pára-quedas para uso do militar. O hospital médico, como hoje o concebemos, é invento romano, decorrente da necessidade de tratamento coletivo para os soldados feridos nas operações militares. Galileu elucidou as leis do movimento, lançando as bases da dinâmica, observando as trajetórias que descreviam os projéteis saídos das bocas de fogo. Foram recursos de arsenais militares que permitiram a Lavoisier a execução de suas famosas pesquisas em Química e Fisiologia, bem como a Rumford os seus estudos de relacionamento entre o trabalho mecânico e o calor.

No entanto, só no início do século XIX, na obra de Karl von Clausewitz, parece situar-se o primeiro reconhecimento de que métodos científicos poderiam ser aplicados, consciente e deliberadamente, no uso de armas e à condução de operações militares. Em seu célebre livro "Der Krieg", referindo-se a um estudo que efetuara para determinar a melhor combinação das três armas — Infantaria, Cavalaria e Artilharia — baseado na análise de campanhas passadas, notadamente as de Napoleão, escreveu:

"Se pudéssemos fazer uma análise comparativa do custo de organização, suprimento e manutenção de cada uma das três armas e, além disso, da estimativa dos serviços prestados por elas na guerra, deveríamos obter um resultado que expressaria a melhor combinação."

Em outra ocasião Clausewitz afirmou, categoricamente:

"Todas as outras condições sendo iguais, qualquer que seja seu gênio, o Chefe militar não poderá vencer se suas tropas tiverem um efetivo inferior à metade do efetivo inimigo."

É interessante registrar, também, que no decurso da primeira Guerra Mundial, alguns cientistas empenharam-se, seja a pedido dos militares, seja por iniciativa própria, a estudar certos problemas

onde entrou em jogo o complexo Homem-Material. Assim, na França, Jean Perrin, um laureado Prêmio "Nobel", desenvolveu a utilização de aparelhos para emprêgo noturno na Defesa Antiaérea; na Inglaterra, o cientista e pioneiro aeronáutico, Frederick W. Lanchester, em um livro publicado em 1916, esboçou as vantagens da aplicação da análise qualitativa aos problemas militares, propondo uma série de operações ligadas ao sucesso em combate pela superioridade numérica e pela superioridade em potência de fogo; nos Estados Unidos da América, Thomas A. Edison estudou, estatística e analiticamente, os problemas de operações anti-submarino, utilizando um "Tabelião Tático de Jogo" para análise da efetividade e eficiência das técnicas usadas pelos navios mercantes, nas manobras evasivas contra submarinos inimigos. Embora os trabalhos de Manchester, com os de Edison, não tenham surtido efeito prático, no decorrer daquele conflito, constituíram, sem dúvida, um interessante prelúdio ao trabalho preliminar desenvolvido, intensamente, durante a segunda Grande Guerra.

Em 1937, em Bawdsey na Inglaterra, uma equipe constituída de militares e civis, sob a direção do Professor A. P. Rowe e do Comandante de Ala R. Hart, estudou os problemas da radiodetecção e suas aplicações militares eventuais — não se falava ainda no radar. Esse grupo designaria seus trabalhos pela expressão "Pesquisa Operacional".

Em maio de 1940, antes da evacuação de Dunquerque, estes cientistas foram levados, pela primeira vez, a se ocupar de questões táticas. A pedido do Comandante da Aviação de Caça Inglêsa, passaram a estudar a distribuição dos meios aéreos, entre a batalha que se desenrolava em Flandres e a defesa das Ilhas Britânicas. Através de cálculos aritméticos simples, em que foram tomados em consideração, uma série de dados disponíveis e outros levantados pelo próprio grupo, os pesquisadores determinaram o número de aviões abaixo do qual julgaram não ser possível defender as Ilhas Britânicas. Confiando na opinião que lhe era fornecida, o Comandante da Aviação de Caça tomou a decisão, arriscada, de lançar todos os outros aparelhos na batalha sobre o Continente Europeu. Esse mínimo, calculado pelos cientistas, parecia extremamente baixo; os resultados da Batalha da Inglaterra, porém, demonstraram a exatidão dos cálculos feitos pelos cientistas e o acerto da decisão do Comandante da Aviação de Caça.

Nessa mesma época, um outro grupo, organizado e dirigido pelo Professor Blackett, foi encarregado de estudar o emprêgo mais econômico e eficiente dos meios antiaéreos, para fazer face aos ataques maciços dos "Stukas" alemães. O Professor Blackett da Universidade de Manchester, membro da "Royal Society" laureado também com o prêmio "Nobel", por seus trabalhos em Física, e antigo oficial de Marinha, tornou-se, provavelmente, o primeiro nome associado com a literatura sobre "Pesquisa Operacional" através da publicação de

duas obras suas: "Scientists at the Operational level" (1941) e "A Note on Certain Aspects of the Methodology of Operations Research" (1943). Blackett reuniu cientistas inteiramente alheios aos conhecimentos militares e, em pouco tempo, tornou-se célebre pelas soluções que indicaria quanto às melhores táticas a adotar no desenrolar da luta. O resultado da sua colaboração é muito conhecido e propiciou, mesmo, a famosa frase de Winston Churchill — "Nunca tantos deveram tantos a tão poucos" — ao referir-se à notável atuação dos aviadores da RAF na Batalha da Inglaterra, conceito que pode ser estendido, também àqueles que, com seus estudos e sugestões, constituíram-se no verdadeiro cérebro da histórica reação. Em março de 1941, Blackett passou do Comando Antiaéreo ao Comando Costeiro, lá iniciando o trabalho do seu grupo nos aspectos peculiares da guerra no mar.

Em dezembro, do mesmo ano, tornou-se "Diretor of Naval Operation Research", junto ao Almirantado. Os êxitos iniciais, obtidos pelos ingleses em "Pesquisa Operacional", foram dando grande prestígio a essa atividade científica, no quadro da conduta de guerra.

Já em 1940, os EUA, embora ainda ausentes da luta armada, organizaram um "Comitê de Pesquisa da Defesa Nacional" diretamente influenciados pelos resultados iniciais obtidos pelos britânicos, colocando à frente desse órgão o Dr. Phillips M. Morse, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Após dezembro de 1941, foram organizados rapidamente novos grupos empenhados em "Pesquisa Operacional" — ainda que sob denominações diversas — que passaram a trabalhar em diferentes níveis e escalões e foram se estendendo e crescendo de importância, com a prestação de excelentes serviços. Poderíamos, aqui, mencionar o extraordinário trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa Operacional do 8.º Comando de Bombardelo, mais tarde 8.ª Força Aérea, do General Eaker, no Teatro Europeu, na solução de inúmeros problemas relativos à guerra aérea, ou então o não menos importante trabalho de grupos equivalentes, organizados na Marinha, em questões relacionadas com operações anti-submarino e de minagem e varredura do mar.

No que se refere a outros países, pouco há de conhecido e a registrar neste campo.

A França não empregou a "Pesquisa Operacional" durante a segunda Guerra Mundial; somente depois do conflito é que começou a tratar do assunto. Durante as operações na Argélia, um primeiro grupo foi organizado e efetuou um estudo sobre emprego de helicópteros, com o grande êxito.

Na Alemanha, a "Pesquisa Operacional" tampouco apareceu em destaque, não constituindo objeto senão de realizações bastante fragmentadas, carecendo, talvez, de uma direção coordenadora de alto escalão. Após o vertiginoso sucesso de 1940, tudo indica que os alemães pensaram poder derrotar os remanescentes adversários com

os mesmos métodos, técnicas e meios, utilizados durante a "blitzkrieg". Hoje se tem conhecimento de quanto reduzidos foram os esforços aplicados em pesquisas, substituindo-os por uma produção em massa dos meios que se haviam revelado excelentes no período inicial do conflito.

Somente em 1943 foi criado um órgão de cúpula para tratar de Pesquisa Operacional. Convém registrar aqui as declarações de seu Chefe, Dr. OSENBURG, no ano de 1945:

"A ALEMANHA perdeu a guerra porque ela se mobilizou e utilizou os cérebros de seus cientistas de maneira incompleta, e, quando se deu conta do perigo, já era tarde."

Com relação à aplicação da "Pesquisa Operacional" pelos países comunistas, por motivos óbvios, não possuímos informações suficientes. Entretanto, dado o desenvolvimento tecnológico e científico atingido pela União Soviética é de admitir-se que os russos dêem venham, também, se utilizando. O mesmo se dá com a China Comunista.

A vitória, em 1945, veio encontrar os grupos de Pesquisa Operacional, em ambos os lados do Atlântico, e as Forças Armadas, defrontando-se com problemas sobre como proceder para a continuação de suas atividades. É interessante notar que o Exército Inglês já elaborava estudos para o pós-guerra, desde 1942.

Nos Estados Unidos as previsões feitas para a Pesquisa Operacional Militar do pós-guerra variavam de serviço para serviço. A continuação do Grupo de Pesquisa Operacional da Marinha foi aprovada pelo Comando Supremo. Em 1947, tornou-se o Grupo de Avaliação Operacional, com responsabilidades definidas, em contrato firmado entre o setor de Pesquisa Naval e o Instituto Tecnológico de Massachusetts. Durante a década de 50, Hitch reuniu a Divisão Econômica da Rand Corporation e começou a aplicar análise econômica para as alternativas dos sistemas de armas e estratégias, como instrumento de pesquisa, até que esta prática em 1961 se tornou rotina usual no Departamento de Defesa Americano.

A partir dessa data, transformou-se a "Pesquisa Operacional" num instrumento para a solução de problemas específicos, dando origem à larga utilização dos computadores digitais, enquanto que a administração, associada à análise de sistema, arrancava rumo aos complexos problemas das decisões.

A descrição que acabamos de fazer sobre o desenvolvimento da pesquisa operacional pode dar a impressão de que se trata de um empreendimento exclusivamente militar. Ela, no entanto, não é verdadeira. Embora os serviços militares na 2.^a Guerra Mundial tenham participado dos primórdios da Pesquisa Operacional, as atividades civis tiveram influência no seu desenvolvimento embrionário e têm, desde a guerra, acelerado esse desenvolvimento. Uma vez encerrado

o conflito, manifestou-se o desejo em ambos os lados do Atlântico, de "tratar do assunto".

Na Inglaterra, esse desejo era intensificado pela situação econômica precária, ocasionada pela guerra, que estava exigindo um aumento de produção e um substancial aumento da exportação.

Nos Estados Unidos, a necessidade de recuperar o tempo perdido fez efervescer a atividade de reconversão da indústria de objetos de guerra em produção destinada aos consumidores privados. O conceito de análise de operações comerciais, encontrou, por isso, uma recepção altamente favorável. Mas, a evidência mais veemente de que a "Pesquisa Operacional" pode contribuir, efetivamente, para o planejamento nacional, é caracterizada pela situação de transformações rápidas, em Porto Rico, nos últimos dez anos. No começo da década de 40, o desequilíbrio entre a escassez de recursos naturais e a natureza imprevisível da força do trabalho, por um lado, e o espantoso crescimento da população, por outro, não podia ser encarado com indiferença ou tolerância.

Três alternativas se apresentaram:

- a transformação de atividades agrícolas em atividades industriais;
- o controle da natalidade ou
- a emigração em larga escala.

As considerações preliminares indicaram que a primeira era a alternativa mais aceitável, tendo sido iniciado, por toda a ilha, um programa de transformações da economia, em etapas sucessivas. A "Operação Boots-trap", como foi chamada, foi levada a efeito pela Corporação de Desenvolvimento Industrial de Porto Rico, que tomando em consideração fatores sociais, econômicos e políticos, proporcionou a utilização mais eficiente do trabalho, um nível de vida mais elevado, maiores investimentos de capital e uma economia em bases mais folgadas, transformando Porto Rico, de uma ilha de agricultura empobrecida, em uma comunidade semi-industrializada, próspera, com um nível de vida que se compara, favoravelmente, com alguns países da América Latina.

FONTES DE CONSULTAS

- PESQUISA OPERACIONAL COMO INSTRUMENTO DE GERENCIA — Joseph F. Mc Closke e Florence N. Trefethen.
- A PESQUISA OPERACIONAL — I — 02 — 59 — ESG — Coronel Pereira Conceição (Do Exército Português).
- A PESQUISA OPERACIONAL — C — 16 — 63 — ESG — Cel Av José Ayrton Bezerra Studart e Ten Cel Jofre Sampaio.
- A PESQUISA OPERACIONAL — C — 33 — 65 — ESG — Equipe do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra.
- PESQUISA OPERACIONAL — C2 — 29 — 67 — ESG — Cel Jofre Sampaio.
- MÉTODOS DE ANÁLISE — C — 29 — 68 — Equipe do Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra.
- PESQUISA OPERACIONAL — C — 30 — 68 — ESG — Embaixador Octávio Augusto Dias Carneiro.

MESTRE-DE-CAMPO «AD HONOREM» HENRIQUE DIAS (1608-1662)

Maj Eng

CLAUDIO MOREIRA BENTO

ORIGENS

Henrique Dias cuja memória é hoje cultuada como um dos arquitetos da unidade e integridade da Pátria, pelos valorosos e relevantes serviços militares prestados ao Brasil no período dos holandeses em Pernambuco (1630-1654), inicialmente como Capitão, e a partir de 1639, "como Cabo e Governador de todos os pretos e mulatos do Brasil", nasceu em Pernambuco, filho de pernambucanos e neto de escravos angolanos.

Não existe referência histórica sobre sua vida anterior a 1633, início de sua atuação militar, bem como se havia sido escravo ou não, sendo de presumir-se tenha nascido no início do século XVII.

ATUAÇÃO MILITAR

Em período crítico para as armas pernambucanas, em 1633, em razão dos holandeses terem recebido reforços e sido guiados pelo traidor Calabar, Henrique Dias apresenta-se ao Governador de Pernambuco, Matias de Albuquerque, para combater a seu lado "em tudo que lhe fôsse determinado".

Comovente o gesto de Henrique Dias, apresentando-se num momento crítico e indefinido para as armas pernambucanas, e que vem demonstrar o grande amor que votava a Pernambuco e aos portugueses e, à Igreja Católica que ditou a sua consciência, o caminho do dever.

Ao apresentar-se a Matias de Albuquerque, por sua liderança sobre seus companheiros, foi feito capitão.

No período que culminou, em 1635, com a queda do Arraial do Bom Jesus (sitio da Trindade), participou de combates no Curado, Igarassu, Apicucos, defesa dos fortes de Nazaré e Arraial do Bom Jesus. Rendido o Arraial, obteve permissão dos holandeses de permanecer em Pernambuco.

Em 1636, não suportando o invasor, sai à campanha e junta-se aos bravos companheiros Vidal de Negreiros, Francisco Rebelo, Sebas-

tião Souto e Dias Cardoso, os quais, desesperadamente, continuavam a luta contra o invasor, impedindo de todas as formas que este deitasse raízes em solo brasileiro.

Nesta ocasião, participou de diversas ações, destacando-se: a queima de canaviais da várzea do Capibaribe e derrotas da Paraíba; de Pôrto Calvo, comandada por Nassau; e da expulsão dos remanescentes do bravo exército pernambucano, do Sergipe para a Bahia, em novembro de 1637, por Von Skoppe. Em 1638 participou da defesa de Salvador.

No ano de 1639 embarcou na esquadra do Conde da Torre com o fim de auxiliar na restauração de Pernambuco.

Derrotada a esquadra, desembarca no Rio Grande do Norte e empreende enorme retirada por terra, até a Bahia, inicialmente separado, e posteriormente em companhia de Luiz Barbalho.

Neste épico feito militar, relatado em duas cartas de seu próprio punho, e reveladas pelo historiador J. Antônio Gonçalves de Mello Neto, Henrique Dias participou com destaque em diversos combates, e em especial no de GOIANA, onde, atacando de surpresa, mataram 500 homens dos 1.300 que compunham o efetivo holandês, muitos dos quais eram integrantes da guarda de Nassau.

O massacre holandês de GOIANA é um episódio até então obscuro e será revelado pelo historiador J. A. G. Mello, já citado, com base em relatório inédito da retirada, elaborado por Luiz Barbalho.

Com a restauração de Portugal e conseqüente paz com a Holanda, permaneceu na Bahia, tendo atuado contra quilombos naquela província.

Na insurreição de Pernambuco, cujo plano esteve a cargo do Governador-Geral da Bahia, Antônio Teles, foi o primeiro a deixar a Bahia rumo a Pernambuco, simulando como parte do plano ter fugido e, em seu encalço para puni-lo, Filipe Camarão.

Não chegou a tempo para participar do combate do Monte das Tabocas, após o qual, foi reforçado por 50 pretos que Fernandes Vieira havia concedido a liberdade após o combate.

Participou com bravura do combate de Casa Forte. No ano de 1645 estabeleceu sua estância em local no Recife que ainda hoje conserva este nome e, o mais próximo do inimigo, "tendo ao meio o Capibaribe e a distância do desafôro gritado".

Neste local, de seu quartel que possuía uma torre, ele observava os movimentos dos holandeses no atual bairro do Recife.

Expedicionou ao Rio Grande do Norte em 1647 e, após seu retorno, participou da 1ª Batalha dos Guararapes, como comandante da ala direita.

Nesta ocasião suportou estôicamente e sem reforços, o violento e avassalador ataque da reserva holandesa de 1.500 homens, ao comando do Cel Von der Branden.

No dia seguinte à batalha foi encarregado de conquistar Olinda, o que realiza com brilho.

Participou também, com bravura, da 2ª Batalha dos Guararapes.

O COMBATENTE INTREPÍDO

Pelo seu destemor e intrepidez no combate, Henrique Dias foi o restaurador de Pernambuco que mais vêzes fôra ferido e até com gravidade.

O Barão do Rio Branco alinhou 8 ferimentos e J. A. G. M. Neto afirma ter sido ferido em 8 ocasiões com um total de 9 ferimentos.

Ferimentos recebidos:

Em 15/Jul/1633, no Curado, um ferimento a bala.

Em 8/Set/1633, em Igarassu, dois ferimentos a bala.

Em 30/Mar/1634, no Arraial, um ferimento.

Em 26/Dez/1635, na Várzea, um ferimento.

Em 18/Fev/1637, em Pôrto Calvo, um ferimento a bala.

Em 17/Agô/1645, em Casa Forte, um ferimento.

Em 19/Fev/1649, em Guararapes, um ferimento a bala.

Em 1658 em alto mar, um ferimento.

Em Pôrto Calvo recebeu um ferimento na mão esquerda, após o que teve de amputá-la, enfrentando o resto da guerra com um só braço.

Em Casa Forte, ferido numa das pernas, somente abandonou o combate após o seu término, quando êle próprio medicou-se, recuperando-se pela utilização de lâ de carneiro frita em óleo de peixe.

Na 2ª Batalha dos Guararapes recebeu um ferimento a bala no baixo ventre, com sério risco para a sua vida.

Após a guerra, quando retornava de Portugal onde fôra pleitear justa recompensa pelos serviços prestados, o navio em que viajava foi assaltado por piratas e êle foi atingido por uma bala.

Esta série de ferimentos e mais o fato de haver num combate em Apicucos, à frente de seus bravos e temíveis soldados, morto com suas próprias mãos 5 inimigos, dizem bem do valor de Henrique Dias, conhecido pela alcunha de "Bôca Negra".

RECONHECIMENTO A SEUS SERVIÇOS

Portugal e Espanha que mantinham o ânimo de seus vassallos na luta, através de recompensas várias, denominadas "mercês", con-

feriram a Henrique Dias e por sua solicitação, diversas, muitas das quais não chegaram a concretizar-se.

Na partilha das mercês não foi feita justiça a este bravo, na altura da sua comovente, corajosa, constante e decisiva participação na Restauração de Pernambuco, motivando sua ida a Portugal, em 1656, para pleiteá-las.

Em 1633, foi nomeado Capitão dos homens de côr e em 1639, "Cabo e Governador dos pretos e mulatos que serviam ou que viessem a servir sob suas ordens em todo o Brasil".

Em 1644 foi nomeado Capitão-mor dos pretos de guerra de Angola, cargo que não assumiu, por ser essencial a Insurreição Pernambucana em marcha.

Em 1658, após 25 anos de serviços, foi-lhe conferida a patente de Mestre-de-Campo "ad honorem" de seu têrço, de tão gloriosas tradições na preservação da integridade e unidade da pátria brasileira e um dos alicerces da grande Democracia Étnica que é o Brasil.

Uma grande e muito merecida honraria, foi a que recebeu da rainha de Portugal, ao decidir, quando lhe propuseram a extinção do Têrço de Henrique Dias, que enquanto este vivesse não seria sua unidade extinta, esta, a partir de então, de direito, considerada Têrço.

Como bens materiais recebeu as terras compreendidas entre o Rio Capibaribe e a atual Avenida Conde de Boa Vista, abrangendo o atual bairro Boa Vista e parte do bairro de Graças (Derbi e Capunga), nelas compreendidas, então, casas que pertenceram ao holandês Vanufel e a olaria de Gaspar Coque.

Nas casas de Vanufel, que ficavam numa ilha da curva do Capibaribe, Henrique Dias instalara seu QG quando do cerco do Recife, depois de fracassado o plano de conquista rápida dessa cidade delineado por Antônio Teles, Governador-Geral da Bahia e acalentado por D. João IV, por ter sido descoberta a insurreição antes do dia marcado para sua eclosão e falta de apoio de Salvador Correia de Sá e Benevides.

Sua estância, no atual bairro de Boa Vista, era o "front" de então, e Henrique Dias controlava os movimentos dos holandeses de uma torre que existia na casa de Vanufel.

Henrique Dias teve promessa do hábito da Ordem de Cristo, a mais alta comenda de Portugal, mas como não possuía filhos varões, requereu esta a dois hábitos de Santiago ou Aviz para os que viessem casar com suas três filhas e, uma renda para seu sustento. Era normal naquela época requerer-se o que se pensava merecer e obter-se sempre menos, principalmente no tocante a pensões em dinheiro, em razão das dificuldades financeiras de Portugal.

INTERFERÊNCIA PELA LIBERDADE DOS ESCRAVOS

Quando eclodiu a Insurreição, como parte da mobilização, correram editais em nome do Rei prometendo liberdade aos negros que combatessem pela causa.

Após a vitória do Monte das Tabocas, João Fernandes Vieira deu o exemplo, ao libertar 50 escravos que conquistaram a liberdade por bravura em combate.

Henrique Dias pleiteou à Rainha a liberdade de alguns de seus homens, ameaçada por alguns senhores, após haverem lutado 13 anos.

A Rainha num gesto reeditado em maiores proporções, anos depois, despacha favoravelmente, na data de 17 de outubro de 1657, dois séculos e meio antes da Lei Áurea.

FINAL DE VIDA

Henrique Dias passou o restante de sua vida, ocupado como Mestre-de-Campo de seu Têrço e com os religiosos da Igreja de sua Estância, que mandara construir em 1646, de talpa e coberta de telhas, e que, em 1708, achava-se em ruínas, obrigando a que fôsse construída outra próximo. Faleceu este bravo e intrépido guerreiro, em 7 ou 8 de junho de 1662 no Recife. Foi sepultado a expensas da Fazenda Real, no Convento de Santo Antônio, em local desconhecido.

Pesquisa arqueológica teria facilitado a identificação de seus restos mortais por uma das mãos amputadas em consequência de ferimento que recebeu em Pôrto Calvo. Seus retratos expostos em diversos locais lamentavelmente não retratam a realidade e resultaram da imaginação fantasiosa conforme menciona o historiador José Antônio Gonsalves de Mello Neto, autor de pesquisa documental sobre Henrique Dias.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Cleonir Xavier de — *A Remuneração de Serviços na Guerra Holandesa*. Recife, Imprensa Universitária, 1966.
- BENTO, Cláudio Moreira — *As Duas Batalhas dos Guararapes, Análise e Descrição Militar*. Recife, Imprensa Universitária, 1971.
- GUERRA, Flávio — *Velhas Igrejas e Bairros Históricos*. Recife, Fundação Guararapes, 1970.
- MELLO, José Antônio Gonsalves Neto — *"Henrique Dias" — Restauradores de Pernambuco*. Recife, Imprensa Universitária, 1957.

CAPITULO IV

DOS REPRESENTANTES

Art. 86 — Em cada Corpo de Tropa, Quartel-General, Repartição ou Estabelecimento Militar, haverá um representante da Revista, escolhido entre os assinantes ou associados.

Art. 87 — São deveres dos representantes:

- a) servir, em todos os atos, de intermediário entre a Revista e os assinantes;
- b) angariar assinantes, trazer a Administração informada sobre o movimento das assinaturas e a ela enviar semestralmente uma relação nominal dos oficiais prontos, no corpo, repartição, etc.;
- c) distribuir prontamente os números recebidos, devendo logo reclamar à Administração sobre quaisquer irregularidades do recebimento da Revista;
- d) enviar ao Diretor-Secretário os trabalhos dos colaboradores, e bem assim as sugestões ou reclamações provocadas pelos artigos publicados;
- e) receber as importâncias das assinaturas e remetê-las ao Diretor Administrativo, deduzidas as despesas indispensáveis à execução desse serviço;
- f) providenciar, quando tiver de deixar as suas funções, sobre quem o deve substituir, e entregar ao seu substituto todos os documentos relativos à Revista, de tudo dando conhecimento à Administração;
- g) remeter diretamente à Administração tôdas as quantias pertencentes à Revista e que se acharem em seu poder, quando tiver de passar a outrem as suas funções.

(Do Estatuto de A DEFESA NACIONAL.)

PRESENTE E FUTURO DAS TELECOMUNICAÇÕES ESPACIAIS

Gen JEAN VOGÉ

Tradução da *Révue de Défense Nationale* de Jun 71
pelo Coronel RUBENS MÁRIO BRUM NEGREIROS

No momento em que se inicia em Washington a fase decisiva das negociações do INTELSAT, a organização internacional para comunicações via satélite, pareceu-nos interessante lembrar a nossos leitores a importância dessas negociações cujo fruto é nada mais nada menos do que a independência e a projeção de nosso país no plano da informação via satélite de telecomunicações e a difusão televisada da cultura. Representa outrossim o futuro da produção européia nas telecomunicações espaciais que estão em uso e, sobretudo, a do satélite franco-alemão Sinfonia.

O engenheiro General Jean Vogé, Diretor da Escola Nacional de Telecomunicações, membro do COSPAR, administrador da Sociedade francesa de astronáutica e, desde 1964, representante da França e de Mônaco no INTELSAT, é o autor mais do que qualificado para proporcionar a nossos leitores o essencial sobre esse importante tema.

Menos de cinco anos após o lançamento do Sputnik I, foi pôsto em órbita, em julho de 1962, o satélite experimental de telecomunicações Telstar. Ele permitia realizar, com a estação francesa de Pleumeur Bodou, as primeiras transmissões de televisão através do Atlântico. A fase de exploração comercial se iniciou em 1965 com a colocação em posição estacionária do EARLY BIRD sobre o Atlântico. O serviço se estendeu, em 1967, às ligações transpacificas e, em 1969, ao mundo inteiro.

Esse rápido e espetacular desenvolvimento se deve certamente ao fato das telecomunicações via satélite constituírem a primeira aplicação comercial e rentável da pesquisa espacial. Há, porém, outras implicações. Se isso deu lugar a grandes proezas técnicas, também acarretou um confronto sério no plano internacional, não só em termos de concorrência industrial como, em certos aspectos, no que tange à soberania nacional dos Estados em matéria de telecomunicação e controle das informações.

Necessidades a satisfazer — Tipos de serviço

1) Telecomunicações intercontinentais e entre países afastados.

Essas foram as primeiras e mais urgentes necessidades a se manifestarem e que já deram lugar a realizações. A elevada capacidade dos satélites e a facilidade de sua colocação em posição permitem acompanhar o rápido desenvolvimento do tráfego, que se processa com melhor qualidade e com menores gastos do que com o uso dos cabos submarinos, cujo emprêgo é limitado às grandes artérias transoceânicas. Foi possível transmitir programas de televisão, pela primeira vez, através do Atlântico e do Pacífico. Também foi possível, graças às técnicas de "múltiplo acesso", dividir a capacidade total dos satélites, como as de uma central telefônica, entre um número elevado de ligações simultâneas de pequena capacidade individual. Isso representava uma necessidade, sempre que se tivesse que satisfazer as comunicações dos países da África, América do Sul ou da Ásia, entre os quais, em geral, não existia nenhuma rede local de interconexão e cujo tráfego internacional era assegurado, até então, por um número mínimo de circuitos através de transmissões radioelétricas em ondas curtas, todos difíceis de serem estabelecidos e, em regra, de má qualidade. Vários países em vias de desenvolvimento, geograficamente afastados, vão assim escapar de um isolamento que era prejudicial a suas economias.

Esse tráfego a grandes distâncias concerne essencialmente à telefonia e, em pequena monta, à televisão, à telegrafia, ao teleimpresor e às transmissões de dados. Em fins de 1970, a organização internacional Intelsat explorava cerca de 2.000 circuitos telefônicos. Ela prevê pelo menos 5.000 em 1975 e mais de 10.000 em 1980, com a duplicação das necessidades em cada cinco anos. Sua rede é constituída de satélites ou grupos de satélites estacionários que cobrem respectivamente o Atlântico, o Pacífico e o Índico. O tráfego é quase duas vezes mais elevado sobre o Atlântico (incluindo as ligações dos Estados Unidos e Europa com a África e América do Sul) do que sobre o Pacífico, e o deste é duas vezes mais intenso do que sobre o Índico.

2) Rádio-televisão e telecomunicações regionais.

Outra necessidade que começa a se fazer sentir, diz respeito à distribuição de programas de rádio-televisão a um território nacional (no caso de países de grande extensão territorial como a Rússia e os Estados Unidos) ou regional de estações transmissoras, ou ainda de circuitos locais, de televisão, por cabo que serve a grandes aglomerações. Esses satélites de distribuição permitirão, acessoriamente, a constituição de redes nacionais ou regionais de telecomunicações públicas. A rede soviética Órbita já está em serviço; uma outra cana-

em verificar que esse privilégio é por demais exorbitante tanto mais quanto o acôrdo de 1964 confiou também ao Comsat o papel de gerente e o órgão executivo do Intelsat. Um gerente que tem possibilidade de agir a seu bel-prazer e que representa uma sociedade privada tem fatalmente a tendência a dar prioridade a seus interesses puramente comerciais ou nacionais em detrimento dos de prestação de serviço público internacional que é o escopo da Intelsat. Eis por que os dezessete países membros, não americanos, do Comitê, apesar de suas divergências, foram unânimes em um ponto: solicitar que no regime definitivo o Comsat não seja mais o agente de execução.

O acôrdo de 1964 expressava em seu preâmbulo o desejo da criação de um sistema mundial único de telecomunicações via satélite. O uso permitiu ao Comsat e ao Departamento de Estado afirmar que não era possível pertencer ao mesmo tempo ao Intelsat e a outro sistema o que justificou, a seus próprios olhos, a recusa dos Estados de fornecer foguetes lançadores para o satélite Sinfonia ou para outros projetos europeus. Essa posição, que originalmente afetava todos os tipos de satélites de telecomunicações, se atenuou um pouco mais tarde e excluiu aqueles de utilização puramente nacional e parece que também os satélites "especializados"; todavia essa posição restritiva permanece para os satélites regionais. Em outro plano, o regime atual havia previsto que os países membros participariam das realizações financiadas pela organização em proporção a suas quotas-partes, contanto que suas indústrias pudessem apresentar propostas competitivas em preço e qualidade com as dos seus parceiros, particularmente com as das indústrias americanas. Ai estão cláusulas que se mostraram muito difíceis de aplicação na prática. Em fins de 1970, 92% das realizações eram de origem americana (em que pese a quota-parte dos Estados Unidos de 52%). Os foguetes de lançamento, sob a capa de segredo militar, eram, evidentemente, totalmente americanos. Quanto aos satélites, a participação das indústrias não americanas (européia, canadense, japonesa), nos subcontratos ou até nos contratos principais não ia além de 2% nos satélites Intelsat II, pôsto em serviço em 1967, porém atingiu 27% em uma primeira série de satélites Intelsat IV, encomendados em 1968. Será que a Comsat julgou essa percentagem muito importante? Ela obteve, todavia, com a ajuda dos países não industrializados, aos quais alertou como fato de que uma demora nos contratos redundaria em aumento de gastos e obteve, repetimos, uma redução na percentagem não americana de 27 para 9% na segunda série do Intelsat IV, cuja construção foi decidida em 1970.

A posição dos Estados Unidos, de reivindicar ao mesmo tempo para a Intelsat um monopólio em matéria de telecomunicações internacionais, que a protege de qualquer concorrente, e de exigir uma concorrência total e sem protecionismo de nenhuma espécie no plano industrial, pode parecer paradoxal. Para eles ela é realista, pois leva não só a manter, como a cavar mais ainda, o fôso tec-

nológico que confere à sua indústria um quase monopólio no domínio da utilização comercial do espaço. Mas o que surpreende a todos e parece um exemplo único é que isso tudo resulta da aplicação de um acordo intergovernamental, aprovado por mais da metade dos países do mundo.

Quando se iniciou em Washington a negociação sobre o regime definitivo da Intelsat, as propostas americanas visavam essencialmente a prolongar, em grandes linhas pelo menos, o regime provisório. Tais negociações se chocaram a uma forte oposição que reunia — por várias razões — um grande número de seus parceiros. Seguiram-se grandes discussões que permitiram pouco a pouco encerrar duas tendências: uma apoiada pelos Estados Unidos e a outra, pela maioria dos países europeus, antes de firmar um compromisso, apresentado pela Austrália e Japão, que pudesse ser aceito, senão por todos, pelo menos por larga maioria.

No regime definitivo o Intelsat adquirirá personalidade jurídica, que não possui no regime provisório e que era privativo do Comsat. A sua direção será feita por um "conselho de governadores", que substituirá o atual Comitê, e no qual o peso do voto por membro será igual a sua quota-parte, porém não poderá exceder de 40%. A maioria exigida para uma decisão será de 2/3, mas terá também que ser apoiada por um mínimo de quatro membros. A maioria de 2/3 não será exigida se uma proposição obtiver a unanimidade menos três votos, mesmo se esses votos corresponderem aos membros que possuírem as quota-partes mais altas. Finalmente, certas decisões que implicarem em grandes mudanças de orientação serão submetidas a uma Assembléia das Partes, na qual todos os países membros serão representados e se beneficiarão de votos do mesmo peso.

No que respeita à gestão técnica de Intelsat, será mantido o Comsat por um prazo de seis anos, porém as gestões administrativa e financeira serão confiadas a um secretário-geral eleito pelo Conselho de Governadores. Ao cabo de seis anos, a totalidade da direção passará a um diretório geral internacional, sob a autoridade de um Diretor-Geral, eleito pelos membros.

A partir de então, a Intelsat só poderá reivindicar um certo monopólio para o tráfego internacional de telecomunicações públicas. Poderá também, mediante autorização da Assembléia das Partes, realizar e explorar certos satélites para serviços nacionais ou especializados, mas nenhum dos países membros terá a obrigatoriedade de concorrer para o seu financiamento. Mesmo no que concerne às telecomunicações internacionais — e particularmente aos sistemas regionais — a proibição de participar de um sistema separado só poderá prevalecer se a Assembléia das Partes opinar contrariamente, com 2/3 de seus membros — sob o ponto de vista da compatibilidade técnica ou de prejuízo econômico que adviria para a Intelsat. Essa

é uma maioria difícil de obter, assim o estimam os partidários da liberdade de ação, porém eles não estão muito seguros de o conseguir.

Um ponto divergente ainda subsiste. É o dos contratos de fornecimento e de execução, passados pela organização. Apoiado fortemente nos países não industrializados, os Estados Unidos querem fazer valer somente o critério do melhor preço, qualidade e prazo. Os outros países industrializados sustentam, porém, que os contratos devem ser repartidos internacionalmente, a fim de estimular, no futuro interesse do Intelsat, uma competição mundial, única que poderá evitar um monopólio americano e garantir, dessa forma, preços mais baixos por um período de alguns anos.

Esse foi o panorama no início das discussões (15 Abr 1971) de uma fase que se almeja seja a final das negociações.

Características técnicas gerais

1) Satélites:

Um satélite colocado em órbita circular a 36 mil quilômetros de altitude com um período de revolução de 24 horas, igual ao da terra. Se além disso o seu plano orbital for equatorial e o eixo de revolução da trajetória e o da terra coincidirem, o satélite será estacionário e permanecerá imóvel para um observador terrestre. A zona de visibilidade de um satélite estacionário é cerca de um terço da superfície terrestre, pois a terra é vista do satélite sob um ângulo de 17°, cobrindo, assim, permanentemente, uma extensa zona. Esta é uma vantagem considerável sobre os outros satélites não estacionários, denominados "itinerantes", cuja posição varia sem cessar.

Três satélites estacionários, equidistantes, sobre o círculo equatorial, são suficientes para cobrir praticamente o globo, à exclusão das regiões de alta latitude (superior a 15° Norte ou Sul) onde o tráfico é em geral negligenciável. Nessa região, é conveniente destacar, encontra-se uma parte apreciável do território soviético. Esta é certamente uma das razões da escolha das órbitas dos satélites soviéticos Molnya (órbitas elípticas, inclinadas de cerca de 65° sobre o equador). Mas são necessários três satélites Molnya só para assegurar uma cobertura permanente da Rússia.

Calcula-se que para se conseguir uma cobertura mundial com satélites itinerantes serão necessários, no mínimo, de 12 a 15 satélites, senão várias dezenas. Esta é a razão por que todos os projetos de telecomunicações por satélites — colocada de parte a rede soviética — consideram atualmente o recurso aos satélites estacionários.

Mas, realmente, os satélites não são jamais perfeitamente estacionários, por causa das perturbações devidas à eletricidade da terra e às atrações solares e lunares, que ocasionam ligeiras declinações. Estes desvios de posição devem ser detectados do solo e cor-

rígido periodicamente por uma ação telecomandada sobre pequenos foguetes (Tuyères), o que complica a estrutura dos satélites. A experiência demonstrou que estas correções só raramente precisam ser efetuadas e que consomem relativamente pouco combustível, o que permite mantê-los no lugar durante muitos anos. Após o esgotamento do combustível os satélites se aproximarão, pouco a pouco, de duas posições de equilíbrio sobre o equador, uma acima do Pacífico e outra acima do Oceano Índico, onde se reagruparão finalmente todos os satélites estacionários.

2) Estações terrestres:

As estações do solo que se comunicam com os satélites da rede Intelsat, eram no final de 1970, em número de 45, e pertenciam a 32 países. Elas serão, no final de 1975, cerca de 75 e pertencerão a 56 países.

O Intelsat estipulou que as estações sejam equipadas com antenas de grandes dimensões (parábolas de 27 a 30 metros de diâmetros) e com receptores de grande sensibilidade, resfriados a hélio líquido, cujo preço de custo é elevado, da ordem de 20 a 30 milhões de francos. Estas despesas, ao contrário dos satélites correm somente à conta de seus utilizadores. Os feixes irradiados pelas antenas são estreitos (algumas dezenas de graus) e um dispositivo de acompanhamento é necessário para absorver os desvios da posição do satélite.

O Intelsat, somente em casos excepcionais permitiu o uso de estações terrestres menores como o das estações sobre embarcações, exploradas pela NASA, no programa Apollo. Embora estas só disponham de parábolas com 9 m, consomem, por circuito telefônico, 25 vezes mais potência do satélite que as grandes estações regulares padronizadas. Cobra, por isso, com toda a justiça, tarifas 25 vezes mais elevadas para estas pequenas estações do que para as outras; mesmo assim, não está previsto o seu uso generalizado, pois a capacidade dos satélites seria reduzida 25 vezes e se tornaria insuficiente.

Notemos que mais da metade das estações existentes foram construídas pela indústria americana, seguida pelas indústrias japonesa, britânica e italiana. A França só recentemente entrou na competição e se viu limitada, à exceção das estações francesas de Pleumeur — Bodon, (Martinica) à construção de algumas estações destinadas aos países francophones.

Os satélites Intelsat têm de cobrir, praticamente, toda a zona terrestre que lhes é visível, isto é, sob um ângulo de 17°. Um satélite regional pode, ao contrário, concentrar a potência que ele irradia

sobre uma zona mais reduzida, para a qual é concebido, o que lhe permite — para a mesma capacidade de satélite — operar com estações terrestres mais reduzidas e, conseqüentemente, menos caras: utilizando parábolas de 12 a 15 metros no projeto Sinfonia, ou de 9 metros para um satélite que só irradia um cone de 5° de abertura — o que corresponde aproximadamente ao território dos EUA ou da Europa. A economia realizada com o emprêgo de uma estação c/antena de 9 metros, em relação a uma estação normalizada do Intelsat, poderá atingir de 6 a 10 menos — ou mesmo mais de 20 no caso de uma estação unicamente receptora para televisão (custo da ordem de 1 milhão de francos). As estações de recepção para a difusão de televisão comunitária, com antenas de 2 a 3 metros de diâmetros, serão ainda muito menos caras, pois elas serão fabricadas em maior quantidade (de alguns milhares a uma dezena de milhar de francos). Para a mesma cobertura do satélite, elas reduzirão sensivelmente sua capacidade em relação à das estações de 9 metros. Ela teria, por exemplo, a capacidade de um a dois programas de televisão ao invés de uma dúzia.

Realizações e projetos

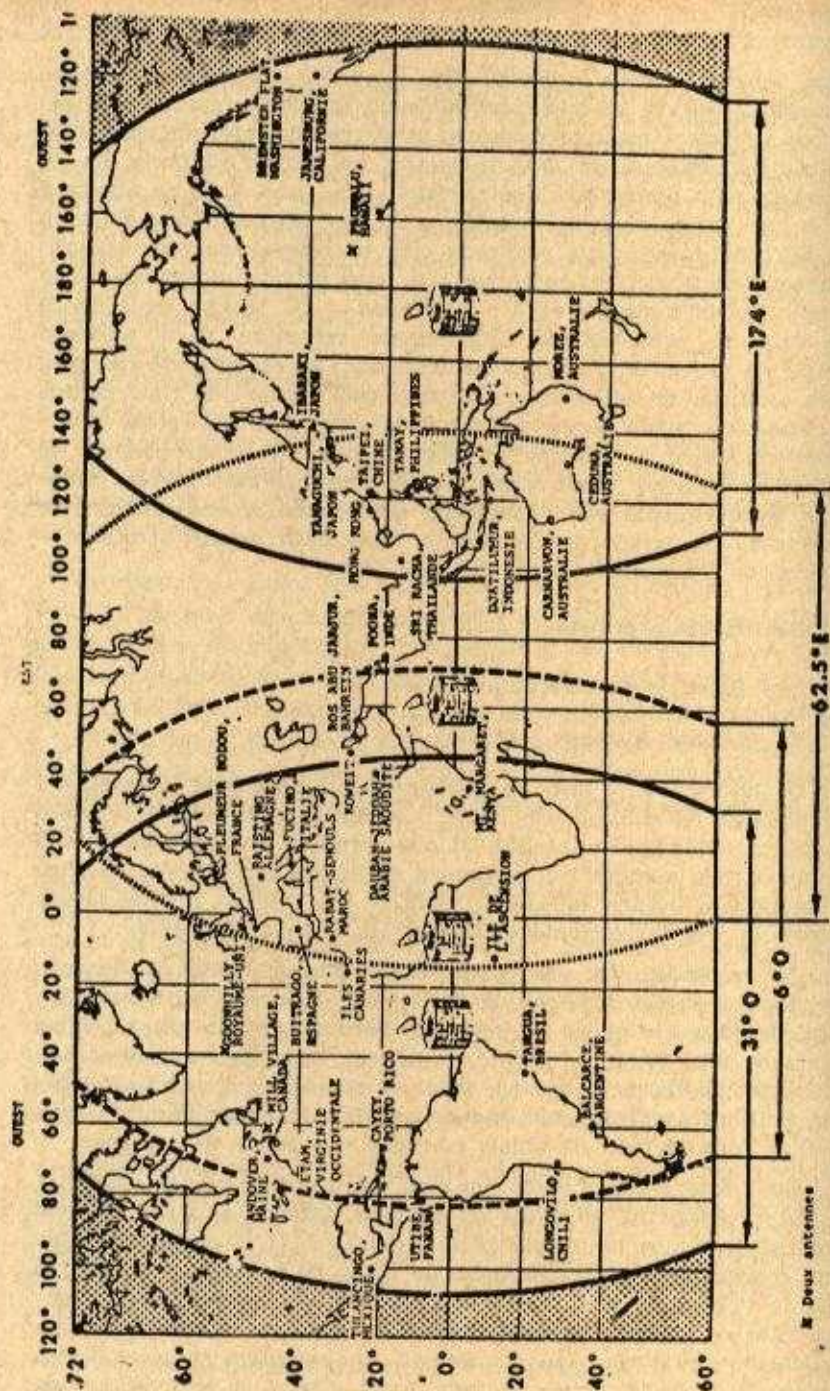
I — Satélites de Telecomunicações:

1) Sistema Intelsat:

De 1965 a 1971, 4 tipos de satélites foram utilizados: o Intelsat I ou "Pássaro da Madrugada", sobre o Atlântico, o Intelsat II sobre o Atlântico e Pacífico, o Intelsat III que permitiu em 1969 constituir a primeira rede mundial (dois sobre o Atlântico, um sobre o Pacífico e um sobre o Oceano Índico — figura 1) e o Intelsat IV que deverá substituir progressivamente o Intelsat III, entre 1971 e 1973.

Os resultados têm sido progressivamente melhores. A duração da vida dos satélites passou de 18 meses a 7 anos, e o peso em órbita, de 40 a 610 quilos. A potência elétrica, captada pelas células solares e disponível a bordo é da ordem Watt/Kg; ela aumentou em sensibilidade, bem como a potência radioelétrica irradiada. Enfim a utilização de antenas cada vez mais direcionais permitiu uma melhor concentração de sinais emitidos nas zonas de recepção.

Esses satélites têm todos um eixo de revolução que os estabiliza perpendicularmente no plano do equador, fazendo-os girar sobre si próprios, como os giroscópios. No Intelsat I, II, a energia emitida está concentrada nas vizinhanças do plano do equador, num ângulo útil de 17°. No Intelsat III, a antena é um instrumento com contra-rotação: ele gira sobre si mesmo, no eixo do satélite com uma velocidade igual mas oposta àquela do satélite. A antena fica assim permanentemente apontada para a terra e só irradia num cone de 17° de abertura. No Intelsat IV tem a "forma de prato",



conduzindo várias antenas e equipamento eletrônico, que está colocado em contra-rotação em relação ao corpo do satélite, coberto de células solares. Além das antenas do feixe de 17°, o Intelsat IV comporta 2 antenas parabólicas de abertura de pincel, estreita, 4,5°, que são dirigidas para as zonas da terra onde se encontram as maiores concentrações de estações terrestres: a América do Norte e a Europa.

Aumento de potência e melhor concentração dessa potência permitiu aumentar a capacidade dos satélites de 240 circuitos telefônicos no Intelsat I e II, para 1.200 circuitos no Intelsat III e de 6.000 a 9.000 circuitos no Intelsat IV; números esses para ligação com as estações terrestres padronizadas. O Intelsat I não permitia o múltiplo acesso e só podia transmitir entre 2 estações; os outros Intelsat são de múltiplo acesso e operam simultaneamente com um grande número de estações. Pode-se assim transmitir televisão, ocupando no satélite, para cada canal, o equivalente de 240 a 300 circuitos telefônicos.

O preço de custo de um satélite — excluído o custo do desenvolvimento — é da ordem de 30 milhões de francos para o Intelsat III, e de 50 milhões de francos para o Intelsat IV. Os 3 primeiros tipos de satélites foram colocados em órbitas pelo foguete Thor-Delta e o Intelsat IV, por um Atlas-Centaur. Os custos de lançamentos (lançador incluído) são respectivamente em torno de 25 e 90 milhões de francos.

2) Projeto Sinfonia

É um projeto franco-alemão, com participação da indústria belga. Dois satélites para serem explorados, um explorado pela França e outro pela Alemanha, e têm seus lançamentos, por um foguete europeu, o Europa II, programados para fins de 1973 e princípios de 1974. O peso do satélite passará ligeiramente de 200 kg; será inteiramente estabilizado em relação à Terra, e a rotação giroscópica será substituída por volante de inércia.

Na sua versão francesa, o Sinfonia terá 2 zonas de cobertura que utilizará alternativamente: uma sobre a Europa e grande parte da África, a outra sobre a parte oriental do continente americano. Distribuirá 2 programas de televisão e terá uma capacidade de 300 circuitos telefônicos entre estações terrestres equipados de parabólicas de doze metros. O Sinfonia permitirá a um certo número de países africanos, que necessita de pequeno tráfego, comunicações entre si ou com a Europa, empregando estações muito menos dispendiosas do que as da rede Intelsat. O custo de um satélite será elevado, da ordem de 150 milhões de francos, inclusive os consideráveis de defesa do desenvolvimento. O custo do lançamento deverá ficar em torno de 70 milhões de francos.

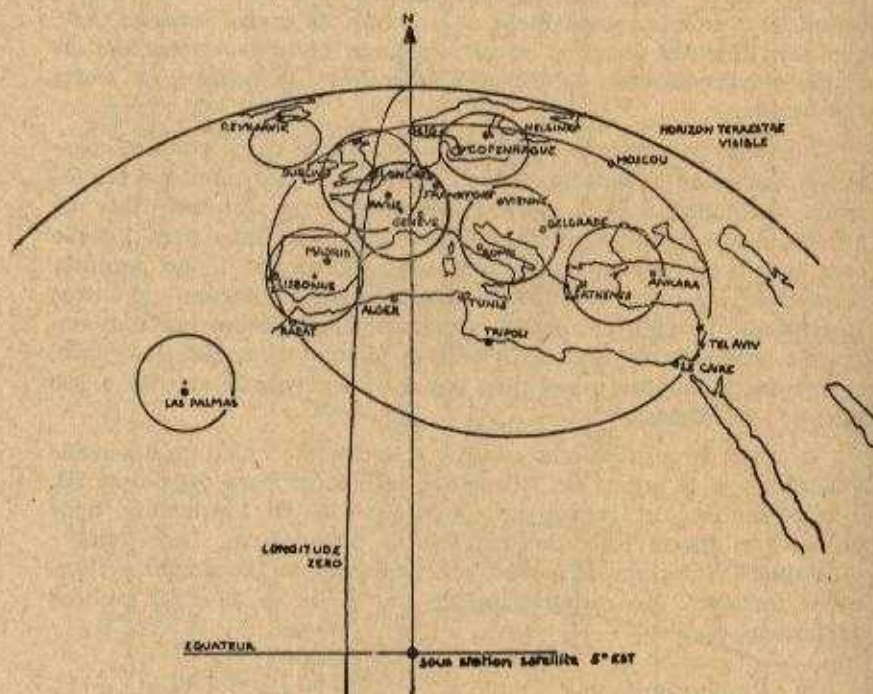


FIG. 2

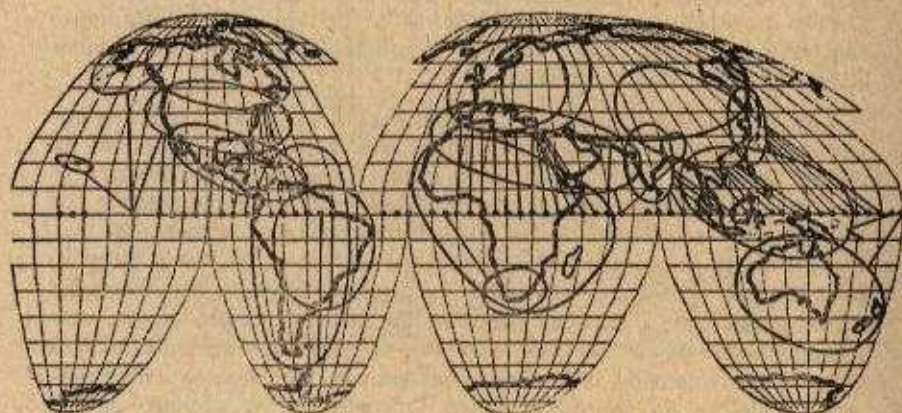


FIG. 3

3) Projeto europeu

Este projeto, estudado por CERS — ESRO, tem uma concretização, relativamente longínqua (1980) e parece muito ambicioso. O satélite, de um peso da ordem de 600 a 700 kg, será colocado em órbita por um foguete Europa III, cuja realização é ainda incerta. A Inglaterra e a Itália se recusaram a participar dele. Deverá operar em comprimento de ondas mais curtas do que dos atuais satélites do Intelsat, o que necessitará uma tecnologia nova em grande parte. Como o Sinfonia, o satélite será estabilizado nos "3 eixos" com um volante de inércia. A zona de cobertura compreenderá um feixe de 4 x 5,50 e oito "feixes" estreitos de 1,10 destinados a atingir certas ilhas fora do feixe (Islândia, Canária), bem como as regiões da Europa onde a densidade urbana é maior (figura 2). A capacidade prevista é de 2 canais de televisão e, simultaneamente, de 7.500 a 15.000 circuitos telefônicos. A rede terrestre compreenderá uma vintena de estações com antenas de 12 a 15 metros.

A CERS — ESRO possui uma etapa preliminar prevista para 1975, visando acabar em operação um satélite menor. Este parece possuir características vizinhas das do Sinfonia; mas nem todos os países membros parecem ainda decididos a concordar na fusão dos 2 projetos em um só, como desejariam a França e a Alemanha.

4) Rede mundial 1985

A figura 3 representa um esquema prospectivo do que poderá ser a rede mundial de satélites de telecomunicações em 1985, baseado num estudo de Dunn, da Universidade de Stanford. De 60 satélites, somente 8 — do tipo Intelsat IV — seriam suficientes, incluindo os satélites de reserva em órbita, para assegurar as necessárias ligações intercontinentais; os outros 52 seriam destinados ao emprego nos sistemas de televisão e ao tráfego telefônico nacional ou regional, operando com estações de dimensões reduzidas (com antena de 9 metros, por exemplo).

Este esquema deve ser considerado com muita reserva quanto aos seus detalhes, sua estrutura, que deixa prever uma multiplicidade de satélites nacionais ou regionais em relação aos satélites de grande cobertura, do tipo Intelsat atual, nos parece muito viável, justificando, indiscutivelmente, a longo termo, projetos como o Sinfonia ou os do organismo europeu de pesquisas. Isto deixa também pressagiar uma competição muito severa, para conquistar o mercado dos satélites nacionais ou regionais, entre a Intelsat (onde a indústria americana obteve uma posição privilegiada) e as organizações paralelas que estão em via de constituição, em outros países industrializados do ocidente, bem como do leste europeu (Intersputnik). Isto diz respeito simultaneamente à sua realização, lançamento e exploração. Esta perspectiva relativamente longínqua permite com-

preender melhor a árdua competição que se desenrolará no decorrer da negociação Intelsat para obter a liberdade dos satélites regionais em face à Intelsat. Vimos que esta liberdade só é, infelizmente, parcial, embora não seja tão pequena como se receava.

II — Satélites "Especializados":

1) Contrôlo do tráfego aéreo

A capacidade de comunicação de aviões com centros de controle — atualmente muito limitada — é feita universalmente utilizando ondas métricas, estando em exame uma mudança para os comprimentos de onda decimétricos já existem aviões equipados para operar com elas. Desejando ver o controle do tráfego sobre os oceanos confiado à Intelsat, a Comsat apressou-se e optou deliberadamente pelas ondas métricas.

Achando esta escolha prematura um certo número de países — inclusive a França — fizeram apêlo à Organização Internacional de Aviação Civil, que se pronunciou claramente a favor das ondas decimétricas e a Comsat decidiu não prosseguir no seu intento. Nessa ocasião a França apresentou um projeto sobre ondas decimétricas (projeto Dioscures), encontrando apoio mesmo dos EUA, junto da NASA, que aceitou figurar num acordo com a CERS — ESRO para o estudo de um satélite decimétrico. Finalmente, no início de 1971, a presidência dos EUA dividiu a posição americana: ela reservava definitivamente a gama decimétrica, mas lembrava que era a Administração Federal da Aeronáutica (FAA) e não a NASA, que era responsável neste domínio; ela fixava como objetivo, para a primeira realização, o ano de 1973 e a zona do Pacífico, onde parece difícil para os europeus reivindicar uma participação. Pode-se deduzir que, lá também, a competição será difícil. A questão consiste em saber se os satélites de controle de tráfego sobre os oceanos serão de fabricação puramente americana ou se eles buscarão uma cooperação industrial internacional.

2) Satélites de difusão de rádio-televisão:

Estima-se, em geral, que o freio ao desenvolvimento deste tipo de serviço — para o grande público, ou mesmo para a implantação do sistema de recepção comunitária, de audiência mais limitada — reside mais no temor da grande maioria dos países do mundo de se virem submetidos a uma propaganda incontrollável e menos numa técnica já quase disponível nos EUA e na Rússia. Por isto espera-se que a difusão por satélite ao grande público não se materializará antes de 1980. Mesmo a televisão comunitária só se desenvolverá primeiro sob a cobertura da TV-Educativa, nos países em via de desenvolvimento, onde ela se evidencia de um grande interesse. Uma

rêde de emissoras de TV no solo cobrindo todo o território, quando não existe ainda, será de preço proibitivo. A Índia fará uma experiência desse gênero, com o concurso de um satélite experimental americano, equipando alguns milhares de escolas de pequenas estações de recepção. Em 1975, um satélite especialmente concebido para este serviço, Intelsat I, poderá ser colocado em órbita, possibilitando de cem a cento e cinquenta mil escolas serem equipadas anualmente entre 1975 e 1980.

Outros projetos estão em fase de apreciação pelo Brasil, Indonésia, países andinos, países árabes — bem como por mais 17 países (projeto Sócrates). Será prematuro prever o que resulta um dia dessas realizações.

Para um futuro mais longínquo quando a televisão por satélite ultrapassar a fase educativa ao mesmo tempo que as fronteiras dos países que controlam os programas, o problema da proteção dos Estados contra as transmissões "não desejadas" deverá criar um objetivo de uma estreita regulamentação.

3) Coleta de Informações

A primeira aplicação, diríamos a mais elevada, será com certeza a meteorológica. Este é um campo onde o Centro de Estudos Espaciais franceses está bem situado, por ter figurado há alguns anos num acordo com a NASA sobre um projeto conjunto, o projeto EOLE. O satélite EOLE destinado a coletar as informações meteorológicas captadas por um grande número de balões derivando a diversas altitudes, deverá ser lançado por um foguete americano antes do fim de 1971. Foi feito um estudo preliminar sobre um pequeno satélite PEOLE, lançado da Guiana em dezembro de 1970, por um foguete francês Diamante B.

CONCLUSÃO

Torna-se clara — nós o esperamos — do que se expôs, a conclusão que o campo das telecomunicações por satélite é a causa, sob a capa de cooperação internacional, de uma luta particularmente dura e de saída imprevisível entre certos grandes países do mundo, entre os quais os EUA que ocupam um lugar muito privilegiado. Trata-se em primeiro lugar de conquistar um mercado industrial muito importante, nele mesmo, e talvez, sobretudo seus resultados tecnológicos mais variados, no plano civil e militar. Mas a partida política é ainda mais considerável, se meditarmos nas vantagens que poderiam conquistar para o futuro os países que tomassem o controle desses meios de transmissão e em breve da grande difusão de escala mundial.

COLABORAÇÕES

- 1 — Datilografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em preto e branco: para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE!** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da datilografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprêgo apropriado de maiúsculas, grifos, carimim, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES!**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura da "DEFESA" procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".

dense será ativada em fins de 1972 e, com certeza, pouco mais tarde, uma rede "doméstica" dos Estados Unidos que poderá usar simultaneamente mais de 10.000 canais telefônicos e de 12 a 24 programas de televisão. O projeto franco-alemão Sinfonia poderá em fins de 1973 distribuir dois programas de televisão e algumas centenas de canais telefônicos no interior de uma zona euro-africana ou, alternativamente, para a televisão uma segunda zona que cobre a parte oriental da América do Norte e grande parte da América do Sul. Um projeto da organização européia de pesquisas espaciais CERS-ESRO, encara para 1980 uma rede da Eurovisão com dois programas diferentes que assegurarão ao mesmo tempo uma dezena de milhares de circuitos telefônicos intra-europeus.

Os programas transmitidos por satélites de distribuição serão captados no solo por estações de grandes dimensões e de preço elevado, e redistribuídos em seguida pelas redes de televisão existentes. Estuda-se igualmente — para um estágio ulterior — a utilização de satélites que difundirão, diretamente, a televisão para as pequenas estações "comunitárias" beneficiando escolas, centros de informação ou, por fim, algumas dezenas de telespectadores antes de sua difusão a todos os postos do grande público. Esses satélites de *difusão* são de um interesse particular para os países que não dispõem ainda de uma rede de transmissores no solo que cubra todo seu território. A Índia pretende recorrer a esse processo, a partir de 1974, para a televisão educativa.

3) Ligações aeronáuticas e marítimas.

Nesse domínio, o problema prioritário que se deve encarar é o do controle de tráfego aéreo sobre os oceanos. Os satélites deverão assegurar não só comunicações em telefonia e de dados entre os aviões e os centros de controle, mas também uma vigilância sobre os aviões localizando-os com precisão. O número de aviões a controlar nas horas de maior movimento poderá ser em 1975 da ordem de 150 a 200 no Atlântico e no Pacífico e da ordem de 100 no Oceano Índico.

Poder-se-á encarar também após essas, outros tipos de ligações (entre as companhias e seus aviões, entre os passageiros e a rede pública internacional, com os navios) e talvez, um dia, um serviço integrado de comunicações e de navegação por satélite.

4) Coleta e difusão de informações.

Trata-se de um serviço muito mais complexo do que o da transmissão de dados, comportando a coleta, no mundo inteiro, de informações de base, a reunião dessas informações em centros de cálculos, para a computação e, posteriormente, a difusão a todos os órgãos interessados. Assinalemos entre os projetos o de um serviço meteorológico mundial, que poderia estar em ação em 1975, dando a situação

de momento e as previsões do tempo. Para isso milhares de balões e centenas de plataformas na superfície dos mares seriam interrogados e localizados, da mesma forma que satélites meteorológicos que observariam a cobertura de nuvens e a radiação da terra e de sua atmosfera. Já se propõe também estabelecer um serviço de informações econômicas, reunindo os dados de todos os mercados financeiros, e um centro mundial de diagnóstico médico. Os grandes centros de informação e documentação do mundo inteiro poderiam ser interconectados.

Devemos acrescentar ainda que, em matéria de satélites temos, geralmente, os de telecomunicações propriamente ditos (intercontinentais ou regionais, inclusive os de distribuição de radiotelevisão) e os de serviços "especializados" tais como os de difusão de televisão, controle do tráfego aeronáutico, coleta e difusão de informações.

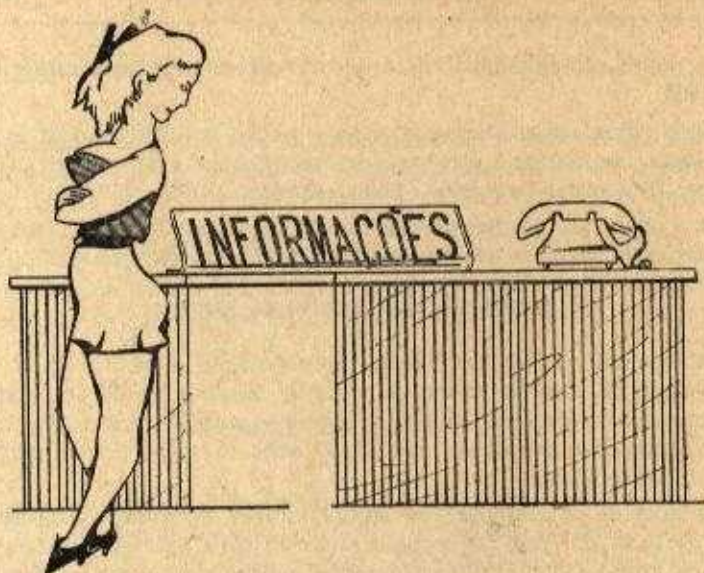
A ORGANIZAÇÃO INTELSAT

A organização internacional de telecomunicações por satélite, Intelsat, foi criada em julho de 1964 por um acordo intergovernamental firmado por 18 países, ao mesmo passo em que as administrações ou entidades privadas de telecomunicações designadas para representar esses países assinavam, elas próprias, um acordo complementar de exploração. A Intelsat estava aberta a qualquer país membro da União Internacional de Telecomunicações. Atualmente ela conta com 77 em 130 países, porém ainda nenhum do Leste. As quota-partes são, em princípio, proporcionais ao volume do tráfego telefônico intercontinental, pois uma sociedade particular que representa os Estados Unidos, a "Communication Satellite Corporation" ou Comsat, é a majoritária com 52% das ações. Dezoito países da Europa possuem 26% das ações. (A França tem 5,2%).

A organização atual é provisória, pois sua duração foi limitada voluntariamente. Foi iniciada uma conferência em fevereiro de 1969 para negociar os novos acordos que estabelecerão sua organização definitiva.

As discussões se prolongaram por muito tempo além do previsto e na melhor hipótese, só terminarão em maio de 1971.

No regime provisório, o Intelsat é dirigido por um Comitê que tem sede periodicamente em Washington e compreende representantes de todos os países ou grupos de países que possuem o mínimo de 1,5% de ações. Atualmente são 18 membros: três norte-americanos, três sul-americanos, oito europeus, um australiano, um japonês, um representante de treze países árabes e um outro de sete países do Sudeste Asiático e do Pacífico. As decisões são tomadas por maioria dita "qualificada" que exige, além do aprova da Comsat (que tem direito de veto), um complemento de 12,5 de ações — que a Comsat não tem nenhuma dificuldade em conseguir devido à dispersão sistemática das posições adotadas pelos integrantes. Estes não tardaram



CENSO DEMOGRÁFICO DE 1970

JOÃO PAULO DOS REIS VELLOSO

Mín Planej Coord Geral

Extraído da Exposição de Motivos n.º 60, de 1/9/71, encaminhada ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Ministro do Planejamento e Coordenação Geral.

Pela primeira vez no Brasil dados preliminares, baseados em técnicas de amostragem que asseguram uma precisão considerável, ficam concluídos antes de decorrido um ano da data do Censo.

A rapidez na conclusão dos trabalhos do Censo deve-se, em grande parte, ao novo enfoque concedido ao processamento eletrônico de dados, que constitui o primeiro passo para a implantação efetiva do Instituto Brasileiro de Informática, já criado pelo Decreto n.º 68.442, de 29 de março de 1971.

A seguir são indicados alguns aspectos significativos dos documentos em questão.

POPULAÇÃO TOTAL

A população global do País aumentou, de 1.º de setembro de 1960 a 1.º de setembro de 1970, de 70.119.071 para 93.215.301 habitantes, ou seja, de 33%, expansão um pouco inferior à verificada na década anterior.

A população brasileira ultrapassará os 100 milhões de habitantes em 1973.

Esse volumoso contingente situa a nação brasileira entre as mais populosas do mundo, ultrapassada apenas por sete nações: China, Rússia, Indonésia, Paquistão, Índia, Estados Unidos e Japão.

A população do Brasil representa, aproximadamente, 2,6% da população mundial e 34% da população da América Latina.

EXPECTATIVA DE VIDA MÉDIA

A expectativa de vida média da população, que era de 43 anos no período de 1940/50, passou a cerca de 52 anos no decênio 1950/60 e situou-se, no decênio 1960/70, de acordo com os dados que agora estão sendo divulgados, no nível de 59 anos (57 para o sexo masculino e 61 para o feminino).

A taxa de mortalidade de 1960/70 sofreu acentuado decréscimo: caiu de 13,43 por mil no decênio anterior para 9,43 por mil nos dez últimos anos. Outro fato igualmente expressivo reside na diminuição progressiva das taxas de natalidade no curso dos três últimos decênios: 44,00 em 1940/50, 43,32 em 1950/60 e 37,73 por mil em 1960/70.

COMPOSIÇÃO ETÁRIA DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

A composição etária da população é particularmente importante para determinar o tamanho da força de trabalho e dos grupos que são dependentes da população economicamente ativa, ou seja, as crianças e os velhos.

A composição etária da população total, num país como o Brasil, é o produto das taxas de nascimento e de mortalidade que atuaram no passado, sendo a imigração parcela desprezível do aumento populacional. Em comparação com os países desenvolvidos, a posição brasileira é a seguinte:

Grupos de idade (anos)	Brasil		Países desenvolvidos
	(%)		(%)
	1960	1970	
0 14	42,7	41,7	27,7
15 69	55,5	56,3	67,0
70 anos e mais	1,8	2,0	5,3
População Total	100,0	100,0	100,0

Se adicionarmos ao contingente de menos de 15 anos, que representa 41,7% da população, os 11% correspondentes à faixa entre 15 e 19 anos, verificaremos que mais de metade da população brasileira tem menos de 20 anos.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE ALFABETIZAÇÃO

De acordo com o conceito internacional, são considerados analfabetos os indivíduos com mais de 15 anos incapazes de ler e escrever "um bilhete simples", como requer o critério do Censo. Dentro desse critério, a taxa de alfabetização (percentagem de pessoas alfabetizadas no total da população) passou de 49,31% em 1950 para 60,52% em 1960 e 66,89% em 1970. A essa expressiva melhoria deve-se acrescentar o esforço de escolarização, que atinge as faixas de idade abaixo de 15 anos.

SITUAÇÃO ECONÔMICA

A percentagem de mão-de-obra industrial percebendo rendimentos monetários iguais ou superiores ao salário mínimo, cresceu de 44% para 75% entre 1960 e 1970. Na agricultura, esse percentual aumentou de 12% para 20%. Vale ressaltar, todavia, que no setor agrícola o rendimento monetário constitui apenas uma parcela do rendimento real, pois tradicionalmente uma parte da remuneração é paga "in natura" (viveres e outros bens).

No cômputo total apenas 30% da população percebia rendimentos monetários iguais ou superiores ao salário mínimo em 1960. Essa proporção subiu em 1970 a quase 50%.

É possível por outro lado observar uma melhoria sensível nos níveis de conforto doméstico. Os dados do IBGE revelam que a proporção de domicílios recebendo água da rede geral sobe de 21,03% para 32,85% de 1960 para 1970.

No mesmo intervalo a proporção de domicílios com instalação sanitária aumentou de 50,92% para 60,24%. A proporção de domicílios com fogão a gás cresceu de 18,31% para 42,34%.

Essa melhoria não se deve apenas a uma consequência automática do processo de urbanização pois dentro das cidades os padrões relativos de conforto aumentaram substancialmente.

PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA

Os dados do Censo de 1970 indicam que prosseguiu no último decênio o processo de urbanização do País com a elevação da proporção da população em áreas urbanas de 46,3% em 1960 para 55,9% em 1970.

No quadro abaixo é indicada a evolução da população economicamente ativa (PEA), em relação à população total:

ANO	TOTAL	HOMENS	MULHERES
1950	32,9	56,4	9,6
1960	32,3	53,1	11,5
1970	31,7	50,5	13,1

Ponte: Censos de 1950, 1960 e 1970.

Verifica-se que a taxa de atividade apresentou uma pequena redução nos últimos 10 anos. Isto é parcialmente explicado pela menor participação dos jovens até 14 anos na atividade econômica devido a sua absorção no sistema escolar. A taxa de atividade econômica nessa faixa etária declina de 15,4% em 1960 para 11,8% em 1970.

Na evolução da mão-de-obra, segundo setores da economia nacional, destaca-se o crescimento observado no setor secundário (indústria), particularmente nos ramos de serviços industriais de utilidade pública e de construção, que cresceram a taxas de 8,5% e 8,1% ao ano, respectivamente, o que constitui uma resposta concreta aos programas de governo nessas duas áreas e, em especial, após 1965.

Enquanto a população economicamente ativa na agricultura decresceu de 54% para 44%, verificou-se um aumento acentuado de emprego na indústria (extração mineral, indústria de transformação e construção, e serviços industriais de utilidade pública), de 13% para 18%, e uma elevação da ocupação terciária (serviços), de 33% para 38%.

"O culto à tradição, a lembrança das virtudes e feitos gloriosos de um povo, forjam e estruturam a força viva de uma nação".

A PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA

Prof.^a MARIA ISABEL DE CARVALHO CUNHA
Bauru — SP

15 de novembro de 1889

E manhã

Os primeiros raios de sol
Beijam e aquecem
a terra brasileira...

Os ideais de Pátria Republicana
Emergem inconfundíveis
das sombras do passado

Afonso Celso de Assis Figueiredo
Visconde de Ouro Preto

Presidente do Conselho de Ministros
Baluarte do Império, aguarda

Ouro Preto — olhos perdidos
vela a agonia do Império

Ouro Preto — olhos marejados
contempla o fim.

Tudo é silêncio

A monarquia se esvai
Esmagada pelo impacto da nova era
A monarquia se esvai
ao toque da Marselhesa!

Dela só restam

o grande Ministro
e a veneranda figura.

Viva a República

Explode o grito
Há séculos contido !

É Deodoro que chega
Deslumbrante de anseios
Carregando em si mesmo
o ideal dos heróis !

Viva a República

É o grito de Pátria
Ressoa nos ares
Canta nas aves

Corre nos rios
Sobe nos montes
Desce nos vales
Alcança a floresta
Penetra nos lares

Se abriga na alma
Do homem tão bom !

Viva a República

"somos da América e queremos
ser republicanos."

Dois heróis que se defrontam

Ouro Preto
Deodoro

Dois olhares que se cruzam

O Império
A República

Duas luzes da História

Uma finda
Outra brilha

Um adeus ...
Uma prece ...

E uma terra se agiganta
Se alteia

Se firma
Se abraça
e caminha

por seus filhos tão heróis!

15 de novembro de 1889

É tarde

Os últimos raios de sol
carregam para os ares
a euforia da raça

Os últimos raios de sol
Beijam e aquecem

a campa dos heróis!

REPRESENTANTE!

A Revista precisa manter ligação mais constante e íntima com o senhor. Pretende fazê-lo, mas necessita da sua máxima cooperação. Assim, para iniciarmos nova fase de entendimento entre a Redação e o Representante, pedimos-lhe comunicar-se conosco, com a possível brevidade e preferentemente por carta, informando-nos detalhadamente da situação da Revista na sua Unidade. Esperamos, também, a sua colaboração não somente no tocante a sugestões para melhoria da nossa "A Defesa Nacional", como também no envio de matéria para publicação. Estamos às ordens, aguardando sua palavra.

O C A F É

Ten Cel Prof.

PAULO CORREIA FERREZ JUNIOR

CONSIDERAÇÕES GERAIS

Ocupa o café lugar de primeiríssima importância histórica, psico-social e econômica no Brasil. Histórica porque a vida da nossa sociedade através dos tempos tem mostrado uma crescente dependência deste produto, desde quando Francisco Xavier Botero (*) o trouxe em fins do século XVIII, da Guiana Francesa para a nossa terra, mas principalmente a partir da época em que um ramo dessa planta passou a figurar na Bandeira do Império, mostrando a todos que a vissem tremular do alto dos castelos, fortalezas, mastros de belonaves e dos braços decididos de jovens e valentes soldados em batalha, que ele, café, era uma das riquezas nacionais de destaque. Econômica porque se os dados estatísticos dos tempos imperiais são falhos, a sua presença naquela Bandeira já é suficiente para mostrar o seu valor desde aquela época, porém, chegou esta rubiácea no ocaso da fase política monárquica e nos albores da República a representar a quase totalidade do ingresso de divisas estrangeiras e ocupar desde aí até nossos dias esta fatia substancial da nossa economia. Finalmente cumpre ressaltar que a sua importância psico-social é resultante de uma parcela considerável da nossa população depender direta ou indiretamente da sua cultura, comércio e industrialização em Estados dos mais progressistas como São Paulo e Paraná, além de muitos outros da Federação e conseqüentemente ter a sua prosperidade presa à evolução do mercado cafeeiro no plano mundial.

O grande naturalista e metódico pesquisador C. Lineu que estabeleceu o sistema de classificação dos vegetais adotado universalmente deu a esta planta a denominação de "*Coffea arabica*" acreditando na falsa convicção daquela época, de que a origem do cafeeiro estava na Arábia. Na verdade esta foi apenas a região de onde ele iniciou a sua expansão pelo Globo. Seu continente de origem é a África e sua verdadeira pátria, a Abissínia.

(*) A informação relativa a FRANCISCO DE MELO PALHETA não encontra eco entre historiadores modernos.

Não é a História mas somente a Estória que tem condições de contar como os homens passaram a utilizar o café como bebida. Conta-se que um pastor de ovelhas notara que estas, quando comiam os frutos do cafeeiro tornavam-se particularmente vivas, espertas e saltitantes. Para confirmar a relação de causa e efeito em hipótese, resolveu fazer um chá daquelas frutinhas e, sentindo-se retemperado em suas energias e notando maior disposição geral e ausência de sono, confirmou suas suspeitas iniciais. A verdade é que perde-se no passado remoto a época em que se vulgarizou o uso do café como bebida. Sabe-se que o povo persa já a havia adotado em fins do século IX.

O mundo muçulmano que está entre os primeiros consumidores dessa bebida, apresentou vários óbices à sua propagação, inclusive de ordem religiosa. Na cidade do Cairo houve a necessidade da convocação de uma corte de doutores em teologia para julgar o café perante as leis do Profeta, terminando por proferir memorável sentença favorável à rubiácea em 1534. Essa não foi, porém, a primeira nem a última das suas dificuldades perante a religião islamita, sendo que em Constantinopla elas redundaram em proveito do Estado pois que o Sultão sábiamente aproveitou a pendência para impor sobre a bebida um pesado imposto que serviu para fortalecer os enfraquecidos cofres públicos. Foi um dos primeiros senão o primeiro dos tributos da longa e penosa história dos impostos sobre o café.

A sua difusão pelo Mundo, iniciada em época tão recuada como já vimos, progrediu contínua e persistentemente mas ainda não terminou. Da observação da sua expansão entre tão diferentes povos do Globo conclui-se que ele é uma bebida cujo hábito é facilmente adquirido e dificilmente largado. Podemos portanto considerar que os mercados consumidores atuais permanecerão e serão ainda aumentados pela lenta mas progressiva e inexorável entrada dos povos do Extremo Oriente e da Ásia que ainda lhe resistem pela milenar identificação com o chá.

A sua expansão pela Europa iniciou-se pela Itália e desenvolveu-se principalmente no século XVII. O embaixador do sultão Maomé IV divulgou-o na corte de Luis XIV com toda a pompa e refinamento, da porcelana e almofadas orientais o que, dadas as condições da nobreza áulica do Rei-Sol e sua importância no Velho Mundo, significou valorosa propaganda. Na América Espanhola ele é mais antigo do que no Brasil e foi partindo dela que o café penetrou nos Estados Unidos, que são hoje o seu maior consumidor mundial. Entre nós a sua caminhada foi de Norte para Sul e embora seja cultivado em numerosos Estados inclusive no Pará, seu primeiro lar brasileiro, a melhor ambientação ele encontrou nos Estados de São Paulo e Paraná dadas as condições climáticas.

IMPORTÂNCIA ECONÔMICA

O Brasil primeiramente, depois a Colômbia e numerosos países passaram a abastecer o Mundo das necessidades desta bebida e foram paulatinamente prendendo cada vez mais as suas respectivas economias ao café. Somente neste último quinquênio nós nos afastamos dessa tendência geral dos produtores e sem abandonar a sua cultura passamos a desenvolver outros setores econômicos de maior significação porque mais estáveis além de apresentar outras vantagens.

Dadas as condições supracitadas do mercado consumidor devemos considerar que não é produto desprezível embora não seja indispensável ou de primeira necessidade. Entretanto a curva representativa dos seus preços através dos tempos é muito sinuosa e passa constantemente por extremos o que impede dizer-se da sua excelência como riqueza. Corrobora para esta afirmativa o fato de nenhuma nação considerada "desenvolvida" ser grande produtora. Ele permanece no âmbito do submundo da economia pós-industrial. A verdade é que é muito triste a história intermitente da ascensão e queda dos preços do café. Descontados porém todos esses percalços devemos lembrar que ele já trouxe muitas riquezas para o Brasil e os brasileiros. Não se encontra por exemplo outra explicação mais sólida para o grande desenvolvimento industrial do Estado de São Paulo e de toda a região Centro-Sul. Depois que assumimos a liderança da produção mundial, nunca abandonamos este posto, desenvolvemos numerosas variedades novas da planta e inegavelmente possuímos a melhor tecnologia cafeeira no Globo. Esta é a razão que encontramos para insistir no aproveitamento de todas as vantagens possíveis da sua produção e comércio e na remoção dos obstáculos.

No evolução da história tão episódica do café ele terminou por ser um dos produtos cujo comércio é dos mais disciplinados do Mundo. Sob este aspecto só é superado pelo petróleo. Esta ordenação que atualmente existe tem suas origens no começo do século, quando em 1906 os presidentes (cargos atualmente chamados de governadores) dos três Estados maiores produtores do Brasil resolveram interferir diretamente no mercado a fim de manter um preço compensador para os produtores e conseqüentemente firmaram o tão conhecido e comentado Convênio de Taubaté. Por esse acôrdo, os governos de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais representados por seus presidentes reunidos naquela cidade resolveram que assumiriam o encargo de manter um bom preço pela saca do café de 60 quilos (que situou-se entre 55 e 65 francos-ouro) por meio da compra e retenção do excesso da produção em relação ao consumo mundial.

O Convênio de Taubaté veio a se tornar portanto a pedra angular da economia cafeeira. A partir daí o livre-cambismo foi afastado, dando lugar ao dirigismo e controle pelo Estado. A verdade é

que as autoridades estavam muito preocupadas com os rumos que estava tomando toda a estrutura do café e o Estado de São Paulo, maior produtor da época, já havia proibido a formação de novas lavouras mediante a instituição de um imposto proibitivo em 1902. Pelos fatos que se desenrolaram em 1906 já se vê que a medida foi unívoca no sentido de sanear o setor cafeeiro.

O Convênio é um bom exemplo da interligação da política com a economia. Dêle resultou a candidatura de homens públicos mineiro, Afonso Pena e fluminense, Nilo Peçanha, com o apoio dos paulistas que recusaram seu conterrâneo Bernardino de Campos porque este era contra e aqueles eram fiadores do famoso acordo. Com o sistema de candidaturas únicas daquela época os candidatos foram eleitos e prestigiaram o Convênio. Este foi então fortalecido porque o governo federal facilitou e arcou com parte do ônus para crédito externo necessário para a compra e manutenção do bom preço para o produto. Esta é a razão pela qual o tão mordaz quanto sagaz historiador e cronista José Maria dos Santos em sua obra "A Política Geral do Brasil" escreve com sua pena viperina que o povo brasileiro era espoliado em proveito da "valorização artificial do café" (sic).

Não há dúvida, porém, que o Convênio foi um negócio bom para os cafezistas, razoável para o Governo e ótimo para os nossos concorrentes, nessa época muito poucos e inexpressivos. A solução que o Brasil encontrou para o desequilíbrio entre a produção muito maior que o consumo serviu para fortalecer esses competidores à custa de um desgaste de nossa parte.

Sem o desejar, adotamos medidas profundamente altruístas em benefício dos produtores da rubiácea no exterior que receberam gratuitamente o favor de um bom preço para ela. Com isso fizemos aumentar o valor do café para os nossos competidores.

POLÍTICA DE GUARDA-CHUVA E CAFÉ SOLÚVEL

Se por volta de 1905-1906 estávamos em condições de firmar definitivamente a nossa absoluta supremacia no campo da produção mundial, com o abandono progressivo das velhas culturas estrangeiras cada vez mais incapazes de competir conosco, não chegamos, talvez por não termos agüentado fazer este último esforço, a afogar a concorrência. Pelo contrário, o Convênio de Taubaté salvou do afogamento todos os que se alinhavam no outro lado da arena de luta econômica do café, dando-lhes uma substancial colher-de-chá. A consequência disto estamos sentindo até hoje porque ao invés de nos afastarmos dessa orientação suicida, que poderia ter sido ocasional, temos persistido nela até o início deste ano de 1971, quando mudamos radicalmente. Esta orientação que prevaleceu até esta época é chamada atualmente de "política de guarda-chuva" (que

abríamos para proteger os outros). A grosso modo podemos notar alguns dos malefícios oriundos dela, pela simples observação do quadro abaixo:

Ano da safra	Total brasileiro	Exportação estrangeira
1906	23 milhões de sacas	4,5 milhões de sacas
1971	24,5 milhões de sacas	30 milhões de sacas

Obs.: estes dados são aproximados, tivemos em 1959 a grande safra de 43,5 milhões de sacas e a de 1966 de 37,7 milhões de sacas.

Nestes últimos dez anos o panorama cafeeiro mundial passou a apresentar um novo elemento que tem adquirido cores cada vez mais vivas e insinuantes e que resulta de um processo de industrialização: é o café solúvel. Se bem que ele não tenha conseguido deslocar da sua posição predominante a bebida preparada pelo sistema tradicional que é indiscutivelmente mais saborosa, permanecendo vastas áreas do Globo infensas a essa novidade, inclusive o Brasil em bloco, o café solúvel progride na conquista de novos e fervorosos adeptos e simpatizantes pela facilidade que apresenta no seu preparo. Como dispensa mão-de-obra em relação à bebida tradicional, a previsão é de que o seu consumo aumente nos países de conjuntura pós-industrial. Admite-se também que o seu processo de industrialização ainda não atingiu a plena eficiência e que evoluirá até eliminar os maiores defeitos, entre eles a perda do sabor original e tradicional. Fala-se que o processo de "liofilização" já representa um grande passo à frente e recentemente a imprensa noticiou a patente e o contrato por firmas norte-americanas de um novo processo revolucionário inventado por um brasileiro, que seguirá para os EUA a fim de dirigir a nova linha de produção.

O Brasil não ficou alheio à importância do solúvel e tornou-se grande produtor para fins de exportação. Daí surgiram desentendimentos com os EUA que pressionaram para que modificássemos o sistema de sua comercialização, tendo em vista que a nossa concorrência tendia a vencer produtores norte-americanos. Neste começo de 1971 as duas nações chegaram a um acordo, que entretanto está periclitando apesar das vantagens que trouxe para ambos.

COMÉRCIO, SAQUES CARECAS E QUOTAS DE CONTRIBUIÇÃO

Como segundo produto em importância no mundo quanto ao comércio, não resta dúvida que este deve ser técnico e altamente disciplinado. Há, por exemplo, uma nítida diferença entre o mercado interno e o externo. Esta diferença que chegou a estabelecer um preço irrisório para a rubiácea em âmbito nacional, quando comparado com o seu valor internacional, já foi causa de muito

contrabando para o Paraguai. Atualmente o desnível vem diminuindo, conforme política governamental iniciada há cerca de cinco anos.

Mas, mesmo internamente o comércio do café não é para amadores e acaba resultando num jogo porque a planta sofre muito com as variações climáticas e conseqüentemente o volume das safras que resultam em flutuações grandes nos preços. Acontece também que o Brasil não é um compartimento estanque do comércio mundial e quando as pressões de fora são grandes, se fazem sentir aqui dentro. Em muitas ocasiões os negócios entram em fase de paralisação, originando a grita dos produtores, geralmente pressionados pelos compromissos assumidos com os bancos. Como às vèzes o mercado já originou prejuizos e os comerciantes não queriam arriscar ou não podiam fazê-lo, o govêrno através dos organismos de créditos autorizou a êstes, "financiamento a descoberto", geralmente a curto prazo (noventa dias). Êste tipo de financiamento é diferente de todos os outros normais, que se conhece: o comerciante recebe o dinheiro antes da compra do café que vai garanti-lo. O saque que êle efetua portanto é chamado de careca porque a segurança do credor é um vazio, a ser preenchido com a mercadoria, posteriormente. Os saques carecas têm sido muito criticados porque, entre outros males, favorecem a inflação e o que é pior, muitas vèzes as autoridades se vêm na obrigação de prorrogar o prazo para até quase um ano, a fim de evitar crise de maior amplitude. Mas a verdade é que o comércio cafeeiro pode e dá grandes lucros, mas também pode e deu grandes prejuizos e a solução dos financiamentos a descoberto é uma medida que dinamiza um mercado recessivo e estagnado que acarretaria desvantagens provávelmente mais graves do que o saque careca. Entretanto, a sua existência é ocasional e desaparece com o fortalecimento do capital de giro das empresas comerciais.

O confisco cambial ou quota de contribuição (denominação mais correta porque legal) é outro elemento do comércio cafeeiro ligado porém ao mercado externo. A sua origem remonta à época do Convênio de Taubaté. Para se atender aos objetivos básicos do acôrdo que eram a sustentação de um bom preço, lançou-se uma sobretaxa de 3 francos-ouro por saca destinada à exportação, que seria utilizada para a cobertura dos empréstimos necessários à operação. Atualmente ainda se cobra uma taxa que é a quota de contribuição e destina-se não exatamente àqueles fins mas a atender igualmente uma boa posição no mercado internacional.

POLÍTICA ECONÔMICA DO CAFÉ

A produção e o comércio cafeeiro tanto no âmbito nacional como internacional constituem empreitadas difíceis e complicadas. A produção costuma ultrapassar o consumo e causar danos profundos a cafeicultores e comerciantes.

Vários órgãos já foram criados e extintos no Brasil com o fim de organizar, orientar e disciplinar a produção e comércio dessa rubiácea em constante desequilíbrio entre a oferta e a procura. Atualmente quem se encarrega de realizar estas tarefas é o Instituto Brasileiro do Café, (IBC), criado a 22-12-1952 pela Lei nº 1.775. Incumbe-lhe executar a política econômica cafeeira no País e no exterior, incluindo a promoção do aperfeiçoamento tecnológico. Já se vê que a sua tarefa não é fácil. Ele é que estabelece, por exemplo, o valor da quota de contribuição, que muitas vezes não é compreendida pelos cafeicultores. Com as profundas modificações que atravessa a política cafeeira neste ano, o confisco cambial tem tido o seu valor muito flutuante; esteve perto da casa dos vinte dólares no começo do ano para descer a US\$ 19.20 no mês de março e chegar aos US\$ 17.75 em fins do mês de julho. Atualmente ele oscila em torno dos US\$ 18.00.

O IBC também regula o preço interno do café através de subsídios aos torradores nacionais. Sabemos que em abril do corrente ano estes estavam pagando cerca de Cr\$ 80,00 por saca quando o preço normal oscilava entre Cr\$ 140,00 a Cr\$ 160,00. Ele ainda se incumbe de estabelecer um "preço-base" para o mercado interno, que vem a ser a mesma coisa que os conhecidos preços-mínimos para os produtos agrícolas. Representa uma garantia porque se o cafeicultor ou a empresa comerciante não encontra melhor oferta, vende ao IBC pelo valor determinado. Para evitar estagnação dos negócios, desde os princípios do ano o Instituto já fixou o "preço-base" para janeiro de 1972, em Cr\$ 182,00.

O financiamento da lavoura não é descuidado por esse órgão. Os fazendeiros mesmo declaram que são "superofertados" de créditos pelos bancos que por sua vez são estimulados pelos numerosos incentivos governamentais.

Atualmente o IBC dispõe de 513 milhões de cruzeiros para financiar a renovação da lavoura, prevendo 200 milhões de novas mudas selecionadas. O fazendeiro recebe Cr\$ 2,00 por cova, sendo Cr\$ 1,20 no primeiro ano, Cr\$ 0,30 no segundo e Cr\$ 0,50 no terceiro. Pagará 20% do financiamento no quarto ano, 30% no quinto e 50% no sexto, tudo a juros de 6% a.a. Existem ainda financiamentos para adubação e outros.

No âmbito externo existe também um órgão encarregado de disciplinar a economia cafeeira. É a Organização Internacional do Café (OIC). Tem sua sede em Londres e congrega tanto as nações produtoras como as consumidoras, pois ambas estão interessadas em evitar oscilações bruscas e violentas nos preços. Estas nações, dentro deste órgão estabelecem quotas de exportação para as produtoras e tomam outras providências tudo consubstanciado num documento que é o Acordo Internacional do Café (AIC).

TECNOLOGIA

É considerado ponto pacífico que o Brasil possui a melhor tecnologia do café, mas igualmente se reconhece que a sua cultura ainda tem muito que progredir. Nunca é demais aplaudir os trabalhos científicos de grandes efeitos práticos realizados pelo Instituto Agronômico de Campinas (IAC), nem esquecer a impar contribuição da Escola Superior de Agricultura "Luís de Queiroz" (ESALQ), ambos de inextinguível eficácia para uma melhor tecnologia, como esta que já dispomos.

Muitas variedades novas desta planta foram seleccionadas pelo Instituto Agronômico de Campinas e algumas delas apresentam vantagens substanciais em relação às antigas, das quais o Bourbon é o principal representante. Os novos tipos são o Mundo Novo, que produz 50% a 95% a mais quando comparado respectivamente com o Bourbon amarelo e o vermelho e o Caturra, também muito mais produtivo que as variedades antigas, com a vantagem de facilitar a colheita por ser de menor porte, e ainda o Catuai, resultante do cruzamento destes tipos novos e o Acaia que é uma seleção do Mundo Novo com favas de maior tamanho, ótimo para certos mercados como a Alemanha onde os consumidores preferem comprar os grãos para moer em casa.

A tecnologia da adubação também evoluiu bastante e os fazendeiros já têm outras idéias a seu respeito, bem diferentes daquelas da década de 1920-30. Mas elas ainda vão se modificar, pois conforme técnicas desenvolvidas pelo Centro de Energia Nuclear da Agricultura, notável instituição filiada à ESALQ, o Brasil poderá economizar 800 milhões de cruzeiros por ano na adubação do café, aplicando certos adubos (fosfatados) por aspersão nas folhas, em vez de seguir os métodos atuais. A tecnologia brasileira também evoluiu consideravelmente no combate às pragas e na formação e inspeção de viveiros, que são empresas destinadas a formar mudas seleccionadas. A nossa sólida infra-estrutura cafeeira é representada por uma eficiente e dinâmica tecnologia.

Atualmente a cafeicultura se encontra na defensiva perante um novo inimigo que veio da África para realizar um ataque violento e, por enquanto, implacável. É a ferrugem ou Hemileia Vastatrix. Os órgãos responsáveis estão envidando todos os esforços para combater este mal. Este é o mais novo desafio que a tecnologia brasileira do café enfrenta. Confiamos nela, não só neste aspecto como em outros, como, por exemplo, a colheita mecânica, outra imposição da nossa marcha para a industrialização.

O MERCADO INTERNACIONAL

Não tem sido nada calmo o mercado internacional neste último ano. Mostrou-se pelo contrário um grande problema para os países

produtores. Para o Brasil este problema é dividido em duas partes perfeitamente distintas: uma referente ao solúvel e outra ao café tradicional ou cru.

Infelizmente são os EUA, de quem temos sido fiéis aliados não apenas nas fases críticas de confrontação da bipolarização do Mundo, após a Segunda Guerra Mundial, mas ao longo de toda a nossa vida como nação independente, que têm criado as maiores dificuldades para o café brasileiro. Inicialmente os embaraços foram na área do solúvel e agora estão no outro setor.

O mercado cafeeiro norte-americano é grande consumidor do solúvel e disto se aproveitavam as indústrias brasileiras produtoras desta bebida tanto na forma acabada como semi-acabada. Acontece que os industriais concorrentes dos EUA reclamaram junto aos seus congressistas acusando o Brasil de adotar uma política que os prejudicava diretamente. Queixavam-se de que o café utilizado pelos fabricantes nacionais está isento da quota de contribuição e consequentemente ter um preço muito inferior ao comprado por eles que era onerado por ela. Alegavam ser essa a razão da indústria norte-americana não poder competir com o nosso café solúvel. Por seu lado o Brasil contra-argumentava que essa situação não foi criada artificialmente, mas era uma consequência natural da execução da tradicional política brasileira com relação ao café; quer dizer, só o café exportado pagava a quota de contribuição. Em maio de 1969 as duas nações terminaram por chegar a um acordo, comprometendo-se o Brasil a cobrar uma taxa de 13 centavos de dólares por libra-pêso de café solúvel exportado, fazendo assim crescer o seu preço no mercado norte-americano e dando condições de competição à sua indústria. Acontece que isto não foi suficiente, conforme alegação insistente dos produtores de solúvel daquele país. Como os congressistas aceitaram advogar esta causa de seus concidadãos e ameaçaram não revalidar a permanência dos EUA no Acordo Internacional do Café, o Brasil cedeu pela segunda vez dentro das seguintes condições: o IBC coloca à disposição das fábricas norte-americanas de solúvel uma quantidade de café cru, isento do confisco cambial. Essa quantidade, inicialmente, foi fixada em 560 mil sacas, mas poderá ser modificada se as exportações brasileiras de solúvel flutuarem para mais ou para menos de 15% em um ano. Concomitantemente, foi extinta a taxa de exportação para este café industrializado, estabelecida anteriormente.

Tudo isto não é suficiente para se afirmar que o problema do solúvel esteja resolvido porque o entendimento a que chegaram ambos os países consta de um documento que estabelece no seu preâmbulo o "propósito comum de fortalecimento do Convênio Internacional do Café". Este fortalecimento não se deu pois atualmente os EUA deixaram de renovar a sua participação no Acordo Internacional do

Café, resultando daí que os entendimentos relativos ao solúvel estão pendentes.

A outra questão refere-se ao aspecto geral do comércio cafeeiro e começou a agravar-se em agosto de 1971. Como se sabe, a Organização Internacional do Café tem a sua sede em Londres e anualmente reúne os representantes que dela fazem parte para fixar uma quota máxima de exportação para cada país produtor. Estas reuniões se realizam normalmente em agosto como está acontecendo agora. No ano passado o Brasil defendeu um ponto de vista que foi vencido: era o de fixar-se um montante de exportação que fôsse realista e que permitisse portanto um equilíbrio entre a oferta e a procura conseqüentemente mantendo preços compensadores para os produtores. Venceu a tese diametralmente oposta, defendida principalmente pelos EUA, que terminou por fixar um total geral de exportação muito elevado, implicando quotas parciais para cada nação produtora, tudo em discordância com a realidade da conjuntura da oferta e da procura. Muitas nações produtoras, sem compreender o verdadeiro significado desta decisão e com estoques muito grandes, ficaram inicialmente satisfeitas e felizes, pensando que iam ganhar mais, quando na verdade estavam atendendo os interesses das nações consumidoras. Estas é que, sendo as menos necessitadas porque na sua maioria não se alinham entre as subdesenvolvidas, se viram beneficiadas com a abundância de oferta e puderam comprar o café a preços baixos, tão baixos que se tornaram inferiores ao custo. Surgiu daí uma grita geral das nações produtoras, clamando por uma solução. Nessa ocasião o Brasil tomou medidas de grande significado: convocou para uma reunião no Rio de Janeiro os principais países produtores e com eles debateu o problema procurando esclarecer e ser esclarecido a fim de encontrar uma solução realista e, o que é mais importante: sem fazer alarde, anunciou com a palavra firme e decidida que abandonaria para sempre a política unilateral de sacrifícios isolados para a manutenção de bons preços internacionais para o café. Por outras palavras: fechávamos o guarda-chuva. Nesta reunião, realizada em janeiro deste ano com a presença dos dez maiores produtores, responsáveis por 87% do total mundial, o IBC mostrou com dados estatísticos os esforços e os resultados brasileiros em proveito de bons preços internacionais e que eram consubstanciados por destruição através de queima ou lançamento ao mar ou outros artifícios, de quantidades variáveis de nossas safras no passado.

Felizmente houve compreensão da parte dos países presentes, principalmente porque alguns já haviam sentido que o Brasil havia abandonado a tradicional política de guarda-chuva, razão da acentuada queda dos preços internacionais. Conseqüentemente houve total identidade de pontos de vista nas resoluções finais daquela reunião, propondo redução geral das quotas anteriormente estabele-

cidas em Londres. O Brasil resolveu e conseguiu colocar também o café na "hora da verdade". Os dez principais países produtores aqui reunidos, conhecidos como o Grupo de Genebra, convocaram uma reunião extraordinária da Organização Internacional do Café (OIC) no mês seguinte e conseguiram estabelecer as mudanças preconizadas; o volume das quotas baixou de 3 milhões de sacas, caindo de 54.7 milhões que era o nível antigo, no mês de março, com dispositivos tais que o corte pudesse aumentar e o total geral chegar a 50,6 milhões de sacas.

Esta solução foi boa porque permitiu uma reação dos preços até níveis compensadores para as nações produtoras. Entrou então o mundo cafeeiro num período de calma que não demorou mais que alguns meses. Já neste junho último, os EUA com todo o peso da sua importância como país maior consumidor mundial resolveu tomar uma medida de represália contra o Brasil por haveremos alargado o mar territorial para 200 milhas e criado com isso algumas dificuldades para a sua pesca. E a represália foi negar a sua continuação no AIC que estava assegurado até o fim daquele mês e dependia da aprovação do Congresso para permanecer, mas no entanto negou esta aprovação. O Brasil protestou contra essa associação injusta de duas questões diferentes porém nada conseguiu, ainda mais que o Executivo norte-americano havia pedido a revalidação do AIC aos legisladores.

As implicações desta situação são várias. De um lado ficam os EUA com o direito de tumultuar o mercado cafeeiro mundial. E daí surge uma falta de segurança para os nações produtoras e até para as nações consumidoras. Interessante é que o Brasil é o principal fornecedor, mas não contribui com mais do que aproximadamente 30% para as importações norte-americanas. Quer isto dizer que a represália contra nosso país trouxe prejuízos proporcionalmente maiores para o total dos outros exportadores para os EUA e estes nada têm a ver com o problema das 200 milhas. Por outro lado observamos que para o Brasil o café atualmente representa muito menos na balança cambial do que para outras nações produtoras como se pode observar no seguinte quadro:

Borundi	80,6%*	Haiti	38,99%
Colômbia	67,7%	Costa do Marfim ..	34,2%
Ruanda	67,1%	Guatemala	34,0%
Uganda	52,0%	Costa Rica	31,4%
Etiópia	51,4%	BRASIL	31,0%
Angola	42,7%	Madagascar	29,7%
El Salvador	42,1%	Camerum	25,2%

Vemos portanto que o Brasil tem menos a perder do que muitos países produtores. As nações que cultivam e fornecem o café para o mercado mundial são, no total, 41.

É de relativa tensão a situação mundial do café e igualmente dos 20 milhões de pessoas cujas atividades estão diretamente ligadas a ele, sendo que dêste total, entre 5 a 6 milhões encontram-se no Brasil, conforme estimativas fidedignas.



"Aprende a gravar na pedra os favores que receberes, os benefícios que te fizerem, as palavras de carinho, simpatia e estímulo que ouvires.

Aprende porém a escrever na areia, as injúrias, as ingratidões, as perfídias e as ironias que te ferirem pela estrada agreste da vida."

MALBA TAHAN

NOSSOS LEITORES PERGUNTAM

P — Funciona em território brasileiro alguma “Estação de Telemedida” para controle dos lançamentos de satélites do CENTRO ESPACIAL DE KORUL — GUIANA FRANCESA?

R — Sim. Em junho de 1968, o BRASIL e a FRANÇA assinaram um acordo para a implantação em FORTALEZA de uma Estação de Controle dos lançamentos efetuados pelo Centro Espacial Guianês. Tal Centro é uma realização do Centro Nacional de Estudos Espaciais Franceses — CNES —, sua localização é excepcional, situado perto da linha do EQUADOR, permite lançamentos dos importantes SATÉLITES GEOESTACIONARIOS.

A Estação de Telemedida de FORTALEZA, situada cerca de 2.000 km a SUDESTE de KORUL — GUIANA FRANCESA — é um verdadeiro complexo no gênero e compõe-se de 2 (dois) centros distantes de 17 km um do outro; um é denominado Centro de Emissão, o outro de Recepção. O primeiro assegura as emissões de telecomunicações destinadas ao Centro Espacial Guianês, o outro — de Recepção — permite a recepção das comunicações e dos sinais de telemedidas dos foguetes e dos satélites.

P — Ao lançar-se um satélite há necessidade do controle do funcionamento do foguete lançador?

R — Sim. É essencial que se controle o funcionamento do foguete lançador, com especial enfoque as “separações dos estágios” e a “injeção” sobre a órbita.

Se o controle da trajetória pode ser efetuado satisfatoriamente, partindo-se da própria base de lançamento, o mesmo não acontece com o do funcionamento interno do foguete, que é realizado por telemedidas. Com efeito, as medidas sobre o funcionamento interno são enviadas por um emissor, cujas emissões são de alcance limitado, e além disso grandemente prejudicadas na parte posterior do foguete pelos gases que emanam dos propulsores.

P — Em que formações geológicas podem ocorrer jazidas de petróleo?

R — Nas chamadas bacias sedimentares, que, no Brasil, totalizam 3.168 mil km².

P — Quais as principais bacias sedimentares do Brasil?**R — As bacias sedimentares do Brasil são:**

Acre	150.000 km2
Alto Amazonas	600.000 km2
Médio Amazonas	300.000 km2
Baixo Amazonas	100.000 km2
Marajó — Badajós	150.000 km2
Salinópolis — Vizeu — Bragança	5.000 km2
São Luís	15.000 km2
Barreirinhas	13.000 km2
Maranhão	700.000 km2
Potiguar	22.500 km2
Tucano Norte — Jatobá	14.000 km2
Tucano Sul e Central	121.500 km2
Sergipe — Alagoas	10.000 km2
Recôncavo	11.500 km2
Recife — João Pessoa	2.500 km2
Almada	200 km2
Jequitinhonha	2.000 km2
Espírito Santo	5.000 km2
Campos	600 km2
Paraná	1.000.000 km2
Pelotas	45.000 km2

P — A FORÇA AÉREA BRASILEIRA OPERA NO MOMENTO HELICÓPTEROS JET-RANGER?

R — Sim. Tais aparelhos são empregados em missões de contra-guerrilha. Seu armamento consiste de um lançador de foguetes de quatro tubos 2.75 no lado esquerdo e uma metralhadora de calibre .50 de reparo flexível do lado direito.

P — Os helicópteros têm possibilidade de VISIBILIDADE NOTURNA?

R — Sim. O Exército Americano criou um dispositivo que permite localizar o inimigo, utilizando-se apenas de um céu estrelado.

O dispositivo combina os últimos aperfeiçoamentos no campo da televisão com luminosidade reduzida, válvulas intensificadoras de imagem, filamentos óticos e iluminadores cobertos, o que proporciona uma imagem quase tão clara como se fôra de dia.

O rastreador noturno IROQUOIS passou bem pelos testes de operação e já se encontra instalado nos helicópteros IROQUOIS. O sistema utiliza dois sensores montados na parte dianteira do helicóptero, cada um com seu sistema próprio de visada. Um deles tem um sistema remoto que emprega uma televisão de baixa intensidade luminosa, o qual envia para a guarnição uma imagem nos três mostradores existentes na carlinga; o outro, um sistema de visada direta utilizando um intensificador de imagem, transmite para o atirador-co-piloto através de um cabo de filamentos óticos.

CONCURSO DE ADMISSÃO À ESCOLA PREPARATÓRIA DE CADETES DO EXÉRCITO

A — HISTÓRIA GERAL

1ª Questão: Conhecemos a história do antigo Egito:

- a) Através do Alcorão
- b) Graças à Bíblia
- c) Pela decifração dos hieróglifos
- d) Pelos achados do Mar Morto
- e) Graças à decifração dos cuneiformes por Champollion.

2ª Questão: O nome de Hamurábi:

- a) É o da pirâmide menfita
- b) Figura na Pedra de Roseta
- c) Está ligado ao Código
- d) Está ligado à reforma religiosa
- e) Iniciou a dinastia Tebana.

3ª Questão: A Grécia antiga:

- a) Sempre foi unificada
- b) Jamais foi unificada
- c) Compunha-se de numerosas cidades amigas entre si
- d) Caracterizava-se pela unidade territorial
- e) Era uma confederação de cidades.

4ª Questão: Os gregos da Antiguidade:

- a) Formaram uma civilização e cultura peculiar, sem receber influências externas
- b) Tinham suas origens étnicas nas tribos dos aqueus, jônios, dórios e eólios
- c) Eram indo-europeus mesclados com arianos e camitas
- d) Tinham em Delfos a capital política e religiosa do Império
- e) Tinham em Atenas a capital política do Império.

5ª Questão: A República Romana:

- a) Foi instituída pela plebe
- b) Assegurou mais direitos à plebe
- c) Foi uma vitória do patriciado e sua instituição
- d) Põe fim ao Império
- e) Foi fundada por Júlio César.

6ª Questão: A Gerúsia, a Apela e os éforos:

- a) Constituíam os órgãos de governo de Atenas
- b) Constituíam os órgãos do governo espartano
- c) Eram diferentes unidades militares que formavam a falange
- d) Eram as figuras mitológicas mais cultuadas
- e) Representavam respectivamente o povo, os aristocratas e os deuses espartanos.

7ª Questão: O Império Romano:

- a) Adotou o cristianismo por determinação de Otávio Augusto
- b) Venceu os francos de Carlos Magno na batalha de Zama (129 a.C.)
- c) Foi derrotado pelos gregos na batalha de Farsália (129 a.C.)
- d) Anexou a Dácia durante o governo de Júlio César
- e) Anexou o Egito durante o governo de Otávio Augusto.

8ª Questão: O Império Carolingio:

- a) Reproduziu territorialmente o Império Romano
- b) Lutou contra os califados de Bagdad e Córdoba
- c) Formou-se a partir do reino dos francos
- d) Teve sua capital em Roma
- e) Teve longa e brilhante duração.

9ª Questão: Os Muçulmanos:

- a) Conquistaram a Espanha depois da derrota do rei visigótico Rodrigo
- b) Estabeleceram o califado de Córdoba no século VIII, após a derrota do rei visigótico Rodrigo
- c) Venceram os ostrogodos em 516 na batalha de Guadalete
- d) Foram derrotados pelos ostrogodos em 516 na batalha de Guadalete
- e) Foram expulsos da Espanha após a vitória do rei visigótico Rodrigo.

10ª Questão: As Cruzadas:

- a) Não alcançaram o principal objetivo que era a libertação definitiva da Terra Santa do poder dos infiéis
- b) Alcançaram o principal objetivo libertando definitivamente a Terra Santa do poder dos infiéis
- c) Contribuíram para aumentar o poder feudal em detrimento do poder real
- d) Mostraram a superioridade militar do Ocidente sobre o Oriente
- e) Foram responsáveis pela formação de uma nova escola filosófica.

11ª Questão: A Guerra dos Cem Anos:

- a) No início foi uma luta entre suserano e vassalo e no final marcou a sedimentação do nacionalismo francês
- b) Foi uma luta de classe burguesa da França contra o Terceiro Estado
- c) Foi uma luta entre dois reis que terminou por consolidar o feudalismo inglês
- d) Foi no início uma luta pelo nacionalismo inglês e terminou como uma guerra entre suserano e vassalo
- e) Foi uma luta pela posse da coroa espanhola.

12ª Questão: A viagem de Colombo:

- a) Visava a descoberta das Índias Ocidentais
- b) Procurava o continente de Américo Vespúcio
- c) Pretendia demonstrar a redondeza da terra
- d) Visava o caminho das Índias
- e) Baseou-se na experiência de Vasco da Gama.

13ª Questão: A conquista do Peru foi realizada:

- a) Por Pedro de Valdivia
- b) Em proveito dos índios da região que se beneficiaram com a civilização
- c) Tendo como único objetivo a sede de riquezas
- d) Por Fernando Cortês
- e) Para vingar as afrontas que Atahualpa fizera ao rei da Espanha.

14ª Questão: O Renascimento:

- a) Nasceu na Grécia
- b) Teve origem na França
- c) Foi inexpressivo em Portugal
- d) Teve Roma e Florença como berços
- e) Não atingiu as ciências.

15ª Questão: O absolutismo na França:

- a) Foi assegurado pelos revolucionários das Frondas
- b) Teve em Richelieu o principal inimigo
- c) Permitiu o desenvolvimento de um governo liberal
- d) Teve em Luiz XIV, o Rei Sol, a figura mais representativa
- e) Teve em Luiz XV, o Rei Sol, o mais ilustre representante.

16ª Questão: A Luisiana região ao longo do Mississipi:

- a) Seu nome é homenagem ao rei absolutista Luiz XIII
- b) Foi conquistada por La Salle
- c) Seu nome é homenagem a Luiz XVI, o maior déspota esclarecido do século XVIII
- d) Foi incorporada à França no reinado de Luiz XV
- e) Foi conquistada por Louvois e Vauban.

17ª Questão: Os Estados Unidos:

- a) Proclamaram sua independência para aniquilar a Inglaterra
- b) Estabeleceram a Lei do Sêlo para angariar fundos para a luta pela independência
- c) Aproveitaram a anarquia da Revolução Francesa para abater a Inglaterra e assegurar sua independência
- d) Firmaram sua independência depois de vencer as tropas inglesas de George Washington
- e) Tiveram grande auxílio da França na sua vitoriosa luta pela independência.

18ª Questão: Napoleão Bonaparte:

- a) Foi sucessor legal de Luiz XVI
- b) Convocou a Assembléa do Terceiro Estado
- c) Conseguiu vencer economicamente a Rússia através do Bloqueio Continental
- d) Através de um golpe de astúcia e diplomacia, retirou do trono Espanhol a dinastia reinante e entregou aquela coroa a seu irmão
- e) Venceu os ingleses na batalha de Waterloo.

19ª Questão: A unidade alemã:

- a) Foi conseguida apesar dos obstáculos representados pelo Zollverein
- b) Foi apoiada militarmente pela dinastia dos Zollverein
- c) Teve em Bismarck, estadista prussiano, o principal articulador
- d) Teve total apoio da Áustria
- e) Foi apoiada militarmente pela dinastia dos Capetos.

- 20ª Questão: A unificação italiana:
- a) Vem dos tempos de Roma aos nossos dias
 - b) Realiza-se no governo do rei Vitor Manuel II, da Sardenha
 - c) Foi realizada pelo rei Carlos Alberto, auxiliado por Cavour e Garibaldi
 - d) Expulsou o Papa do Vaticano
 - e) Foi obra de Mussolini.

B — FÍSICA

- 21ª Questão: Uma balança de braços iguais serve para medir:
- a) A densidade
 - b) O peso
 - c) A massa
 - d) O volume
 - e) Nenhuma das anteriores.

- 22ª Questão: Um metro cúbico de ar atmosférico, nas condições normais, pesa aproximadamente:
- a) 10 Kgf
 - b) 1 Kgf
 - c) 10 gf
 - d) Não tem peso
 - e) Nenhuma das anteriores.

- 23ª Questão: Um automóvel, estacionado numa ladeira, geralmente não desliza, devido ao:
- a) Atrito
 - b) Freio de mão
 - c) Pedal da embreagem
 - d) Freio motor
 - e) Nenhuma das anteriores.

- 24ª Questão: Carregar molas pesadas normalmente exige:
- a) Dispendio de energia
 - b) Dispendio de força
 - c) Dispendio de velocidade
 - d) Dispendio de deslocamento
 - e) Dispendio de potência.

- 25ª Questão: Momento de uma força é:
- a) O instante em que ela é aplicada
 - b) O produto da força pela distância
 - c) O produto da força pelo tempo
 - d) O produto do tempo pela força
 - e) Nenhuma das anteriores.

26ª Questão: Uma gangorra é um tipo de:

- a) Brinquedo inocente
- b) Brinquedo perigoso
- c) Máquina simples
- d) Moto-contínuo
- e) Nenhuma das anteriores.

27ª Questão: É fácil atrair um filê de água com um:

- a) Pente de plástico
- b) Régua de madeira
- c) Apito de metal
- d) Livro de estória
- e) Flauta mágica.

28ª Questão: Santos está ao nível do mar. Lá a pressão atmosférica é relativamente:

- a) Baixa
- b) Nula
- c) Incomensurável
- d) Admirável
- e) Alta.

29ª Questão: Jogando um pedaço de ferro dentro da água, êle afunda logo. Um navio é feito também de ferro, logo:

- a) Lançado ao mar o navio afunda
- b) Navios não podem ser lançados ao mar
- c) Não afunda porque tem hélice
- d) Afunda, mas leva anos
- e) Nenhuma das anteriores.

30ª Questão: O comprimento máximo de um canudo de refrêscó é cerca de:

- a) 1 palmo
- b) 76 centímetros
- c) 1 metro quadrado
- d) 10 metros
- e) Não há máximo.

31ª Questão: A pressão no interior de uma câmara de ar furada é:

- a) 1 atmosfera
- b) 0,5 atmosfera
- c) Zero atmosfera
- d) 2 atmosferas
- e) Nenhuma das anteriores.

32ª Questão: O mesmo fenômeno que faz a lua orbitar em torno da terra, faz:

- a) Cargas elétricas do mesmo sinal atraírem-se
- b) A bomba atômica explodir
- c) A fumaça do cigarro subir
- d) As estrelas brilharem no céu
- e) O lápis cair no chão.

33ª Questão: A parte mais importante de um espelho é:

- a) O vidro por cima
- b) A pintura por trás
- c) A côr por baixo
- d) A moldura pelos lados
- e) Não se pode saber, com êsses dados.

34ª Questão: Em Física, 2m/s mais 2m/s são:

- a) 4m/s
- b) 0m/s
- c) 22m/s
- d) 16m/s
- e) Não se pode saber com êsses dados.

35ª Questão: A voz de uma pessoa entra no ouvido de outra a uma velocidade média de uns:

- a) 1 Km/h
- b) 10 Km/h
- c) 100 Km/h
- d) 1.000 Km/h
- e) 10.000 Km/h

36ª Questão: 10 m/Seg quer dizer que:

- a) Em cada 10 m o corpo gasta 1 seg ao quadrado para aumentar sua velocidade
- b) Em cada segundo a velocidade aumenta de 10 m/s
- c) Em cada metro a aceleração aumenta de 10 m/seg²
- d) Em cada 10 m o tempo aumenta de 1 seg ao quadrado
- e) Nenhuma das anteriores.

37ª Questão: Um copo de água gelada fica "suando" na parte:

- a) Interna
- b) Externa
- c) Superior
- d) Inferior
- e) Nenhuma das anteriores.

- 38ª Questão: A velocidade da corrente de elétrons nos fios comuns de ligação é de aproximadamente:
- a) Alguns milímetros por segundo
 - b) Alguns metros por segundo
 - c) Alguns quilômetros por segundo
 - d) Milhares de quilômetros por segundo
 - e) Não se pode saber.
- 39ª Questão: O Equador terrestre mede uns 40.000 km. Portanto, em 1 segundo, a luz pode dar, em torno da terra umas:
- a) 20,7 voltas
 - b) 305 voltas
 - c) 300.000 voltas
 - d) 15,8 voltas
 - e) Nenhuma das anteriores.
- 40ª Questão: A frequência da estação PRA-2, Rádio Ministério da Educação e Cultura é 800 quiloherz. O comprimento de suas ondas é aproximadamente:
- a) 175 m
 - b) 575 m
 - c) 275 m
 - d) 375 m
 - e) 475 m

C — B I O L O G I A

- 41ª Questão: No homem normal observamos a seguinte relação:
- a) Estatura = envergadura
 - b) Estatura = $1,5 \times$ perímetro torácico
 - c) Estatura = $9 \times$ altura do esterno
 - d) Estatura = $6 \times$ altura do abdômen
 - e) Nenhuma relação acima está certa.
- 42ª Questão: No reino vegetal, os vegetais inferiores:
- a) Possuem raiz, caule e semente
 - b) Caule e semente
 - c) Caule, folha e flores
 - d) Raiz e caule
 - e) Não possui nenhum dos elementos acima mencionados.
- 43ª Questão: O cúbito é um osso:
- a) Do tórax
 - b) Do braço
 - c) Do antebraço
 - d) Da bacia
 - e) Da perna

44ª Questão: O controle da respiração é exercido:

- a) Pelo cérebro
- b) Pelo bulbo
- c) Pela medula
- d) Pelo músculo diafragmático
- e) Pelos pulmões.

45ª Questão: No tecido nervoso:

- a) A substância branca é formada pelos neurônios
- b) Os estímulos nervosos motores se originam na substância branca
- c) Os estímulos nervosos são conduzidos pela substância branca
- d) A substância cinzenta é formada pelos axônios
- e) O estímulo nervoso sensitivo é o que caminha do centro nervoso para uma parte qualquer do corpo.

46ª Questão: O sangue é constituído:

- a) De plasma + glóbulos vermelhos
- b) De plasma + elementos figurados
- c) De soro + glóbulos vermelhos
- d) De soro + elementos figurados
- e) Nenhuma das constituições acima está certa.

47ª Questão: De que aparelho faz parte a faringe?

- a) Só faz parte do aparelho digestivo
- b) Só faz parte do aparelho respiratório
- c) Não faz parte nem do aparelho digestivo nem do respiratório
- d) Faz parte do aparelho de fonação
- e) Nenhuma das respostas acima está certa.

48ª Questão: Os ureteres são:

- a) Órgãos tubulosos, estreitos, que vão do bexigão à bexiga
- b) Órgãos tubulosos que vão da bexiga ao exterior
- c) Canaliculos que constituem a continuação dos corpúsculos renais
- d) Túbulos que desembocam nos cálices renais
- e) Túbulos que formam a alça de Henle do néfron.

49ª Questão: Qual é a melhor alimentação, nos cardápios seguintes:

- a) Açúcar, gorduras e frutas
- b) Carnes, açúcares e frutas
- c) Verduras, carnes e peixes
- d) Legumes, leite e cereais, integrais
- e) Frutas, açúcar e legumes.

50ª Questão: A "solitária", verme perigoso, é originária:

- a) De peixes de rios
- b) De carne de porco
- c) De carne de galinha doente
- d) De verduras contaminadas mal lavadas
- e) De leite não pasteurizado.

A — HISTÓRIA GERAL

1ª Questão: O Egito não é um deserto:

- a) Graças ao clima úmido.
- b) Devido ao rio Eufrates.
- c) Porque é irrigado pelo Nilo.
- d) Porque está situado na Bacia do Mediterrâneo.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

2ª Questão: A Grécia foi unificada:

- a) Por Alexandre da Macedónia.
- b) Por Felipe II da Macedónia.
- c) Por Demóstenes.
- d) Pelos persas de Dario.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

3ª Questão: A República Romana:

- a) Antecede à Realeza.
- b) É substituída pela Realeza.
- c) Põe fim à Realeza.
- d) Foi instituída pela plebe.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

4ª Questão: O Império de Carlos Magno:

- a) Teve longa duração.
- b) Foi conquistado pelos mouros.
- c) Foi destruído pelos bárbaros.
- d) Foi dividido entre seus netos.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

5ª Questão: Os árabes estabeleceram-se na Península Ibérica em 711:

- a) E lá permaneceram por cinco séculos.
- b) E foram expulsos sete séculos depois.
- c) Graças ao hábil comando de Maomé.
- d) Após dominarem a França.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

6ª Questão: As Cruzadas:

- a) Libertaram definitivamente Jerusalém do domínio islâmico.
- b) Libertaram temporariamente Jerusalém.
- c) Combateram as idéias reformistas.
- d) Foram pregadas por Maomé.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

7ª Questão: A Guerra dos Cem Anos:

- a) Foi provocada por Joana D'Arc.
- b) Foi originada pela chamada questão da Guiana.
- c) Foi um choque entre Portugal e Espanha.
- d) Termina com a queda de Constantinopla em 1453.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

8ª Questão: O Renascimento:

- a) Originou-se da expansão romana no Ocidente.
- b) Nasceu na Itália.
- c) Surgiu com as grandes descobertas marítimas.
- d) Não teve grandes repercussões nas artes.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

9ª Questão: O Anglicanismo:

- a) Foi fundado por Martinho Lutero.
- b) Foi fundado por Henrique VIII.
- c) Foi adotado na Gália.
- d) Foi defendido por Fernando, o Católico.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

10ª Questão: A colônia inglesa de Maryland, na América do Norte:

- a) Foi fundada por puritanos.
- b) Foi fundada pela Companhia de Londres.
- c) Foi fundada por Lord Baltimore, um católico inglês.
- d) Foi a primeira colônia francesa na costa do Atlântico.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

11ª Questão: A região platina foi colonizada:

- a) Pelos espanhóis vindos do Peru, que fundaram Buenos Aires.
- b) Pelos portugueses que fundaram ali as primeiras vilas e povoados.
- c) A partir de Assunção, pois falhara a primeira tentativa de fundação de Buenos Aires.
- d) A partir de Montevideu, pois falhara a primeira tentativa de fundação de Assunção.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

12ª Questão: Na França, o absolutismo:

- a) Foi melhor representado pelo rei Henrique IV que extinguiu o poder feudal.
- b) Teve em Richelieu um grande inimigo, pois era favorável ao liberalismo.
- c) Foi assegurado por Mazzarino, ministro de Luiz XI.
- d) Foi melhor representado por Luiz XIV que governou sem resistência do poder feudal.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

13ª Questão: Chamamos despotismo esclarecido:

- a) A monarquia absoluta que governava realizando reformas sócio-econômicas básicas em proveito dos súditos.
- b) Ao regime político que abatia o poder dos nobres.
- c) A monarquia parlamentar.
- d) A monarquia absoluta que punha em prática as idéias liberais e democráticas.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

14ª Questão: As idéias filosóficas do século XVIII:

- a) Que eram absolutistas na sua assência, impuseram o regime ditatorial inglês.
- b) Que eram predominantemente liberais, impulsionaram a Revolução Francesa.
- c) São melhor representadas pelos pensamentos de Rousseau, Maquiavel, Hobbes e Voltaire.
- d) Têm suas origens na obra de Dante.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

15ª Questão: A Revolução Francesa:

- a) Foi iniciada pela revolta de Napoleão Bonaparte contra o rei Luiz XVI.
- b) Terminou com a decapitação do rei Luiz XVI.
- c) Influuiu na chamada Conjuração Baiana ou dos Alfaiates.
- d) Ocasionou a Independência aos EUA.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

16ª Questão: A independência das colônias espanholas:

- a) Foi consequência da política ibérica de Luiz XVI.
- b) Não assegurou a paz social nas novas nações.
- c) Assegurou a paz e a ordem dentro das novas nações.
- d) Teve em Simão Bolívar a maior figura dentro da área da América Central.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

17ª Questão: A Independência dos EUA:

- a) Foi precedida por lutas nativistas, que surgiram desde o início da colonização.
- b) Foi assegurada pelo apoio dos austríacos, franceses e ingleses.
- c) Teve em Thomas Jefferson o grande comandante militar.
- d) Foi apoiada fortemente, econômica e militarmente, pela França de Luiz XVI.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

18ª Questão: A Alemanha:

- a) Que hoje se encontra dividida, organizou-se como Estado por influência da Espanha.
- b) Organizou-se como Estado sob a orientação do estadista prussiano Bismarck.
- c) Organizou-se como Estado sob a orientação do estadista austríaco Zollverein.
- d) Encontra-se atualmente dividida em consequência da orientação do austríaco Meternick.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

19ª Questão: A Itália:

- a) Constitui um Estado derivado do antigo Estado Romano.
- b) Foi unificada no século XIX por Sérgio Túlio.
- c) Conseguiu a sua unificação política após a vitória sobre a França de Napoleão III.
- d) Deve muito da sua unificação política contemporânea a Giuseppe Garibaldi que participou da Revolta Farrroupilha.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

20ª Questão: O Mundo Atual:

- a) Encontra-se em paz desde o fim da 2.ª Guerra Mundial (1939 - 1945).
- b) Encontra-se dividido em vários blocos de nações, antagônicos, sendo os mais notáveis: o bloco Ocidental ou Democrático e o Socialista.
- c) Encontra-se dividido em vários blocos de nações, sendo o mais notável conhecido por Terceiro Mundo.
- d) É governado pela Organização das Nações Unidas.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

B — FÍSICA

21ª Questão: Um automóvel consegue subir uma ladeira porque:

- a) O motor tem muita força.
- b) Existe também atrito entre o pneu e o solo.
- c) As rodas giram depressa.
- d) Ele não é muito pesado.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

22ª Questão: Quem executa maior quantidade de trabalho:

um guindaste que levanta um peso de 5.200 Kgf a uma altura de 5 cm do solo, ou um operário que ergue 30 Kgf a uma altura de 9 m ?

- a) O guindaste.
- b) O operário.
- c) São iguais.
- d) Não se pode fazer a comparação.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

23ª Questão: Nos edifícios muito compridos, deve-se fazer a construção em blocos separados, independentes um do outro. Tal fato deve-se a:

- a) Ser mais fácil executar a construção.
- b) Nenhuma explicação lógica tem essa atitude.
- c) Prevenir a dilatação térmica.
- d) Dar maior segurança a obra em caso de desabamento.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

24ª Questão: As formas de transmissão de calor são:

- a) Condução, liquefação, condensação.
- b) Irradiação, condução, dilatação.
- c) Convecção, condução, fusão.
- d) Convecção, irradiação, condução.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

25ª Questão: Um menino arremessa uma bola para cima. A energia mecânica que a bola possui:

- a) Mantém-se com a subida.
- b) Diminui com a subida.
- c) Aumenta com a subida.
- d) Pode aumentar ou diminuir com a subida.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

- 26ª Questão: Sublimação e Liquefação são os nomes atribuídos respectivamente às mudanças de estado:
- a) Sólido para líquido e líquido para gasoso.
 - b) Sólido para gasoso e gasoso para líquido.
 - c) Gasoso para sólido e gasoso para líquido.
 - d) Gasoso para sólido e líquido para gasoso.
 - e) Nenhuma das alternativas acima.
- 27ª Questão: Misturam-se 20 kg de água a 30°C e com 20 kg de água a 40°C. A mistura terá temperatura final:
- a) 30° C
 - b) 40° C
 - c) 70° C
 - d) 35° C
 - e) Nenhuma das alternativas acima.
- 28ª Questão: Qual é a posição mais favorável para se usar uma alavanca quando se quer maior rendimento?
- a) Com o ponto de apoio entre a potência e a resistência.
 - b) Com a potência entre a resistência e o ponto de apoio.
 - c) O momento da resistência menor que o da potência.
 - d) Com a resistência e a potência aplicada no mesmo ponto.
 - e) Nenhuma das alternativas acima.
- 30ª Questão: O funcionamento de uma lente se baseia no fenômeno da:
- a) Reflexão.
 - b) Refração.
 - c) Difração.
 - d) Difusão.
 - e) Nenhuma das alternativas acima.
- 31ª Questão: Se houver brisa suficiente, na praia, pela manhã, os papagaios (maranhões, pipas, etc.) voam:
- a) Do lado da terra.
 - b) Do lado do mar.
 - c) Ao longo da praia.
 - d) Não dá para empinar.
 - e) Nenhuma das alternativas acima.

- 32ª Questão: Costuma-se furar 2 vezes a parte de cima de uma lata de óleo, para deixar escorrer o líquido, porque:
- a) A pressão interna é maior.
 - b) A pressão atmosférica comprime melhor a lata.
 - c) A pressão externa é menor.
 - d) O óleo sai e o ar entra pelo outro furo.
 - e) Nenhuma das alternativas acima.
- 33ª Questão: Os astronautas da Apollo XI, para conversarem entre si na Lua, precisavam:
- a) Falar em voz alta.
 - b) Usar rádio.
 - c) Tirar o capacete para falar.
 - d) Usar saltos de borracha.
 - e) Nenhuma das alternativas acima.
- 34ª Questão: O que sustenta um avião a hélice, no ar, é:
- a) O giro rapidíssimo da hélice.
 - b) A pressão atmosférica.
 - c) Uma diferença de pressão.
 - d) O movimento do motor.
 - e) Nenhuma das alternativas acima.
- 35ª Questão: Deixa-se um pedaço de gelo dentro de um recipiente derreter um pouco. Então:
- a) O gelo e a água estão à mesma temperatura.
 - b) O gelo está mais quente que a água.
 - c) A água está mais quente que o gelo.
 - d) O gelo não pode virar água.
 - e) Nenhuma das alternativas acima.
- 36ª Questão: A navegação de um submarino lembra-nos logo:
- a) O princípio de Arquimedes.
 - b) O princípio de Einstein.
 - c) O princípio de Pascal.
 - d) O princípio da conservação da energia.
 - e) Nenhuma das alternativas acima.
- 37ª Questão: Um litro de água ao virar vapor ocupa um volume, aproximadamente:
- a) 2000 vezes maior.
 - b) 200 vezes maior.
 - c) 20 vezes maior.
 - d) 2 vezes maior.
 - e) Nenhuma das alternativas acima.

38ª Questão: Se partirmos ao meio um ímã em forma de barra:

- a) Estragamos o ímã.
- b) Ficamos com um pedaço bom e o outro imprestável.
- c) Ficamos com meio ímã.
- d) Ficamos com 2 ímãs.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

39ª Questão: Um aparelho que usa eletroímã, como peça principal é:

- a) Ferro elétrico.
- b) Rádio portátil.
- c) Campainha.
- d) Relógio de corda.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

40ª Questão: O núcleo de um átomo é constituído, geralmente, por:

- a) Elétrons e prótons.
- b) Elétrons e nêutrons.
- c) Somente nêutrons.
- d) Nêutrons e prótons.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

C — BIOLOGIA

41ª Questão: Se colocarmos uma raiz de um vegetal em germinação horizontalmente sobre uma superfície de serragem devidamente fôfa e úmida:

- a) Não penetra na serragem devido fototropismo + (positivo).
- b) Apresenta geotropismo — (negativo).
- c) Apresenta geotropismo + e penetra na serragem.
- d) A raiz morre.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

42ª Questão: As aves são animais vertebrados cuja característica principal é seu corpo ser coberto de penas, as quais apresentam alguns tipos, de acordo com sua finalidade. Retrizes são penas:

- a) Da cauda.
- b) Das asas.
- c) De revestimento do corpo.
- d) Da cauda, asas e revestimento do corpo.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

43ª Questão: Ao preparar a massa do pão necessitamos juntar fermento Fleischmann à farinha e à água, para que a massa cresça. O fermento Fleischmann é formado de lêvedos, portanto um fermento vivo de vegetais microscópicos. O crescimento da massa do pão tem consequência direta com:

- a) A formação de vapor d'água no interior da massa.
- b) A embebição da farinha.
- c) A dilatação da massa pelo efeito da temperatura do forno.
- d) A produção de..... pela fermentação dos lêvedos.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

44ª Questão: A trompa de Eustáquio é um canal importante do aparelho auditivo e serve para:

- a) Colhêr e conduzir impressões sonoras ao cérebro.
- b) Equilibrar a pressão atmosférica.
- c) Fornecer cerúmen.
- d) Possibilitar melhor movimentação da endolinfa.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

45ª Questão: O aparelho visual é constituído pelo conjunto de órgãos responsáveis pela recepção das impressões luminosas visuais ou ópticas. Para que a imagem se forme exatamente sobre a retina há o fenómeno da "acomodação da visão". A acomodação visual é realizada:

- a) Pela esclerótica.
- b) Pela retina.
- c) Pelo cristalino.
- d) Pela pupila.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

46ª Questão: Se quisermos polinizar uma flor de angiosperma, devemos retirar o pólen da antera e colocá-lo:

- a) Sobre o estigma da flor.
- b) Sobre a micrópila do óvulo.
- c) Na antera de outra flor.
- d) Dentro do ovário.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

47ª Questão: A planta é um ser vivo, autótrofo, pois elabora seu próprio alimento através da fotossíntese. Durante o processo da fotossíntese, o oxigênio liberado provém:

- a) Do próprio oxigênio do ar.
- b) Da clorofila.
- c) Do CO
- d) Da água.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

48ª Questão: Sabemos que para o estudo dos vegetais existem classificações distribuindo-os em ramos desde os mais inferiores até os mais evoluídos. Considerando-se os vegetais algas, licopódios, musgos e angiospermas, eles pertencem respectivamente aos ramos:

- a) Talófitos — briófitos — pteridófitos — espermáfitos.
- b) Talófitos — pteridófitos — briófitos — espermáfitos.
- c) Briófitos — pteridófitos — talófitos — espermáfitos.
- d) Briófitos — talófitos — espermáfitos — pteridófitos.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

49ª Questão: Um grupo de senhores foi chamado a um hospital da cidade para ajudar no atendimento de passageiros acidentados. Doaram sangue a todas as pessoas. Os passageiros conseguiram salvar-se. As pessoas doadoras pertenciam aos grupos sanguíneos:

- a) Grupo sanguíneo A.
- b) Grupo sanguíneo B.
- c) Grupo sanguíneo AB.
- d) Grupo sanguíneo O.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

50ª Questão: A classificação dos mamíferos é formada por grande número de ordens; considere os animais golfinho — gambá — tatu — capivara, os quais pertencem respectivamente às ordens:

- a) Marsupiais — xenartros — cetáceos — roedores.
- b) Cetáceos — xenartros — marsupiais — roedores.
- c) Cetáceos — marsupiais — xenartros — roedores.
- d) Xenartros — cetáceos — roedores marsupiais.
- e) Nenhuma das alternativas acima.

COLABORAÇÕES

- 1 — Dattlografados — em espaço 2 ou 3 — em um só lado do papel — máximo de 20 fôlhas (em princípio).
- 2 — Gráficos, croquis, organogramas, desenhos em geral: em papel vegetal (ou semelhante), tinta nanquim (preta).
- 3 — Fotografias: cópias em preto e branco; para reproduções, fotos já publicadas deverão ser suficientemente nítidas. Legendas numeradas, curtas e explícitas.
- 4 — Traduções: nome do autor e do tradutor — indicação completa da fonte — autorização (quando fôr o caso).
- 5 — Salvo em casos excepcionais, originais de colaborações não serão devolvidos.
- 6 — **IMPORTANTE!** Os originais devem ser entregues à Redação em condições adequadas, isto é: revisão da dattlografia — disposição correta de títulos, subtítulos, números, letras, etc. — referências oportunas a gráficos, fotos, etc. — clareza das correções feitas a mão — emprego apropriado de maiúsculas, grifos, carim, etc.
- 7 — Abreviaturas — somente as de uso consagrado, que não deixem margem a dúvidas; e as constantes do C 21-30, nos trabalhos cuja natureza as recomende.
- 8 — **AOS NOSSOS COLABORADORES!**

As páginas da A DEFESA NACIONAL estão abertas, como sempre estiveram, a todos quantos queiram colaborar conosco, enviando-nos seus trabalhos para publicação. Nem sequer é condição, para a aceitação de colaborações, que os seus autores sejam assinantes da Revista. Mas, é claro que preferiríamos que todos aqueles que ainda não tenham assinatura de A DEFESA, procurassem tomá-la, pois assim estariam ampliando a sua valiosa colaboração e, ao mesmo tempo, cooperando para a melhoria crescente e para o maior prestígio desta Revista, que já é "a sua Revista".



A GUERRA DE CLAUSEWITZ

(Da Revista The Army Quarterly
and Defense Journal)

O General Carl von Clausewitz era um oficial do Exército prussiano que morreu, há 140 anos, de cólera, contraída enquanto servia na fronteira polonesa como Chefe do Estado-Maior do agora esquecido de Observação, comandado pelo Marechal Gneisenau.

O propósito deste artigo é sugerir que há ainda muito prazer, e não pouco lucro profissional, com a leitura, ou nova leitura, do manuscrito interminado que ele deixou ao morrer. Este manuscrito foi subsequentemente publicado em 1832 com o título, *A Guerra*. Inacabado, como era, e escrito antes do avião, do tanque e das armas nucleares, o que, então, poderá tal obra oferecer ao oficial do Exército contemporâneo, além de um pouco de história militar?

Em primeiro lugar, o livro contém uma profunda, cuidadosa e extremamente sutil análise da natureza e da função da guerra. A ciência e a tecnologia podem ter mudado a natureza da guerra, mas seria difícil sustentar que elas mudaram completamente a natureza e função da guerra. A guerra é ainda "um ato de violência para compelir nosso oponente a fazer nossa vontade", e ainda "uma continuação das relações políticas, com uma combinação de outros meios". Ou pelo menos deveria ser, se é que ela deve existir.

Apenas quando escapa ao controle político, como aconteceu durante a guerra de 1914-1918, como talvez às vezes no Vietnã, e como certamente acontecerá no curso de uma guerra nuclear entre as superpotências, ela se torna o que Clausewitz chamou de "uma coisa independente de si".

Instrumento político

Embora o objetivo político da guerra seja sempre alguma forma de submissão do inimigo, argumenta Clausewitz, o desarmamento ou a aniquilação das Forças Armadas do inimigo se torna o objetivo imediato ou militar. Isto resulta numa corrida aos extremos da violência, à medida em que cada lado tentar desarmar ou aniquilar o outro. Esta é a guerra absoluta.

Em quarto lugar, Clausewitz nos deu uma linguagem para o estudo da guerra. Fricção, guerra popular, objetivo limitado, superioridade de números, meios estratégicos de utilizar a vitória, subsistência, comando de terra, invasão, diversão, interdependência, reserva estratégica, defensiva estratégica — estas palavras têm uma conotação moderna porque, embora usadas pela primeira vez, ou recebendo uma definição mais precisa por parte de Clausewitz, são também correntes hoje.

Clausewitz mais do que qualquer outro escritor militar identificou os conceitos e as categorias, que são os instrumentos essenciais do moderno pensamento político-militar. Se quisermos uma firme base de onde prosseguir na floresta do pensamento militar contemporâneo, nada melhor, por conseguinte, do que voltar até ele.

Idéias inovadoras

Finalmente, e como desenvolvimento do quarto ponto, *A Guerra* contém muito das idéias seminais das quais surgiu muito pensamen-

to militar subsequente. Uma compreensão da gênese destas idéias pode muita vez, por conseguinte, ser ao mesmo tempo esclarecedora e agradável para quem está militarmente envolvido. Não há espaço aqui para mencionar senão algumas delas. O "ponto culminante do ataque" é uma das mais importantes. Clausewitz escreveu:

"O poder do ataque gradualmente se exaure. A maioria (dos ataques estratégicos) ... leva apenas a um ponto em que as forças remanescentes são suficientes para manter uma defensiva e aguardar a paz. Além deste ponto, a balança vira, há uma reação; a violência de tal reação é comumente muito maior do que a força do golpe. A isto nós chamamos o ponto culminante do ataque."

Meios e fins

Igualmente, "só quando a política tende a produzir um efeito errado em relação a certos meios e medidas militares, um efeito contrário à sua natureza, é que o curso por ela preconizado pode ter efeito prejudicial na guerra". O que Clausewitz está dizendo é que, embora a guerra, ou o uso da força militar, sejam meios para fins políticos, aqueles que definem os fins devem levar em consideração a natureza dos meios, pois os fins não só determinam os meios, mas os meios influenciam os fins.

Basta voltar-se para a atual luta no Vietnã para apreciar o valor da sutileza de Clausewitz. Poder-se-ia, naturalmente, argu-

mentar que os soldados não têm de compreender a relação entre a guerra e a política; eles têm apenas de obedecer ordens. Eu duvido que isto tenha jamais sido verdadeiro, certamente não em qualquer nível substancial de comando independente.

Hoje, quando as razões para a atividade militar, ou a falta dela, não são mais sempre auto-evidentes; quando, pelo menos no que respeita ao Exército inglês, os tiros não são mais disparados ao sabor da cólera, mas um estado de alta preparação é, e o será durante muitos anos, essencial; quando, em última análise, o poder e a sobrevivência dependem da existência de armas que, disparadas, destruiriam, com toda certeza, este poder e negariam esta sobrevivência — nesta nova situação militar, os líderes militares certamente precisam compreender a natureza e função da guerra, as relações entre a política e a ameaça ou uso da força armada.

Luta pelo poder

Em segundo lugar, embora *A Guerra* se desenvolva no contexto da guerra terrestre continental, no início do século XIX, ela possui um caráter de universalidade, porque Clausewitz conseguiu discernir em tal guerra a operação da luta pelo poder e influência entre Estados, que é a substância de toda a estrutura do sistema político internacional, então e nos dias atuais.

Por conseguinte, o que Clausewitz escreveu é freqüentemente

tão relevante hoje quanto o foi em 1832; a relevância de teorias a respeito do uso do poder, os meios de conquistá-lo ou perdê-lo, a natureza de sua operação e suas relações não podem ser postos em dúvida na década dos 70.

Em terceiro lugar, Clausewitz, embora um teórico excepcional, foi também o supremo realista. Ele despiu a guerra do falso sentimento, de seus ornamentos coloridos, revelou-a tal qual é. Escreveu:

“Não me falem em generais que conquistam sem derramamento de sangue. Se um morticínio sangrento é uma visão horrível, então, esta é uma razão para se respeitar mais a guerra, mas não para tornarmos a espada que usamos cada vez mais cega por sentimentos de humanidade, até que alguém surja com uma, que é afiada, e corte o braço de nosso corpo.”

Para o soldado profissional tal clareza deve ser, ocasionalmente, um tônico revigorador.

A verdadeira guerra, contudo, não é assim porque não é nunca um ato isolado, não é decidida por um único golpe instantâneo e não produz resultados finais completos. O objetivo político, por conseguinte, reaparece e controla o curso de uma guerra, determinando como e até que ponto ela será travada. Na verdade, a guerra na vida real é um instrumento político.

Daí por que, por exemplo, o ponto de vista militar deve-se subordinar ao político, mesmo na guerra, e também porque Luden-

dorff, na década dos 20, recomendou que todas as teorias de Clausewitz deveriam "ser jogadas fora". Isto talvez possa parecer extremamente teórico e demasiado afastado das florestas do Sudeste da Ásia, ou mesmo dos corredores dos Quartéis-Generais britânicos, mas sem a ponte que tais teorias proporcionam entre a violência do campo de batalha e as intenções dos governos, a profissão das armas perderia sua significação.

Só através de tal pensamento teórico, ou pensamento como este, é que se pode compreender o destino final do General MacArthur ou as razões por que os Exércitos da NATO, dedicados como estão à defesa da liberdade, não deram um passo para evitar o esmagamento de sua trêmula flama na Hungria em 1956, ou na Tcheco-Eslováquia em 1968.

Ademais, as teorias de Clausewitz a respeito das relações entre a guerra e a política são como uma cebola com muitas peles. Ele nunca simplifica em excesso; ao se retirar uma pele aparece outra, com maior sutileza, por baixo. Assim, embora a política deva determinar todo o curso da guerra, "o objetivo político não é um legislador despótico, por causa disto; deve acomodar-se à natureza dos meios e, através disto, frequentemente, se modifica completamente".

Esta perspicácia foi confirmada na União Soviética em 1941-1943. Outra idéia muito importante é o conceito do "centro de gravidade". De acordo com Clausewitz:

"O essencial é manter em vista as relações predominantes de ambas as partes. Delas, um certo centro de gravidade, um centro de poder e movimento, se formará, do qual tudo depende; e contra este centro de gravidade do inimigo deve ser dirigido o golpe concentrado de todas as forças."

Outras importantes idéias, que não podem ser enumeradas aqui, são aquelas concernentes à força da defensiva, ao conceito de fricção, à importância dos fatores morais, aos conceitos de escalada e desescalada e à necessidade de objetivos de guerra claramente definidos.

Reputação imerecida

A Guerra pode oferecer tudo isto e muito mais. Por que, então, está tão pouco presente entre os livros de cabeceira dos oficiais do Exército inglês? Talvez a nacionalidade de Clausewitz tenha alguma coisa com isto e o fato de que ele tem desfrutado a reputação, mais ou menos imerecida, de ser sanguinário e adepto da guerra total.

Em verdade, naturalmente, Clausewitz raramente deliciou-se em fomentar a guerra. Ao contrário, ele advogava que "nenhuma guerra deveria ser iniciada — se as pessoas agissem sabiamente — sem se perguntarem: o que se ganhará por ela e com ela?" Ele também advertia que quanto mais a guerra "envolve a massa de Estados beligerantes e os atrai para seu vórtice... tanto mais necessário será também não dar o primeiro passo sem pensar qual poderá ser o último". Era apenas

quando a guerra tinha começado que Clausewitz advogava a batalha e o derramamento de sangue como meio militar mais eficaz de conseguir os fins da política.

Uma segunda razão é que *A Guerra* não é um livro de culinária militar, com uma coleção completa de receitas para vitória em situações definidas de batalha; não é, em outras palavras, da escola de pensamento militar "dos princípios da guerra". A teoria, pensava Clausewitz, "deveria educar o espírito do futuro líder na guerra, ou antes, guiá-lo em sua auto-instrução, mas não acompanhá-lo ao campo de batalha".

Ele, por conseguinte, não oferece atalhos. Também, porque ele via as coisas muito claramente seu estilo é às vezes, paradoxalmente, um pouco obscuro, pois o microscópio revelará frequentemente complexidade onde a vista desarmada discerne apenas uma aparente simplicidade. "Tudo é muito simples na guerra, mas a coisa mais simples é difícil". Isto poderia aplicar-se à *A Guerra*, bem como à guerra.

Ademais, as coisas não são facilitadas com o método dialético de Clausewitz que o leva a comparar tudo com seu oposto, a fim de clarificar as diferenças e chegar à verdade. Embora isto seja um método lógico eficaz e respeitável, pode levar o leitor descautelado à confusão e às vezes a acusações de inconsistência e contradição.

Assim, em uma passagem, Clausewitz afirma que a superioridade de número é "o princípio mais geral de vitória", enquanto mais

tarde conclui que tal superioridade não é uma "condição necessária de vitória". Representa isto uma contradição? Não, porque uma afirmação precede e a outra conclui um processo dialético de raciocínio. Contudo o leitor deve ter cuidado em considerar o capítulo inteiro e não confiar em citações ao acaso ou seletivas.

Miopia naval

Outra razão para a falta de popularidade de Clausewitz na Inglaterra é talvez o fato de *A Guerra* se preocupar quase exclusivamente com a guerra continental terrestre, principalmente da era napoleônica. Poder-se-ia, por conseguinte, sustentar que, para nós, Clausewitz é não só incompleto, tendo em vista que não lida com a estratégia marítima ou guerra naval, como também antiquado, porque foi superado pelo avião, tanque, missil, arma nuclear e o restante do arsenal militar tecnológico.

A questão da universalidade de Clausewitz já foi examinada antes. Aqui, deve-se admitir que ele, realmente, ignora o mar, da mesma maneira que ignora a guerra econômica. Ele faz muito poucas referências a navios ou poder marítimo e, quando as faz, elas são um tanto depreciativas.

A mais interessante refere-se a expedições marítimas, duvidando de seu valor. A expedição ao Norte da Holanda em 1799 e a expedição Walcheren, em 1809, de acordo com Clausewitz, "se justificam apenas porque não havia outra maneira de empregar as tropas inglesas". Ao discutir a travessia

de rios, ele nunca menciona a possibilidade de movimentos de flanqueamentos navais, e esta espécie de cegueira naval talvez tenha ajudado a impedir que o Estado-Maior alemão, anos mais tarde, solicitasse a adição de uma ala direita naval à ordem de batalha contida no plano Schlieffen.

No que tange aos assuntos econômicos, o pensamento de Clausewitz parece ter sido limitado aos problemas de suprimentos dos exércitos no campo de batalha. Deve-se admitir também que grande parte de sua tática e alguma de sua estratégia estão, naturalmente, desatualizadas.

Ademais, tais afirmações como "o método moderno de manter as tropas, isto é, apoderar-se de tudo que fôr encontrado no país sem levar em consideração ao *meum et teum*..."; "Não atiramos de um teatro de guerra contra outro"; "uma divisão de 8 mil homens, com sua artilharia e outras carrétas ocupa o espaço de uma légua" — estas e muitas outras partes de *A Guerra* são apenas de interesse para antiquários.

Filosofia política da guerra

Mas, mesmo quando se admite tudo isto, o livro permanece de grande valor contemporâneo porque Clausewitz usa apenas a estratégia terrestre, e as armas e processos administrativos da Prússia do começo do século XIX, como contexto de sua análise teórica da ameaça e uso de força militar nas lutas de poder entre Estados. Sua percepção destas lutas transcende seu contexto.

Naturalmente, grande parte do que ele diz não pode ser aplicado à nossa situação contemporânea sem interpretação e extrapolação, mas tal exercício compensa o esforço. Na verdade, o maior escritor inglês sobre estratégia naval, Sir Julian Corbett, baseou grande parte de seu pensamento estratégico em Clausewitz — embora o próprio Clausewitz não tenha lidado com o mar. Isto é em si uma nítida indicação da compreensão da análise da guerra por parte de Clausewitz.

Finalmente, mais outro fator na falta de popularidade de Clausewitz, neste país e nos Estados Unidos, talvez esteja relacionado com o fato discutido acima de que ele analisa lutas de poder entre Estados, tendo-se em vista que, em certos círculos, é de bom tom negar que tais lutas existem, ou que deveriam existir. A guerra, sob este ponto de vista, é uma catástrofe ou talvez uma cruzada, mas nunca um instrumento voluntário e racionalmente adotado de política estatal com objetivos limitados politicamente.

O principal crítico contemporâneo de Clausewitz, do ponto de vista de que a guerra não deveria ser considerada como um instrumento político legítimo, é o professor Anatol Rapoport, que escreve na recente edição de *A Guerra*, da Pelican: "Está se tornando claro que a guerra não é a continuação da política, mas um fracasso da política". De acordo com Rapoport, "a filosofia política da guerra (que Clausewitz corporifica) está falida".

Realismo

Este tipo de objeção da relevância atual de *A Guerra* é difícil de aceitar, uma vez que não se pode mudar a realidade declarando que o que parece ser verdadeiro não é verdadeiro, porque, se o fosse, seria uma infelicidade.

O sistema político internacional consiste de Estados soberanos mais ou menos independentes, ou grupos de tais Estados, e eles se relacionam uns com os outros através dos veículos de poder e influência. Na verdade, a potencialidade de conflito e violência inerente ao sistema é o preço da liberdade nacional. A guerra por motivos políticos, por conseguinte, participa agora do cenário político tanto quanto em 1832.

Entre superpotências nucleares, uma guerra geral seria obviamente contraproducente ou imprestável como instrumento político, mas o uso da ameaça de uma tal guerra não é necessariamente assim. A dissuasão parece funcionar e o mesmo acontece, freqüentemente, em relação à guerra fora do âmbito das grandes potências. A filosofia política da guerra não está de maneira alguma falida. Ademais, afirmar-se que a guerra é um fracasso da política é um gesto puramente retórico, a menos que se caracterize primeiro a política específica da qual é um fracasso. Não é certamente um fracasso de uma política belicosa.

Por precaução, contudo, gostaria de referir-me a mais três outras razões de particular relevância atual para ler, ou reler, *A Guerra*, além daquelas já delinea-

das e como um desenvolvimento delas. A primeira é que muitos dos escritores sobre estratégia nuclear, particularmente Aron Schelling e Kahn, baseiam grande parte de seu pensamento em Clausewitz e podem ser mais facilmente compreendidos quando o lemos antes. Naturalmente, os estrategistas nucleares escrevem mais acerca de dissuasão e coerção do que sobre guerra, mas embora Clausewitz obviamente não estivesse fundamentalmente interessado em dissuasão e coerção, muitos de seus conceitos e análises são tão aplicáveis neste campo como no da guerra.

Guerra limitada

"Uma aferição de forças pode ser feita, em casos em que os lados opostos são muito desiguais, por uma simples estimativa comparativa. Em tais casos, não ocorrerá nenhuma luta, e o mais fraco cederá imediatamente." Clausewitz não estava pensando na Tcheco-Eslováquia quando escreveu isto, mais bem que o poderia.

"Como poderá alguém, de fato, justificar aos olhos da razão o gasto de forças em guerra, se a ação não for o objetivo? O padeiro só acende o fogão se tiver pão para colocar nele; o cavalo só é atrelado à carruagem, se visamos andar nela; por que então fazer o enorme esforço de uma guerra, se não visamos outra coisa senão esforços semelhantes por parte do inimigo?"

Isto não é uma crítica da corrida de armamentos nucleares ou da filosofia de destruição mútua

assegurada, mas constitui um interessante comentário sobre ambos.

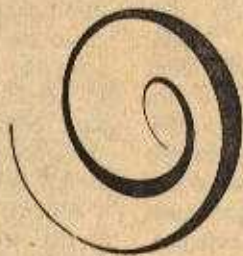
A segunda razão é que Clausewitz foi realmente um dos primeiros teóricos militares a lidar, satisfatoriamente, com o conceito de guerra limitada. Já no ocaso da vida, ele chegou à conclusão de que havia realmente dois tipos de guerra, aquelas com um objetivo ilimitado e aquelas com objetivo limitado.

Se não tivesse morrido, teria revisto totalmente *A Guerra*, mantendo "os dois tipos de guerra mais distintamente em vista." Contudo, em todo o livro, e particularmente do Livro VIII a idéia de limitação surge a cada passo. Tendo-se em vista que vivemos numa época em que a guerra — esperamos fervorosamente — jamais ocorrerá, a menos que seja de algum modo limitada, este aspecto de sua obra tem considerável significação contemporânea.

Finalmente, não devemos esquecer que foi Clausewitz, não Mao ou Lawrence, que delineou

em primeiro lugar nos tempos modernos os princípios básicos da guerra popular. Grande parte do que se supõe, popularmente, ter visto pela primeira vez a luz do dia na Jugoslávia, China, Maláia ou Vietnã, está, na verdade, contido no Livro VI, Capítulo 26 de *A Guerra*. "Como um calor lento gradual (a guerra popular) destrói a fundação do Exército do inimigo". "Uma peculiaridade do território que favorece grandemente a ação de guerra travada pelo povo é a localização esparsa das moradias do povo rural". "... a guerra popular... não deve jamais se condensar num corpo sólido". "... uma defesa táctica jamais, ou raramente, deverá ocorrer". Estes são apenas exemplos.

Em conclusão, gostaria de acentuar que este artigo visa mostrar as razões para se ler *A Guerra*; não representa uma tentativa de sintetizar seu conteúdo. O único meio seguro de saber-se o que o livro contém é lê-lo — e isto pode ser um exercício compensador e agradável, particularmente se a sua profissão diz respeito à guerra, ou à preparação para ela.



"Um Exército pode passar um século sem ser usado, mas não pode estar um só dia despreparado".

VIETNÃ: ARMADILHAS MORTAIS

Um soldado profissional cedo acha que o panorama misterioso da guerra de guerrilha apresenta pouca semelhança com o combate convencional. Inicialmente é surpreendido com a ação inquietante do inimigo provinda de todas as direções. Procura se adaptar rapidamente às novas características do combate, pois, do contrário, poderá pagar um caro tributo.

Em toda a frente, quando menos espera, pode sofrer o efeito da ação de minas e armadilhas, de natureza primitiva e que nunca estão armadas nos tradicionais campos minados.

Vamos procurar ilustrar diversas situações com alguns desses tipos de armadilhas mais comuns para mostrar a rusticidade do material empregado nesta guerra cruenta.

Quando ele cruza uma ponte (1), não percebe que ela foi cerrada ao meio e disfarçada com lama. Quando descobre isso, cai sobre uma cama fatal de espetos.

O portão malaio (2) fustiga-o tão rapidamente que não tem tempo de se esquivar.

Uma armadilha com flecha de aço (3), ativada por um gatilho de arame, lança para a superfície uma flecha envenenada.

A maça (4) brandida de uma árvore com força suficiente para exterminar um homem.

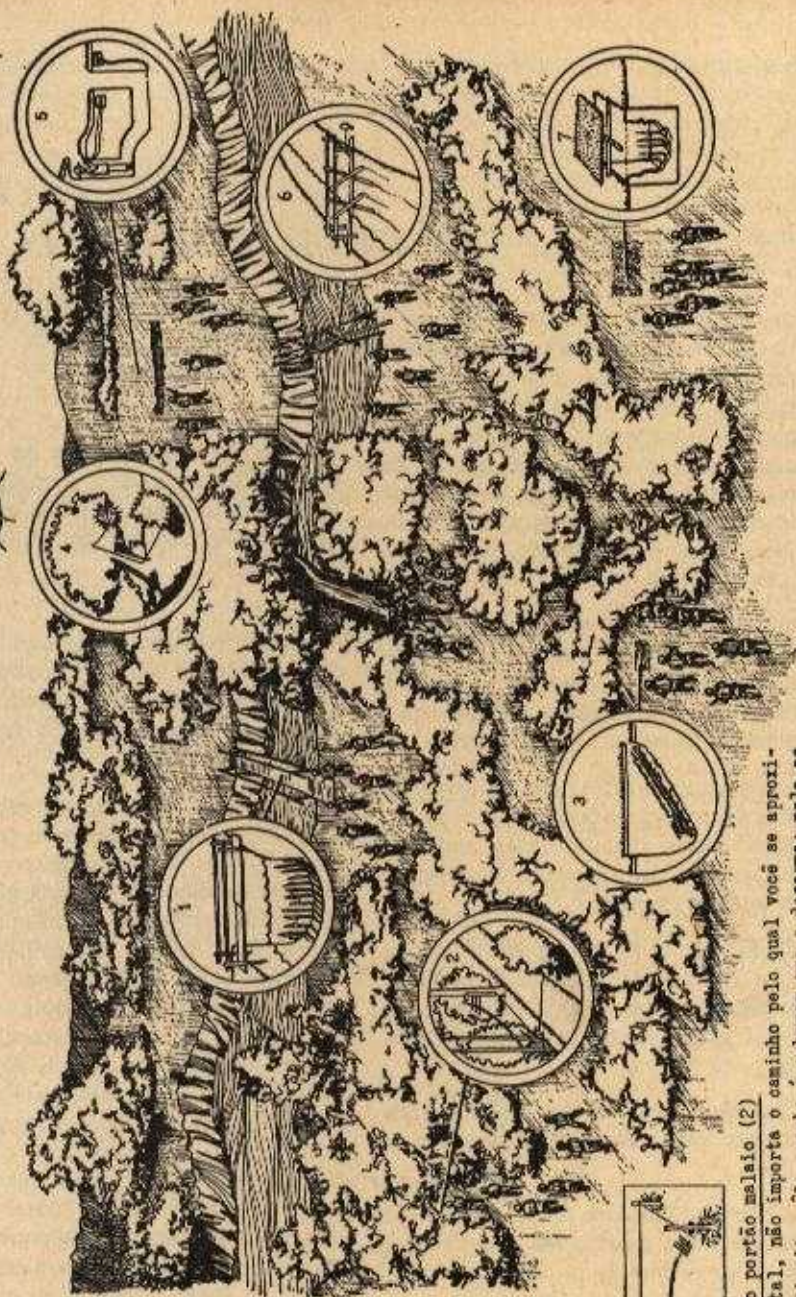
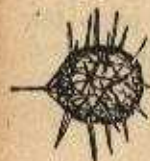
A trincheira minada (5) é detonada por controle remoto assim que o inimigo se aproxima.

Numa outra armadilha de ponte (6), um gatilho de arame, a meia extensão, faz explodir uma granada que não somente mata um homem, mas destrói a ponte.

A falsa cobertura da armadilha de espetos (7) pode ser do tamanho de um pé ou de um homem, porém seu princípio básico se mantém o mesmo.

As probabilidades de sobrevivência estão contra um homem que pisar esses mecanismos. O guerrilheiro só coloca essas armadilhas nos locais mais prováveis de aproximação do inimigo. Assim, sua melhor defesa é burlá-las: nunca caminhe sobre trilhas nem em linha paralela a elas. Nunca tome o caminho mais fácil, evitando obstáculos. Evite pontes, degraus de pedra, águas rasas quando cruzar correntes de água — é melhor atravessar em pontos profundos. Nunca tome a mesma rota duas vezes. Nunca entre numa área cercada através de um portão ou de outra abertura preparada. Nunca se desloque por uma plantação de borracha por caminho paralelo às fileiras. Nunca se movimente em formação cerrada. Se uma armadilha for descoberta a tempo, ela deve ser disparada com auxílio de uma vara comprida ou destruída com TNT.

A massa (4): tinta quillos de pedra, lama, pregos e espetos.



Detalhe do portão malalo (2)
Ele é mortal, não importa o caminho pelo qual você se aproxime: pela direita, ele apenhará o homem que o desarma; pela esquerda espeterá aquele que estiver atrás.

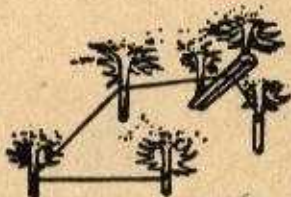
OUTROS TIPOS DE ARMADILHAS

1. ARMADILHAS COM DARDO

O *darão de aço* dentro de um invólucro de bambu já está armado e apontado. Quando a vítima toca o arame esticado, ela liberta o dardo que dispara e o espeta.



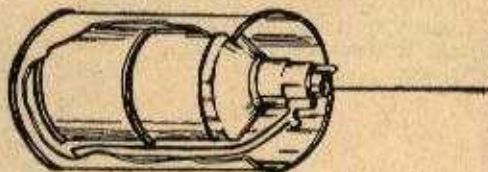
O *dardo de bambu* se assemelha muito a uma besta. É novamente, um arco sem o arqueiro. O dardo está armado e travado, e a ponta, que, geralmente penetra a fundo, está envenenada.



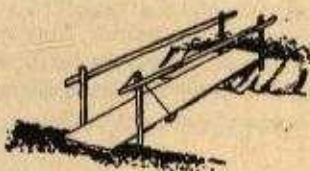
2. ARMADILHAS COM GRANADAS DE MÃO

Normalmente, em todos os casos quando o capacete é levantado, inicia-se a combustão. Depois de quatro segundos, ela explodirá. Se a vítima tem bom ouvido escutará o sibilo da combustão e fará uso de seus quatro segundos, correndo a mais não poder.

Granada num bambu: o grampo dessa granada de mão foi retirado e quando o arame atravessado na passagem puxa-o para fora do bambu, o capacete se levanta e a coisa explode.



O *corrimão vacilante*, quando agarrado, puxa um arame atado a uma granada que arrebenta a ponte e a pessoa que a atravessa.



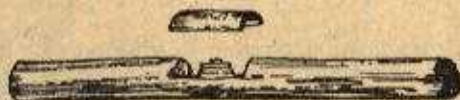
A *tábua inclinada*, agindo como uma alavanca, libertará o capacete ao puxar o grampo de segurança, assim que a outra extremidade é pisada.



Granada encaixada em lama é colocada despercebidamente numa passagem. Um pontapé inadvertido parte o "sêlo", libertando o capacete que se armará.

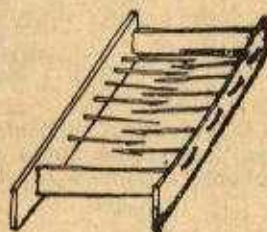


O *tronco-pontilhão* tem uma parte da casca retirada, uma granada especial é inserida e a casca é recolocada.

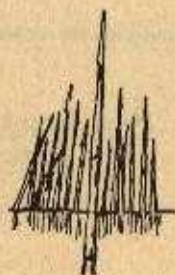


3. ARMADILHAS DE ESPETOS

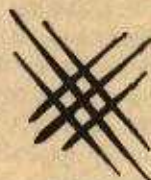
Arranjo de espetos. Distribuição dos espetos num bambu fino ou uma caixa de farpas de ferro. A vítima fica presa e ferida quando pisa numa dessas armadilhas.



Espêto punjabiano é a marca da guerra no Vietnã. É um bambu desbastado, duro como aço, mergulhado em excremento humano, pronto para empalar e infetar sua vítima.



A *tábua inclinada punjabiana* se levanta e espeta o rosto e o peito da vítima.



"A guerra sem linhas de frente exige uma modificação da tática e da estratégia tradicionais".

COOPERATIVA MILITAR EDITORA E DE CULTURA INTELECTUAL "A DEFESA NACIONAL"

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(Eleito para o exercício de 1970/73)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente — Gen Div Moacyr Barcellos Potyguara
Diretor-Secretário — Cel Art Darcy Tavares de Carvalho Lima
Diretor-Administrativo — Cel Art Osmany Maciel Pillar

CONSELHEIROS

Gen Bda Arnaldo José Luiz Calderari
Cel Cav Ivan Lauriodó de Santana

CONSELHO FISCAL

Cel Cav Mário Humberto Galvão Carneiro da Cunha
Ten Cel Cav Cezar Marques da Rocha
Ten Cel Flávio Moutinho de Carvalho

CORPO REDATORIAL

Redator-Chefe: Cel Art Darcy Tavares de Carvalho Lima
Redatores: Cel Cav João Severiano da Fonseca Hermes Neto
Cel Cav Demócrito Corrêa Cunha
Ten Cel Cav Nilson Ferreira de Mello
Ten Cel Inf Adel Alves Cardozo
Ten Cel Inf Euromy da Paixão Dias Telles Pires
Ten Cel Eng Lauro Pie

"A GUERRA REVOLUCIONÁRIA leva o perigo comunista ao
umbral de cada casa, e a última frente se situa no espírito
de cada cidadão."

Do "Jornal do Brasil"

OS EUA E A GUERRA DAS CHINAS

EARL C. RAVENAL

A defesa de Formosa permanece no centro do problema da China. As recentes iniciativas de Pequim e Washington, e a visita presidencial inspiraram uma especulação otimista. A discussão tem-se concentrado em fórmulas para reconhecimento e ingresso da China nas Nações Unidas. Nossa aliança com Formosa tem recebido menos consideração, e suas implicações são evitadas otimisticamente.

Mas esta relação de segurança dos EUA com Formosa — em particular o Tratado de Defesa Mútua de 1954 — dita certas soluções diplomáticas e impede outras. Terão de ser feitas escolhas definitivas, e terão de ser abandonadas ilusões sobre posições contraditórias. Se as consequências de nossos acordos de defesa não forem entendidas, e os problemas deliberadamente resolvidos, as expectativas que surgiram talvez não se concretizem, e os Estados Unidos poderão ser levados a garantir uma nova ordem no Leste da Ásia que oferece, na melhor das hipóteses, um tenso equilíbrio militar e o perpétuo envolvimento americano na evolução política da região.

Duas indagações se impõem: uma relacionada com a lógica e a outra com os fatos. A lógica é que a aliança com Taipé e as relações com Pequim são mutuamente exclusivas. E os fatos são que nosso apoio militar é desnecessário para a defesa imediata de Formosa, e a ilha, por sua vez, é desnecessária para a segurança dos Estados Unidos e seus interesses regionais. Por conseguinte, o valor militar de Formosa não é uma razão suficiente para manter a divisão da China, indefinidamente.

Contudo, as consequências do término da aliança seriam mais significativas do que, em geral, são apreciadas, pois não só representaria o abandono da contenção da China, como também ameaçaria o conceito de segurança coletiva.

Alternativas diplomáticas

Nossa relação de defesa com Formosa faz parte integral da questão do reconhecimento dos Governos e Estados da China. Cada alternativa diplomática tem implicações específicas pa-

ra o *status* do tratado e território a ser defendido:

(1) *Uma China (Taipé)*. Esta posição não implica em mudança de nossos acordos de defesa. Não desencoraja a ocupação pelos nacionalistas das ilhas ao largo da China continental, o que confirma sua reivindicação de soberania sobre mais do que a província de Formosa. (Nós reconhecemos o Governo da República da China como "ocupando legitimamente e exercendo jurisdição sobre Formosa e os Pescadores." Esta modalidade tem permitido as pretensões de Taipé, ao mesmo tempo que nos permite negociar com Pequim).

(2) *Duas Chinas*. O reconhecimento jurídico de dois Governos, cada um soberano em seu território, representa uma profunda mudança na política dos EUA. Tal atitude é neutra quanto ao controle nacionalista das ilhas ao largo da China, enquanto isto não prejudicar a segurança de Formosa. É compatível com o Pacto de Defesa Mútua, mas importa em admitir como certa a aquiescência de Formosa.

(3) *Uma China/Uma Formosa*. Esta fórmula difere das Duas Chinas por sugerir mais a secessão de Formosa do que uma divisão da China. Também difere em suas consequências militares e políticas. Presume que Formosa deve renunciar às ilhas costeiras, uma vez que não fazem parte da província. Presupõe também nosso apoio à autodeterminação. Tal solução se-

ria compatível com nosso tratado de defesa, embora seja difícil imaginar como chegaríamos a ela.

(4) *Uma China (Pequim)*. Esta posição afirma a integridade territorial da China, mas reconhece o veredicto da guerra civil. As ilhas costeiras seriam um problema interno. Em algumas discussões recentes, Pequim tem ignorado nosso tratado de defesa com Formosa, estimulando a esperança de que poderíamos, convenientemente, mantê-lo. Mas, a aliança se tornaria um pacto ilegal com um apêndice da China, que não teria *status* internacional reconhecido, e a solução desta contradição não poderia ser adiada por muito tempo.

Conflito de princípios

A escolha entre as fórmulas de reconhecimento é também uma escolha entre dois princípios concorrentes de Direito Internacional. O Governo da República da China tem estado em efetivo e contínuo controle de Formosa e os Pescadores desde 1945. Seria inconsistente ignorar esta mesma demonstração de controle efetivo que recomenda nosso reconhecimento da República Popular da China, como o Governo da China continental.

Por outro lado, historicamente tendemos a respeitar a integridade territorial dos Estados em geral e a unidade teórica da China em particular (notadamente na Declaração do Cairo, em 1943, e no pronunciamento

do Presidente Truman de janeiro de 1950). É dentro desta tradição que poderíamos — como fez a Inglaterra, em 1929, após a remoção da capital nacionalista da China continental — simplesmente retirar o reconhecimento de Taipé e estendê-lo a Pequim. Uma das virtudes de tal procedimento é que escolhe entre Governos e evita a redefinição de Estados.

A administração está procurando uma versão de identidade dupla para a China, tanto nas Nações Unidas quanto nas relações com Pequim, sem assumir uma atitude legal definida. Esta busca é expressiva do delicado equilíbrio dos interesses norte-americanos. De um lado, relações estatais com Pequim beneficiariam os Estados Unidos porque: a) contrabalançariam os soviéticos num equilíbrio de poder mundial triangular; b) criariam a possibilidade de envolver a China em acordos multilaterais futuros sobre controle de armamentos e paz no Sudeste da Ásia; c) abririam a China ao comércio norte-americano.

Por outro lado, a afirmação da integridade de Formosa leva em consideração: a) a tradição de apoio à República da China; b) a preocupação pela sorte do povo de Formosa; c) a deferência aos interesses do Japão; e d) a percepção do valor estratégico da ilha.

Solução inviável

Mas *Duas Chinas*, ou *Uma China/Uma Formosa*, ou mesmo

autonomia de Formosa dentro da soberania chinesa, apoiada pela continuação de nossa garantia militar, é um compromisso teórico, não uma reconciliação prática. Duas proposições interligadas merecem consideração. Uma é que esta solução não funcionaria, mesmo que a conseguíssemos. Formosa sozinha não seria uma entidade estável, internacional ou internamente; ela dependeria fundamentalmente da proteção do poder norte-americano, e poderia provocar a China a usar a força contra ela.

A Casa Branca poderá calcular que poderá jogar com a ansiedade da China em relação à sua fronteira Norte para conseguir uma solução favorável para Formosa. Mas é improvável que Pequim, a longo prazo, aceite qualquer reliquia de contenção ou intrusão em sua soberania. Se a separação forçada de Formosa perdurar, a China poderia, quando surgisse a oportunidade, criar pressões contra Formosa ou as ilhas costeiras. (O Vietnã talvez tenha obscurecido nossa memória das longas e graves crises do estreito em 1954/55 e 1958, que levaram os Estados Unidos à beira de uma guerra direta — até nuclear — com a China).

Até certos defensores da solução de Uma China (Pequim) têm esperanças de uma integração amável de Formosa e China continental sob o manto da garantia protetora norte-americana. Mas, os Estados Unidos têm, desde os meados dos anos 50, tentado várias vezes induzir a

China a concordar formalmente em renunciar ao uso de força no estreito de Formosa. Tornou-se claro nestas discussões que Pequim poderia concordar em solucionar tôdas as disputas "através de negociações pacíficas", mas não aceitará qualquer qualificação que reserve para Formosa "o direito inerente de autodefesa individual e coletiva".

Esta posição poderá parecer inconsistente, mas representa com precisão o paradoxo do provável comportamento de Pequim em relação a Formosa. Se os Estados Unidos aceitassem os objetivos históricos da China, então a China não procuraria atingi-los por meios beligerantes, mas trabalharia em favor de uma aceitação pacífica ou mesmo nominal. A preservação do Tratado de Defesa Mútua, contudo, não está em harmonia com a renúncia à força. Não poderemos impor uma evolução pacífica da autoridade sobre Formosa.

Incompatibilidade

A segunda proposição é que não é provável que consigamos uma solução de duas Chinas — atingindo nossos novos interesses na China, enquanto preservamos nossos velhos interesses em Formosa — porque os termos são contraditórios.

O Presidente Nixon, em sua mensagem sobre política externa de fevereiro de 1971, nega esta incompatibilidade: "Não creio que esta honrosa e pacífica associação precise constituir um obstáculo ao movimento em direção

a relações normais entre os Estados Unidos e a República Popular da China".

Mas, ao caracterizar nossa aliança — corretamente — como "exclusivamente defensiva", ele evita o ponto essencial: ela representa nossa proteção à integridade de Formosa, uma condição que Pequim não aceitará.

Embora o próprio Tratado de Defesa Mútua não defina o *status* legal de Formosa ou afete sua soberania final, a adesão ao tratado, de fato, impede o reconhecimento de Pequim, mesmo como o Governo apenas da China continental.

Das quatro fórmulas, Pequim rejeita as três que são compatíveis com o tratado de defesa; e Taipé rejeita as três que permitem o reconhecimento de Pequim. O que resta é a escolha entre a aproximação com a China ou a defesa de Formosa.

A defesa de Formosa

Examinemos a necessidade e vantagens da posição americana militar em Formosa, e as consequências de seu abandono.

No orçamento de defesa para o ano fiscal de 1972, as forças de tôdas as finalidades orientadas para a Ásia custarão US\$ 19 bilhões. Se considerarmos a China como fonte de nosso objetivo asiático, e Formosa o principal obstáculo a uma relação com a China que possa gerar menores necessidades, então, o custo anual real de nossa posição militar em Formosa é uma grande fração destes US\$ 19 bilhões (Cr\$ 104,5 bilhões).

Ao colocarmos em dúvida a validade militar de nosso acôrdo de defesa com Formosa, precisamos primeiro perguntar se nosso compromisso é necessário para a segurança da própria Formosa. A pior ameaça imaginável — uma maelça invasão comunista anfíbia — não é provável e não teria êxito, de acôrdo com os estudos feitos pelo Pentágono na década dos 60.

Isto seria verdadeiro mesmo sem a intervenção aérea ou naval norte-americana, e certamente sem invocar planos nucleares de emergência, tais como aqueles feitos durante as crises do estreito em 1954-55 e 1958. Pequim sabe disto e não vem se preparando para tal ataque. Os comunistas poderão transportar de avião apenas 5 mil homens, e têm navios anfíbios para apenas 30 mil homens no primeiro assalto ou onda.

Há, naturalmente, a lendária "ameaça dos juncos": a China poderia, teóricamente, reunir bastantes embarcações locais para transportar 350 mil homens através do estreito de 160 km. Mas até estas tropas não teriam garantia de desembarque. Em tais ataques, a vantagem está com o defensor numa proporção de três para um. Existem 320 mil soldados no Exército nacionalista e 36 mil fuzileiros navais, em Formosa. Além disto a Força Aérea nacionalista e sua Marinha poderiam infligir pesadas baixas na força invasora, tanto no período de preparação como no de desenvolvimento do assalto.

Um ataque aéreo dos comunistas colocaria 1.200 (de seus 3.300)

bombardeiros leves e caças de ataque contra 350 aviões nacionalistas e vários batalhões de mísseis da defesa aérea. Mas a força nacionalista sobreviveria a tal assalto aéreo, tendo-se em vista que o ataque seria prejudicado pela limitação do número de bombas e do tempo sobre o alvo; imprecisão devida ao fogo antiaéreo; dispersão e camuflagem dos alvos; e perda de aviões. Uma série de batalhas aéreas poderia, contudo, esgotar o arsenal aéreo nacionalista.

O custo e o resultado indeterminado de um ataque contra Formosa sugerem que os comunistas chineses não tomariam este caminho nos próximos anos, especialmente quando estão em progresso negociações com os EUA para o reconhecimento e outras acomodações. Mesmo muito mais tarde, Pequim se mostraria relutante em prejudicar anos de penosa diplomacia, em cortejar o risco de represálias e gastar grandes forças em tal aventura.

Segurança regional

Se os EUA abandonassem seu pacto de defesa com Formosa, quais seriam os efeitos na estrutura da segurança regional? Existem dois aspectos: a eficácia da dissuasão, e a vontade e lealdade de nossos aliados, particularmente o Japão.

O Tratado de Defesa Mútua com a República da China (Formosa) é típico das alianças de dissuasão elaboradas pelo Secretário de Estado John F. Dulles no Leste da Ásia. Estas alianças

não tinham por finalidade contribuir com mais força líquida para os Estados Unidos, ou fornecer posições estrategicamente importantes para proteção de outro território aliado. Visavam, antes, demarcar a fronteira com o mundo comunista. A própria demarcação, o equipamento de forças indígenas e a ameaça de maciça retaliação foram elementos de estabilização de grandes e importantes áreas.

Um completo realinhamento das relações americanas com a China e de sua situação militar em Formosa aceleraria a desintegração de nosso sistema de tratados no Leste da Ásia. Os aliados menores, tais como a Tailândia, as Filipinas e a Coreia do Sul, poderiam procurar uma acomodação com Pequim e evitar relações hostis com outros Estados regionais. Alguns, inspirados por outros comportamentos norte-americanos ambíguos, já começaram a explorar tais acordos. Mas, tal eventualidade não poderá ser considerada desastrosa. Após 20 anos, o sistema de aliança talvez já tenha atingido seu propósito básico e limitado; ou as nações na periferia da China usaram a proteção e a assistência bem, ou provavelmente jamais o farão. Talvez já seja tempo de se ajustarem aos seus vizinhos comunistas e à ascendência irrefutável da China.

Um recuo norte-americano em relação a Formosa poderá exercer sérias pressões sobre o Japão. Em contraste com os aliados menores, o Japão — afirma-se — poderá reagir não só distinguindo

mais acentuadamente seus objetivos de política externa em relação aos dos Estados Unidos, como também acelerando seu rearmamento convencional, adquirindo uma capacidade nuclear independente, e exercendo mais controle sobre as áreas contíguas, especialmente a Coreia e Formosa.

No comunicado Sato-Nixon, a 21 de novembro de 1969, o Primeiro-Ministro japonês colocou um escudo protetor sobre Formosa: "A manutenção da paz e segurança na área de Formosa é um fator importantíssimo para a segurança do Japão". As iniciativas da administração em direção à China não anulam, mas promovem, seu designio mais amplo para o Leste da Ásia. A mensagem sobre política externa em 1971 prevê um equilíbrio quadrilateral, com a China, os Estados Unidos, o Japão e a União Soviética como participantes, e um pára-choque de Estados menores, inclusive uma Formosa independente, patrocinada pelos Estados Unidos e Japão.

Reviravolta política

O cancelamento do acordo de segurança americano com Formosa envolveria uma ampla faixa de iniciativa deliberadas. Por exemplo:

(1) Depois que sondagens preliminares favorecessem a probabilidade de um acordo, os Estados Unidos anunciariam publicamente que tinham decidido entrar em conversações com Pequim

que levariam ao nosso reconhecimento de seu regime como o Governo de uma China só, que aceitaríamos um *status* para Formosa, dentro do Estado chinês;

(2) Declararíamos, simultaneamente, que o tratado de Defesa Mútua com Taipé não era consistente com esta fórmula de reconhecimento e exerceríamos o direito, de acordo com a cláusula X do Tratado, de notificar Taipé de nossa intenção de terminá-lo dentro de um ano;

(3) Dentro deste ano, retiraríamos todas as forças militares norte-americanas de Formosa e dissolveríamos o Comando de Defesa Formosa-Estados Unidos e o Grupo de Assessoria e Assistência Militar;

(4) Cancelaríamos imediatamente toda a assistência militar a Formosa, suspenderíamos a venda comercial de equipamento militar e evitaríamos a transferência de tecnologia avançada;

(5) Nas Nações Unidas, Washington promoveria o ingresso da China na ONU e organizações conexas, favorecendo a ocupação por Pequim do lugar chinês no Conselho de Segurança;

(6) Em seu planejamento estratégico para o Pacífico, os Estados Unidos começariam a tomar uma postura que iria até o meio do Pacífico. Começaríamos progressivamente a neutralizar os efeitos e obrigações militares de nossas alianças com a Coreia e a Tailândia e converteríamos estas relações em associações para assistência econômica e técnica, consulta política e intercâmbio cultural.

Nova concepção norte-americana

Uma reviravolta política nesta situação teria significação transcendente para nosso papel internacional. Em primeiro lugar implicaria uma renúncia do síndrome Dulles de contenção, tratados e contra-ideologia. Em segundo lugar, sugeriria uma disposição norte-americana alternativa em relação ao equilíbrio de poder. No Leste da Ásia, em particular, ao invés de um intricado e tenso agrupamento quadrilateral de grandes potências, aceleraríamos um sistema mais flexível. Em terceiro lugar, a remoção de nossas forças de Formosa, este baluarte extremo do Pacífico ocidental, indicaria a adoção de estratégias militares de *segunda chance*. As ameaças não se desenvolvem com a velocidade das comunicações modernas — uma analogia errônea usada para racionalizar a necessidade de grandes forças prontas e defesas avançadas de alerta.

Poderíamos nos conceder tempo para ver se a China é *expansionista* — impaciente com a perspectiva de reconquistar sua antiga província mais por um tipo de política do que pela força bruta, ou insatisfeita com a restauração de seu território histórico. Poderíamos aguardar uma década — como no caso do Japão nos anos 1930 — para discernirmos e reagirmos às intenções chinesas.

Em quarto lugar, um abandono de nosso compromisso de defesa com Formosa marcaria uma reviravolta contra a lógica sedutora da dissuasão — um conceito que

receber um novo alento de vida, com o pronunciamento do Secretário da Defesa para o ano fiscal de 1972. Uma premissa da dissuasão é que a força de vontade pode ser um substituto para o poder militar material; a repu-

tação de apoiar os compromissos é um elemento vital neste modelo. Infelizmente, a extensão final da dissuasão é sua perversão final: quanto menos valioso o interesse, tanto mais necessário se torna honrá-lo.



Do "Jornal do Brasil"

TRANSPORTE E ESTOCAGEM SÃO OS GRANDES PROBLEMAS DO TRIGO

A estrutura da terra, a especulação imobiliária gerada pela "febre" do trigo, e o ponto de estrangulamento identificado nos sistemas de transporte das safras de trigo e soja, estão entre os principais problemas da economia agrícola do Rio Grande do Sul.

A safra de trigo é calculada em 2 milhões de toneladas no Rio Grande do Sul, podendo chegar a 2,5 milhões com a produção dos demais Estados. A safra de soja, estimada em função da semente estocada, poderá elevar-se a 2 milhões de toneladas. Esse volume gera a demanda de grandes fluxos de dinheiro na zona. Apenas para suportar a comercialização do trigo serão necessários Cr\$ 1,9 bilhão na safra atual.

O custo médio do transporte ferroviário do trigo é mais caro que o do transporte por caminhão; o sistema ferroviário gaúcho data do início do século e por isso apresenta grandes distorções; a capacidade de estocagem em Porto Alegre ainda fica muito a desejar — esses são alguns dos problemas ainda enfrentados pelas grandes safras de trigo e soja para o seu escoamento.

Não obstante, particulares e Governo consideram satisfatório o aumento da capacidade de armazenagem, tanto no interior quanto no porto do Rio Grande. Ainda nesta safra estará funcionando um grande terminal graneleiro neste porto, com capacidade para receber 110 mil toneladas.

AS PRIORIDADES

No debate com dirigentes da Fecotrigo, de empresas que comercializam e industrializam a soja e representantes do Poder Legislativo e Executivo gaúcho, foram ressaltadas as seguintes prioridades no setor de transporte e armazenagem:

1 — Retificação de alguns trechos ferroviários, cuja capacidade de carga não satisfaz ao volume das safras. Entre eles, destaca-se o trecho que liga São Gabriel a Bagé e, logo abaixo, o que liga Basílio a Pelotas;

2 — Término das obras de retificação do trecho Jacuí — Ramiz Galvão;

3 — Construção de uma linha que ligue Passo Fundo a Roca Sales;

4 — Como segunda prioridade, a construção de uma linha ligando Pelotas pela parte Leste do Estado, até a via que desce de Montenegro;

5 — Como terceira prioridade, a ligação dos rios Jacuí e Ibicuí.

A SITUAÇÃO ATUAL

Com a experiência vivida em anos anteriores, quando o trigo chegou a ficar exposto a sol e chuva em muitos lugares e os mais diferentes locais foram requisitados como armazéns, várias providências foram tomadas no sentido de elevar a capacidade de armazenamento no interior e no pórtio do Rio Grande — principal saída do produto.

Pelos dados da Fecotrigo, sua rede de armazenagem tem a capacidade estática de 2.200 mil toneladas. Com isso, estima-se que nesta safra o escoamento será normal para o trigo, porque, ao lado desse aumento, está sendo construído um grande terminal graneleiro em Rio Grande, com capacidade final de 220 mil toneladas, das quais 110 mil já estarão sendo utilizadas na safra atual.

Considera-se, portanto, que o ponto de estrangulamento mais importante é hoje o de transporte até os pontos terminais, uma vez que a rede ferroviária é obsoleta, quanto às vias, embora venha fazendo grande esforço para melhorar e ampliar o equipamento de vagões.

Disso resulta que o custo médio do transporte ferroviário é mais caro do que o rodoviário, além de demorado, pois em muitos pontos as linhas têm diferentes capacidades de carga, exigindo paradas longas para a divisão das composições a conduzir.

O sistema ferroviário do Rio Grande do Sul está passando por grandes transformações, com objetivo de dotá-lo de condições para cumprir com rapidez o seu papel no transporte das safras agrícolas de todo o Estado. O trecho em construção que vai de Passo Fundo a Roca Sales está sendo concluído em ritmo de urgência. Outro ramal ferroviário a ser retificado com a maior rapidez é o que vai de São Gabriel a Bagé, no Sul do Estado. O último trecho a ser retificado será o que vai de Montenegro a Pelotas, e que levará as safras diretamente ao pórtio do Rio Grande. Com as obras ferroviárias que se processam no Rio Grande do Sul a previsão dos técnicos é de que as safras agrícolas escoarão com maior facilidade.

"A DEFESA NACIONAL"

O Sr. Ministro do Exército, em Aviso n.º 373-D/6-GB, de 25 de novembro de 1968, resolveu reiterar o Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL, e cujo teor é o seguinte:

"1. Reiterando, vinte e um anos depois, os conceitos e as recomendações do Aviso n.º 99, de 21 Jan 47, do então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, a respeito da importância e da significação que tem A DEFESA NACIONAL para a cultura profissional e geral dos militares do Exército, cumpro o dever de congratular-me com a sua atual Diretoria pelos beneméritos esforços que está empreendendo para a consolidação do prestígio crescente dessa mais antiga e mais conceituada Revista brasileira de assuntos militares e gerais.

2. Ela continua a merecer não apenas o apoio da Alta Direção do Exército, como, particularmente, o interesse e a contribuição de todos os oficiais, subtenentes e sargentos, como fator preponderante da atualização dos conhecimentos e dos estudos imprescindíveis ao preparo próprio, o que constitui não apenas amor à profissão, como virtude militar, em todos os Exércitos.

3. Os que são assinantes, leitores e colaboradores de A DEFESA NACIONAL recomendam-se, por isso mesmo, como militares preocupados com o seu próprio preparo profissional e com o prestígio da cultura do Exército.

4. Esta recomendação deve ser transcrita, obrigatoriamente, nos boletins internos de todos os escalões de comando e da administração do Exército."

(Av. n.º 373-D/6-GB, de 25 Nov 68, do Ministro do Exército.)

Preço deste exemplar

Cr\$ 3,00

S Ge Ex
IMPRESA DO EXERCITO
RIO DE JANEIRO — 1971